

BIBLIOTECAS EM MOVIMENTO: CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE

ORGANIZADORAS:

Elmira Simeão (UnB)
Gleice Pereira (UFES)
Aurora Cuevas Cerveró (UCM)
Laís Normando (UnB)



Seminário Hispano-Brasileiro de Pesquisa em Informação, Documentação e Sociedade - 2025

Publicado em Agosto/2026
Brasília-DF

REALIZAÇÃO:

Universidade de Brasília

Reitora
Rozana Naves

Faculdade de Ciência da Informação
Diretor: Dalton Martins

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
Coordenadora: Elmira Simeão

ECOS LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SAÚDE

Coordenação
Professora Ana valéria Mendonça

EDITORA ECOS
Coordenação: Professora Elmira Simeão

ibict
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Diretor
Tiago Emmanuel Nunes Braga

Coordenação Geral de Informação Tecnológica e Informação para a Sociedade - CGIT
Cecília Leite Oliveira

UNIVERSIDAD COMPLUTENSE MADRID

Rector
Joaquín Goyache Goñi

Faculdad de Ciencias de la Documentación
Decano en funciones: José María de Francisco Olmos

Departamento de biblioteconomía y Documentación
Director: Carlos Miguel Tejada Artigas

UFES
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Reitor
Eustáquio Vinicius Ribeiro de Castro

Diretor Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE)
Helio Zanquetto Filho

Chefe do Departamento de Bibioteconomia
Ana Cáudia Borges Campos

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI)
Coordenadora: Gleice Pereira

APOIO:

CAPES
Programa de Apoio a Eventos no País - PAEP

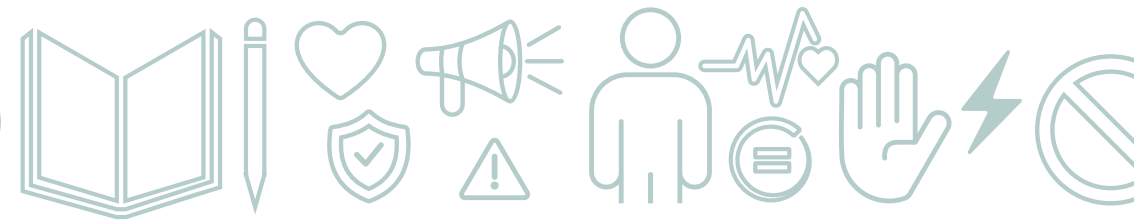
FINATEC
Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos



BIBLIOTECAS EM MOVIMENTO: CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE

ORGANIZADORAS:

Elmira Simeão (UnB)
Gleice Pereira (UFES)
Aurora Cuevas Cerveró (UCM)
Laís Normando (UnB)



Seminário Hispano-Brasileiro de Pesquisa em Informação, Documentação e Sociedade - 2025

Publicado em Agosto/2026
Brasília-DF

Esta obra é licenciada sob uma licença Creative Commons-Atribuição CC BY-NC-ND 4.0, sendo permitida a reprodução parcial ou total, desde que mencionada a fonte, de uso não comercial e sem derivações.

Organizadoras
Elmira Simeão (UnB)
Gleice Pereira (UFES)
Aurora Cuevas Cerveró (UCM)
Laís Normando (UnB)

Projeto Gráfico e Arte: Kiko Nascimento
Capa: Kiko Nascimento
Bibliotecária Responsável: Mônica Regina Peres

10.22477/9786597860999

S471b Seminário Hispano-Brasileiro de Pesquisa em Informação, Documentação e Sociedade (14. : 2025 : Vitória, ES).

Bibliotecas em movimento : cidadania e sustentabilidade / organizadores, Elmira Simeão, Gleice Pereira, Aurora Cuevas Cerveró, Laís Normando. – Brasília : Editora Ecos : PPGCINF, 2026.

1 recurso eletrônico (PDF 203 páginas) : ilustrações.
ISBN 978-65-978609-9-9
Texto em português e espanhol.

Disponível em: https://repositorio.ecos.unb.br/exhibits/show/editoraecos/livros

Reunião dos trabalhos apresentados na XIV edição do Seminário Hispano-Brasileiro de Pesquisa em Informação, Documentação e Sociedade (SHB), realizado em 2025 na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Licenciado sob Creative Commons Atribuição CC BY-NC-ND 4.0.

1. Biblioteconomia – Congressos. 2. Ciência da informação – Congressos. 3. Bibliotecas e sociedade. 4. Desenvolvimento sustentável – Agenda 2030. I. Simeão, Elmira, organizadora. II. Pereira, Gleice, organizadora. III. Cerveró, Aurora Cuevas, organizadora. IV. Normando, Laís, organizadora. V. Título.

COMO CITAR:

PADRÃO ABNT: SEMINÁRIO HISPANO-BRASILEIRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E SOCIEDADE, 14., 2025, Vitória, ES. Bibliotecas em movimento: cidadania e sustentabilidade. Organizadores: Elmira Simeão, Gleice Pereira, Aurora Cuevas Cerveró, Laís Normando. Brasília: Editora Ecos; PPGCIN, 2026. 234 p. Disponível em: https://repositorio.ecos.unb.br/exhibits/show/editoraecos/livros.

PADRÃO APA: Simeão, E., Pereira, G., Cerveró, A. C., & Normando, L. (Orgs.). (2026). Bibliotecas em movimento: Cidadania e sustentabilidade (Anais do XIV Seminário Hispano-Brasileiro de Pesquisa em Informação, Documentação e Sociedade). Editora Ecos; PPGCIN. https://repositorio.ecos.unb.br/exhibits/show/editoraecos/livros



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....04

A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA ALCANÇAR OS OBJETIVOS DA AGENDA 2030.....06

COLEÇÃO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS: ENRIQUECIMENTO SEMÂNTICO DA COLEÇÃO ALBERTO CHILDE.....28

POLÍTICAS PÚBLICAS DE LEITURA E CIDADANIA CULTURAL: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO LUGARES DE LER NO ESPÍRITO SANTO 48

ESTÁGIO DOCENTE E O ENSINO SOBRE A BIBLIOTECA PRISIONAL NA UNIVERSIDADE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.....64

DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES: UMA ANÁLISE DA TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL NA BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO 84

PRÁTICAS PIONEIRAS E LEGISLAÇÃO TARDIA: A CONSTRUÇÃO DA REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES DE VITÓRIA (ES) 103

DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS..... 124

LABORATORIOS CIUDADANOS EN BIBLIOTECAS: ESPACIOS PARA LA INNOVACIÓN Y PARTICIPACIÓN 151

BIBLIOTECAS VERDES E AGENDA 2030: PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS E CIDADANIA..... 172

PROGRAMAS E PROJETOS VOLTADOS PARA O SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO PIAUÍ E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA INTER-RELAÇÃO DESEJÁVEL..... 189

MEDIAÇÃO CULTURAL EM BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA: ANÁLISE DO USO DO MAPEAMENTO COGNITIVO COMO INSTRUMENTO PARA O PLANEJAMENTO..... 209



APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos a coletânea *Bibliotecas em Movimento: Mediação, Sustentabilidade e Transformação Social*, obra que reúne reflexões, pesquisas e experiências compartilhadas no XIV Seminário Hispano-Brasileiro de Pesquisa em Informação, Documentação e Sociedade (SHB), realizado na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em Vitória (ES) em 2025.

Desde sua criação, em 2012, o Seminário Hispano-Brasileiro (SHB) consolidou-se como um importante espaço de intercâmbio científico e cooperação internacional na área da Ciência da Informação. Originado da parceria entre a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidad Complutense de Madrid (UCM), o evento ampliou, ao longo de sua trajetória, sua rede de colaboração, reunindo pesquisadores, docentes, estudantes e profissionais de diferentes instituições e países em torno de debates que fortalecem a produção científica, a inovação e a internacionalização do conhecimento.

Inserida nesse contexto, esta coletânea evidencia o papel estratégico das bibliotecas como instituições comprometidas com a mediação da informação, a democratização do conhecimento, a promoção da cidadania e o desenvolvimento sustentável. Os capítulos aqui reunidos contemplam diferentes perspectivas teóricas e experiências práticas que dialogam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), abordando temas como a contribuição das bibliotecas universitárias para a Agenda 2030 da ONU, o enriquecimento semântico de coleções relacionadas aos ODS, políticas públicas de leitura e cidadania cultural, formação docente, bibliotecas prisionais, redes de bibliotecas escolares, desenvolvimento de coleções em bibliotecas públicas, laboratórios cidadãos, bibliotecas verdes e iniciativas desenvolvidas no âmbito dos sistemas estaduais de bibliotecas públicas.

Apesar da diversidade de contextos e abordagens, os estudos convergem ao reconhecer as bibliotecas como espaços de aprendizagem, inovação, inclusão e participação social, capazes de contribuir significativamente para o alcance da Agenda 2030. Ao promover o acesso equi-



tativo à informação, incentivar a educação ao longo da vida, preservar o patrimônio cultural, fortalecer as instituições e fomentar a participação cidadã, as bibliotecas reafirmam sua relevância na construção de sociedades mais justas, resilientes e sustentáveis.

Mais do que registrar a produção científica apresentada no XIV SHB, esta obra reafirma o compromisso da comunidade acadêmica com a construção colaborativa do conhecimento e com o fortalecimento das redes de pesquisa que impulsionam a Ciência da Informação. Ao mesmo tempo, convida o leitor a refletir sobre os desafios contemporâneos enfrentados pelas bibliotecas e sobre as múltiplas possibilidades de atuação dessas instituições como agentes de transformação social.

Esperamos que esta coletânea amplie o diálogo entre pesquisadores, bibliotecários, gestores, estudantes e formuladores de políticas públicas, estimulando novas investigações, práticas inovadoras e ações alinhadas aos princípios da Agenda 2030. Que os estudos aqui apresentados inspirem o fortalecimento das bibliotecas como espaços de mediação, sustentabilidade e transformação social, reafirmando seu papel essencial na promoção do desenvolvimento humano e na construção de um futuro mais inclusivo e sustentável.

Desejamos a todos uma excelente leitura.

Ana Maria da Silva Bichara
Sérgio Luiz Bichara



A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA ALCANÇAR OS OBJETIVOS DA AGENDA 2030

THE UNIVERSITY LIBRARY AND ITS CONTRIBUTION TO ACHIEVING THE GOALS OF THE 2030 AGENDA

LA BIBLIOTECA UNIVERSITARIA Y SU CONTRIBUCIÓN A LA CONSECUCIÓN DE LOS OBJETIVOS DE LA AGENDA 2030

Flávia Bulhões de Sousa
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (UFBA)
flaviabulhoessousa@gmail.com

Fernanda Maria Mello Alves
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (UFBA),
fmeloa2@hotmail.com

Resumo: *No final do século XX e início do XXI, alcançaram-se avanços científicos e tecnológicos, que facilitaram o desenvolvimento, agravaram desigualdades e provocaram um aumento de dificuldades e desafios para a vida dos cidadãos. O estudo analisa a produção científica brasileira sobre a biblioteca universitária e a Agenda 2030 das Nações Unidas. Para tanto, a investigação é bibliográfica e documental, com caráter descritivo e explicativo e abordagem mista, qualitativa e quantitativa. Efetuou-se uma revisão bibliográfica, delimitada entre 2015 e 2025, através da busca e recuperação de informação nas bases BRAPCI, Portal da CAPES, Google Acadêmico e OASISBR, que permitiu recuperar literatura oportuna. Ao corpus selecionado, aplicou-se a análise de conteúdo, sistematização e apresentação em imagens, seguida da respectiva discussão. Os resultados demostram a existência de algum interesse dos investigadores e profissionais de informação na Agenda 2030 e na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Conclui-se que, embora em número limitado, as investigações e as práticas sobre a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável têm alcançado resultados positivos, mas insuficientes, dada a importância do tema a nível global e nacional, e o número de bibliotecas universitárias no país, pelo que são necessárias muitas mais ações que contribuam para a superação dos desafios e dificuldades para o desenvolvimento social em 2030.*

Palavras clave: *Biblioteca universitária; Agenda 2030 das Nações Unidas; Brasil.*



Abstract: *At the end of the 20th century and the beginning of the 21st, scientific and technological advances were made, which facilitated development, aggravated inequalities and caused an increase in difficulties and challenges for the lives of citizens. The study analyses Brazilian scientific production on the university library and the United Nations Agenda 2030. To this end, the research is bibliographical and documentary, descriptive and explanatory, with a mixed qualitative and quantitative approach. A literature review was carried out between 2015 and 2030, by searching for and retrieving information from the BRAPCI, CAPES Portal, Google Scholar and OASISBR databases, which made it possible to retrieve appropriate literature. The selected corpus was analyzed,, systematized and presented in images, followed by a discussion. The results show that there is some interest among researchers and information professionals in the 2030 Agenda and the realization of the Sustainable Development Goals. The conclusion is that, although limited in number, research and practice on the 2030 Agenda and the Sustainable Development Goals achieved positive results, but insufficient, given the importance of the issue at global and national level, and the number of university libraries in the country. So many more actions are needed to help overcome the challenges and difficulties for social development in 2030.*

Keywords: *University library; United Nations 2030 Agenda; Brazil.*

Resumen: *A finales del siglo XX y principios del XXI, se lograron avances científicos y tecnológicos que facilitaron el desarrollo, agravaron las desigualdades y provocaron un aumento de dificultades y desafíos para la vida de los ciudadanos. El estudio analiza la producción científica brasileña sobre la biblioteca universitaria y la Agenda 2030 de las Naciones Unidas. Para ello, la investigación es bibliográfica y documental, con carácter descriptivo y explicativo y con un enfoque mixto, cualitativo y cuantitativo. Se realizó una revisión bibliográfica, delimitada entre 2015 y 2025, a través de la búsqueda y recuperación de información en las bases BRAPCI, Portal de CAPES, Google Académico y OASISBR, que permitió recuperar literatura oportuna. Se analizó el contenido del corpus seleccionado, se sistematizó y se presentó en imágenes, seguidas de un debate. Los resultados muestran que existe cierto interés entre los investigadores y los profesionales de la información por la Agenda 2030 y la realización de los Objetivos de Desarrollo Sostenible. La conclusión es que, aunque limitadas en número, las investigaciones y prácticas sobre la Agenda 2030 y los Objetivos de Desarrollo Sostenible han logrado resultados positivos, pero insuficientes, dada la importancia del tema a nivel mundial y nacional y el número de bibliotecas universitarias en el país, por lo que se necesitan muchas más acciones que ayuden a superar los retos y dificultades para el desarrollo social en 2030.*

Palabras clave: *Biblioteca universitária; Agenda 2030 de las Naciones Unidas; Brasil.*



INTRODUÇÃO

No final do século XX e início do século XXI, obtiveram-se numerosos avanços científicos e tecnológicos, embora alguns povos ainda careçam de oportunidades e melhorias. A crescente interconexão global, por meio do comércio e fluxos financeiros, levou a disparidades acentuadas. Enquanto algumas regiões e grupos se beneficiam do acesso a novos mercados e tecnologias, outros ficaram para trás, enfrentando desafios como a falta ou perda de empregos locais, a exploração de recursos naturais e a marginalização.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015) é um plano de ação que visa mobilizar esforços globais para um futuro mais sustentável, que trouxe novos objetivos globais, que abrangem áreas sociais, econômicas e ambientais, buscando um futuro mais justo e sustentável para todos. Para alcançar os novos objetivos, têm sido aplicadas políticas e ações específicas em todo o mundo, que diminuem as desigualdades sociais, e que estão dependentes do envolvimento ativo da academia, do setor privado, da sociedade civil e, em particular, da juventude, motor de transformações sociais.

Para que o ensino superior e as bibliotecas universitárias contribuam efetivamente para a implementação da Agenda 2030, é necessária a melhoria da educação, investigação e inovação e o estabelecimento de parcerias estratégicas para a mudança social. Borba (2023) propõe iniciativas de sensibilização e de alerta sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030.

Este estudo propõe-se analisar publicações brasileiras sobre as bibliotecas universitárias e a Agenda 2030, e identificar algumas das suas características. Para tanto, analisa-se a literatura científica entre 2015 e 2025, que demonstra a preocupação de investigadores, docentes e profissionais de informação sobre estes temas, e que contribui para a superação dos desafios e dificuldades, rumo ao desenvolvimento social.



O NOVO PARADIGMA EDUCATIVO DO SÉCULO XXI

A Declaração Mundial "A Educação para Todos" é o documento final da Conferência Internacional sobre Educação, patrocinada pela UNESCO e realizada em 1990, na qual se clarifica que o papel da educação já não se limita a ser simplesmente o de informar os saberes que a humanidade acumulou, mas sim o de transmitir, de forma eficaz, novos saberes e assinalar as referências que impeçam as pessoas de ficar submergidas no excesso de informações.

A este propósito, Antunes (2002) reconhece que o ensino-aprendizagem dá espaço ao ensinar a pensar, saber comunicar-se e pesquisar, ter raciocínio lógico, fazer sínteses e elaborações teóricas, ser independente e autônomo, enfim, ser socialmente competente.

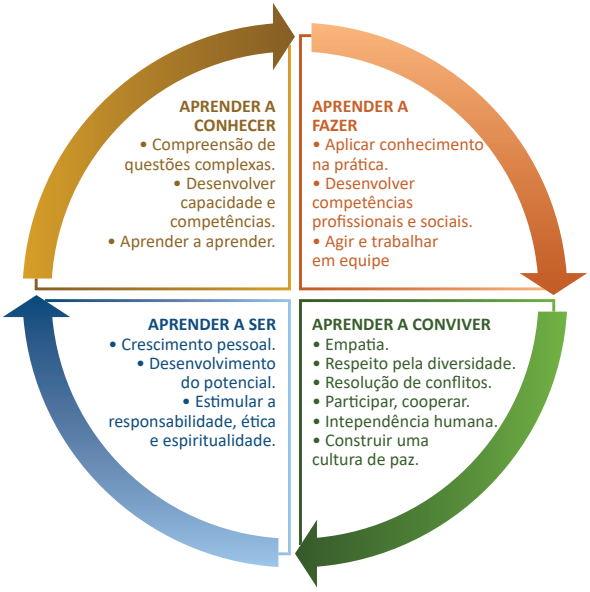
Para se alcançar sucesso na mudança, Friedberg (1993) enfatiza e descreve o seu conceito e o papel das circunstâncias condicionantes. A mudança constitui sempre uma aposta nas possibilidades de evolução e de aprendizagem do sistema de atores, uma aposta sem nenhuma garantia de êxito. E o facto de ela incorporar «tecnologias» de mudança não modifica em nada a situação. Tudo é, mais uma vez, uma questão de apreciação das possibilidades de evolução do sistema humano da organização num dado momento. Tudo depende também da capacidade real de criar as condições de desbloqueamento e de desenvolvimento institucional e de gerir um processo de mudança, através do qual os atores interessados podem adquirir as capacidades necessárias para fazer viver a nova dinâmica.

O mesmo autor acrescenta que uma estratégia de mudança tem de inventar e articular um conjunto de ações «por medida», que têm em conta características específicas dos jogos e do sistema de atores, cuja estruturação se trata de transformar. Apoiando-se nas oportunidades particulares oferecidas por esses jogos e por esse sistema de atores, tal estratégia pode deste modo ajudar, razoavelmente, os atores respetivos a aplicarem os novos comportamentos, cuja adoção e aprendizagem condicionam em definitivo o êxito da mudança desejada.

Inspirados na referida declaração da UNESCO, um grupo de especialistas do mundo inteiro prepararam um relatório para a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI-UNESCO, intitulado "Educação: um tesouro a descobrir" (Delors *et al.,* 2010), coordenado por Jacques Delors. Este relatório representa uma revisão crítica à política educativa, uma síntese do pensamento pedagógico para o novo milênio, e serviu de base para toda a comunidade educativa se adaptar às rápidas mudanças e desafios.

Para buscar respostas plausíveis aos desafios da mudança, que o novo paradigma educativo impõe, o ato de aprender deve ser prazeroso, dando ressignificação à aprendizagem, à compreensão, de modo que o produto desta relação professor/aluno seja estendido para a vida e não seja estanque (Delors, 1998). Deste modo, a educação deve organizar-se e delinear as quatro aprendizagens essenciais ao longo da vida, os chamados "quatro pilares do conhecimento", 1) aprender a conhecer, 2) aprender a fazer, 3) aprender a viver juntos e 4) aprender a ser (Delors *et al.,* 2010), são representados na figura 1, que se segue.

Figura 1: Os quatro pilares do conhecimento



Fonte: elaborado pelas autoras, a partir de Delors (2010)



O relatório referido acrescenta que a educação tradicional se concentrava essencialmente nos primeiros domínios, aprender a conhecer e, em menor grau, aprender a fazer, sendo os dos últimos, aprender a viver juntos e aprender a ser, mais complexos e subjetivos, e dependentes da própria entidade educativa.

A aplicação do novo paradigma educativo pressupõe uma revisão curricular, que enfrenta dificuldades e resistências, porque as instituições educativas são altamente conservadoras e relutantes à incorporação das Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), o que significa uma ruptura radical com as práticas anteriores (Ferreiro, 2011), uma transformação impulsionada pelo progresso tecnológico e novas exigências do ambiente de trabalho (Granados Maguiño, *et al.,* 2020). Portanto, os recursos humanos qualificados em TIC são um fator-chave, que determina o crescimento, a competitividade e a atratividade de investimentos no setor educativo, na vida profissional e no mercado de trabalho.

De acordo com Scott (2015), a renovação educativa desafia numerosos fatores, que impulsionam a aquisição das competências e conhecimentos para os estudantes sobreviverem e terem êxito no século XXI, focada, fundamentalmente, em três aspectos, as razões que justificam um novo modelo de aprendizagem, as competências e aptidões específicas necessárias para trabalhar efetivamente no século XXI e a pedagogia para estimular essas capacidades, o que requer competências e habilidades variadas.

Por outro lado, os processos de socialização, externalização, combinação e internalização, fases da conversão do conhecimento, articulam-se com a proposta dos quatro pilares da educação e as possíveis relações entre conhecimento e educação (Santos *et al*., 2021).

A AGENDA 2030, A EDUCAÇÃO SUPERIOR E A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

A Agenda 2030 (ONU, 2015) é um plano de ação para as pessoas, o planeta, a prosperidade, a paz e as parcerias, que abrange 17 Objetivos



de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, de carácter integrado, combinando as três dimensões do desenvolvimento sustentável, a econômica, a social e a ambiental. Prevê-se que, até 2030, se implementem os ODS e as respectivas metas em todo o mundo.

Neste sentido, a iniciativa procura conciliar e explorar um modelo global, com vista a fornecer uma resposta abrangente aos desafios impostos, entre outros, pobreza e fome; educação de qualidade; vida saudável e doenças curáveis; energia e meio ambiente; produção e o consumo responsáveis; gênero e empoderamento das mulheres e sociedades mais pacíficas, justas e inclusivas. Cada país responde às recomendações da agenda de acordo com o seu nível de compromisso, estabelecendo metas e indicadores específicos (García *et al., (*2021), e os atores públicos e privados devem formular políticas e implementar ações para a sua concretização, isto é, devem exercer boa governança (Langer; Paternes, 2022; Lombana-Coy; Cabeza, 2024).

De acordo com Alonso-Becerra *et al.* (2021), a contribuição do ensino superior para os ODS não se limita exclusivamente ao ODS 4, educação de qualidade, porque a universidade desempenha um papel integral em todos os seus processos, abrangendo programas de graduação e pós-graduação, ciência, inovação, tecnologia e extensão. Para a abordagem deste estudo, destaca-se no quadro 1, o Objetivo 4 – Educação de qualidade, e algumas metas, diretamente relacionadas com o ensino superior.



Quadro 1: ODS 4 com impacto direto no ensino superior

ODS 4 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
METAS ESPECÍFICAS RELACIONADAS COM O ENSINO SUPERIOR:
4.3: Garantir acesso igualitário para homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, incluindo universidade
4.4: Aumentar substancialmente o número de jovens e adultos com habilidades relevantes, inclusive técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.
4.5: Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade
4.7: Garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, incluindo educação para cidadania global e valorização da diversidade cultural.

Fonte: elaborado pelas autoras, a partir de ONU (2015)

Por outro lado, a International Association of Universities (IAU, 2020) destaca o papel das universidades, especificamente no que diz respeito aos seguintes ODS, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 13, 14 e 17, representados no quadro 2.

Quadro 2: Principais ODS com impacto indireto no ensino superior

ODS		RELAÇÃO COM O ENSINO SUPERIOR
ODS 2	Fome zero e agricultura sustentável	Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável
ODS 3	Saúde e Bem-Estar	Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
ODS 4	Educação de qualidade	Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
ODS 5	Igualdade de Gênero	Promove equidade no acesso à educação superior para mulheres e meninas



ODS		RELAÇÃO COM O ENSINO SUPERIOR
ODS 7	Energia limpa e acessível	Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos
ODS 8	Trabalho Decente e Crescimento Econômico	Incentiva formação universitária voltada para o mercado de trabalho e inovação
ODS 9	Indústria, Inovação e Infraestrutura	Estimula pesquisa científica e tecnológica nas universidades
ODS 10	ReduçãodasDesigualdades	Apoia políticas de inclusão no ensino superior para grupos vulneráveis
ODS 13	Ação contra a mudança global do clima	Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos
ODS 14	Vida na água	Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
ODS 17	Parcerias e Meios de Implementação	Incentiva cooperação entre universidades, governos e setor privado para alcançar os ODS

Fonte: elaborado pelas autoras, a partir de IAU, (2020, p.23)

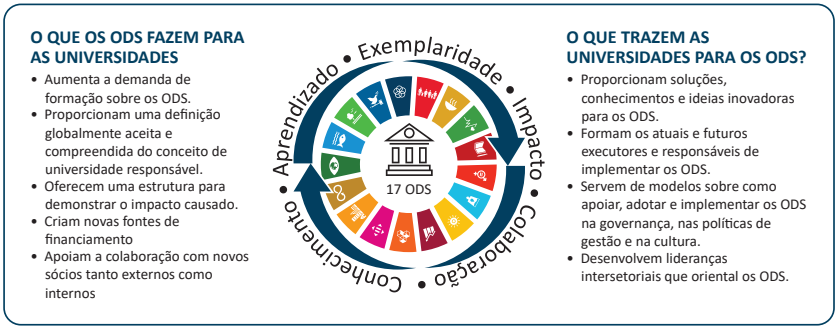
A associação citada específica que os contributos das universidades centram-se em quatro áreas fundamentais: educação, investigação, gestão e governação e liderança social. Por conseguinte, é relevante que a educação superior se baseie em princípios e valores transversais do desenvolvimento sustentável e considere os aspectos ambientais, sociais e econômicos, num contexto global com uma incidência local.

Como se pode observar, a Agenda 2030 promove um novo paradigma educacional, uma mudança de visão e comportamento, com uma abordagem integral da ecologia ou sustentabilidade, uma visão global e planetária, que se reflete em um comportamento de respeito, cooperação, austeridade e cuidado (Alves, 2019).

Convém lembrar que o novo paradigma educativo remonta à Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI (UNESCO, 1998), cujas diretrizes e princípios para o futuro da educação superior e a mudança nas práticas pedagógico-didáticas se foram aplicando em todo o mundo e adaptando às especificidades de cada instituição de ensino superior, articulando-se, gradualmente, com as mudanças sociais surgidas com o desenvolvimento técnico e tecnológico.

Protagonistas na criação e difusão do conhecimento, as universidades impulsionam a inovação, o desenvolvimento e o bem-estar social, podendo, ao mesmo tempo, beneficiar-se bastante ao se comprometerem com os ODS, como a Figura 2 explica.

Figura 2. Razões para o compromisso universitário com os ODS



Fonte: elaborado pelas autoras, a partir de SDSN Australia/Pacific (2017)

No Brasil, em consonância com a chamada à participação das bibliotecas para a implementação dos ODS (IFLA, 2016, 2017), o tema foi amplamente debatido nos Congressos Brasileiros de Biblioteconomia e Documentação (CBBD) de 2017 e de 2019, organizados pela Federação Brasileira das Associações de Bibliotecários (FEBAB), que integrou profissionais das bibliotecas brasileiras de todas as tipologias (Dutra; Pinto; Geraldo, 2017; Geraldo; Pinto, 2021).

A bibliografia demonstra que algumas bibliotecas universitárias têm promovido ações e atividades para o desenvolvimento dos ODS (Sala *et al*, 2020; Araújo *et al*. 2021; Magnus *et al*., 2022; Pereira *et al*., 2023; Trindade *et al*., 2023; Silva; Vlaxio, 2024). No entanto, Sala *et al.* (2020) constatam que, tendo o Brasil 26 estados, 5.570 municípios e o Distrito Federal, as ações sobre o desenvolvimento sustentável alinhadas à Agenda 2030 ainda são muito incipientes nas bibliotecas brasileiras, afirmação confirmada por Trevisol Neto e Pinto (2023), que as consideram em número inexpressivo. Num estudo que abrange 563 bibliotecas universitárias brasileiras, Rossi (2023) expressa a mesma opinião ao afirmar que



> [...] a maior parte das BU pesquisadas aponta serviços básicos e tradicionais, sem muita inovação e não mencionam nenhum alinhamento com os ODS. Nesse sentido, as BU têm muito a avançar nos próximos sete anos, tempo em que a Agenda 2030 vigorará, inclusive com mudanças culturais dos próprios bibliotecários acerca do conceito de BU que tem abarcado muito mais o contexto social e de suporte aos usuários (Rossi, 2023, p. 182).

As bibliotecas universitárias são fundamentais para o processo de conscientização e de promoção do desenvolvimento sustentável na comunidade. Então, devem organizar uma agenda de ações e atividades, que envolva ativamente a comunidade nesse processo, contribuindo para um modo de viver e de pensar mais sustentável.

METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza bibliográfica e documental, com caráter descritivo e explicativo e abordagem mista, que engloba os aspectos qualitativos e quantitativos. Decidiu-se realizar uma revisão da literatura, delimitada entre 2015 e 2025, por meio da busca e recuperação de informações em português nas bases de dados BRAPCI, Google Acadêmico, Portal da CAPES e OASISBR, utilizando os descritores “Biblioteca universitária”, “Agenda 2030” e “Brasil”, que foi realizada em julho de 2025.

A busca, recuperação e seleção de literatura apropriada ao objetivo e à abordagem selecionados efetuou-se em três etapas graduais. Na primeira fez-se o levantamento de 629 dos documentos, que incluiu artigos de periódicos, capítulos de livros e comunicações de anais; a segunda etapa permitiu selecionar documentos, cujo título e palavras-chave do resumo estavam alinhados com os objetivos estabelecidos para a pesquisa, e da qual resultaram 83 documentos; e a terceira correspondeu à avaliação do conteúdo do resumo e do texto completo, resultando na seleção de 39 documentos, que serviram para a conceptualização e a discussão dos resultados.



Definido o *corpus* final, a etapa subsequente consistiu na análise, sistematização e apresentação do seu conteúdo em quadros, gráficos e figuras, que facilitam a sua compreensão, acompanhadas de discussão dos seus dados, à luz do referencial teórico e dos objetivos da pesquisa.

As dificuldades identificadas na coleta de dados decorreram da falta de padronização nos campos de metadados exportados para o Zotero, gerenciador de referências bibliográficas, frequentemente preenchidos de forma inadequada nas fontes originais. Essa situação manifesta-se, por exemplo, na classificação de uma comunicação de evento como artigo de periódico, de um Trabalho de Conclusão de Curso de graduação como artigo de periódico e na troca do título da revista pelo nome do repositório institucional, onde o documento está alojado, além de outras incoerências na exportação de dados.

Outro problema foi a falta da exportação do arquivo no formato Portable Document Format (PDF), acompanhado das respectivas referências bibliográficas, que servem para fundamentar o estudo e aportam metadados complementares. Além disso, os registros mais antigos não possuem o Número Identificador Digital (DOI), dado que facilita a obtenção de metadados.

A busca dos descritores no Google Acadêmico, que é um motor de busca, uma ferramenta de busca gratuita do Google especializada em literatura científica de diferentes topologias, permitiu, por um lado, recuperar uma grande quantidade de publicações, quantificadas nos quadros que se seguem, mas, por outro, dificultou a identificação da tipologia documental, em razão da ausência de harmonização dos dados com as normas de normalização bibliográfica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As publicações brasileiras sobre a bibliotecas universitária e a Agenda 2030 das Nações Unidas, identificadas entre 2015 e 2025, correspondem a um total de 629 documentos, escritos em português, incluindo artigos de revistas, capítulos de livros e comunicações de anais. Na



tabela 1, representa-se o resultado obtido na primeira etapa de busca e recuperação de informação, distribuídas pelas fontes de informação utilizadas e os anos correspondentes.

Tabela 1- Resultado obtido nas bases de dados por ano.

"Agenda 2030" AND "Biblioteca"	BRAPCI	Google Acadêmico	OASISBR	Portal da Capes
2015	-	-	-	-
2016	-	6	-	-
2017	3	19	2	1
2018	-	47	-	-
2019	-	71	-	-
2020	-	46	-	-
2021	2	80	1	-
2022	2	110	2	-
2023	4	123	1	-
2024	2	79	3	1
2025	1	23	-	-
Total por base	14	604	9	2
TOTAL	629			

Fonte: elaboração das autoras.

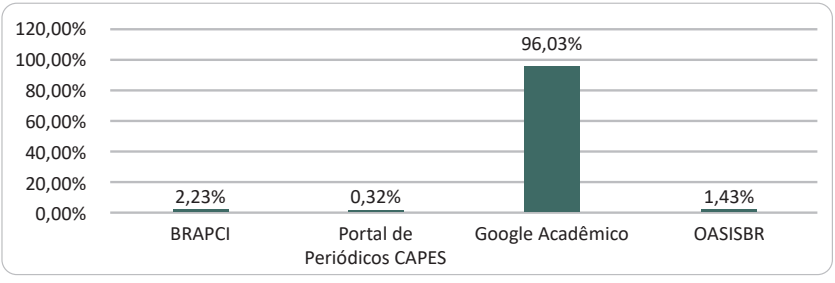
Em 2015 não se recuperaram publicações, por ser o ano da criação da própria Agenda 2030. No seu conjunto, o maior número de documentos foi recuperado no Google Acadêmico, em seguida na BRAPCI e no Portal de Periódicos da CAPES e, por fim, no OASISBR. De 2016 a 2017, o número é muito reduzido, dado que coincide com o resultado obtido pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil A2030 (GT 2017, p. 2), que o explica a partir dum contexto de múltiplas crises, distante das aspirações da Agenda 2030, em que se destaca uma expansão de forças retrógradas, que atuam na contramão do desenvolvimento sustentável, em que todos os esforços da classe política estão canalizados para minimização dos escândalos de corrupção, que corroem o sistema político partidário nacional. No entanto, os resultados obtidos entre 2018 e

2025 são igualmente reduzidos, razão pela qual é necessário aprofundar este fenômeno, tendo em conta, entre outros aspetos, que inclui o período da pandemia do COVID 19 e as suas consequências.

Na BRAPCI, entre 2017 e 2025, predominam os artigos de periódicos, 13, e apenas há 1 comunicação de Anais. No Google Acadêmico, obtiveram-se 604 produções científicas, cujos resultados foram analisados de forma criteriosa, visto que eram de amplo espectro, e demonstram uma evolução anual irregular ao longo do período referido. O aumento de dados obtidos no ano de 2017 e posteriores é corroborado pela investigação de Geraldo e Pinto (2019) sobre a produção dos Anais do congresso da FEBAB de 2017, cujo evento, segundo os autores, provocou nos anos posteriores uma maior incidência de produção científica sobre o tema. A produção recuperada no Google Acadêmico culmina nos anos de 2022 e 2023, com 110 e 123 documentos, respectivamente, em que predominam artigos, dissertações e trabalhos de fim de curso. As informações coletadas no OASISBR estão distribuídas entre 2017 e 2024, das quais metade são publicações de eventos e a outra metade são artigos de periódicos. No Portal de Periódicos da CAPES, recuperou-se um número limitado de documentos, dos quais metade são comunicações de eventos e a outra metade são artigos de periódicos.

Para facilitar a visão global da percentagem do mesmo resultado, desenhou-se o Gráfico 1, que se segue.

Gráfico 1 – Resultado total por Bases de Dados (2015-2025)



Fonte: elaboração das autoras



Tal como indicado na tabela 1, os resultados evidenciam uma diferença substancial na quantidade de publicações do Google Acadêmico (96,03%) com relação às outras fontes de informação, resultante da sua natureza, uma vez que, a BRAPCI, a OASISBR e o Portal de Periódicos da CAPES são bases de dados e o Google Acadêmico é um motor de busca.

Para compreender, com mais profundidade, os resultados obtidos, efetuaram-se mais duas etapas de busca e recuperação da informação, em que se filtraram os dados recuperados da primeira etapa. No que diz respeito ao título e às palavras-chave contidas no resumo, que corresponde à segunda etapa, 83 documentos estavam alinhados com os objetivos estabelecidos para a pesquisa. Na terceira etapa, filtraram-se os documentos recuperados para verificar o conteúdo do resumo e do texto completo, tendo-se obtido 39 documentos, que constituem o *corpus f*inal. Na tabela 2, apresentam-se, as etapas, as bases utilizadas e os documentos correspondentes a cada uma.

Tabela 2: Etapas e resultado obtidos na busca e recuperação de documentos

Etapas de Seleção	BRAPCI	Google Acadêmico	OASISBR	Portal da Capes	Total
1ª etapa	14	604	9	2	**629**
2ª etapa	14	60	7	2	**83**
3ª etapa	10	23	5	1	**39**

Fonte: elaboração das autoras

Os resultados não são satisfatórios e coincidem com a realidade apresentada no VIII Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil (GT Agenda 2030, 2024), que a tabela 3 sistematiza.

Tabela 3: Classificação das metas alcançadas no Brasil em 2023

CLASSIFICAÇÃO		QUANTIDADE DE METAS	RESULTADO
Insuficiente		58	34,32%
Estagnada		43	25,44%
Retrocesso		40	23,67%
Satisfatória		13	7,69%
Ameaçada		10	5,92%
Sem dados	--	4	2,37%
Não se Aplica	--	1	0,59%
TOTAL		**169**	**100,00**

Fonte: elaboração das autoras a partir de GT Agenda 2030 (2024)

O relatório apresenta resultados correspondentes ao ano anterior, 2023, em que está patente a percentagem da implementação das metas da Agenda 2030 no Brasil. Nos três primeiros lugares, predominam os resultados de implementação insuficiente, 34,32%, estagnada, 25,44%, e de retrocesso, 23,67%. Os restantes são muito baixos, entre as quais se destaca a classificação satisfatória com apenas 7,69%, seguida da ameaçada com 5,92%. O estudo aponta ainda a existência de uma percentagem de 2,37% sem dados e 0,59% de metas que não se aplica ao Brasil.

Os Relatórios Luz do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 são publicações anuais sobre a implementação dos ODS no Brasil, baseados em publicações oficiais das instituições do Estado brasileiro e outras complementares. Cada relatório utiliza a análise e classificação de metas da Agenda 2030, apresenta recomendações a aplicar e compara os resultados de cada ano com os alcançados nos anos anteriores. Um aprofundamento destes relatórios é fundamental para conhecer os processos sociais no seu conjunto, estudo comparativo que não está abrangido pelo objetivo desta investigação.

A análise dos documentos resultantes da terceira e última etapa de seleção permitiu ainda considerar as palavras-chave complementares às deste estudo, Biblioteca universitária, Agenda 2030 das Nações Unidas e Brasil, que se expõem no quadro 3, que se segue.



Quadro 3: Resultados por palavras-chave e frequência

PALAVRAS-CHAVE	QUANT.	PALAVRAS-CHAVE	QUANT.
Agenda 2030	**29**	Acessibilidade	2
Biblioteca universitária	**25**	Biblioteca	2
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	**15**	Biblioteca Escolar	2
Desenvolvimento sustentável	**10**	Biblioteconomia	2
Sustentabilidade	6	COVID-19	2
Inclusão social	5	Educação superior	2
Biblioteca pública	4	Frameworks	2
Bibliotecas	4	Gestão de bibliotecas	2
Ciência da Informação	4	IFLA	2
Brasil	3	Pandemia	2
Educação	3	Tecnologia assistiva	2
Objetivo 4- Educação de qualidade	3	Ação informacional	1
Serviço de informação	3	Acessibilidade física	1

Fonte: elaboração das autoras

Como se pode observar, as expressões mais recorrentes são “Agenda 2030” (29), “Biblioteca universitária” (25) e “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)” (15) e “Desenvolvimento sustentável” (10) e as restantes palavras-chave são numericamente mais reduzidas. A diversidade de palavras-chave mostra que a Ciência da Informação não pode se limitar nos seus domínios, tem potencial para desenvolver um papel de protagonismo na área da informação, dada a sua natureza intrinsicamente multi, inter e transdisciplinaridade com diversas áreas do conhecimento e ao seu estabelecimento de diálogos científicos (Vassi *et al.*, 2024), para ir ao encontro do pensamento complexo e efetuar investigações em que interage e cria conhecimento para benefício da sociedade.



CONCLUSÕES

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável propôs novos objetivos, políticas e ações globais, que exigem o envolvimento ativo de todos os membros da sociedade. Paralelamente, organizações internacionais, como a ONU, a UNESCO e a IFLA promovem a contribuição do ensino superior e das bibliotecas universitárias para a implementação da agenda, centrada na melhoria do ensino e aprendizagem, na investigação e inovação e nas parcerias estratégicas.

As bibliotecas universitárias e os seus bibliotecários precisam de contribuir para o desenvolvimento sustentável como organismos ativos, dinâmicos e em mudança, conhecer o seu estado da arte mediante levantamentos bibliográficos, que contribuam para ampliar os conhecimentos sobre a Agenda 2030 e os ODS e divulgar e aplicar as diretrizes que norteiam as práticas sustentáveis,

O estudo analisou a produção científica brasileira sobre as bibliotecas universitárias e a Agenda 2030, entre 2015 e 2025, e constatou interesse limitado de investigadores, docentes e profissionais de informação na Agenda 2030 e na concretização dos ODS. Sobre o objetivo proposto, a produção científica e as práticas bibliotecárias são insuficientes, em função da comunidade acadêmica e das bibliotecas universitárias no país e em função da importância do tema a nível global e nacional.

Considerando que as pesquisas científicas buscam a melhoria e a evolução material da sociedade, conclui-se que, embora em número limitado, às investigações e as práticas sobre a Agenda 2030 e os ODS têm alcançado resultados positivos, mas insuficientes, pelo que são necessários mais estudos e ações, que renovem a sensibilização a estes objetivos, e que consolidem as ações já efetuadas.

O acesso e divulgação da informação disponibilizado pelas bibliotecas universitárias e o desenvolvimento de ações sobre a Agenda 2030, configura-se como uma estratégia promissora para garantir processos de inovação e impactos sociais positivos frente às urgências sociais e informacionais da sociedade.



A cinco anos da finalização do prazo estabelecido para a concretização dos objetivos e metas da Agenda 2030, urge da parte das autoridades, federais, regionais e locais, a renovação de políticas, estratégias e ações, contribuindo para a superação dos desafios e dificuldades para o desenvolvimento social em 2030.

REFERÊNCIAS

ALONSO-BECERRA, Alicia; BANOS-MARTINEZ, Marcos Antonio; COLUMBIE--SANTANA, Mariela. Los objetivos de desarrollo sostenible desde la proyección estratégica de la educación superior. Ingeniería Industrial, v. 42, n. 1, p. 62-77, abr. 2021. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&-pid=S1815-59362021000100062&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 14 ago. 2025.

ALVES, Fernanda Maria Melo. Hacia los Objetivos de la Agenda 2030 de las Naciones Unidas a través de la educación y el desarrollo**. Revista Nova Paideia**, v. 1, n. 3, p. 34–42, 2019. Disponível em: https://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/36. Acesso em: 1 jul. 2025.

ANTUNES, Celso**. Como desenvolver as competências em sala de aula**. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

ARAUJO, Débora Kraemer de; MAGNUS Ana Paula Medeiros; SELBACH, Clarissa Jesinska; DEBASTIANI, Aline Matte; HANDKE, Fernanda Becker. O papel social das bibliotecas universitárias: iniciativas da Biblioteca Central Irmão José Otão da PUCRS. **Páginas a&b: arquivos e bibliotecas,** v. 3, n. 16, p. 97–118, 2021. DOI: https://doi.org/10.21747/21836671/pag16a6. Disponível em: https://ojs.letras.up.pt/ojs/index.php/paginasaeb/article/view/10887. Acesso em: 1 jul. 2025.

BORBA, Filomena. As bibliotecas do ensino superior e os objetivos de desenvolvimento sustentável: projeto “Um ODS por Mês. **BAD:** Actas dos Congressos de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas**,** n. 14, 2023. DOI: https://doi.org/10.48798/congressobad.2882. Disponível em: https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/congressosbad/article/view/2882. Acesso em: 1 jul. 2025.

COMISSÃO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA O SÉCULO XXI. **Educação**: um tesouro a descobrir / . São Paulo; Brasília: Cortez: Unesco, 1998. 288p.

DELORS, Jacques et al. Educação**:** um tesouro a descobrir. **Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI**. Paris: UNESCO, 2010. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590_por. Acesso em: 1 jul. 2025.

DUTRA, Sigrid Karin Weiss; PINTO, Marli Dias de Souza; GERALDO, Genilson. Agenda 2030: uma proposta de advocacy junto às bibliotecas das universida-



des públicas de Florianópolis-SC. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, n. Especial, p. 2606–2619, 2017. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/4486. Acesso em: 1 jul. 2025.

FERREIRO, Emilia. Alfabetización digital. ¿De qué estamos hablando? **Educação e Pesquisa**, v. 37, n.2, p. 423-438, mai./ago., 2011. Disponível em: https://revistas.usp.br/ep/article/view/28293. Acesso em: 1 jul. 2025.

FRIEDBERG, E. L'approache organisationelle comme outil: les implications pour la recherche et pour l'action. p. 288-384. In: FRIEDBERG, E. **Le Pouvoir et la Règle:** dynamiques de l'action organisée. Paris: Editions du Seuil, 1993. 405p.

GERALDO, Genilson; PINTO, Marli Dias de Souza. Os Anais do XXVII CBBD e sua aderência às diretrizes da IFLA aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 17, p. 1–27, 2021. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1470. Acesso em: 6 ago. 2025.

GERALDO, Genilson; PINTO, Marli Dias de Souza. Percursos da Ciência da Informação e os objetivos do desenvolvimento sustentável da agenda 2030/ONU. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 373–389, 2019. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1597. Acesso em: 7 ago. 2025.

GRANADOS MAGUIÑO, Mauro Amaru; ROMERO VELA, Sonia Lidia; RENGIFO LOZANO, Raúl Alberto; GARCIA MENDOCILLA, Gino Fernando. Tecnología en el proceso educativo: nuevos escenarios**. Revista Venezolana de Gerencia**, v. 25, n. 92, p. 1809-1823, 2020. https://doi.org/10.37960/rvg.v25i92.34297. Disponível em: https://produccioncientificaluz.org/index.php/rvg/article/view/34297. Acesso em: 1 jul. 2025.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030 (GTSC A2030). **O Brasil na Agenda 2030**: Grupo de Trabalho da sociedade civil para a Agenda 2030. 2017. Disponível em: https://brasilnaagenda2030.org/. Acesso em: 10 nov. 2017.

GT Agenda 2030. **VI Relatório Luz 2022**: o cumprimento das Metas do ODS 5 - Igualdade de Gênero: GT Agenda 2030, 2022. Disponível em: https://gtagenda2030.org.br/wp-content/uploads/2022/07/pt_rl_2022_final_web-1.pdf. Acesso em: 01 jul. 2025.

IFLA. **As Bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU**, 2019. Disponível em: www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit-pt.pdf. Acesso em: 1 jul. 2025.

INTERNATIONAL ASSOCIATION OF UNIVERSITIES. **Higher Education and the 2030 Agenda**: Moving into the 'Decade of Action and Delivery for the SDGs'.



Paris: International Association of Universities (IAU); International Universities Bureau 2020.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Acesso e oportunidade para todos: como as bibliotecas contribuem para a agenda de 2030 das Nações Unidas. **Repositório FEBAB**, 2016. Disponível em: http://repositorio.febab.org.br/items/show/590. Acesso em: 08 nov. 2021.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Agenda 2030 e como as bibliotecas podem contribuir com a sua implementação. **Repositório FEBAB**, 2017. Disponível em: http://repositorio.febab.org.br/items/show/438. Acesso em: 08 nov. 2021.

LANGER, Caroline Ivanski; PATERNES, Aline Gomes de Brito Vieira. Bibliotecas universitárias na Agenda 2030 discutir e atingir a igualdade de gênero. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 29º, 2022. **Anais** [...], v. 1 n. 1, 2022. Disponível em: https://portal.febab.org.br/cbbd2022/article/view/2453. Acesso em 1 jul. 2025.

LOMBANA-COY, Jahir; CABEZA, Leonor. Aproximación a los relacionamientos entre gobernanza y objetivos de desarrollo sostenible para América. **Innovar:** Revista de ciencias administrativas y sociales, v. 34, n. 91, pp. 1-27, 2024. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/27301242. Acesso em: 1 jul. 2025.

MAGNUS, Ana Paula Medeiros; ARAUJO, Debora Kraemer de; DEBASTIANI, Aline Mattei; HANDKE, Fernanda Becker. Gestão e espaços em bibliotecas universitárias para Agenda 2030: experiência da Biblioteca Central da PUCRS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 29º, 2022. **Anais** [...], 2022 Disponível em: https://portal.febab.org.br/cbbd2022/article/view/2490/2557. Acesso em 1 jul. 2025.

ONU. **Transformando nosso mundo**: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, 2015. Disponível em: https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf. Acesso em: 30 jun. 2025.

ROSSI, T. **Framework para diagnóstico e análise dos serviços de bibliotecas universitárias**: um enfoque nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2023. 384 p. Tese (Doutorado)- Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2023. Disponível em: https://bu.ufsc.br/teses/PCIN0316T.pdf.

SANTOS, Anderson Augusto dos. A agenda 2030 no contexto das bibliotecas públicas de Sergipe. https://ri.ufs.br/handle/riufs/18303.

SANTOS, Reinaldo Repinasi Dos et al. A relação entre os processos de conversão do conhecimento e os quatro pilares da educação de Jacques Delors. VII CONEDU - Conedu em Casa... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Dispo-

nível em: https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/80418. Acesso em: 14/08/2025 08:02

SALA, Fabiana et al. 2020 Agenda 2030 da ONU e desenvolvimento sustentável: qual o papel das bibliotecas? **Revista ACB**, v., 25, n. 2, 2020, p. 325-339. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7541418. Acesso em: 30 jun. 2025.

SCOTT, Cynthia Luna. El futuro del aprendizaje2 ¿Qué tipo de aprendizaje se necesita en el siglo XXI? **Investigación y Prospectiven Educación**. UNESCO, Paris, 2015. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000242996_spa. Acesso em: 30 jun. 2025.

SDSN Australia/Pacific. **Getting started with the SDGs in universities**: A guide for universities, higher education institutions, and the academic sector. Australia, New Zealand and Pacific Edition. Sustainable Development Solutions Network, Australia/Pacific, Melbourne, 2017. Disponível em: https://ap-unsdsn.org/wp-content/uploads/University-SDG-Guide_web.pdf. Acesso em: 30 jun. 2025.

SILVA, André Luiz Avelino da; VLAXIO, Felipe. A educação de qualidade nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU para combate aos preconceitos contra a população LGBTQIA+: um paralelo entre produção acadêmica e bibliotecas universitárias. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, v. 13, p. 1–12, 2024. DOI: 10.5380/atoz.v13i0.91752. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/91752. Acesso em: 3 ago. 2025.

TREVISOL NETO, Orestes; PINTO, Marli Dias de Souza. Agenda 2030 nas bibliotecas universitárias em Santa Catarina: proposição de ação informacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23, 2023. **Anais** [...]. Aracajú: ENANCIB, 2023. p. 1–10. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/257715. Acesso em: 1 jul. 2025.

TRINDADE, Alessandra Stefane et al. Promoção dos ODS nas bibliotecas de Universidades Federais Brasileiras: influência das práticas informacionais e das comunidades de prática na atuação dos bibliotecários. **Páginas a&b: arquivos e bibliotecas**, p. 124–146, 2023. Disponível em: https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/13152. Acesso em: 30 jun. 2025.

UNESCO. **Declaração mundial sobre a educação superior no século XXI**: visão e ação. Paris, 1998. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000140457. Acesso em: 30 jun. 20.

VASSI, Vanderlei Ferreira; VALENTIM, Marta Lígia Pomin; VASCONCELOS, Carlos Henrique de; ROGO, Gysele Fernandes dos Santos; CHADI E SILVA, Larissa. Atuação multi, pluri e interdisciplinar na perspectiva docente: uma perspectiva epistemológica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 20, 2024. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1941. Acesso em: 12 ago. 2025.

COLEÇÃO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS: ENRIQUECIMENTO SEMÂNTICO DA COLEÇÃO ALBERTO CHILDE

Fabio Gomes da Silva
Museu de Astronomia e Ciências Afins
fabiosilva@mast.br, https://orcid.org/0000-0002-6868-3333

Cristiane Teixeira de Oliveira
Museu de Astronomia e Ciências Afins
cristianeoliveira@mast.br, http://orcid.org/0000-0002-8934-1201

Resumo: *Este trabalho apresenta a continuidade do projeto de integração da coleção especial da Academia Brasileira de Ciências (ABC) ao acervo da Biblioteca Henrique Morize (BHM), do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). Iniciado em 2017, o acordo de cooperação entre as instituições tem como objetivo o processamento técnico, a conservação preventiva e a salvaguarda de aproximadamente 28.080 itens, incluindo livros, folhetos, mapas, teses e separatas. Destacam-se obras raras e bibliotecas pessoais de cientistas como Alberto Childe e Sampaio Ferraz, muitas com marcas de proveniência (ex-libris, anotações, assinaturas) que conferem valor histórico e singularidade ao acervo. Diante da importância desse patrimônio e da necessidade de ampliar o acesso à informação, propõe-se o enriquecimento semântico do catálogo da BHM como estratégia para otimizar a recuperação da informação e reduzir o tempo de busca dos usuários. A metodologia adotada envolve a formalização de fontes de dados bibliográficos e de autoridades, o enriquecimento de dados estruturados no catálogo, a aplicação de vocabulário controlado para dados não estruturados (como marcas pessoais) e a reestruturação dos campos MARC21 no sistema Pergamum, utilizado pela biblioteca. Espera-se, com isso, aumentar a eficiência na disseminação da coleção da ABC para a comunidade usuária da BHM e aprimorar a gestão da biblioteca. Além disso, a iniciativa está alinhada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16 da ONU, que promove sociedades pacíficas e inclusivas, fortalece instituições públicas e garante o acesso à informação, contribuindo para a redução das desigualdades e a promoção da justiça.*

Palavras clave: *Enriquecimento semântico de catálogo. Coleções especiais. Biblioteca Henrique Morize. Academia Brasileira de Ciências.*

Keywords: *University library; United Nations 2030 Agenda; Brazil.*



Abstract: *This paper presents the continuation of the integration project of the special collection of the Brazilian Academy of Sciences (ABC) into the holdings of the Henrique Morize Library (BHM), at the Museum of Astronomy and Related Sciences (MAST). Initiated in 2017, the cooperation agreement between the institutions aims at the technical processing, preventive conservation, and safeguarding of approximately 28.080 items, including books, pamphlets, maps, theses, and offprints. Highlights include rare works and personal libraries of scientists such as Alberto Childe and Sampaio Ferraz, many bearing provenance marks (ex-libris, annotations, signatures) that confer historical value and uniqueness to the collection. Given the significance of this bibliographic heritage and the need to expand access to information, the semantic enrichment of BHM's catalog is proposed as a strategy to enhance information retrieval and reduce user search time. The methodology involves the formalization of bibliographic and authority data sources, enrichment of structured catalog data, application of controlled vocabulary to unstructured data (e.g., personal marks), and restructuring of MARC21 fields in the Pergamum library system. This initiative is expected to improve the dissemination of the ABC collection to BHM's user community and advance library management practices. Furthermore, the project aligns with the United Nations Sustainable Development Goal (SDG) 16, which promotes peaceful and inclusive societies, strengthens public institutions, and ensures access to information, contributing to the reduction of inequalities and the promotion of justice.*

Keywords: *Semantic enrichment of catalog. Special collections. Henrique Morize Library. Brazilian Academy of Sciences.*

Resumen: *Este trabajo presenta la continuidad del proyecto de integración de la colección especial de la Academia Brasileña de Ciencias (ABC) al acervo de la Biblioteca Henrique Morize (BHM), del Museo de Astronomía y Ciencias Afines (MAST). Iniciado en 2017, el acuerdo de cooperación entre las instituciones tiene como objetivo el procesamiento técnico, la conservación preventiva y la salvaguarda de aproximadamente 27,000 ítems, incluyendo libros, folletos, mapas, tesis y separatas. Se destacan obras raras y bibliotecas personales de científicos como Alberto Childe y Sampaio Ferraz, muchas con marcas de procedencia (ex libris, anotaciones, firmas) que otorgan valor histórico y singularidad al acervo. Ante la relevancia de este patrimonio bibliográfico y la necesidad de ampliar el acceso a la información, se propone el enriquecimiento semántico del catálogo de la BHM como estrategia para optimizar la recuperación de información y reducir el tiempo de búsqueda de los usuarios. La metodología adoptada contempla la formalización de fuentes de datos bibliográficos y de autoridades, el enriquecimiento de datos estructurados del catálogo, la aplicación de vocabulario controlado en datos no estructurados (como marcas personales) y la reestructuración de los campos MARC21 en el sistema Pergamum, utilizado por la biblioteca. Se espera con ello mejorar la diseminación de la colección ABC entre la comunidad usuaria de*



la BHM y perfeccionar la gestión bibliotecaria. Además, la iniciativa se alinea con el Objetivo de Desarrollo Sostenible (ODS) 16 de la ONU, que promueve sociedades pacíficas e inclusivas y garantiza el acceso a la información, contribuyendo a reducir las desigualdades y a fomentar la justicia.

Palabras clave: *Enriquecimiento semántico del catálogo. Colecciones especiales. Biblioteca Henrique Morize. Academia Brasileña de Ciencias.*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se refere à continuidade do Projeto de Integração da Coleção da Academia Brasileira de Ciências ao acervo da Biblioteca Henrique Morize do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). O acordo de cooperação técnica realizado em dezembro de 2007, entre o Museu de Astronomia e Ciências Afins e a Academia Brasileira de Ciências (ABC), tem como objetivo de desenvolver "[...] serviços visando a avaliação, seleção, identificação, embalagem e transferência do acervo de livros e periódicos da biblioteca da Academia Brasileira de Ciências para o Museu de Astronomia e Ciências Afins e para outras instituições científicas". (Museu da Astronomia e Ciências Afins, 2007, p. 14)

A Biblioteca Henrique Morize (BHM) está fisicamente localizada dentro do campus do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), no bairro de São Cristóvão, Rio de Janeiro. A BHM faz parte de uma área de aproximadamente 44 mil m², que abriga um significativo patrimônio arquitetônico composto por 16 edificações da década de 1920. A inauguração do atual prédio da BHM em novembro de 2015, foi parte das celebrações dos 30 anos do MAST e representou um avanço substancial, visto que o espaço anterior de 105 m² já não comportava a expansão do acervo. O novo edifício conta com dois pavimentos e área de aproximadamente 900 m², projetado para oferecer instalações modernas e adequadas à preservação do acervo. O espaço também inclui salas de consulta equipadas com recursos multimídia, garantindo melhor atendimento aos usuários.



O acervo da Biblioteca Henrique Morize é especializado em história da ciência, astronomia, educação, divulgação científica, museologia, preservação e patrimônio de ciência e tecnologia. Com um volume 28.080 volumes, a coleção é composta por livros, dissertações, teses, monografias, folhetos, obras de referência, periódicos, CDs e DVDs. Uma contribuição notável para o acervo veio da Academia Brasileira de Ciências, que transferiu, por meio de um acordo de cooperação técnica, a guarda de todo o acervo da Biblioteca Aristides Leão Pacheco. Essa incorporação consolidou a BHM como uma das principais bibliotecas de publicações científicas históricas do Brasil.

A Coleção ABC reúne diversos tipos de documentos, como livros, folhetos, mapas, teses, monografias e separatas, totalizando cerca de 15.000 volumes. Entre os itens, destacam-se obras raras e as bibliotecas pessoais de Alberto Childe e Sampaio Ferraz, preservadas com marcas singulares — ex-libris, notas marginais, assinaturas, cartas, entre outras. Tais elementos, que conferem uma singularidade a cada obra, agregam um valor intrínseco significativo, não apenas a cada item isolado, mas à totalidade da coleção.

Tendo em vista o significativo valor histórico das obras que constituem o acervo da BHM, propôs-se o enriquecimento semântico da base de dados bibliográfica, a fim de buscar a reconstrução da história da coleção e subsidiar novas pesquisas relacionadas a esse acervo. Nesse sentido, a iniciativa insere-se no escopo do projeto de pesquisa "História, Memória Documental e Divulgação da Ciência e Tecnologia Brasileira", fomentado pelo Programa de Capacitação Institucional (PCI) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). O principal objetivo do projeto é identificar, organizar e dar acesso integral aos itens, tendo como piloto a biblioteca particular de Alberto Childe.

Nesse contexto, a implementação do enriquecimento semântico do catálogo foi realizada com o objetivo de oferecer aos usuários informações mais contextualizadas, que reflitam as particularidades intrínsecas da coleção. Além disso, essa iniciativa busca aprimorar a eficácia da biblioteca na sua missão de difusora da informação, alinhando-se aos princípios do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16. A



capacidade de interligar e contextualizar metadados pode transformar o catálogo numa rede de informações interconectadas. Essa contribuição para o aprimoramento do catálogo é fundamental para a democratização do acesso à informação, que está alinhado ao pilar da justiça e da inclusão social, conforme preconiza o ODS 16.10: "Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais." (Nações Unidas, [s.d.])

As seções a seguir descrevem o projeto de enriquecimento semântico do catálogo da BHM, que tem como objeto a coleção especial Alberto Childe. O processo foi desenhado para além do tratamento técnico e disponibilização da coleção, tendo como compromisso a preservação da memória coletiva e a valorização do patrimônio documental, conectando o passado ao presente e assegurando sua transmissão às futuras gerações.

REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA, CATÁLOGOS E ENRIQUECIMENTO SEMÂNTICO

A representação descritiva de obras nos catálogos de bibliotecas acompanha o próprio desenvolvimento da organização do conhecimento. Desde os primeiros inventários rudimentares até os sistemas inteligentes baseados em dados interligados, os catálogos ao longo do tempo passaram por transformações profundas em suas funções, formatos e tecnologias.

Nesse sentido, podemos dizer que os catálogos são instrumentos que reúnem, organizam e representam todo o acervo disponível em uma biblioteca. Funcionam como um mapa do tesouro, que indica o que existe e mostra a localização física ou digital de um documento. Mas para que esse mapa seja preciso, é necessário um conjunto de princípios norteadores e padronizados para a representação descritiva ou catalogação dos documentos. Desta maneira, o primeiro documento publicado com o objetivo de auxiliar os bibliotecários na catalogação foi a Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (PIC), em



1961. Essa declaração teve como objetivo propor princípios internacionais de catalogação, que foram elaborados e vêm sendo seguidos a fim de obter o controle bibliográfico universal, ou seja, que busca reunir e dar acesso aos registros da produção bibliográfica de todos os países, formando um grande corpo de conhecimento global (Campello, 2006).

Desde a publicação da PIC em 1961, a biblioteconomia passou por muitas transformações, muitas delas impulsionadas pelo avanço das tecnologias de comunicação e informação, e foi necessário após mais de cinco décadas a publicação da Declaração de Princípios de 2009, pela IFLA. Essa nova declaração, além de substituir a primeira, ampliou o escopo dos princípios bem como incorporou novos tipos de documentos, ou seja, adaptou os catálogos ao contexto *online*, permitindo descobrir, identificar, selecionar e obter recursos informacionais de forma eficiente. Nesse sentido, Machado e Arakaki (2022, p. 4) ressaltam que as "funções estabelecidas para os catálogos foram adaptadas para os ambientes digitais, incluindo a garantia de acesso ao recurso, em meio analógico ou digital, além da possibilidade de descoberta de informações em um conjunto de catálogos e até mesmo em fontes externas, isto é, além do contexto das bibliotecas."

Assim, nas décadas de 1970 e 1980 as bibliotecas iniciaram o processo de informatização de seus catálogos, revolucionando o acesso ao acervo. Os catálogos passaram a ser digitais, acessíveis via interfaces web (OPACs), com recursos de busca avançada, filtros e integração com bases externas. Entretanto, a padronização da entrada de dados nos sistemas de gerenciamento de acervo bibliográfico continuou sendo um ponto focal. No intuito de melhorar as entradas das informações nos sistemas de gerenciamento de acervo era preciso novas regras, que foram atendidas com a publicação da segunda edição do *Anglo-American Cataloguing Rules* (AACR2), que foi reformulada a fim de contemplar outros tipos de documentos e *Resource Description and Access* (RDA), que foi desenvolvido para o ambiente web e lançado em 2010.

Ainda na implementação de recursos tecnológicos a fim de aprimorar os catálogos, não podemos deixar de citar a criação e utilização do formato MARC (*Machine Readable Cataloging*). Criado na década



de 1960 pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, o MARC surgiu como resposta à necessidade de automatizar os processos de catalogação e facilitar o intercâmbio de dados bibliográficos entre instituições. Com o tempo, o formato passou por diversas atualizações e adaptações, culminando no MARC 21, que unificou formatos anteriores (USMARC e CAN/MARC), facilitando ainda mais a troca de informações entre instituições.

Apesar de ser amplamente utilizado, principalmente em bibliotecas brasileiras, o formato MARC 21 mantém características analógicas. Nas palavras de Machado e Arakaki (2022, p. 4), ele «conserva as regras para entrada de dados com base no AACR2», simulando, ainda hoje, uma «ficha catalográfica no ambiente digital» (Assumpção; Santos, 2015, p. 66). Mas não podemos deixar de falar da transformação que o MARC promoveu na biblioteconomia, uma vez que permitiu que bibliotecas deixassem de ser ilhas isoladas de informação e passassem a atuar em rede, compartilhando conhecimento de forma estruturada, acessível e duradoura.

Todos esses esforços de décadas são para fazer cumprir uma das funções essenciais dos catálogos, que é comunicar. Jolley (1963 *apud* Fiuza, 1980) afirma que essa comunicação deve descrever um item em suas dimensões física e intelectual, diferenciando-o de outros. Ao pensarmos em coleções especiais, os catálogos são ainda mais importantes, pois ajudam a reconstruir a história de custódia de cada item, estabelecendo "relações funcionais entre os itens (exemplares únicos) e os agentes que são (ou foram) seus antigos proprietários ou guardiões" (Svoljšak, 2022, p. 776).

Por décadas, as três funções propostas por Cutter (1876 *apud* Fiuza, 1980, p. 141-142): "encontrar um livro", "mostrar o que a biblioteca tem" e "ajudar na escolha de um livro" — foram a base para a construção dos catálogos. No entanto, com a chegada dos catálogos *online*, a produção exponencial de informação e a diversidade de tipos de documentos, essas funções se mostraram insuficientes, pois já não atendem às necessidades e ao comportamento informacional dos usuários atuais.



Como Jolley (1963 *apud* Fiuza, 1980, p. 148) destaca, o catálogo deve ser pensado como um meio de comunicação, e seu funcionamento depende de uma avaliação adequada da informação que se deseja transmitir. Um catálogo, assim como a linguagem, é um "hábito social". Portanto, aprimorar sua construção, alinhando-o às necessidades do usuário e utilizando as facilidades das novas tecnologias, é de grande valor para toda a comunidade.

Por isso, a evolução dos catálogos de bibliotecas reflete a busca constante por formas mais eficazes de organizar, representar e disponibilizar o conhecimento. De simples listas manuscritas a sistemas semânticos interligados, os catálogos continuam sendo instrumentos centrais na promoção do acesso à informação, adaptando-se às transformações tecnológicas e às demandas dos usuários contemporâneos. À medida que o comportamento informacional dos usuários se torna mais dinâmico, personalizado e digital, os modelos tradicionais de descrição bibliográfica precisam se adaptar para atender às novas demandas cognitivas e tecnológicas dos usuários.

Com o avanço da web semântica, os catálogos de bibliotecas evoluíram de simples registros para se tornarem ferramentas eficientes de descoberta. Essa evolução é impulsionada pela integração de metadados mais ricos, vocabulários controlados, ontologias e *Linked Data*. De acordo com Berners-Lee, Hendler e Lassila (2001), "A Web Semântica não é uma *Web* separada, mas uma extensão da atual. Nela a informação é dada com um significado bem definido, permitindo melhor interação entre os computadores e as pessoas". Assim, os catálogos ao implementarem processos de enriquecimento semântico se tornam mais robustos, facilitando a navegação conceitual, criando ligações mais intuitivas entre obras, autores, temas e formatos.

O enriquecimento semântico é o processo de adicionar informações contextuais aos dados para melhorar sua qualidade e facilidade de uso. O objetivo é transformar descrições isoladas em redes de informação interconectadas, o que facilita a descoberta, a interpretação e o uso dos conteúdos por pessoas e sistemas. Para Laufer (2015) "A Web Semântica é uma teia de informações construída de forma a ser



facilmente processável por máquinas em uma escala global." Dessa forma, a interoperabilidade entre os catálogos é ampliada, permitindo sua integração com outros repositórios e fontes de conhecimento na internet. Sua aplicação tem sido particularmente relevante em bibliotecas, arquivos e museus, onde fortalece as humanidades digitais, tornando os dados do patrimônio cultural mais fáceis de encontrar e interligar.

Portanto, o enriquecimento semântico veio como uma resposta à necessidade de ampliar visibilidade, interoperabilidade e reutilização dos metadados bibliográficos no ambiente digital. Podemos destacar dois benefícios desse processo, a nível descritivo o enriquecimento semântico pode permitir a transformação de dados isolados em informação organizada, confiável e conectada, garantindo aos catálogos a padronização e consistência necessárias para sua confiabilidade. Já do ponto de vista de comunicação e acesso à informação, tem o potencial de ampliar o papel de curadoria da biblioteca, uma vez que provê um maior número de informações acerca de uma obra.

METODOLOGIA

O presente trabalho é uma pesquisa de natureza descritiva que descreve os procedimentos empregados no enriquecimento semântico da Coleção Alberto Childe, na Biblioteca Henrique Morize, localizada no Museu de Astronomia e Ciências Afins. Conforme mencionado anteriormente, a Coleção Alberto Childe integra o acervo da Biblioteca Aristides Pacheco Leão, da Academia Brasileira de Ciências, e foi transferida para o MAST por meio de acordo de cooperação técnica. A coleção é composta por cerca de 600 itens, entre folhetos, livros e periódicos.

Segundo Lira (2014), o enriquecimento semântico é o processo de atribuição de significado a dados e metadados, a partir de recursos auxiliares, com o objetivo de facilitar a compreensão, a integração e o processamento das informações por pessoas e máquinas. Zeng (2019) argumenta que esse processo, no âmbito de bibliotecas, arquivos e museus, reflete a transformação da modelagem centrada no documento para a centrada na entidade, sendo construído em três estágios: análise, *linking* e *augmentation* (aumento) (Lira, 2014; Zeng, 2019).



Zeng afirma que, durante a etapa de análise, o foco é "a análise dos campos de metadados nas descrições dos recursos originais, a seleção dos recursos potenciais para vinculação e a definição de regras para relacionar e vincular os campos originais ao recurso contextual" (Zeng, 2019). Nesse sentido, a aplicação do processo de enriquecimento de metadados no tratamento da coleção constitui-se em:

- Formalização de fontes de informação para dados bibliográficos e de autoridade, visando à padronização dos termos referentes a esses dados e à terminologia utilizada no tratamento das marcas de proveniência e na descrição do suporte dos itens da coleção.
- Inventário das obras, a partir das informações contidas na folha de rosto, observando dados de autoridade, título, edição, data e impressa, para utilização na catalogação das obras no Sistema Pergamum.
- Mapeamento das marcas de proveniência, considerando marcas institucionais, como carimbos da biblioteca e da coleção; marcas de propriedade, como assinaturas e *ex libris*; marcas de uso (destaques) e anotações, sejam marginais, manuscritas e/ou datilografadas; além de objetos avulsos no suporte, como fotos, lápis etc. Para a padronização da terminologia das marcas de proveniência, foram utilizadas como fontes de consulta vocabulários controlados.
- Reestruturação dos campos MARC 21, com a inclusão de campos para inserção dos novos metadados no Sistema Pergamum, derivados da coleta de informações obtidas no inventário, no mapeamento das marcas de proveniência e na pesquisa de exemplares digitalizados disponíveis em catálogos de bibliotecas digitais *online*.

A metodologia para o enriquecimento semântico da Coleção Alberto Childe, ao incorporar os processos mencionados, aprimora e atualiza as práticas e padrões já adotados na Biblioteca Henrique Morize. Esse aprimoramento contribui para uma melhor organização, descrição e

acesso aos itens da coleção. A próxima seção abordará os resultados atuais do tratamento da coleção Alberto Childe, bem como os próximos passos desse processo.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A proposta de realizar um exercício de enriquecimento semântico no catálogo da BHM surgiu a partir da reflexão sobre o valor histórico e simbólico que as obras que compõem a coleção Alberto Childe e o potencial desdobramento em pesquisas que cada uma tem. Além disso, pensou-se como seria o catálogo se pudesse enriquecê-lo semanticamente por meio de elementos descritivos, os quais permitissem disponibilizar informações sobre propriedade, procedência, marcas históricas, incorporar links e imagens para acesso à outras versões digitais.

À vista disso, a seção apresenta os resultados obtidos na fase atual do enriquecimento semântico da Coleção Alberto Childe. Nesse contexto, são expostas as fontes de informação formalizadas para a padronização terminológica dos dados obtidos no inventário e no mapeamento das marcas de proveniência, bem como para a obtenção dos dados bibliográficos, de autoridade, de assunto e de classificação bibliográfica. A seguir, são apresentados os resultados do inventário desta etapa, destacando as características da coleção e as principais marcas de proveniência encontradas. Por fim, discute-se a implementação dos novos campos MARC 21 para o tratamento dos metadados e o acesso a exemplares digitalizados em bibliotecas online.

Inventário da Coleção Alberto Childe

A fase atual de enriquecimento semântico da **Coleção Alberto Childe** foi concluída com o inventário inicial dos livros e periódicos. Durante esse processo, informações como data, coleção, titularidade, autoria, edição e assunto foram levantadas e catalogadas a partir das **fontes primárias** de cada exemplar (capa e folha de rosto). Em seguida, as **marcas de proveniência** encontradas nos materiais foram mapeadas, digitalizadas e armazenadas na intranet da instituição. Os resulta-



dos parciais indicam um total 103 exemplares, compostos por 86 títulos de livros ,17 folhetos e 63 artigos de 3 periódicos. As áreas temáticas identificadas formam uma bibliografia diversificada, com destaque para a **Egiptologia**, **Linguística**, **Artes e Cultura** e **Filosofia**.

As marcas de proveniência encontradas foram classificadas em quatro categorias principais:

- **Marcas de Propriedade:** Carimbos, assinaturas, ex-libris e anotações de inventário.
- **Marcas de Uso:** Notas, destaques e análises textuais.
- **Marcas de Circulação e Afeto:** Dedicatórias, autógrafos, notas de doação e mensagens pessoais.
- **Inclusões:** Fotos, materiais avulsos recortados, fotos com dedicatória e ilustrações de Alberto Childe.

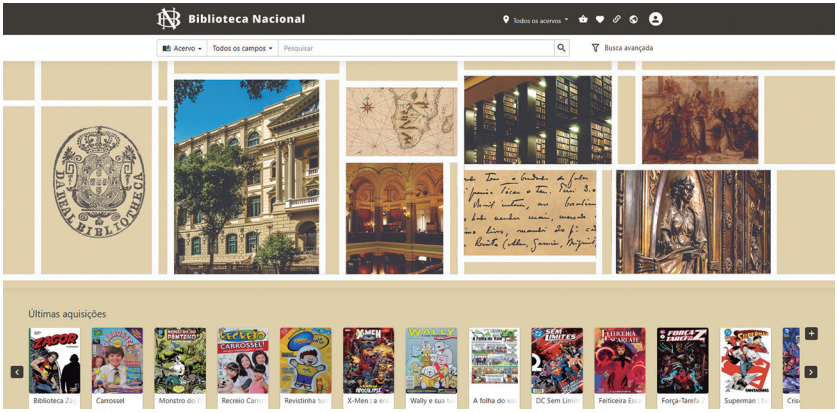
Formalização de fontes de informação para dados bibliográficos e de autoridades

A formalização de fontes de informação, utilizada para catalogação e controle de autoridade, a utilização de vocabulários controlados na descrição de marcas de proveniência e a adoção de novos campos MARC 21 para a descrição e o acesso a exemplares digitalizados em bibliotecas digitais foram fundamentais para o processo. As informações adquiridas no inventário da coleção da ABC nos permitiram conhecer características que orientaram a formalização das fontes de informação para a catalogação de dados bibliográficos e de autoridade. Como já mencionado, as obras da Coleção Alberto Childe compreendem publicações produzidas entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Assim, as principais fontes de informação utilizadas para padronização de dados bibliográficos e controle de autoridade foram:

Biblioteca Nacional do Brasil (2025) – A Biblioteca Nacional é a principal instituição bibliográfica do país. Com mais de 200 anos de tradição, é responsável pela gestão do Instituto do Depósito Legal, sendo a guardiã do acervo bibliográfico brasileiro. Seus catálogos completos e re-

cursos digitais para registros bibliográficos constituem fontes essenciais para a padronização de dados bibliográficos, de autoridade e de assunto para as bibliotecas brasileiras (Fundação Biblioteca Nacional, 2025).

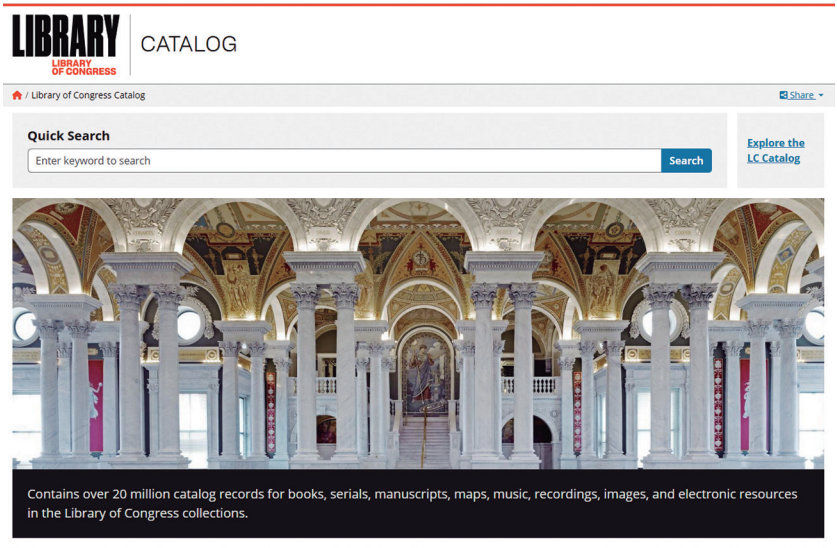
Figura 1: Catálogo da Biblioteca Nacional



Fonte: Biblioteca Nacional (2025).

Library of Congress – Os catálogos bibliográficos, a lista de cabeçalho de assuntos e o catálogo de autoridades da Library of congress são internacionalmente utilizados na padronização bibliográfica (Library of Congress, 2025). são referência internacional em catalogação e controle de autoridade. Disponível em: https://www.loc.gov/.

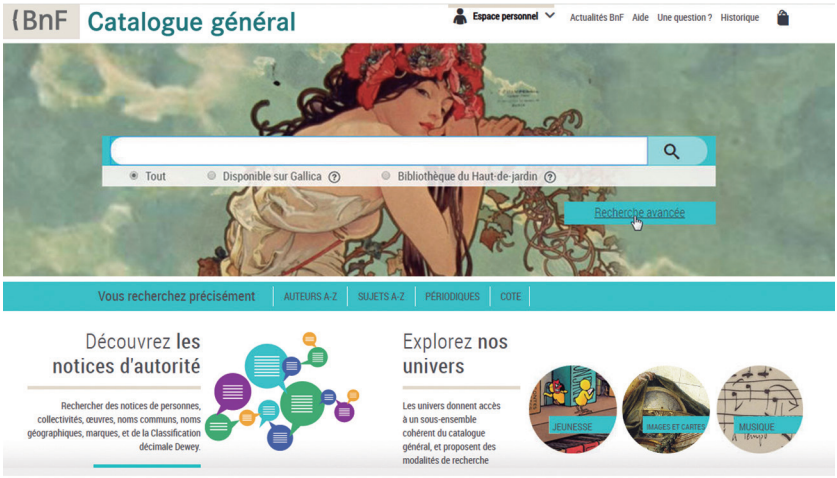
Figura 2: Catálogo da Library of Congress



Fonte: Library of Congress (2025).

Bibliothèque Nationale de France – A biblioteca possui um importante acervo histórico, especialmente de obras publicadas em francês, além de ferramentas para catalogação e acesso digital (Bibliothèque Nationale de France, 2025). O inventário da Coleção Alberto Childe, que reúne obras significativas escritas em francês por autores, pesquisadores e cientistas franceses, revelou documentos e dados de autoridade que muitas vezes não são encontrados nos catálogos da Biblioteca Nacional do Brasil nem da Library of Congress. Por isso, o catálogo da Bibliothèque Nationale de France se destacou como fonte principal para a padronização dos dados bibliográficos e de autoridade, dada a predominância de obras produzidas na França e no idioma francês. A biblioteca digital Gallica oferece diversos exemplares digitalizados da coleção, como o *Catalogue raisonné et historique des antiquités découvertes en Égypte*, de Passalacqua, de Trieste.Disponível em: https://www.bnf.fr/.

Figura 3: Bibliotèque Nationale de France



Fonte: Bibliotèque Nationale de France (2025).

Outras fontes podem ser utilizadas caso dados bibliográficos ou de autoridade não sejam encontrados nas acima mencionadas. a busca por edições digitalizadas inclui, além da Gallica, a biblioteca Europeana, os projetos Open Library e Hathitrust, e das coleções digitais da Leipzig University Library.

Para o tratamento das marcas de proveniência na Biblioteca Henrique Morize utiliza um glossário desenvolvido para padronizar a terminologia aplicada às marcas encontradas nos exemplares da Coleção Alberto Childe. As definições do manual foram fundamentadas na obra *Glossário de Codicologia e Documentação*, elaborada por Ana Virginia Pinheiro. Para o tratamento da Coleção Alberto Childe, foram incorporados termos do *Glossário de Marcas de Proveniência* da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, elaborado por Márcia Carvalho Rodrigues e Alissa Esperon Vian, pesquisadoras vinculadas ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Informação e Memória da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Os termos dessas obras abrangem não apenas marcas, mas também partes dos livros para a descrição das características do suporte das obras.

Figura 4: Glossário de Marcas de Proveniência da UFRG



Fonte: Universidade Federal do rio Grande (2025)

No estudo das marcas de proveniência presentes na coleção, as de maior prevalência foram as marcas de propriedade, tais como carimbos e assinaturas, além das marcas de uso, como anotações manuscritas em margens. Dedicatórias também se destacam como marcas de afeto presentes em algumas obras.

Figura 5: Marcas de Propriedade- A. Childe



Fonte: Os autores (2025).

Reestruturação dos campos MARC2.

A catalogação da Coleção Alberto Childe segue as diretrizes já adotadas para a Coleção da Academia Brasileira de Ciências. Contudo, há



necessidade de reestruturar os campos MARC21, com o objetivo de abordar as características intrínsecas da coleção, garantindo o controle de acesso às obras, a disseminação de informações sobre a origem do material e seu suporte, o acesso às diferentes versões e o agrupamento eficiente das informações. Nesse sentido, o enriquecimento semântico da coleção prevê a implementação de novos campos MARC21 para notas, séries e coleções incrementando as diretrizes de uso da coleção metadados para representar informações sobre regras de acesso, encadernação, histórico do material e localização da coleção. O quadro 1 demonstra os campos atuais utilizados na catalogação.

Quadro 1: Campos Marc21 para especificação da Coleção ABC

Campos	Descrição
Número de chamada- 90	Número utilizado para identificar o exemplar nas estantes. Neste campo, foi adotado no subcampo da sigla ABC, de modo a diferenciá-la das demais coleções nas áreas de guarda.
Nota geral – 500	Inclui informações relevantes sobre aspectos intrínsecos às obras e que não possuem uma nota de descrição específica
Nota bibliografia- 504	Informa sobre notas de bibliografia e/ou índice.
Nota de conteúdo – 505	Para informar informações de conteúdo.
Nota de Acesso- 506	Informações sobre restrições impostas ao acesso aos materiais descritos. Para trabalhos publicados, este campo contém informações sobre distribuição limitada.
Nota biográfica- 545	Informação biográfica sobre informação individual ou histórica de uma instituição ou um evento.
Nota de Origem- 561	Campo específico da cópia que contém informações sobre a propriedade e o histórico de custódia dos materiais descritos desde o momento de sua criação até o momento de sua aquisição, incluindo o momento em que itens individuais ou grupos de itens foram reunidos pela primeira vez em seu arranjo ou agrupamento atual.

Campos	Descrição
Nota de Encadernação- 563	informações vinculativas destinadas principalmente ao uso com materiais antigos, livros raros e outras coleções especiais.
Nota local- 590.	Utilizada para descrever as características específicas de cada exemplar. Neste campo são inseridas as notas geradas durante o inventário (campo Nota no Pergamum).
Entrada Adicional de Série- Título uniforme – 830	Entrada adicional da série consistindo apenas de um título da série também utilizada para coleções especiais, como a A. Childe.
Localização e acesso eletrônico- 856	Informações necessárias para localizar e acessar um recurso eletrônico. O campo pode ser usado em um registro bibliográfico para um recurso quando esse recurso ou um subconjunto dele estiver disponível eletronicamente. Além disso, pode ser usado para localizar e acessar uma versão eletrônica de um recurso não eletrônico descrito no registro bibliográfico ou um recurso eletrônico relacionado.
Coleção – 915	Identifica e unifica a Coleção ABC, permitindo também a recuperação da coleção no Pergamum por completo em uma única busca

Fonte: Almeida *et al.* (2017); Library of Congress (2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O enriquecimento semântico visa ampliar a disponibilidade e acessibilidade de um acervo valioso para a história da ciência. A Coleção Alberto Childe representa uma bibliografia singular, com obras de alta relevância e potencial de raridade, inspiradas na produção especializada em Egiptologia, Linguística, Literatura e Antropologia. As próximas etapas do enriquecimento semântico da Coleção Alberto Childe incluem a tabulação dos folhetos, digitalização dos itens não disponíveis online e a atualização da catalogação conforme as diretrizes do padrão RDA. Outra questão envolve especificidades sobre as linhas de pesquisa



demonstradas em sua bibliografia especializada. Obras sobre a cultura egípcia possuem informações e imagens de coleções perdidas em incêndios como do Museu do Cairo e do Museu Nacional. Nisto a divulgação das imagens presentes pode preencher a lacuna de conhecimento causada pela perda destes acervos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. H. P. de; LINO, L. A. da S.; FARIAS, M. L. de; RANGEL, M. F. O Renascer de uma biblioteca: a coleção especial da Academia Brasileira de Ciências no MAST. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, 2825–2840, 2017. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/949. Acesso em: 29 ago. 2025.

ASSUMPÇÃO, F. S.; SANTOS, P. L. V. da C. Representação no domínio bibliográfico: um olhar sobre os formatos MARC 21. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, jan.-mar., 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1981-5344/2054. Acesso em: 29 ago. 2025.

BERNERS-LEE, T.; HENDLER, J.; LASSILA, O. The semantic web: a new form of Web content that is meaningful to computers will unleash a revolution of new possibilitie. **Scientific American**, New York**,** maio. 2001. Disponível em: http://www2.ic.uff.br/~bazilio/cursos/sistweb/material/Barners-Lee-Scientific-American-May-2001.pdf. Acesso em: 29 ago. 2025.

BIBLIOTÈQUE NATIONALE (FRANCE). **Catalogue général**. Paris, 29 ago. 2025. Disponível em: https://catalogue.bnf.fr/index.do. Acesso em 29 ago. 2025.

CAMPELLO, B. **Introdução ao controle bibliográfico**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006.

FIUZA, Marysia Malheiros. Funções e desenvolvimento do catálogo: uma visão retrospectiva. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 139-58, set. 1980. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36362. Acesso em: 20 ago. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). [**Catálogos**]. Rio de janeiro, 29 ago. 2025. Disponível em: https://acervo.bn.gov.br/sophia_web. Acesso em 29 ago. 2025.

LAUFER, C. **Guia de web semântica.** São Paulo: Centro de Estudos de Tecnologia Web, 2015. Disponível em: https://ceweb.br/guias/web-semantica/creditos/. Acesso em: 29 ago. 2025.

LIBRARY OF CONGRESS. **Catalog**. Washington, DC, 29 ago. 2025. Disponível em: https://catalog.loc.gov. Acesso em 29 ago. 2025.



LIRA, Márcio Angelo Bezerra de. **Uma abordagem para enriquecimento semântico de metadados para publicação de dados abertos**. Recife, 2014. 94 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Ciência da Computação, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11570. Acesso em: 25 ago. 2025.

MACHADO, D. O. F.; ARAKAKI, A. C. S. Schema.Org para catálogos digitais. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 22, p. 01-21, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/87046/51590. Acesso em: 25 ago. 2025.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. Extrato de convênio. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, seção 3, n. 244, 20 dez. 2007. Disponível: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=20/12/2007&jornal=3&pagina=14&totalArquivos=220. Acesso em: 25 ago. 2025.

NAÇÕES UNIDAS (BRASIL). **Objetivo de desenvolvimento sustentável 16**: paz, justiça e instituições eficazes. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/16. Acesso em: 23 ago. 2025.

SVOLJŠAK, S. Historical collections and library catalogs: provenance metadata, bibliographic standards and frameworks, and catalog functionalities. **Cataloging & Classification Quarterly**, London, v. 60, n. 8, p. 775–785, 19 set. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1080/01639374.2022.2124340. Acesso em: 23 ago. 2025.

ZENG, Marcia Lei. Semantic enrichment for enhancing LAM data and supporting digital humanities. **Profesional de la información**, [*S.l.*], v. 28, n. 1, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.3145/epi.2019.ene.03. Acesso em: 29 ago. 2025.



POLÍTICAS PÚBLICAS DE LEITURA E CIDADANIA CULTURAL: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO LUGARES DE LER NO ESPÍRITO SANTO

Fabíola Pereira Costa
Lara Vitória Pinto Espíndola

Resumo: *O acesso ao livro e à leitura ainda enfrenta desigualdades estruturais no Brasil, sobretudo em territórios marcados por vulnerabilidade social. Nesse contexto, o projeto Lugares de Ler surge como uma política pública transformadora, voltada à garantia do direito constitucional à leitura e à literatura no Espírito Santo. Financiado com recursos da Lei Complementar nº195/2022 – Lei Paulo Gustavo, o projeto articula ações do Plano Estadual de Cultura e do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Espírito Santo, com o objetivo de descentralizar o acesso ao livro, consolidar pontos de leitura e fortalecer redes comunitárias em diferentes regiões. Este artigo tem como objetivo apresentar a proposta e destacar sua relevância na democratização da leitura, com base nos resultados do Ciclo 1 (2024/2025), especialmente no que se refere à implantação de bibliotecas comunitárias e à formação de agentes locais de mediação da leitura. A pesquisa adota metodologia mista, combinando análise qualitativa — por meio de estudo de caso, observação participante e análise documental — com levantamento quantitativo de dados relacionados à implementação dos pontos de leitura e seus impactos nos territórios. Os resultados evidenciam avanços significativos na criação de espaços de leitura em comunidades periféricas e rurais, bem como na mobilização de sujeitos locais em torno do livro e da literatura. Conclui-se que o Lugares de Ler se consolida como uma experiência replicável de política pública cultural de base comunitária. A abertura do Ciclo 2 (2025/2026) reafirma sua relevância e potencial transformador nos territórios em que atua.*

Palavras clave: *Leitura; Mediação cultural; Bibliotecas comunitárias; Livro; Políticas públicas.*



1. INTRODUÇÃO

O acesso ao livro e à leitura no Brasil ainda se caracteriza por profundas desigualdades, especialmente em territórios marcados por vulnerabilidade social. Embora a leitura esteja assegurada como direito constitucional, as condições reais para sua efetivação permanecem insuficientes, sobretudo em comunidades periféricas e rurais. O Espírito Santo, com população superior a 4 milhões de habitantes distribuídos em um território de mais de 46 mil km² (IBGE, 2022), demanda projetos capazes de alcançar toda essa extensão.

Nesse cenário, o projeto Lugares de Ler surge como uma política pública transformadora no Espírito Santo, articulando ações de acesso ao livro e à leitura de forma descentralizada por seu território. Financiado, no valor de R$600.000,00 (seiscentos mil reais), com recursos da **Lei Complementar nº195/2022 – Lei Paulo Gustavo**, o projeto tem investido na criação de pontos de leitura e na formação de agentes locais, buscando assim consolidar redes comunitárias de leitura e descentralizar as oportunidades de acesso cultural. Com isso, alinha-se a iniciativas já consolidadas, como o **Plano Estadual de Cultura do Espírito Santo** e o **Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Espírito Santo (SEBP/ES)**, fortalecendo sua atuação e ampliando seu alcance.

A relevância do projeto está no fato de promover a cidadania cultural em territórios em situação de vulnerabilidade social, reafirmando a leitura como um direito humano e instrumento de inclusão social. Além disso, a execução do projeto dialoga com compromissos internacionais, como a **Agenda 2030** da UNESCO, que destaca o forte papel da cultura e da educação na promoção do desenvolvimento sustentável. Isso evidencia o papel fundamental que o projeto desempenha assim por meio dos clubes de leitura seus participantes podem delimitar suas identidades culturais e desenvolver de forma mais ciente a sua cidadania. Pois por meio da cultura, o cidadão se reconhece como participante social, fortalecendo sua capacidade de promover debates e estudos voltados à ampliação do acesso informacional e à efetivação de seus direitos constitucionais.



Diante desse contexto, este artigo compartilha a experiência do Lugares de Ler, ressaltando os resultados obtidos em seu Ciclo 1 (2024/2025) e refletindo sobre seus desafios futuros. Para tanto, organiza-se em quatro eixos: fundamentação teórica, metodologia, descrição do projeto e suas ações, análise dos resultados e impactos, e, por fim, considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CULTURA, LEITURA E CIDADANIA

A relação entre cultura, leitura e cidadania constitui um dos eixos fundamentais para compreender a função social da literatura e das práticas culturais no fortalecimento das comunidades. Segundo Rasteli e Oliveira (2019, p.4) "o exercício da cidadania concretiza-se também quando existe a efetivação dos direitos culturais", para reforçar esse pensamento tempos a própria Constituição Brasileira que em seu Art. 215 declara que: "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais" (Brasil, 1988, p. 96).

Segundo Rasteli e Oliveira (2019, p.2) "[..] acredita-se que o pleno exercício da cidadania esteja vinculado às práticas culturais estabelecidas como as atividades de produção e recepção cultural: ler, escrever, compor, pintar e dançar". Os autores também reforçam que as práticas culturais estão diretamente ligadas ao acesso à informação, assim podemos ressaltar como as atividades do Projeto Lugares de Ler contribuem para esse acesso informacional, que influencia diretamente a formação cidadã das pessoas. Ainda de acordo com Rasteli e Oliveira (2019, p.03), podemos ressaltar que:

> Os direitos culturais perpassam as questões do acesso, da participação e da apropriação da cultura. Sem o acesso à cultura, os direitos culturais não se concretizam, tornando-se desprezados. Sem a participação na cultura, os homens permanecem incompletos, o que resulta em fragmentos e rupturas em seus repertórios culturais. Nesta



> perspectiva, todos nós estamos imersos em ambientes culturais, cujas realidades apresentam-se desiguais, obstruídas e fraturadas por diversos requisitos, sejam econômicos, sociais, educacionais e políticos, e que limitam sobremaneira o nosso contato com os fenômenos culturais.

Nesse contexto, o projeto Lugares de Ler atua diretamente no enfrentamento dessas desigualdades e falta de acesso cultural. A seleção de Agentes Literários que possuem vínculos com o território e conhecem as realidades locais, ações ajustadas àquela realidade podem ser executadas com maior eficácia, uma vez que respeitam as limitações locais. Em vez de inibirem o projeto, essas limitações se transformam em pautas para leituras e debates que passam a abordar problemas como violência, descaso de autoridades e outros problemas que esses territórios vêm enfrentando.

2.2 MEDIAÇÃO CULTURAL E CLUBES DE LEITURA

Araújo (2014), compreende a mediação cultural como um processo ativo em que o mediador interpreta, traduz e adapta a informação, criando pontes entre conteúdos informacionais e o contexto sociocultural do público. Essa perspectiva contribui para a análise de como a mediação cultural dos agentes literários do projeto Lugares de Ler influenciou o público e se adaptou conforme cada território. Podemos assim observar como a mediação cultural, em especial no campo da leitura, apresenta-se como prática essencial para aproximar comunidades do universo literário, sendo os clubes de leitura uma estratégia central nesse processo.

Nesse contexto, a mediação cultural assume papel central, pois cria pontes entre os acervos e as comunidades, possibilitando que o livro se torne um espaço de encontro, diálogo e formação. Nessa perspectiva, Nascimento e Cavalcante (2024, p.5) apontam que:

> É fundamental compreender que os processos de mediação não se limitam apenas a fornecer informações ou conduzir atividades culturais de maneira técnica, mas também devem levar em conta as experiências individuais, as percepções e os contextos socioculturais dos



> participantes envolvidos. Ao reconhecer e valorizar essas subjetividades, a mediação pode se tornar mais significativa, envolvente e eficaz na promoção do acesso à cultura e no enriquecimento das experiências dos indivíduos e das comunidades.

Isso reforça a importância da atuação de agentes locais no desenvolvimento dos clubes de leitura junto às comunidades atendidas cujo projeto estava inserido. O fortalecimento dos vínculos comunitários dos indivíduos atendidos pelo projeto reforça a experiência de leituras coletivas e debates entre os participantes, contribuindo assim para o desenvolvimento da cidadania por meio da cultura.

2.3 CULTURA: DESCENTRALIZAÇÃO E ACESSO

Segundo Feitosa (2016) a **cultura** funciona como um mecanismo de mediação que estabelece um processo construído pelos sujeitos dando sentidos e significados às coisas e ao mundo segundo suas próprias noções. Por isso, ressalta-se a importância da **descentralização cultural** como questão estruturante das políticas públicas contemporâneas, voltadas à garantia do acesso democrático e equitativo à produção e fruição cultural.

No projeto como o Lugares de Ler podemos ver isso ser aplicado, visto que como política pública cultural, o projeto trabalha na descentralização do **acesso a informação e cultura** atuando em territórios em vulnerabilidade e com falta de acesso a veículos de informação e cultura. Sempre, porém, considerando as necessidades e realidades sociais de cada comunidade. Ajudando a construir a identidade cidadã dessas comunidades a partir da representatividade cultural desses territórios. Como confirmado por Pajeú e Santos (2021, p.2) “ler o mundo é sentir, observar e conhecer o contexto no qual somos inseridos; é viver os detalhes e observar a realidade, assimilando-a mesmo sem ter consciência disso”, podendo assim, criar nossas próprias perspectivas de mundo e sociedade. Alinhando-se ainda ao Plano Estadual de Cultural do Espírito Santo, Secult (2013, p.5):



> A dimensão do direito de cidadania promove o acesso universal à cultura através do estímulo à produção artística, democratização das condições de produção, oferta de formação, expansão dos meios de difusão, ampliação das possibilidades de fruição, intensificação das capacidades de preservação do patrimônio e estabelecimento da livre circulação de valores culturais.

Sendo o projeto a real execução da promoção da cidadania por meio de atividades culturais e democratização do acesso informacional por meio da cultura, reforçando os laços com as políticas públicas culturais já vigentes no estado. Outra política pública já citada anteriormente, mas que se encaixa, é a execução das atividades propostas pelo Lugares de Ler em territórios com índices de vulnerabilidade, por meio do programa Estado Presente pela Vida, fortalecendo o uso da cultura como elemento para diminuição das situações de violência.

2.4 AGENDA 2030 E OS COMPROMISSOS INTERNACIONAIS

O projeto Lugares de Ler se insere no contexto internacional, por dialogar com os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** da Agenda 2030 da UNESCO. O projeto conecta-se diretamente a diferentes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030: ao **ODS 4 – Educação de qualidade**, pois a prática da leitura e do debate influencia diretamente no aprendizado dos participantes; ao **ODS 10 – Redução das desigualdades**, ao promover o acesso informacional em territórios em situação de vulnerabilidade; ao **ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis**, fortalecendo o senso de pertencimento e a preservação comunitária; e ao **ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes** (Unesco, 2016), ao contribuir para ambientes mais justos e pacíficos por meio do acesso cultural e informacional. Mostrando que a execução do projeto excede as fronteiras capixabas e pode servi de base para replicações para projetos de políticas públicas culturais em nível nacional e internacional.

Diante desse embasamento teórico, a análise da experiência do projeto Lugares de Ler requer uma metodologia que permita compreender sua execução em campo e mensurar seus impactos sociais e culturais.



3. METODOLOGIA

A metodologia adotada neste artigo tem abordagem **qualitativa,** de caráter descritivo e analítico, partindo da experiência concreta do projeto Lugares de Ler em seu primeiro ciclo de execução. A pesquisa caracteriza-se como **exploratória**, visto que de acordo com Gil (2008) tem o objetivo de familiarizar o leitor com o problema com o intuito de deixa-lo mais compreensível e descritivo, tendo em conta que, segundo Gil (2008, p.42), "têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis". Assim, a análise buscou compreender os resultados do primeiro ciclo de execução do projeto.

Para a construção da análise, foi utilizado o **estudo de caso** (Yin, 2015) do projeto em seu primeiro ciclo de atividades e observação dos impactos junto às comunidades e para análise documental dos documentos oficiais, relatórios, registros, foram analisados conforme a análise documental proposta por **Bardin (2016)**, que permite identificar categorias e sentidos recorrentes nos discursos e práticas institucionais. Devido ao fato de as autoras trabalharem diretamente com o projeto sendo uma a gestora por parte da SECULT/ES do projeto e a outra gerente do SEBP/ES, foi possível comparar as análises dos documentos e relatórios oficiais produzidos durante o ciclo com as observações realizadas em campo, durante os clubes de leitura e eventos culturais realizados durante o ciclo 1 do projeto.

A análise se desenvolveu a partir de critérios que buscaram articular a dimensão cultural, social e educativa do projeto, considerando tanto os objetivos propostos em sua formulação quanto os resultados observados em campo. Com isso foi analisado nas visitas como nos documentos a relação de receptividade do projeto nas comunidades selecionadas, se houve aderência dos pontos de guarda ao SEBP, se os agentes literários receberam formação e como ficaram os acervos desses locais de guarda. Dessa forma, a metodologia empregada não apenas permitiu a sistematização dos dados produzidos ao longo da



execução, mas também favoreceu a compreensão da iniciativa em sua dimensão concreta, o que será detalhado a seguir, com a apresentação do Lugares de Ler.

4. O PROJETO LUGARES DE LER

O projeto Lugares de Ler é uma iniciativa do Governo do Estado do Espírito Santo, realizada por meio da **Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (SECULT/ES)** e **Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo (BPES)** em parceria com uma Organização da Sociedade Civil (OSC), selecionada por meio do **Chamamento Público 002/2023**, desenvolvido com o financiamento da **Lei Complementar nº195/2022 – Lei Paulo Gustavo**, que busca efetivar o direito constitucional à leitura por meio da criação e fortalecimento de espaços comunitários de leitura. Com isso, o projeto reforça as diretrizes do Plano Estadual de Cultura, levando a cultura a territórios capixabas vulneráveis. Além disso, amplia o **Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Espírito Santo**, na expansão das bibliotecas comunitárias e pontos de leitura, fortalecendo políticas como a do Estado Presente pela Vida, voltada à redução da violência em territórios vulneráveis do Espírito Santo.

No Ciclo 1 (2024/2025), o Lugares de Ler contou com o investimento de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) da Lei Complementar nº195/2022 – Lei Paulo Gustavo (Secult, 2023), valor que se transformou em oportunidades reais para comunidades capixabas. A partir dele, foram escolhidos os locais de guarda do projeto, e selecionados agentes de leitura que receberam formação em mediação de leitura e passaram a conduzir clubes de leitura em seus territórios. Mais do que levar livros, o projeto levou a possibilidade de encontro, diálogo e construção de pertencimento, alcançando regiões que tiveram pouco acesso a equipamentos culturais.

Um dos diferenciais do Lugares de Ler é a ênfase na formação de agentes de leitura locais, que não apenas recebem capacitação em mediação de leitura, mas também atuam como articuladores culturais em suas comunidades. Portanto, a perspectiva de selecionar pessoas que já



atuassem nos territórios definidos para o projeto era atrelar o projeto ao contexto diário que já ocorria nos territórios, criando assim experiências individuais em cada território, respeitando assim a individualidade de cada um dos locais e públicos.

Além de seu alcance imediato, o projeto se insere em um contexto mais amplo de políticas culturais, dialogando tanto com o Plano Estadual de Cultura quanto com compromissos internacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da UNESCO, na figura dos objetivos: ODS 4 – Educação de qualidade, ODS 10 – Redução das desigualdades, ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis e ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes.

4.1 LOCAIS DE GUARDA E AGENTES DE LEITURA

Os Locais de Guarda constituem a base física de sustentação do projeto, funcionando como núcleos de acesso, preservação e circulação dos acervos literários durante o projeto e depois como bases fixas dos acervos. Os locais de guarda ficam dentro dos territórios atendidos pelo projeto **Estado Presente Pela Vida** que é uma política pública estadual criada em 2011 com o objetivo de reduzir os elevados índices de violência no Espírito Santo (SEDH, [s.d.]). O programa conta com dois eixos centreis o policial e o social, que é onde o Lugares de Ler se encaixa. Atuando nesses territórios vulneráveis o projeto contribui levando lazer e cultura a localidade que não costumam ter acesso normalmente a esses incentivos.

Os espaços selecionados apresentam suas singularidades, visto que são associações esportivas, centros sociais, bibliotecas municipais e outros veículos culturais e/ou sociais que já atuavam nas localidades selecionadas. Os locais trabalhados no primeiro ciclo foram: Planalto em Linhares/ES; Jacupemba em Aracruz/ES; Carapina na Serra/ES; Piedade, São Pedro e Bairro da Penha em Vitória/ES; Nova Rosa da Penha e Padre Gabriel em Cariacica/ES; Terra Vermelha em Vila Velha/ES; Jabaraí em Guarapari/ES, todos espalhados pelo território capixaba. Complementando a estrutura física, os Agentes de Leitura representam a dimensão humana do projeto, responsáveis por transformar os espaços em luga-

res vivos de encontro e partilha. Os agentes foram selecionados por um chamamento público realizado pela OSC que usou como critério o local que a agente mora e/ou atuava culturalmente para selecioná-los.

Após a seleção, os agentes passaram por formações iniciais de como serem mediadores literários e culturais, além de capacitações posteriores durante o decorrer do projeto. Como agentes literários do território ficavam responsáveis por ministrar os clubes de leitura desenvolver atividades culturais envolvidas na esfera literária. Como também selecionar os livros trabalhados junto ao público participante, respeitando seus gostos, costumes e interesses. Dessa forma desenvolvendo vínculos de pertencimento entre a comunidade e as atividades do projeto.

A articulação entre os Locais de Guarda e os Agentes de Leitura cria uma rede orgânica que fortalece a função social do livro e da literatura. Dessa forma com os territórios tendo seus próprios espaços de leitura contendo ali uma pessoa para ajudar, desenvolver e contribuir com o processo literário da comunidade fortalece a pratica leitora. Essa combinação dos espaços e agentes contribui para transformas os acervos ali trabalhados em instrumentos de convivência e cidadania promovidos por meio de práticas de leituras ativas e participativas. Esse modelo de convivência entre comunidade e acervo por meio dos agentes e locais de guarda funcionou para trabalhar nos moradores do território a consolidação do espaço como um local de leitura, que recebe além da leitura outras formas culturais que ali quiserem se expressar.

4.2 OBJETIVOS E METAS DO PROJETO

O Lugares de Ler têm como objetivo central efetivar o direito à leitura no Espírito Santo, promovendo a democratização do acesso ao livro e à literatura, além de fortalecer a participação cultural de comunidades em situação de vulnerabilidade social. O projeto busca não apenas ampliar a presença de livros nos territórios, mas transformar a leitura em uma prática coletiva e significativa, capaz de consolidar vínculos comunitários e fortalecer identidades locais. Para alcançar esse objetivo, o projeto estabelece objetivos específicos voltados à formação de mediadores culturais, à criação e desenvolvimento de núcleos mediados



de leitura, à doação e circulação de acervos literários e à realização de atividades de fruição, como encontros com autores, saraus e oficinas de criação. Esses objetivos configuram estratégias concretas para tornar a leitura uma prática de interação social e produção de sentido, em consonância com as necessidades de cada território.

No Ciclo 1 (2024/2025), o projeto definiu metas claras para monitorar sua execução: a criação de 10 núcleos de leitura, a formação e certificação de 10 agentes locais, a doação de 1000 livros e a realização de 400 atividades de fruição e culminância. Esses números não apenas mensuram a ação do projeto, mas também refletem seu impacto direto nas comunidades, evidenciando avanços significativos na construção de uma rede de leitura viva e sustentável. Os objetivos e propósitos do projeto se articulam com políticas culturais mais amplas, como o Plano Estadual de Cultura e o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, garantindo que as ações de mediação e formação de leitores dialoguem com iniciativas já existentes. Além disso, a abertura do Ciclo 2 (2025/2026) reforça o compromisso com a continuidade e expansão do projeto, consolidando o Lugares de Ler como política pública de base comunitária e referência replicável em outros contextos.

4.3 EXECUÇÃO DO CICLO 1

O planejamento do Ciclo 1 iniciou-se com um chamamento público voltado à seleção de agentes de leitura capazes de atuar como mediadores de leitura em suas comunidades. O perfil buscado prioriza pessoas com vínculo local, interesse pela literatura e capacidade de mobilizar grupos, garantindo o papel ativo de cada agente na promoção da leitura. A formação incluiu oficinas, encontros e curadorias coletivas, oferecendo ferramentas teóricas e práticas para a mediação cultural. Com os agentes capacitados, foram criados 10 núcleos de leitura em diferentes territórios, cada um recebendo um acervo de livros cuidadosamente selecionados. A curadoria considerou diversidade de gêneros, representatividade cultural, acessibilidade e inclusão, contemplando obras em Braille e audiolivros. Cada núcleo teve seu cronograma de encontros e relatórios periódicos que asseguraram a consistência das atividades.



As ações promovidas pelos núcleos incluíram clubes de leitura, rodas literárias, encontros com autores, oficinas de criação literária e saraus. Além disso, foram implementadas medidas de acessibilidade, como intérpretes de Libras, audiodescrição e disponibilização de livros adaptados, permitindo que pessoas com diferentes necessidades pudessem participar ativamente. Essas atividades buscaram transformar o espaço de leitura em um ambiente de interação social, fruição literária e fortalecimento comunitário. Essas práticas consolidaram a base para os resultados analisados na seção seguinte.

5. RESULTADOS E IMPACTOS

O acompanhamento das ações foi realizado por meio de relatórios dos agentes e observações periódicas, permitindo identificar desafios, ajustar estratégias e mensurar tanto indicadores qualitativos quanto quantitativos. Essa prática de monitoramento garantiu que o Ciclo 1 não apenas cumprisse metas numéricas, mas também promovesse impacto efetivo na cultura, cidadania e desenvolvimento comunitário. O Ciclo 1 do projeto Lugares de Ler resultou na implantação de 10 núcleos de leitura distribuídos em diferentes territórios do Espírito Santo, com a atuação direta de 10 agentes culturais formados especialmente para essa função. Cada núcleo recebeu um acervo inicial de aproximadamente 100 obras, totalizando 1.000 livros distribuídos. Foram realizados mais de 400 encontros presenciais, alcançando diretamente mais de 1.000 participantes, entre crianças, jovens, adultos e idosos ao longo do projeto.

Mais do que números, os impactos do Ciclo 1 podem ser percebidos no fortalecimento dos laços comunitários e na valorização da leitura como direito e prática cultural. Os núcleos tornaram-se espaços de encontro, escuta e partilha, permitindo que os participantes reconhecem a sua própria identidade cultural e se perceberem como sujeitos de direitos. Os resultados alcançados também demonstram o alinhamento do projeto com as metas internacionais da Agenda 2030 da UNESCO, especialmente aquelas relacionadas à redução das desigualdades, promoção da educação de qualidade e fortalecimento das comunidades



locais. O incentivo à leitura e à circulação de livros contribuiu para ampliar o acesso à informação, promover a cidadania cultural e consolidar a percepção da literatura como instrumento de transformação social. Nesse sentido, o Ciclo 1 não apenas cumpriu suas metas, mas também reafirmou o papel do Lugares de Ler como uma política pública inovadora e descentralizada.

5.1 O SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO ESPÍRITO SANTO (SEBP/ES)

Todos os Locais de Guarda passaram a integrar o SEBP/ES. Já que ele desempenha um papel estratégico na democratização do acesso à leitura, articulando bibliotecas públicas municipais, comunitárias e pontos de leitura em todo o território capixaba. Trata-se de uma política de estado que busca garantir padrões de funcionamento, apoio técnico e integração em rede, fortalecendo a presença das bibliotecas como espaços de cidadania e inclusão cultural.

Ao se articular com o SEBP/ES, o projeto Lugares de Ler amplia sua capacidade de permanência e impacto. Os espaços que recebem os acervos e se constituem como núcleos de mediação de leitura passam a ser reconhecidos como pontos de leitura e bibliotecas comunitárias, integrando a rede estadual. Esse movimento garante não apenas maior legitimidade institucional, mas também acesso a processos formativos e assessoramento técnico.

Essa vinculação com o SEBP/ES confere ao Lugares de Ler um caráter de continuidade, minimizando os riscos de interrupção após o encerramento do ciclo de financiamento. Ao fortalecer os locais de guarda como unidades ativas da rede estadual, o projeto contribui para consolidar um legado duradouro, no qual a leitura se afirma como direito e as bibliotecas comunitárias se tornam espaços permanentes de encontro, memória e desenvolvimento cultural. Esses resultados, entretanto, também evidenciam novos desafios e perspectivas, que orientam a continuidade do projeto em seu Ciclo 2.

6. DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O CICLO 2

O avanço para o Ciclo 2 do Lugares de Ler se apresenta como oportunidade de consolidar os aprendizados do primeiro ciclo e enfrentar novos desafios. Entre eles, destacam-se a necessidade de ampliar o alcance do projeto em municípios de difícil acesso, garantir a sustentabilidade dos espaços de leitura e fortalecer os processos de avaliação capazes de evidenciar o impacto social e cultural da iniciativa. Tais aspectos demonstram que o novo ciclo não deve ser entendido apenas como continuidade, mas como aprofundamento de estratégias para garantir maior efetividade.

Nesse sentido, o Ciclo 2 traz novamente a perspectiva de institucionalizar os locais de guarda no Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, transformando-os em pontos de leitura e bibliotecas comunitárias permanentes. Esse processo, aliado à formação continuada dos agentes e à ampliação do financiamento do projeto que agora neste segundo ciclo vai receber fundos da **Política Nacional Aldir Blanc – PNAB (Lei nº 14.399/2022)**, com atualização do valor de investimento para R$700.000,00 (setecentos mil reais). O projeto, neste segundo ciclo, será desenvolvido pela OSC Instituto Raízes. Dessa forma, espera-se que o Lugares de Ler se consolide como referência no Espírito Santo e contribua para o fortalecimento das políticas de leitura alinhadas aos compromissos da Agenda 2030 da UNESCO.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto Lugares de Ler evidenciou, ao longo do seu primeiro ciclo, a potência da leitura como instrumento de cidadania cultural e de fortalecimento comunitário. A experiência inicial mostrou que a descentralização, a formação de agentes locais e a articulação com o SEBP/ES constituíram estratégias decisivas para consolidá-lo como política pública cultural.

Nesse cenário, os desafios e perspectivas para o segundo ciclo apontam para a importância de ampliar as parcerias institucionais e garantir a sustentabilidade das ações.



Ao apresentar os resultados alcançados e refletir sobre seus desdobramentos, este artigo busca contribuir para o debate em torno das políticas culturais de base comunitária, reforçando a leitura como direito fundamental.

Assim, o Lugares de Ler não apenas se consolida como política cultural inovadora no Espírito Santo, mas também se configura como modelo replicável em outros contextos, reafirmando a leitura como fundamento da cidadania e da democracia cultural.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. Á. de. Fundamentos da Ciência da Informação: correntes teóricas e o conceito de informação. ***Perspectivas em Gestão & Conhecimento***, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 57-79, jan./jun. 2014. Disponível em: http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/19120. Acesso em: 10 maio 2024

BARDIN, L. ***Análise de conteúdo***. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. ***Constituição da República Federativa do Brasil***. [S. l.: s. n.], 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 jul. 2025.

BRASIL. **Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022**. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da covid-19. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp195.htm. Acesso em: 3 ago. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria da Cultura. **Plano Estadual de Cultura do Espírito Santo**, [S. l.], 18 out. 2016. Disponível em: https://secult.es.gov.br/plano-estadual-de-cultura. Acesso em: 22 ago. 2025. ESPÍRITO SANTO (Estado).

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria da Cultura. ***Chamamento Público nº 002/2023 – Lugares de Ler***. Vitória: SECULT, 2023. Disponível em: https://secult.es.gov.br/Media/Secult/PDF/lei-paulo-gustavo/editais/Lugares_de_Ler/EDITAL_DE_CHAMAMENTO_P%C3%9APLICO_N%C2%BA_002_2023_-_LUGARES_DE_LER_-_LEI_PAULO_GUSTAVO.pdf. Acesso em: 3 ago. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria da Cultura. ***Decreto nº 5.293, de 2023***. *Dispõe sobre o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Espírito Santo (SEBP/ES) e dá outras providências*. Vitória: SECULT, 2023. Disponível em: https://iframe.leisestaduais.com.br/es/decreto-n-5293-2023-espirito-santo-dispoe-sobre-o-sistema-estadual-de-bibliotecas-publicas-do-estado-do-espirito-santo-sebp-es-e-da-outras-providencias. Acesso em: 3 ago. 2025.



ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Direitos Humanos (SEDH). ***Projeto Estado Presente: segurança cidadã no ES***. Vitória: SEDH, [s. d.]. Disponível em: https://sedh.es.gov.br/estado_presente. Acesso em: 3 ago. 2025.

FEITOSA, L. T.. Complexas mediações: transdisciplinaridade e incertezas nas recepções informacionais. ***Revista Informação em Pauta***, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 98-117, jan./jun. 2016.

GIL, A. C.. ***Métodos e técnicas de pesquisa social***. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). ***Panorama do Censo Demográfico 2022***. Rio de Janeiro: IBGE, [s. d.]. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/. Acesso em: 3 ago. 2025.

MINISTÉRIO DA CULTURA (Brasil). ***Política Nacional Aldir Blanc – PNAB***. Brasília, DF: MinC, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/politica-nacional-aldir-blanc. Acesso em: 3 ago. 2025.

NASCIMENTO, M. L. G. do; CAVALCANTE, L. E. Bibliotecas comunitárias, mediação cultural e literária. ***Informação & Informação***, Londrina, v. 29, n. 2, p. 197-224, 2024. DOI: https://doi.org/10.5433/1981-8920.2024v29n2p197.

PAJEÚ, H. M.; SANTOS, W. A. L.. Por uma promoção democrática e dialógica da leitura . ***Encontros Bibli****: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, Florianópolis/SC, Brasil, v. 26, p. 1–18, 2021. DOI: 10.5007/1518-2924.2021.e78364. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/78364. Acesso em: 30 ago. 2025.

RASTELI, A.; OLIVEIRA, J. D. A.. O direito à cultura e a responsabilidade sociocultural das bibliotecas. **InCID:** *Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, Brasil, v. 10, n. 2, p. 20–38, 2019. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v10i2p20-38. Disponível em: https://revistas.usp.br/incid/article/view/151073.. Acesso em: 30 ago. 2025.

UNESCO. ***Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030***. Paris: UNESCO, [2015]. Disponível em: https://www.unesco.org/en/sdgs. Acesso em: 3 ago. 2025.

YIN, R. K. ***Estudo de caso: planejamento e métodos***. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.



ESTÁGIO DOCENTE E O ENSINO SOBRE A BIBLIOTECA PRISIONAL NA UNIVERSIDADE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Fabíola Pereira Costa
Lara Vitória Pinto Espíndola

Resumo: *A biblioteca prisional constitui-se como objeto de estudo relevante para os cursos de Biblioteconomia. Nesta perspectiva, este trabalho descreve a experiência do estágio docente, detalhando as estratégias pedagógicas empregadas para incentivar o aprendizado e a formação crítica dos discentes, bem como os desafios enfrentados em sala de aula durante a oferta dessa disciplina na Universidade Federal de Minas Gerais. Trata-se de estudo exploratório com abordagem qualitativa, na qual foram utilizados como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, no Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e na Base de dados em Ciência da Informação e também a pesquisa de campo com base na observação de fatos. Os resultados reforçam que as ações desenvolvidas evidenciaram a necessidade de práticas de ensino que aproximem os graduandos dessa realidade social. Conclui-se que tais estudos são fundamentais para a consolidação do tema nos currículos de Biblioteconomia, representando um avanço significativo na formação de profissionais comprometidos com a função social da área.*

Palavras clave: *biblioteca prisional; curso de biblioteconomia; docência superior; estágio docente.*

Abstract: *The prison library is a relevant object of study for Library Science courses. From this perspective, this work describes the experience of the teaching internship, detailing the pedagogical strategies used to encourage the learning and critical formation of students, as well as the challenges faced in the classroom during the offering of this discipline at the Federal University of Minas Gerais. This is an exploratory study with a qualitative approach, in which the methodological procedures were bibliographical research carried out in the Catalog of Theses and Dissertations of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel, in the Brazilian Portal of Scientific Publications in Open Access of the Brazilian Institute of Information in Science and Technology*



and in the Information Science Database and also field research based on observation of facts. The results reinforce that the actions developed highlighted the need for teaching practices that bring undergraduates closer to this social reality. It is concluded that such studies are fundamental for consolidating the topic in Library Science curricula, representing a significant advance in the training of professionals committed to the social function of the area.

Keywords: *prison library; library science course; higher education; teaching internship.*

Resumen: *La biblioteca penitenciaria es un objeto de estudio relevante para los cursos de Biblioteconomía. Desde esta perspectiva, este trabajo describe la experiencia de la pasantía docente, detallando las estrategias pedagógicas utilizadas para incentivar el aprendizaje y la formación crítica de los estudiantes, así como los desafíos enfrentados en el aula durante la oferta de esta disciplina en la Universidad Federal de Minas Gerais. Se trata de un estudio exploratorio con enfoque cualitativo, en el que los procedimientos metodológicos fueron investigaciones bibliográficas realizadas en el Catálogo de Tesis y Disertaciones de la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior, en el Portal Brasileño de Publicaciones Científicas en Acceso Abierto del Instituto Brasileño de Información en Ciencia y Tecnología y en la Base de Datos en Ciencias de la Información y también investigaciones de campo basadas en la observación de hechos. Los resultados refuerzan que las acciones desarrolladas resaltaron la necesidad de prácticas docentes que acerquen a los estudiantes de pregrado a esta realidad social. Se concluye que dichos estudios son fundamentales para la consolidación del tema en los planes de estudio de Biblioteconomía, representando un avance significativo en la formación de profesionales comprometidos con la función social del área.*

Palabras clave: *biblioteca penitenciaria; curso de biblioteconomía; educación superior; prácticas docentes.*



INTRODUÇÃO

Durante o primeiro semestre de 2025, no contexto do estágio docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento na Universidade Federal de Minas Gerais (PPGGOC/UFMG), foi ministrada a disciplina Tópicos em Fontes de Informações em Áreas Específicas D: Bibliotecas públicas, comunitárias e prisionais no curso de Biblioteconomia da Escola de Ciência da Informação (ECI/UFMG). A atividade foi supervisionada pela professora Marília de Abreu Martins de Paiva, orientadora da pesquisadora, em colaboração com a professora Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan, responsável pela disciplina de estágio docente.

A disciplina buscou enfatizar a Biblioteconomia em um contexto social específico, tomando a biblioteca prisional como foco central. O objetivo foi apresentar aos discentes as especificidades da atuação profissional em ambientes de privação de liberdade, com ênfase na Legislação brasileira, nas particularidades estruturais e no papel da biblioteca prisional como espaço educativo, cultural e de reintegração social. Foram discutidas, também, as recomendações e padrões nacionais e internacionais para a implantação e funcionamento dessas bibliotecas, permitindo uma análise crítica das políticas e práticas existentes à luz de aspectos legais, éticos e sociais.

Diante da escassez de iniciativas que abordam sistematicamente essa temática nos currículos de Biblioteconomia, evidenciada pelo levantamento realizado neste estudo, a presente pesquisa tem como objetivo destacar a relevância da biblioteca prisional como conteúdo formativo. Especificamente, busca-se descrever o contexto da experiência docente ao apresentar as estratégias pedagógicas empregadas e refletir os desafios enfrentados na condução da disciplina.

A fundamentação teórica desta análise estabeleceu um diálogo com autores que discutem o estágio docente (Santos, 2001; Pimenta; Lima, 2012; Braga; Pinheiro; Feitosa, 2016), a dimensão social da Biblioteconomia (Shera, 1980; Targino, 2006) e a biblioteca prisional (Costa; Sales, 2021; Carvalho, 2016). Além desta introdução, apresenta-se

a fundamentação teórica acerca do estágio e da biblioteca prisional, seguida pelos procedimentos metodológicos, pela exposição dos resultados da experiência e, por fim, pelas considerações sobre as contribuições da disciplina para a formação crítica e social do bibliotecário.

O ESTÁGIO DOCENTE E A TEMÁTICA DA BIBLIOTECA PRISIONAL

O estágio docente constitui um instrumento fundamental para a formação de futuros professores, ao viabilizar a vivência e o aperfeiçoamento de práticas pedagógicas em sala de aula. De acordo com Braga, Pinheiro e Feitosa (2016), é o momento em que o estudante busca capacitação para aplicar o conhecimento teórico na prática, sob orientação e supervisão de um profissional, proporcionando um contato direto com a realidade que o cerca.

Este processo é essencial para que o estagiário consiga transpor questões sociais para a sala de aula e aplicar os conhecimentos de sua formação, contribuindo para o processo de aprendizagem discente. É importante destacar que, o estudante possui suas particularidades, e que o estagiário deve atentar-se a essas individualidades ao mediar o conteúdo teórico e as atividades práticas, de modo a promover uma aprendizagem significativa e contínua.

Nessa perspectiva, Pimenta e Lima (2012) enfatizam que o estágio docente representa uma etapa fundamental no processo de formação, justamente por articular teoria e prática. Segundo as autoras, não se trata de optar por uma ou outra dimensão, mas de aproximá-las, de modo que o ensino e a aprendizagem ocorram em diálogo constante. Essa aproximação é essencial não apenas para o estagiário, que vivencia a docência, mas também para os graduandos, que passam a conhecer diferentes áreas de atuação do bibliotecário, inclusive no campo social. Nesse sentido, além de integrar teoria e prática, é imprescindível considerar o papel do professor como mediador do processo de ensino-aprendizagem. Como destaca Santos (2001), o docente não se limita a transmissão de conteúdos, mas atua como facilitador, auxiliando o estudante a construir o próprio conhecimento.



Considera-se fundamental apresentar este cenário aos discentes do curso de Biblioteconomia, uma vez que a profissão requer um olhar humano e sensível, sobretudo em ambientes de vulnerabilidade e privação de liberdade. Neste sentido, o estagiário docente, em consonância com a supervisão docente, pode transpor para a sala de aula as diferentes perspectivas de campos de atuação, fomentando debates que favoreçam a reflexão sobre as áreas de atuação e o papel social da profissão.

A dimensão social da Biblioteconomia foi destacada por Shera (1980), ao reconhecer o compromisso firmado entre a sociedade e a profissão. Essa premissa é reforçada por Targino (2006), que amplia a reflexão ao demonstrar como a biblioteca se consolidou como parte integrante da organização social e como o bibliotecário precisa reconhecer essa responsabilidade. Para a pesquisadora, a biblioteca "[...] está presente na vida do homem como parte integrante da organização social, ainda que, durante muito tempo, a biblioteca tenha sido instituída, a princípio para armazenar e preservar documentos" (Targino, 2006, p.90). A autora, deposita a esperança em profissionais capazes de enxergar a biblioteca para além do acervo, assumindo assim, seu papel transformador.

Essa fundamentação auxilia na compreensão dos desafios de atuação profissional em espaços ainda pouco explorados, como a biblioteca prisional. Carvalho (2016) observa que, embora os bibliotecários disponham de vastos campos potenciais de trabalho, nem todos são efetivamente ocupados, e a biblioteca prisional é um deles. Neste contexto, a atuação em unidades prisionais revela-se desafiadora, pois, a pesar do amplo potencial de pesquisa e prática, o setor ainda carece de políticas públicas e regulamentações consolidadas, o que limita a inserção do profissional. Essas restrinções estão diretamente relacionadas a protocolos de segurança de cada unidade prisional.

Costa e Sales (2021) avançam nessa discussão ao caracterizar a biblioteca prisional não apenas como um espaço de leitura e de disseminação de informação, mas como lugar de construção de significados para a vida dentro e fora dos presídios. Nesse mesmo cenário, a Lei de

Execução Penal (Brasil, 1984) já reconhece a biblioteca como parte da assistência educacional, reforçando sua função instrutiva, cultural e de reintegração social. Neste contexto, as autoras Lehmann e Locke (2015, p. 6), ao defenderem diretrizes internacionais para serviços de biblioteca em prisões, lembram que "[...] uma pessoa em reclusão não renunciou ao direito a aprender e a acender a informação". Neste sentido, a privação de liberdade não anula as garantias legais do sujeito.

Em suma, este conjunto de autores evidenciam que a biblioteca prisional, embora pouco conhecida por parte dos profissionais, é um espaço promissor tanto para a pesquisa quanto para a prática. Logo, o profissional bibliotecário deve atender às demandas informacionais dos leitores, sem julgamentos prévios, reconhecendo que a função social da profissão está diretamente vinculada à mediação da informação. Nesse sentido, Pizarro (2017) observa que a missão social do bibliotecário se realiza na capacidade de mediar demandas discursivas que respondem às necessidades das pessoas e contribuem para sua qualidade de vida em sociedade.

Portanto, ampliar o debate sobre esse campo é essencial para a área. Como salientam Costa *et al.* (2016), cabe aos profissionais da informação reivindicar a obrigatoriedade da biblioteca no cárcere e assegurar que sua gestão seja conduzida por bibliotecários e bibliotecárias qualificados, aptos a desenvolver projetos e atividades que favoreçam o retorno social da pessoa privada de liberdade.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa. De acordo com Minayo (2016), a pesquisa qualitativa busca compreender significados, motivos, valores e atitudes, ocupando nas ciências sociais um espaço privilegiado para captar dimensões subjetivas da realidade. Essa característica é fundamental para a análise de práticas de ensino e vivências em sala de aula, pois envolvem fenômenos que emergem de percepções e interações humanas. Já a pesquisa exploratória, conforme Marconi e Lakatos (2003), é indicada quando o objetivo é ampliar a familiaridade do pesquisador



com o tema, formular problemas ou levantar hipóteses, configurando-se como etapa essencial para consolidação de campos ainda pouco investigados, como a inserção da biblioteca prisional no ensino de Biblioteconomia.

Neste processo, utilizou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica realizada entre os meses de julho e agosto de 2025. O levantamento foi executado em três bases de dados referenciais para a área: o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, o Portal Oasis do IBICT e a Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci). A estratégica de busca empregou os descritores: "Estágio superior AND biblioteconomia"; "Estágio docente" AND biblioteconomia; "Estágio docente" AND biblioteconomia AND Biblioteca sem delimitação de ano e no campo de conhecimento da Ciência da Informação (CI). Esse mapeamento permitiu identificar a produção acadêmica e a densidade das discussões sobre o estágio docente na literatura da área.

Após a coleta inicial, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão para assegurar a fidedignidade dos documentos selecionados. Foram descartados registros duplicados, títulos com autoria divergente ou cujas temáticas não tivessem relação direta com o estágio docente na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. Neste processo, recuperou-se 15 trabalhos: uma tese, treze artigos e um trabalho em anais de evento. Observou-se a predominância de relatos de experiência, o que corrobora a tese de que ainda há carência de sistematização teórica sobre o tema, evidenciando a necessidade de novas investidas e análises.

Ademais, recorreu-se à pesquisa de campo, também orientada sob a ótica qualitativa, com a finalidade de dialogar com a realidade empírica e a construção teórica deste estudo (Minayo, 2016). Esta etapa fundamentou-se na observação e vivência de uma das pesquisadoras durante o estágio docente, permitindo a coletar dados diretamente da prática pedagógica para confrontá-los com a literatura levantada. É importante ressaltar que, por tratar-se de um relato de vivência, esta estratégia não se caracteriza como pesquisa-ação, que, conforme Thiollent (1985, citado por Gil, 2008), envolve um processo cooperativo e



participativo estruturado, voltado para a resolução de problemas coletivos. No presente estudo, tratou-se de um registro reflexivo da prática em sala de aula, orientado pelo planejamento das atividades e pela análise dos resultados, de modo a articular a fundamentação teórica com a experiência vivida.

ANÁLISE E RESULTADOS DA VIVÊNCIA EM SALA DE AULA

A análise e interpretação dos resultados organizam-se em dois momentos distintos. O primeiro apresenta o levantamento quantitativo dos trabalhos recuperados acerca do estágio docente nos campos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação nas bases CAPES, IBICT-Oasis e Brapci (Quadro 1). O segundo momento, integra um breve resumo dos trabalhos identificados (Quadro 2), e o relato da vivência do estágio docente realizado no curso de Biblioteconomia da UFMG, etapa fundamental para a formação e o aprendizado da pesquisadora estagiária docente.

Quadro 1- Recuperação de teses, dissertações e artigos científicos das bases de dados

BASE DE DADOS	TERMO	QUANTIDADE			
		TESE	DISSERTAÇÃO	ARTIGO	TRABALHO EM EVENTO
Catálogo da CAPES	"Estágio superior AND biblioteconomia"; "Estágio docente" AND biblioteconomia; "Estágio docente" AND biblioteconomia AND Biblioteca	1	0	Não indexa	Não indexa
Ibict oasis	"Estágio superior AND biblioteconomia"; "Estágio docente" AND biblioteconomia; "Estágio docente" AND biblioteconomia AND Biblioteca	0	0	7	0

BASE DE DADOS	TERMO	QUANTIDADE			
		TESE	DISSERTAÇÃO	ARTIGO	TRABALHO EM EVENTO
Brapci	"Estágio superior AND biblioteconomia"; "Estágio docente" AND biblioteconomia; "Estágio docente" AND biblioteconomia AND Biblioteca	Não indexa	Não indexa	6	1

Fonte: Elaborada pelas autoras (2025).

No total, foram recuperados 15 trabalhos, sendo: 1 tese defendida em 2023; 13 artigos publicados entre 2010 a 2025; e 1 trabalho apresentado em 2010 no XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib). Embora significativo, tal quantitativo revela-se reduzido frente à amplitude da temática e ao potencial formativo do estágio docente no ensino superior. Essa constatação reitera a necessidade de divulgar novas experiências e consolidar o debate sobre o tema. Para fins de conhecimento, apresenta-se no Quadro 2, um breve resumo dos trabalhos recuperados nas bases de dados.

Quadro 2- Trabalhos recuperados no Catálogo da Capes, Portal do IBICT oasis e na Brapci

Autor (a) / res (as)	Título	Ano	Tipo de documento	Assunto abordado
Asa Fujino e Michele de Oliveira Vasconcelos	Estágios: reflexões sobre a ação didático–pedagógica na Formação do profissional da informação	2010	Trabalho apresentado em evento	Apresenta diretrizes voltadas à reconfiguração das práticas didático-pedagógicas de professores orientadores e coordenadores de estágios extracurriculares no curso de Biblioteconomia da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP).



Autor (a) / res (as)	Título	Ano	Tipo de documento	Assunto abordado
Asa Fujino	Ciência da Informação: relações entre pesquisa, ensino e prática profissional	2011	Artigo	Reflete sobre a capacidade da CI em transformar experiências de mercado em saber acadêmico. Defende a atualização das bases pedagógicas da área para assegurar a competência profissional em diversos cenários, articulando as múltiplas esferas de atuação da Biblioteconomia.
Cláudia Maria Alves Vilhena e Célia da Consolação Dias	Arquivo, biblioteca e museu como espaços de cultura e preservação: uma experiência docente	2019	Artigo	Relato de experiência docente no curso de Biblioteconomia de uma Universidade pública brasileira, vivenciado por uma doutoranda durante estágio de um Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, na qual ministrou uma disciplina sobre a relevância de arquivos, bibliotecas e museus como espaços de cultura e preservação.
Jorge Santa Anna	Contribuição do estágio docente para a formação de professores e profissionais na área de Sistemas de Recuperação da Informação	2019	Artigo	Relata as atividades desenvolvidas por pós-graduandos na disciplina Estágio, destacando as relações estabelecidas entre discentes e professores, e os benefícios alcançados para fortalecimento da prática profissional e o estímulo e encorajamento para ingresso na carreira docente.
Ariane Barbosa Lemos	Estágio docente no ensino superior relato de experiência no curso de Biblioteconomia da UFMG	2019	Artigo	Descreve a experiência de estágio docente realizada no ensino superior na disciplina optativa “Informação e Comunicação em Organizações”, ofertada no curso de graduação em Biblioteconomia da (ECI/ UFMG).



Autor (a) / res (as)	Título	Ano	Tipo de documento	Assunto abordado
Célia da Consolação Dias, Jorge Santa Anna e Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan	A disciplina revisão sistemática da literatura no currículo formativo do bibliotecário: proposições como ação inovadora em tempos de pandemia	2020	Artigo	Apresenta um relato de experiência sobre a elaboração de uma disciplina voltada à formação de bibliotecários, com objetivo de capacitá-los para a atuação no serviços de informação na área da saúde.
Amanda Damasceno de Souza e Maurício Barcellos Almeida	Biblioteconomia aplicada ao cuidado em saúde: experiência docente	2020	Artigo	Descreve a experiência em docência universitária no curso de Biblioteconomia da UFMG, visando fomentar a inserção de temáticas especializadas nos currículos de graduação.
Paulo Marcelo Carvalho Holanda	Relato de experiência em Biblioteconomia estágio supervisionado docente da pós-graduação	2020	Artigo	Apresenta o relato de experiência no estágio docente de mestrado, realizado no âmbito do PPGGOC/UFMG, com foco na regência em sala de aula.
Maria Cristina Palhares e Lygia Luzia Cordon Canelas	Inovação em tempos de pandemia: programa de estágio online do curso de Biblioteconomia do Unifai	2021	Artigo	Propõe uma abordagem inovadora para o estágio obrigatório em Biblioteconomia, baseada no programa remoto criado pelo Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). A iniciativa surgiu como resposta à dificuldade dos discentes em encontrar campo de estágio durante a pandemia da Covid-19.



Autor (a) / res (as)	Título	Ano	Tipo de documento	Assunto abordado
Guilherme Francis de Noronha e Maurício Barcellos Almeida	Ensino superior durante a pandemia: uma experiência docente em sistemas de recuperação da informação	2022	Artigo	Compartilha reflexões sobre a prática docente, analisando os erros e acertos de estratégias de ensino adotadas durante o ensino remoto emergencial. Apresenta vivências reais, novas ideias e formulações para a disciplina de Sistemas de Recuperação de Informação, ministrada no curso de Biblioteconomia na UFMG.
Claudia Barbosa dos Santos de Souza	Percepções sobre o Estágio de Docência do Mestrado em Ciência da Informação	2022	Artigo	Apresenta as percepções de uma mestranda em CI sobre o estágio docente como estratégia de prática de ensino, desenvolvida em 2020 e 2021 junto aos estudantes do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
Yluska Bambirra Assunção	Produção de conhecimento científico no ensino superior: contribuições da Ciência da Informação e recursos educacionais	2023	Tese	Propõe uma reflexão sobre o perfil do discente e sua relação com as Instituições de Educação Superior e o corpo docente. Relata também, sobre sua vivência no estágio docente realizado em 2020, em uma disciplina ofertada na modalidade a distância EaD para graduandos de Biblioteconomia e outras áreas da UFMG.
Claudia Barbosa dos Santos de Souza e Marta Lígia Pomim Valentim	Estágio docência na formação docente em Ciência da Informação no Brasil: relato de experiência	2023	Artigo	Relata as atividades desenvolvidas por uma doutoranda em CI durante o estágio realizado no curso de Biblioteconomia da UFRJ.



Autor (a) / res (as)	Título	Ano	Tipo de documento	Assunto abordado
Maurício José Morais Costa, Italo Teixeira Chaves e Maria Cleide Rodrigues Bernardino	Estágio de Docência na Pós-Graduação em Ciência da Informação: experiências e sentidos vivenciais na disciplina de Metodologia do Trabalho Científico	2024	Artigo	Relata as vivências do estágio docente na disciplina de Metodologia do Trabalho Científico, ministrada para os cursos de Ciências Contábeis e Engenharia de Alimentos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Destacando as competências pedagógicas desenvolvidas e os aspectos formativos essenciais à preparação docente de pós-graduandos em Ciência da Informação.
Rosaria Ferreira Otoni dos Santos, Frederico César Mafra e Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan	Curadoria de conteúdo para bibliotecários: relato de experiência a partir do estágio docente em Biblioteconomia	2025	Artigo	Apresentar um relato de experiência relativo ao estágio docente de doutorado, realizado no Curso de Biblioteconomia da UFMG. A prática consistiu na regência da disciplina optativa Curadoria de conteúdo, abordando os desafios pedagógicos e as estratégias de ensino adotadas.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

A análise dos trabalhos expostos no Quadro 2 revelou padrões significativos. Em primeiro lugar, a maioria dos estudos eram constituídos por relatos de vivências de pós-graduandos em sala de aula em cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação, o que indica que o estágio docente tem sido compreendido como espaço de experimentação pedagógica e reflexão sobre a prática, conforme apontado por Pimenta e Lima (2012), além da relevância de transformar a experiência profissional como insumo para a formação (Fujino, 2011). Outro aspecto recorrente é a busca por inovação didática, acentuada pela pandemia de COVID-19, que exigiu a adaptação de disciplinas ao ensino remoto (Palhares; Canelas, 2021; Noronha; Almeida, 2022). Finalmente, destacam-se estudos que propõem renovações curriculares, como a inserção da revisão sistemática da literatura ou da Biblioteconomia aplicada ao

cuidado em saúde, ampliando as perspectivas de atuação profissional (Dias; Santa Anna; Maculan, 2020; Souza; Almeida, 2020).

É relevante destacar que os trabalhos recuperados detalham particularidades das disciplinas ofertadas, abordando desde as relações interpessoais entre estudantes com professores e a Instituições até estratégias para aprimorar o processo de ensino e aprendizagem. Tais estudos discutem os desafios dos discentes na produção acadêmica, o desenvolvimento de competências sociais e profissionais no campo da CI e a importância da colaboração entre docente e estagiário na construção da identidade pedagógica, além de outros desafios enfrentados que são detalhados nos trabalhos. Assim, percebe-se que, embora fragmentada, a literatura demonstra o potencial do estágio docente para articular as dimensões acadêmicas, profissionais e sociais. Essa constatação dialoga diretamente com a experiência relatada neste artigo, centrada no ensino sobre a biblioteca prisional.

Nesse contexto, apresenta-se a vivência da primeira autora no estágio docente realizado junto ao doutorado do PPGGOC/UFMG. A experiência permitiu, além da vivência da prática no ensino superior, uma reflexão profunda sobre o papel do estágio docente no processo de aprendizagem universitário. De acordo com Santos (2001), o professor é um facilitador da aprendizagem de seus estudantes, não se trata apenas de transmitir conteúdo, mas sim em auxilia-lo a aprender.

A disciplina ministrada no curso de Biblioteconomia da UFMG, visou introduzir a temática da biblioteca prisional e desenvolver competências necessárias para um campo ainda pouco explorado. O planejamento envolveu a seleção de metodologias compatíveis com o perfil da turma e a curadoria de materiais de apoio, incluindo recursos audiovisuais como filmes, documentários e relatos. Esses recursos permitiram a visualização da prática de bibliotecários em presídios e a discussão da leitura como ferramenta de remição de pena, mostrando-se eficazes na articulação entre a teoria e a realidade prática, além de facilitar a compreensão crítica dos textos legais.

A interação com os discentes foi um dos pontos mais enriquecedores do processo, exigindo da estagiária docente sensibilidade para



a escuta, adaptação da linguagem e a buscar por estratégias que fomentassem a construção coletiva do conhecimento. As questões norteadoras propostas em sala de aula estimularam a participação ativa dos estudantes e transformaram dúvidas em oportunidades de aprendizado, promovendo um olhar humanizado sobre as pessoas privadas de liberdade.

O uso de recursos audiovisuais, como filmes e documentários, exemplifica essa dinâmica ao materializar a atuação de bibliotecários em ambientes prisionais e as ações de remição de pena pelo trabalho e por meio da leitura em projetos realizados por internos que atuam nas bibliotecas de presídios brasileiros. Por meio desses registros, os discentes visualizaram a aplicação desses projetos conduzidos em presídios brasileiros, o que facilitou a correlação entre a teoria discutida em sala e os dispositivos legais que regem o sistema prisional.

Constatou-se também que, o sistema prisional carece de bibliotecários, muitas vezes pela ausência de políticas que integrem esses profissionais aos organogramas institucionais. Contudo, essa lacuna revela-se como um campo promissor para inserção profissional e investigação científica, devendo ser reivindicado pela área. Nesse sentido, a disciplina buscou não apenas ampliar horizontes de atuação, mas fomentar a reflexão crítica sobre o compromisso social da Biblioteconomia.

Por fim, a vivência do estágio docente mostrou-se fundamental para o amadurecimento profissional e acadêmico da pesquisadora, permitindo a aplicação de sua temática de doutorado e consolidando o potencial da biblioteca prisional como objeto formativo. Reforça-se a importância de ampliar os debates sobre o estágio docente e de registrar essas vivências, contribuindo para a formação de novos pesquisadores e para o fortalecimento da dimensão social nos currículos da Biblioteconomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vivência relatada neste estudo evidencia a importância do estágio docente como instrumento formativo e transformador, essencial à

construção de saberes pedagógicos e sociais no campo da Biblioteconomia. Ao abordar a biblioteca prisional como temática central da disciplina, não apenas expandiu os horizontes de atuação profissional dos discentes, mas fomentou uma reflexão crítica sobre o papel social do bibliotecário em contextos de privação de liberdade e de vulnerabilidade.

Evidencia-se, portanto, a necessidade de integrar esse temática ao currículo acadêmico, consolidando uma formação de profissionais comprometidos com o campo social e com a democratização da informação. Esse movimento contribui também para a valorização de espaços informacionais como agentes de transformação social e para a construção de práticas mais inclusivas.

Nesse cenário, o estagiário docente atua como mediador de um processo participativo, ao criar condições necessárias para o engajamento crítico dos estudantes. Como desdobramento, essa vivência evidencia a necessidade de pesquisas futuras que aprofundem a discussão sobre metodologias didáticas aplicadas à temática prisional e sobre a presença desse campo nos currículos de Biblioteconomia em diferentes instituições. Institui-se, desse modo, um caminho para a consolidação de uma vertente social para a Ciência da Informação, capaz de responder, com sensibilidade e técnica, aos complexos desafios referente a garantia de direitos em ambientes de privação de liberdade.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio à pesquisa (Processo 307765/2023-7; BCMSM).

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Yluska Bambirra. **Produção de conhecimento científico no ensino superior:** contribuições da Ciência da Informação e recursos educacionais. 2023. 174 f. Tese (Doutorado em Gestão e Organização do Conhecimento) –



Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/55999. Acesso em: 8 set. 2025.

BRAGA, Natalia Lopes; PINHEIRO, Natália Parente; FEITOSA, Larissa de Brito. Estágio em docência: o relato de experiência como recurso necessário na avaliação da aprendizagem. **Caminho Aberto**: revista de extensão do IFSC, Florianópolis, SC, n. 5, p. 66–70, 2021. Disponível em: https://ojs.ifsc.edu.br/index.php/caminhoaberto/article/view/1973. Acesso em: 8 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm. Acesso em: 27 ago. 2025.

CARVALHO, Jonathas. **Tópicos em Biblioteconomia e Ciência da Informação**: epistemologia, política e educação. Rio de Janeiro: Agência Biblioo, 2016.

COSTA, Amabile; LINDEMANN, Catia Rejane; PIZARRO, Daniella Camara; SILVA, Joel Nunes da. Bibliotecas prisionais Catarinenses e a ausência do bibliotecário. **Revista ACB:** Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, SC, v. 21, n. 3, p. 874-885, ago./nov., 2016. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1256. Acesso em: 27 ago. 2025.

COSTA, Amabile; SALES, Rodrigo de. Biblioteca prisional: um espaço heterotópico. **Brazilian Journal of Information Science:** Research trends, Marília, SP, v. 15, p. 1-18, 2021. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/11298. Acesso em: 27 ago.2025.

COSTA, Maurício José Morais; CHAVES, Italo Teixeira; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Estágio de docência na pós-graduação em Ciência da informação: experiências e sentidos vivenciais na disciplina de metodologia do trabalho científico. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Paulo, SP, edição especial, p.1-15, 2024. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/v/299215. Acesso em: 29 ago.2025.

DIAS, Célia da Consolação; SANTA ANNA, Jorge; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos. A disciplina revisão sistemática da literatura no currículo formativo do bibliotecário: proposições como ação inovadora em tempos de pandemia. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 176–205, 2021. Disponível em: https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/193. Acesso em: 29 ago. 2025.

FUJINO, Asa; VASCONCELOS, Michele de Oliveira. Estágios: reflexões sobre a ação didático–pedagógica na formação do profissional da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFOR-

MAÇÃO, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Ancib, 2010. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/v/181823. Acesso em: 28 ago. 2025.

FUJINO, Asa. Ciência da informação: relações entre pesquisa, ensino e prática profissional. **Revista EDICIC**, [online], v. 1, n. 1, p.244-261, 2011. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/v/259112. Acesso em: 29 ago.2025.

GIL, Antonio Carlos. Pesquisa-ação e pesquisa participante. *In:* GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008. p.30-31.

HOLANDA, Paulo Marcelo Carvalho. Relato de experiência em Biblioteconomia: estágio supervisionado docente da pós-graduação. **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, MG, v. 10, p. 1–24, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/21934. Acesso em: 29 ago. 2025.

LEHMANN, Vibeke; LOCKE, Joanne. **Orientações para serviços de biblioteca para reclusos**. Traduzido por Maria José Vitorino. 3. ed. Be Haia: IFLA, 2015. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/professional report/92-pt.pdf. Acesso em: 5 set. 2025.

LEMOS, Ariane Barbosa. Estágio docente no ensino superior: relato de experiência no curso de Biblioteconomia da UFMG. **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, MG, v. 9, p. 1–18, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/12203. Acesso em: 29 ago. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016.

NORONHA, Guilherme Francis de; ALMEIDA, Maurício Barcellos. Estágio docente durante a pandemia: uma experiência docente em sistemas de recuperação da informação. Informação & Informação, Londrina, PR, v. 27, n. 2, p.544-567, 2022. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/360295. Acesso em: 29 ago.2025.

PALHARES, Maria Cristina; CANELAS, Lygia Luzia Cordon. Inovação em tempos de pandemia: programa de estágio online do Curso de Biblioteconomia do Unifai. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, SP, v. 17, p.1-20, 2021. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/v/168734. Acesso em: 29 ago.2025.



PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência - teoria e prática: diferentes concepções. In: BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino; CORDEIRO, Ana Paula; MILANEZ, Simone Ghedini Costa (org.). **Formação da Pedagoga e do Pedagogo:** pressupostos e perspectivas. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 133-152.

PIZARRO, Daniella Camara. **Entre o saber agir e o saber fazer**: o que professam os docentes de Biblioteconomia em Santa Catarina. 2017. 530 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185647. Acesso em: 8 set. 2025.

SANTA ANNA, Jorge. Contribuição do estágio docente para a formação de professores e profissionais na área de Sistemas de Recuperação da Informação. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Paulo, SP, v. 6, n. 1, p. 63–76, 2019. Disponível em: https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/119. Acesso em: 29 ago. 2025.

SANTOS, Sandra Carvalho dos. O processo de ensino-aprendizagem e a relação professor aluno: aplicação dos "sete princípios para a boa prática na educação de ensino superior". **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, SP, v. 8, n. 1, jan./mar. 2001.

SANTOS, Rosaria Ferreira Otoni; PEREIRA, Frederico César Mafra; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos. Curadoria de conteúdo para bibliotecários: relato de experiência a partir do estágio docente em biblioteconomia. **RDBCI:** Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v. 23, p.1-17, 2025. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/v/359000. Acesso em: 29 ago.2025.

SHERA, Jesse. Sobre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. *In*: GOMES, Hagar Espanha (org.) **Ciência da Informação ou informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980. 112 p.

SOUZA, Amanda Damasceno de; ALMEIDA, Maurício Barcellos. Biblioteconomia aplicada ao cuidado em saúde: experiência docente. **Informação & Informação**, Londrina, PR, v. 25, n. 4, p. 717–732, 2020. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/40379. Acesso em: 29 ago. 2025.

SOUZA, Claudia Barbosa dos Santos de. Percepções sobre o Estágio de Docência do Mestrado em Ciência da Informação. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 9, número especial, p. 1–10, 2022. Disponível em: https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/317. Acesso em: 29 ago. 2025.



SOUZA, Claudia Barbosa dos Santos de; VALENTIM, Marta Ligia Pomim. Estágio docência na formação docente em ciência da informação no brasil: relato de experiência. **Revista EDICIC**, [online], v. 3, n. 4, 2023. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/v/259001. Acesso em: 29 ago.2025.

TARGINO, Maria das Graças. A evolução conceitual da biblioteca. *In:* TARGINO, Maria das Graças. **Olhares e fragmentos**: cotidiano da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Teresina: EDUFPI, 2006. cap.8, p.87-94.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1985.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS. Escola de Ciência da Informação. **Biblioteconomia**. Belo Horizonte, c2025. Disponível em: https://graduacoes.eci.ufmg.br/biblioteconomia/. Acesso em: 27 ago. 2025.

VILHENA, Cláudia Maria Alves; DIAS, Célia da Consolação. da C. Arquivo, biblioteca e museu como espaços de cultura e preservação. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, PB, v.29, n.3, p.81-94, jul./set. 2019. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/147920. Acesso em: 29 ago.2025.



DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES: UMA ANÁLISE DA TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL NA BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO

Ana Claudia Borges Campos
Universidade Federal do Espírito Santo
ana.c.campos@ufes.br, https://orcid.org/0000-0002-3370-7374

Rodrigo Santos Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo
oliveira_rodrigo@outlook.pt, https://orcid.org/0009-0002-6348-9192

Maria Eduarda Pereira Zanoni
Universidade Federal do Espírito Santo
maria.ep.zanoni@gmail.com

Resumo: *Este trabalho tem como objetivo analisar o acervo da Biblioteca Pública do Espírito Santo (BPES), verificando a presença de literatura afrodescendente. Parte-se do entendimento de que o Desenvolvimento de Coleções (DC) deve refletir as demandas sociais, apoiando-se na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas no combate às desigualdades. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, com metodologia a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. O levantamento de dados envolveu a análise de documentos institucionais, catálogos e diretrizes internas, bem como a identificação e quantificação de obras com temática afrodescendente presente no acervo da instituição. Os resultados demonstram que, embora a BPES seja uma das principais instituições bibliotecárias do estado e exerça papel relevante na democratização da informação, ainda há uma baixa representatividade na produção voltada à temática étnico-racial em seu acervo. Dentre os 41.600 títulos que compõem seu acervo, apenas 0,98% do total possuem a temática étnico-racial. Essa baixa representatividade está associada tanto à inexistência de políticas específicas de desenvolvimento de coleções voltadas à diversidade, quanto à limitação no uso de vocabulários controlados nos processos de indexação e recuperação de informação. A pesquisa também evidencia a ausência de documentos institucionais que orientem práticas antirracistas nos processos de seleção e aquisição de obras, o que reforça a necessidade de iniciativas mais estruturadas e conscientes por parte dos profissionais da área. Conclui-se que o fortalecimento de políticas de DC inclusivas é essencial para que as bibliotecas públicas atuem como agentes efetivos de transformação social.*

Palavras clave: *Bibliotecas públicas. Desenvolvimento de coleções. Relações étnico-raciais. Agenda 2030.*



INTRODUÇÃO

No decorrer da história da biblioteconomia, sabe-se que as bibliotecas por um determinado momento foram consideradas um "depósito de informações", onde o bibliotecário realizava a salvaguarda desses materiais, sobretudo o livro, deixando-os acessíveis apenas a uma pequena parcela da sociedade. Dessa forma, as bibliotecas não possuíam as práxis para desenvolver seus acervos para a disseminação da informação, seus acervos eram apenas estoques, gerando coleções.

Na Idade Média os monges copistas envolviam-se com as atividades de rotina, deixando de lado fatores envoltos com a avaliação de acervo, já na Idade Moderna a ideia das bibliotecas foram direcionadas para o colecionismo de todos os materiais disponíveis. Entretanto, após a invenção da prensa de Johannes Gutenberg (1448), ocorreu a "explosão bibliográfica". A prensa permitiu a evolução do campo editorial, com a impressão de materiais bibliográficos com maior agilidade, gerando assim um grande crescimento na quantidade de livros produzidos (Weitzel, 2002). A partir disso compreendemos que a geração de estoques informacionais seria inviável, uma vez que adquirir e armazenar todo o conhecimento seria uma tarefa onerosa.

Diante desse grande volume de informações, surgem as rotinas voltadas para seleção e aquisição de materiais pelas bibliotecas, sendo necessário empenho dos profissionais da informação para selecionar e adquirir materiais pertinentes às demandas de seus usuários, sendo essencial a compreensão das necessidades da comunidade. Assim, consolidou-se dentro da biblioteconomia a área de Desenvolvimento de Coleções (DC).

O DC no Brasil emerge entre as décadas de 80 e 90, onde autores como Vergueiro (1989), Figueiredo (1998) e Weitzel (2006) vão destrinchar e elencar cada etapa desse processo. Contudo, ainda existem limitações quanto aos métodos que liguem o DC com a diversidade cultural em acervos, sobretudo nas relações étnico-raciais.

As bibliotecas públicas (BP) representam equipamento para a acessibilidade cultural, desempenhando um papel fundamental na promo-



ção da leitura e preservação da memória coletiva. De acordo com Vergueiro (1989) e Figueiredo (1998), a biblioteca pública é a mediadora no processo de acesso à informação, deve garantir a pluralidade de temáticas, levando em consideração a diversidade da sociedade. Para tal, o DC deve considerar a representatividade cultural de seus usuários e de seus materiais adquiridos, não sendo selecionados de forma aleatória, mas seguindo critérios estruturados de forma equitativa e inclusiva.

A Biblioteca Pública do Espírito Santo como a principal biblioteca no estado, exerce um papel crucial na disseminação de informações e inclusão social. Desenvolver coleções afrodescendentes diz respeito à ascensão da diversidade cultural. Todavia, questionamos: *de que maneira a coleção de livros com a temática afrodescendente na Biblioteca Pública do Espírito Santo pode contribuir para a inclusão social e promoção da diversidade cultural*?

É notório na construção da história do nosso país que a população negra sempre foi deixada à mercê em todas as camadas sociais, tomamos como base o processo de escravização e cerceamento dos povos sequestrados da África. As bibliotecas públicas sendo centros informacionais não podem ficar de fora desse processo, pois estão diretamente ligadas com a educação. Evidenciar acervos afrodescendentes é tornar isso cada vez mais real, combatendo mecanismos racistas na esfera social.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo geral, analisar a coleção de livros com a temática afrodescendente na Biblioteca Pública do Espírito Santo; seguindo dos objetivos específicos, verificar a presença de literatura afrodescendente no acervo; identificar as coleções existentes e compreender papel da Biblioteca Pública do Espírito Santo como agente de inclusão social étnico-racial.

BIBLIOTECAS PÚBLICAS COMO AGENTES DE INCLUSÃO ÉTNICO-RACIAL

As Bibliotecas Públicas (BP) são instituições culturais, sociais e de memória, sob responsabilidade do poder público, com o papel de ofe-



recer serviços à comunidade e garantir acesso gratuito à informação e ao conhecimento, sem distinções. São essenciais à sociedade, como indicam as diretrizes da Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e Instituições (IFLA) (2012).

Duas vertentes explicam seu surgimento: uma ligada à Revolução Industrial (1760–1860), que demandava mão de obra qualificada e via a BP como instrumento filantrópico, e outra, à Revolução Francesa (1789–1799), que destacou a pressão popular por educação gratuita. A BP surge no século XIX, com marco em 1850, nos EUA e Inglaterra, caracterizando-se por ser mantida pelo Estado, com funções definidas e atendimento universal. Para Almeida Júnior (2013 *apud* Almeida Júnior 1997, p. 22), sua origem resulta de múltiplos fatores históricos e sociais, e a BP deve ser reflexo e agente das transformações sociais.

No Brasil, segundo Soares *et al.* (2011), a primeira BP foi fundada em 1811, em Salvador. Apesar do ideal de acesso público, inicialmente atendia apenas à elite letrada, excluindo mulheres, escravizados e analfabetos. Inseridas em uma sociedade agrária e escravocrata, essas bibliotecas refletiam um modelo excludente e eurocentrado. A coleção era formada majoritariamente por obras e volumes estrangeiros, e em 1822, essas bibliotecas começaram a se vincular ao poder público, sendo implantadas, ao longo do século XIX, em centros urbanos dos estados brasileiros.

As BPs tradicionalmente atuam de forma limitada frente à diversidade da população, mas têm a responsabilidade de promover o acesso amplo à informação, sendo espaços de resistência e enfrentamento às desigualdades. Desde 1977, o extinto Instituto Nacional do Livro (INL) já evidenciava que: “a biblioteca pública municipal pertence ao município, é instalada para ser utilizada pelos seus habitantes e deve ser aberta para todos, sem qualquer tipo de discriminação”.

A democratização da informação tornou-se ainda mais urgente com a Sociedade da Informação, que reforçou o papel social das BP e os valores de democracia, cidadania e diversidade. O Manifesto da UNESCO e as diretrizes da IFLA reafirmam a BP como um espaço inclusivo e acessível a todos, independentemente de raça, etnia ou condição



social. No entanto, a democratização do acesso ainda é um desafio. Segundo Almeida Júnior (2013), fatores como passividade institucional e apego ao tecnicismo contribuem para que a BP permaneça afastada da comunidade. Para superar isso, é essencial que os acervos contemplem perspectivas decoloniais, incluindo histórias de povos originários e afrodescendentes e a inserção de seus autores, valorizando produções locais e evitando conteúdos discriminatórios.

Vergueiro (1989) reforça que os acervos devem atender às necessidades informacionais de toda a comunidade, não apenas de quem já utiliza a biblioteca. Paulo Freire (1989) e Almeida Júnior (2015) ressaltam que as narrativas presentes nos acervos constroem e reproduzem visões de mundo, o que torna necessária uma curadoria crítica e inclusiva.

O período escravocrata gerou um apagamento das culturas negras e indígenas, com consequências na identidade e no acesso à informação. Adichie (2019) alerta para os perigos de se contar apenas uma versão da história. A Ciência da Informação, nesse cenário, pode ser protagonista na busca por recuperar e representar a diversidade de vozes e conhecimentos.

A construção da identidade é influenciada pelos conteúdos acessados desde a infância (Mariosa; Reis, 2011). A escassez de representações afrodescendentes nos acervos ainda persiste, refletindo estereótipos e silenciamentos históricos, e acervos com temáticas africanas e afro-brasileiras enriquecem o repertório dos usuários, promovendo uma educação antirracista e combatendo a discriminação racial. A recuperação da história negra é feita por meio de pesquisas que enfrentam o silenciamento histórico, que ainda geram desconforto e censura. Bibliotecas que acolhem essas temáticas promovem igualdade e fortalecem os direitos humanos.

A atuação das bibliotecas na democracia exige mais do que acesso ao acervo: requer ações que promovam o pertencimento e o diálogo com diferentes públicos. Isso envolve repensar o que se entende como "público", considerando classe, etnia e gênero (Cardoso, 2015).



O bibliotecário, como sujeito social, tem papel crucial na inclusão étnico-racial, e sua formação deve ir além das competências técnicas, envolvendo pensamento crítico, sensibilidade social e ética antirracista. Não basta neutralidade: é preciso curadoria ativa, questionamento de estereótipos e valorização da diversidade. Promover autores negros, indígenas e outras vozes marginalizadas é uma ação política e educativa. A mediação da leitura, a formação de acervos representativos e a valorização de saberes plurais tornam o bibliotecário um agente de transformação, atuando contra o racismo estrutural e pela justiça social.

IFLA E A AGENDA 2030

Quando se trata de espaços que desempenham a democratização da informação, as Bibliotecas Públicas desempenham um papel primordial na promoção de acesso à informação e equidade social. Conforme indica Mukherjee (1985, p. 21) a biblioteca "é, talvez, a única instituição social que oferece condições para a participação integral e máxima dos indivíduos, de modo que, estes tenham condições de usufruir das melhores tradições da democracia". Nestas perspectivas, possuímos atualmente duas grandes diretrizes que abrangem as bibliotecas públicas para tal fim: Diretrizes da IFLA e Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (proposta pela ONU).

Essas diretrizes surgem como marcos orientadores para desenvolvimento de práticas bibliotecárias inclusivas, norteando a representatividade e diversidade em ambientes de bibliotecas e também de centros de informação.

A IFLA foi fundada em 1927, sendo uma organização independente, não-governamental e não-lucrativa, tendo como objetivos principais a promoção de boas práticas profissionais e disseminar os valores dos serviços da biblioteca e informação. Consolidou-se como uma das principais porta-vozes dos profissionais da informação, documentação e biblioteconomia, desenvolvendo diretrizes e princípios que orientam a prática bibliotecária (IFLA, 2025). As diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas, foram publicadas originalmente em 1994 e foram atualizadas em 2001 e 2010 respectivamente, trazendo princípios fundamentais

para o funcionamento e boas práticas em bibliotecas, contudo daremos enfoque nas bases fundamentais apresentadas para que as bibliotecas tornem-se instrumentos de inclusão social, equidade e promotoras da diversidade cultural.

Agenda 2030 foi publicada em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU), estabeleceu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os chamados ODS:

Figura 1- ODS da Agenda 2030



Fonte: ONU Brasil, 2015.

Esses objetivos buscam a erradicação da pobreza, proteção do planeta de forma sustentável, e a garantia que todas as pessoas possam desfrutar de paz e prosperidade até 2030 (ONU Brasil, 2015). Para atingir tais objetivos as bibliotecas são parceiras fundamentais e podem agir de forma estratégica para que esses objetivos sejam alcançados (Bernardino, 2022).

Os objetivos declarados pela Agenda 2030 vai ao encontro aos princípios apresentados pela IFLA enquanto espaços de acesso universal à informação, equidade, diversidade cultural e inclusão social, pois as diretrizes IFLA destacam que a bibliotecas públicas devem ser espaços democráticos e pluralistas, "porta de acesso local ao conhecimento" (IFLA, 2012). Vergueiro (1989), ainda enfatiza que as bibliotecas devem garantir a representatividade em suas coleções, os acervos de-



vem refletir a realidade de sua comunidade. Sobretudo em nosso país de maioria negra, possuir a representatividade negra em suas coleções é dar palco para a diversidade etnico-racial. Isso nos leva a refletir sobre o eixo temático que os bibliotecários devem pensar na formação e desenvolvimento de coleções, descolonizando e permitindo a presença de autorias negras, e temas que abordem a população afrodescendente enquanto protagonista. Conforme aponta Duarte (2014), os componentes que farão a "literatura negra", estão ligados ao segmento e encadeamento do discurso negro, "dentro e fora" da literatura brasileira, evidenciando o negro como fonte principal do discurso, corrobora Adichie (2019), alertando sobre os perigos de uma história única, que pode reduzir as culturas negras a estereótipos, forjados pelo eurocentrismo.

Na relação IFLA/Agenda 2030 ainda podemos destacar os ODS relacionados aos conceitos IFLA de promoção da diversidade, o ODS 4 (Educação de Qualidade), onde a construção de coleções negras propiciará a formação antirracista e crítica dos usuários. Gomes (2020) explana sobre a necessidade de uma educação de qualidade e sobretudo, uma educação antirracista, reiterando que todas a instituições voltadas para a educação devem promover o combate ao racismo e ao fortalecimento da diversidade étnico-racial. Ainda podemos elencar o ODS 10 (Redução das Desigualdades), onde os eixos temáticos voltados para a temática negra, conforme falamos acima, propiciarão a criação de identidade dos indivíduos, forjando alicerces para equidade racial.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e descritiva, voltada para a análise da coleção de livros com a temática afrodescendente na Biblioteca Pública do Espírito Santo presente na instituição.

Como instrumentos de coleta de dados, adotamos procedimentos descritos por Gil (2008) e Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, que envolveu o exame de relatórios, catálogos, diretrizes internas e outros documentos institucionais da bi-



blioteca. A análise dos dados foi conduzida através de uma abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender em que medida o acervo existente contempla a representatividade étnico-racial e colabora para a promoção da diversidade cultural e da inclusão social.

Para análise do acervo, mediante a quase inexistência terminológica, optamos por extrair um compilado de termos da experiência acumulada dos autores para avaliar o acervo. Assim, os termos de busca compilados foram utilizados no catálogo online da instituição, disponível no sítio http://bibtranscolbpes.es.gov.br/mobile/, entre os dias 09/06/2025 à 12/06/2025, e vale a pena ressaltar que na busca foi adicionado o filtro de assunto, para localizar a temática.

Dessa forma foi possível analisar com afinco o acervo da instituição e compreender a dimensão da representatividade étnico-racial.

A BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO

A Biblioteca Pública do Espírito Santo, conhecida como BPES, foi instaurada em 16 de julho de 1855, sendo a 5ª biblioteca pública estadual do país.

> É instalada nesta província, a 16 de julho desde ano, pelo presidente Sebastião Machado Nunes, a Biblioteca Provincial numa das salas do Palácio. Esta biblioteca possuía livros importantes pertencentes alguns, poucos, ao extinto Colégio dos Jesuítas e muitos outros doados por diversos cidadãos que fizeram importantes remessas para aquela biblioteca, entre eles Brás da Costa Rubim, que enviou 400 volumes de obras de grande valor científico (Daemon, 2010, p. 392).

Tais obras, como supracitado, foram o pontapé inicial na construção do acervo da biblioteca, somando que a população local também foi responsável nesse processo de origem, sendo um dos fatores que consagrou a biblioteca como um espaço público. Durante sua trajetória, sua sede esteve em várias repartições, ficando funcionando junto com o Arquivo Público Estadual do Espírito Santo até 1979. Hoje instalada em sua sede própria no bairro Praia do Suá, na capital Vitória.



É notório, com seus cento e setenta anos de história, que a BPES abarca o pleito de referência em leitura e pesquisa para a sociedade capixaba, pois o conceito de biblioteca pública pressupõe o acesso livre à população e comunidade local.

A BPES tem como sua entidade mantenedora a Secretaria de Cultura (SECULT), responsável em prover todos os recursos necessários para o funcionamento da instituição, como os recursos materiais, humanos e financeiros. Disponibiliza os seguintes produtos e serviços:

- **Divisão de Obras Gerais**: Direcionado ao público adulto, oferece os serviços de cadastro para novos usuários, empréstimos e devolução de obras, serviço de referência, suporte em pesquisas, além de disponibilizar espaços para estudo individual (cabines) ou coletivos (mesas);
- **Setor Infantojuvenil**: Direcionado ao público infantojuvenil, composto de acervo com essa classificação indicativa. Oferece mesmos serviços que a Divisão de Obras Gerais;
- **Setor Multimídia**: Seu principal objetivo é dar acesso a internet, funcionando como uma espécie de laboratório de informática. Fazem também o empréstimo de mídias (CDs e DVDs).
- **Extensão Bibliográfica**: Responsável pelo controle bibliográfico da instituição, realizando distribuição pela instituição bem como doações a comunidade;
- **Processamento Técnico**: Responsável pela catalogação e indexação dos suportes informacionais e distribuídos pelos setores da biblioteca;
- **Setor Braille**: Setor ligado à inclusão de pessoas cegas e/ou com baixa visão, possuindo acervo em braille e equipamentos de acessibilidade;
- **Divisão de Documentação Capixaba e Coleções Especiais**: Responsável por preservar a memória dos bens materiais e simbólicos da cultura do estado;
- **Difusão Cultural**: Espaço reservado para desenvolvimento de atividades culturais: leitura, oficinas, workshops, palestras, reuniões, aulas, clubes de leitura etc.;



- **Bibmóvel**: É um sistema de bibliotecas itinerantes, composto por duas vans adaptadas para transporte de pequenos acervos, levando essas obras às comunidades distantes e periféricas da Grande Vitória.

AS COLEÇÕES EXISTENTES

As informações apresentadas a seguir sobre as coleções literárias da BPES, resultam, em grande parte, na experiência prática dos autores enquanto estagiários da instituição. A experiência e vivência direta com o acervo, os processos de organização e a dinâmica de uso das coleções, permitiram um olhar aprofundado e crítico sobre o tema, complementando a pesquisa bibliográfica e documental realizada. Dessa maneira, aliada à fundamentação teórica, buscamos oferecer uma análise mais integrada e contextualizada na realidade observada.

A BPES não possui nenhuma Política para a Formação e Desenvolvimento de Coleções, seja de forma interna ou publicada, possui apenas uma política interna voltada para catalogação de documentos no software que utiliza. Então não há suporte para interpretarmos como o processo de gestão de acervos ocorre e como aquisição e seleção de materiais são concebidos. No que tange o acervo da BPES, é dividido por setores o qual vimos anteriormente, entre tais setores existem 4 onde concentram-se o atendimento direto ao público permitindo acesso, possuindo as coleções bibliográficas, sendo eles: Setor Infantojuvenil; Divisão de Obras Gerais; Setor Braille e Divisão de Documentação Capixaba e Coleções Especiais. Cabe lembrar que ainda possui o Bibmóvel com acervo bibliográfico, entretanto, este é um compilado dos setores em que elencamos primeiramente.

Os setores de informação, funcionam em salas separadas dentro da instituição, e cada um deles possui um acervo não associado com os demais. Cada acervo possui as ditas “coleções”, nomes que foram dados a determinados acervos dentro dos setores, de modo que diferencie a temática e o arranjo físico desses materiais nas estantes do local. No quadro um está identificado as coleções existentes e seus respectivos setores.



Quadro1- Arranjo das coleções

Setor	Coleção	Escopo Temático
Divisão de Obras Gerais	Obras de Referência	Voltada para suporte acadêmico, contendo obras como dicionários, enciclopédias, atlas etc.
	Obras Gerais	Abarca os mais variados assuntos, como filosofia, história, geografia, literatura (brasileira e estrangeira) dentre outros.
	Literatura Capixaba	Traz obras literárias de autores capixabas.
Divisão de Documentação Capixaba e Coleções Especiais	Coleção Capixaba	Obras literárias de autores capixabas, como também obras que o escopo temático seja o Espírito Santo.
	José Teixeira de Oliveira	Doação feita pela viúva do titular da coleção, referido autor de grande importância sobre a escrita da história do Espírito Santo, sua temática direcionada à obras de filosofia, francês e geografia
	Província	Obras mais antigas da biblioteca, contam com títulos datados da época em que o estado era uma província
	Depósito Legal	Produções literárias espírito-santenses depositadas na biblioteca e ficam sob sua guarda, vista pela Lei 8.091/05.
Setor Infantojuvenil	Infantojuvenil	Acervo único voltado para o público infantojuvenil.
Setor Braille	Braille	Acervo único voltado para cegos ou pessoas de baixa visão.

Fonte: Elaborado pelos autores



Observa-se a não existência de coleções nos arranjos físicos que abordem a temática étnica-racial. Dessa forma, optamos por analisar o acervo no escopo temático, o qual veremos a seguir.

ANÁLISE DO ACERVO

Diante dos objetivos apresentados nesta pesquisa, centrados em analisar a presença da temática negra no acervo da BPES, foi necessário buscar um parâmetro para avaliar e qualificar o acervo, para que fosse possível dimensionar a quantidade de materiais com a temática negra versus a quantidade total do acervo e assim realizar um balanço entre os dois.

Adiante, foi realizada uma pesquisa exploratória, para conferir a existência de algum documento norteador em que pudéssemos espelhar para a conferência da temática negra. Buscamos em unidades de informações da Grande Vitória de forma presencial; em repositórios e base de dados online tais como: BRAPCI, CAPES, Google Scholar, Scielo, BDTD etc.; e também no buscador Google para ampliar as buscas. Contudo, não foi recuperado nenhum documento ou material que norteie com exatidão as práticas que envolvem a análise de acervo com a diversidade e sobretudo com a temática negra. No meio digital encontramos apenas alguns materiais, que trazem termos que remetem a temática negra:

- Vocabulário Controlado Sobre a Escravidão, Abolição e Pós-abolição: a representação dos conceitos, por Fundação Casa de Rui Barbosa (2015).
- Micro-tesauro [sic] na Temática Cultura Afro-brasileira e Relações étnico-raciais, por Diego Fernando Santos (2022).
- Glossário Antidiscriminatório (V.3), pelo Ministério Público de Minas Gerais (2022).
- Glossário Antirracista, por SESC São Paulo (2021).
- Glossário Antirracista, por Nova Escola (s. d.).
- Dicionário Antirracista: termos para eliminar do seu vocabulário, por Defensoria Pública do Distrito Federal (2024).



Tais resultados obtidos mostraram-se limitados, tanto em quantidade quanto em profundidade. Observou-se que os documentos disponíveis apresentam abordagens superficiais, com escopo reduzido e, em muitos casos, carecem de um tratamento teórico e metodológico mais consistente, o que compromete sua contribuição para a fundamentação da presente pesquisa.

Diante disso, foram mapeados 90 termos de busca, recuperou-se um total de 409 documentos de acordo com a tabela 1. Diante do volume total do acervo analisado, com aproximadamente 41.600 títulos, constatou-se a presença de um número reduzido de materiais voltados à temática negra, o que evidencia uma representatividade limitada desse recorte na coleção da instituição, uma vez que se trata de uma instituição pública.

Tal constatação aponta para a necessidade de um desenvolvimento mais equitativo e inclusivo do acervo, considerando a diversidade étnico-racial da sociedade atendida.

Tabela 1- Termos de busca versus quantidade de termos recuperados
(Continua)

Termos de Busca	Nº	Termos de Busca	Nº
Abolição da escravatura	11	Ancestralidade	1
Aculturação	8	Antirracista	0
África	119	Apartheid	6
Africano	8	Apropriação cultural	0
Afro-brasileiro	20	Aquilombamento	0
Afroconveniência	0	Ascensão social	3
Afrodescendentes	0	Auto declaração	0
Alforria	0	Axé	0



(Conclusão)

Termos de Busca	Nº	Termos de Busca	Nº
Batuque	0	Homens livres	0
Black Power (poder preto)	0	Identidade cultural	7
Branquitude	0	Igualdade racial	0
Caboclo	1	Interseccionalidade	0
Cafuzo	0	Intolerância racial	0
Candomblé	12	Intolerância religiosa	0
Carta de liberdade	0	Lei 10.639/2003	1
Castigo de escravos	0	Lei áurea de 1888	3
Coletividades negras	0	Letramento racial	0
Colonialidade	0	Libertação dos escravos	0
Colonizadores	0	Marginalização	0
Colorismo	0	Meritocracia	0
Comunidades negras	0	Mestiçagem	1
Congo	22	Miscigenação	1
Consciência negra	0	Movimento negro	3
Cotas raciais	1	Movimento negro brasileiro	0
Cultura negra	3	Navio negreiro	1
Decolonialidade	0	Necropolítica	0
Democracia racial	0	Negritude	0
Desigualdade social	10	Negro	17
Deuses africanos	0	Orixás	1
Diáspora negra	0	Pós-colonial	0
Discriminação racial	15	Quilombo	4
Diversidade de raças	0	Raça	8
Diversidade étnica	0	Racialização	0
Epistemicídio	0	Racismo	23
Escravistas	0	Religião de matriz africana	0
Escravizados	2	Representatividade	0
Escravos	52	Resistência	19
Estereótipo	0	Senzala	2
Étnico-cultural	0	Sub-urbano	0

Termos de Busca	Nº	Termos de Busca	Nº
Étnico-racial	0	Terreiro	0
Eugenia	1	Trabalho escravo	2
Feminismo negro	0	Trabalho forçado	1
Genocídio negro	0	Umbanda	10
Hegemonia	0	Xenofobia	2
Hip Hop	1	Zumbi dos palmares	7

Fonte: Elaborado pelos autores

CONCLUSÃO

Conclui-se que a área de Desenvolvimento de Coleções na Biblioteconomia, possui muitas lacunas especialmente nas temáticas sociais contemporâneas. Apesar de suas práxis estarem consolidadas por profissionais bibliotecários, a atualização desses conteúdos deixa a desejar, pois não abordam os assuntos mais aprofundados de diversidade cultural para a promoção de acervos mais inclusivos na sociedade brasileira.

Os objetivos deste trabalho foram atingidos, entretanto, com grandes ressalvas, uma vez que por bases qualitativas e quantitativas, o acervo mesmo que robusto possui uma quantidade ínfima de títulos que abordam a temática étnico-racial. Dos 41.600 títulos (aproximadamente), apenas 409 documentos foram recuperados, representando apenas 0,98% do acervo total. Essa ausência de documentos na temática étnico-racial pode ocorrer, seja pela pequena fonte na seleção e aquisição nos processos de desenvolvimento de coleção, ou ainda pela lacuna de não usar vocabulários controlados para recuperar esses documentos.

Percebe-se que as bibliotecas públicas possuem um papel crucial na difusão da diversidade, pois são instituições culturais, sociais e de memória, e como sua própria nomenclatura já predispõe são públicas e mantidas pelo Estado, sendo assim, devem atender a uma multiplicidade de usuários, não havendo quaisquer preconceitos de raça, cor, gênero ou classe social. No que tange a Biblioteca Pública do Espírito Santo,



sendo uma instituição de referência dentro do Estado, sua participação na promoção da diversidade é ainda mais significativa, pois outras instituições da sociedade espírito-santense se espelham em suas práticas para atividades biblioteconômicas.

Vale ressaltar a inexistência de documentos que orientem as práticas biblioteconômicas antirracistas, visto que no levantamento de dados não foram localizados quaisquer documentos acerca do Desenvolvimento de Coleções que pudessem nos guiar para a formação de acervos ligados à diversidade. Dessa forma, faz-se necessário que o profissional bibliotecário assuma em suas ações o papel de combatente ao preconceito racial, e ponha em prática desenvolvendo acervos mais inclusivos no ponto de vista étnico-racial.

Para enfrentar tamanhos desafios identificados, recomenda-se a elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções na temática étnico-racial, tomando como base o Plano Nacional de Livro e Leitura (PNLL), capacitações para indexação voltada a literatura afrodescendente, bem como, políticas de aquisição voltadas para diversidade, somando ainda parcerias com movimentos sociais da negritude.

Esta pesquisa, constitui um passo inicial para a abordagem do tema, mesmo que com escopo restrito, representa um ponto de partida importante para que se desenvolvam futuros estudos, e aprofundem as discussões sobre o Desenvolvimento de Coleções voltadas para a diversidade.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA JUNIOR, O. F. de. **Biblioteca pública**: avaliação de serviços. 2 ed. Londrina: EDUEL, 2013.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Conservadorismo e revolução (ou reformismo) na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. **Divers@!: Revista Eletrônica Interdisciplinar**, Matinhos, v. 8, n. 2, p. 132-144, jul./dez. 2015. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/45052/27431. Acesso em: 29 mai. 2025.



BERNARDINO, M. C. R. Biblioteca pública e sua atuação na sociedade. **Revista Fontes Documentais**, v. 5, n. 1, 2022.

CARDOSO, F. C. **O negro na biblioteca:** mediação da informação para construção da identidade negra. Curitiba: CRV, 2015.

DAEMON, B. C. **Província do Espírito Santo**: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. 2. ed. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura, 2010.

DUARTE, E. A. Por um conceito de literatura afro-brasileira. In: **LiteraFro – Biblioteca da Literatura Afro-Brasileira**, Universidade Federal de Minas Gerais, [s.l.], 2014. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-conceituais/148-eduardo-de-assis-duarte-por-um-conceito-de-literatura-afro-brasileira. Acesso em: 11 jul. 2025.

FIGUEIREDO, N. M. de. **Desenvolvimento e avaliação de coleções**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tesauro, 1998.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2008.

GOMES. N. L. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando decolocurrículos. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFOGUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

IFLA. Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas. **Diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas.** Brasília: Briquet de Lemos, 2012.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS – IFLA. **Our history**. [s.l.], 2025. Disponível em: https://www.ifla.org/. Acesso em: 11 jul. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO. **Os livros são para ler:** um manual de treinamento e orientação para encarregados de pequenas bibliotecas públicas. 2. ed. Brasília, 1977.

MARIOSA, D. F.; REIS JR., A. M. A influência da literatura infantil afrobrasileira na construção das identidades das crianças**. Estação Literária**, Londrina, v. 8, p. 4253, dez. 2011.

MUKHERJCE, A. K. **Filosofia da biblioteconomia**. Teresina: Associação dos Bibliotecários do Estado do Piauí, 1985.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU Brasil. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** – Agenda 2030, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 11 jul. 2025.



PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao. Acesso em 12 fev. de 2025.

SOARES, S. *et al*. **A Biblioteca Pública da Bahia:** dois séculos de história. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2011.

VERGUEIRO, W. **Desenvolvimento de coleções.** São Paulo: Polis: APB, 1989.

WEITZEL, S. R. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 7, n. 1, 2002.

WEITZEL, S. R. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2006.



PRÁTICAS PIONEIRAS E LEGISLAÇÃO TARDIA: A CONSTRUÇÃO DA REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES DE VITÓRIA (ES)

Andréa Carla Gonçalves
Pós-graduada Lato Sensu em Biblioteca Escolar pela Escola Superior de Ensino Anísio Teixeira, ES, Brasil.
Bibliotecária da Prefeitura Municipal de Vitória, ES, Brasil.
E-mail: andcargon3@gmail.com

Mariluce de Souza Corrêa
Mestre em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Bibliotecária da Prefeitura Municipal de Vitória, ES, Brasil.E-mail: souzacorreamariluce@gmail.com

Resumo: *A promulgação da Lei Federal nº 14.837/2024, que institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares, impõe desafios e compromissos aos entes federativos no que se refere à universalização do acesso à informação e à valorização das bibliotecas no ambiente escolar. Este trabalho apresenta um panorama das bibliotecas escolares brasileiras face à nova legislação, com foco na experiência da Prefeitura Municipal de Vitória, Espírito Santo. Entre os anos de 2022 e 2025, a gestão municipal deu um salto qualitativo nas ações voltadas às bibliotecas escolares, promovendo investimentos significativos em equipamentos, atualização e manutenção do acervo, além da formação continuada dos profissionais da área. Dentre as estratégias adotadas, destaca-se a formulação de uma política educacional específica para as bibliotecas escolares, que define diretrizes para seu funcionamento e articulação pedagógica. Como desdobramento dessa política, foi elaborado um projeto de lei que visa oficializar a constituição da Rede Municipal de Bibliotecas Escolares, que foi aprovado por unanimidade na Câmara Municipal de Vereadores de Vitória no dia 09 de julho de 2025 e aguarda a sanção do prefeito, o que representará um marco na valorização institucional das bibliotecas escolares do município. O estudo destaca a relevância da integração entre políticas públicas, legislação e práticas profissionais para o fortalecimento das bibliotecas escolares como instrumentos fundamentais de acesso à informação, leitura e aprendizagem.*

Palavras chave: *Biblioteca Escolar. Política Pública. Prefeitura Municipal de Vitória (ES). Rede de Bibliotecas.*



1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas constituem instrumentos fundamentais para a consolidação dos direitos sociais e para a promoção da justiça social no Estado Democrático de Direito. É interessante observar o conceito de política pública:

> Podemos entender como política pública a discussão e prática de ações relacionadas ao conteúdo, concreto ou simbólico, de decisões reconhecidas como políticas; isto é, o campo de construção e atuação de decisões políticas.[...] As construções sociais em torno de um tema ou assunto poderão, necessariamente, pautar a entrada da discussão na agenda (Agum; Riscado; Menezes, 2015, p. 16).

No campo da educação, tais políticas são ainda mais significativas, pois dizem respeito à garantia de um direito essencial: o acesso à educação de qualidade, como previsto na Constituição Federal de 1988. A efetivação desse direito exige ações concretas e contínuas do poder público, capazes de assegurar, em todos os níveis de ensino, as condições necessárias para o desenvolvimento pleno dos sujeitos em formação.

Nessa perspectiva, entende-se que ao se tratar do direito à educação, é inevitável refletir sobre os elementos que compõem esse processo, entre os quais se destacam, de forma central, as práticas de leitura e escrita. Essas práticas não são apenas habilidades técnicas, mas constituem instrumentos formadores da consciência crítica, da autonomia intelectual e da participação cidadã. A leitura e a escrita, ao se tornarem parte cotidiana do ambiente escolar, permitem que o estudante se aproprie do conhecimento, compreenda sua realidade e participe ativamente da sociedade.

Nesse sentido, uma das questões centrais relacionadas ao direito à leitura é o acesso ao livro. O livro, enquanto bem cultural e ferramenta pedagógica, precisa ser disponibilizado como parte de uma política pública que compreenda sua importância na formação do sujeito. Isso implica reconhecer que o acesso ao livro não deve depender exclusivamente da iniciativa individual ou da condição socioeconômica das



famílias, mas deve ser assegurado de forma equitativa e sistemática, principalmente por meio das bibliotecas escolares.

É na biblioteca escolar que esse direito se concretiza de forma mais direta para crianças e adolescentes. Mais do que um espaço físico, a biblioteca é um ambiente pedagógico que integra o projeto educativo da escola, promove a leitura, incentiva a pesquisa, a imaginação, o senso crítico e o gosto pela literatura. Nela, o estudante encontra não apenas livros, mas também oportunidades de acesso à informação, de construção de conhecimento e de ampliação de repertórios culturais. Portanto, é dever do Estado garantir bibliotecas escolares bem estruturadas, com acervos atualizados e profissionais qualificados, reconhecendo esse espaço como estratégico para a qualidade do ensino.

As bibliotecas públicas escolares no Brasil ainda enfrentam um cenário preocupante. Campello (2015) evidencia um histórico de descaso com esses espaços, principalmente na rede pública, onde muitas funcionam como meros depósitos de livros, com estruturas precárias, ausência de profissionais qualificados e acervos formados sem critérios técnicos. Segundo a autora, as boas práticas nesse campo ainda estão concentradas nas regiões Sul e Sudeste, majoritariamente em instituições privadas, enquanto o ensino público carece de políticas estruturantes para o setor.

Apesar disso, a literatura especializada reconhece a biblioteca escolar como um espaço pedagógico fundamental para a formação do leitor crítico e para o desenvolvimento da autonomia intelectual dos estudantes. Côrte e Bandeira (2011) destacam sua relevância na promoção da leitura reflexiva, enquanto Durban Roca (2012) ressalta que fomentar o hábito da leitura é uma de suas funções essenciais. No entanto, observa-se que, em grande parte das escolas públicas, persistem limitações estruturais e pedagógicas que comprometem a efetividade desse espaço.

O compromisso com a universalização e qualificação das bibliotecas escolares deve ser orientado por uma visão sistêmica da educação, que valorize a articulação entre ensino, leitura, cultura e cidadania. Nesse sentido, a promulgação da Lei Federal nº 14.837, de 2024,

que institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE) (Brasil, 2024), representa um marco regulatório relevante para a consolidação do direito ao acesso à informação e à leitura no ambiente educacional. Essa legislação impõe deveres e compromissos concretos aos entes federativos, estabelecendo diretrizes para a implementação, manutenção e valorização das bibliotecas em todas as escolas do país. A partir dela, a biblioteca escolar deixa de ser um recurso complementar e passa a ocupar um lugar de centralidade nas políticas públicas educacionais. Contudo, sua efetivação exige enfrentamento de desafios estruturais, como financiamento adequado, formação de profissionais qualificados e integração da biblioteca ao projeto pedagógico da escola, aspectos que agora ganham maior urgência e legitimidade à luz do novo marco legal.

Nesse contexto, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU), é um marco importante. Seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 4, que visa "assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos" (Nações, 2015), alinham-se diretamente com a necessidade de garantir bibliotecas escolares como instrumentos essenciais à aprendizagem. Ao tratar da melhoria da qualidade do ensino, os ODS reafirmam o papel estratégico de políticas públicas que fortaleçam a leitura, o acesso ao livro e os espaços que viabilizam esses processos.

O presente artigo adota uma abordagem qualitativa de caráter descritivo e documental, fundamentando-se na análise de ações institucionais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação de Vitória no âmbito das bibliotecas escolares. Com base em marcos legais e teóricos, como o Manifesto da IFLA/UNESCO (IFLA, 2016), a Lei Federal nº 14.837/2024 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, o estudo tem por objetivo apresentar as estratégias empreendidas para a qualificação desses espaços educativos, com destaque para a produção de documentos normativos e a consolidação da biblioteca escolar como política pública. Busca-se, ainda, refletir sobre os processos de institucionalização e valorização desses equipamentos pedagógicos no contexto da rede pública municipal, contribuindo para a efetivação do



direito à leitura e à informação como parte integrante da educação de qualidade.

2. BIBLIOTECAS ESCOLARES DO SISTEMA PÚBLICO DE ENSINO DE VITÓRIA (ES)

A constituição das bibliotecas escolares na Rede Municipal de Ensino de Vitória tem início a partir de 1997, em meio a um processo de revitalização dos espaços escolares, conforme apontado por Limas e Campello (2017, p. 29). Tal processo, ainda que embrionário, representou um marco importante para a inserção da biblioteca no contexto pedagógico das escolas públicas do município. Inicialmente, esses espaços foram organizados de maneira alternativa, utilizando-se de mobiliário reaproveitado das próprias unidades escolares e de acervos constituídos majoritariamente por doações de particulares e por repasses do Ministério da Educação (MEC). Naquele momento, inexistia uma política pública específica voltada à organização e funcionamento das bibliotecas escolares, o que impôs desafios estruturais e operacionais significativos. Ainda assim, a constituição desses espaços evidenciou a percepção por parte da comunidade escolar, da relevância da biblioteca como instância de apoio ao processo educativo.

As bibliotecas foram sendo gradualmente incorporadas às Escolas Municipais de Ensino Fundamental. Esse movimento deu-se de forma contínua, resultando em uma construção coletiva que envolveu gestores, professores, servidores e outros atores institucionais comprometidos com o fortalecimento do direito à educação de qualidade. Ressalta-se que, desde sua gênese, as bibliotecas escolares de Vitória foram idealizadas como espaços a serem geridos por profissionais bibliotecários, o que demonstra um alinhamento inicial com os princípios da biblioteconomia e da legislação profissional vigente. Tal diretriz foi efetivada em 2006, com a nomeação de um bibliotecário para cada unidade de ensino, marco que conferiu maior legitimidade técnica e pedagógica ao trabalho desenvolvido nesses espaços.

Contudo, mesmo com a presença de profissionais qualificados, a ausência de documentos orientadores e de políticas públicas consolidadas

impactou diretamente a uniformidade e a eficácia das ações bibliotecárias. A atuação dos profissionais ocorria, na maior parte das vezes, de forma isolada e fragmentada, sendo pautada por interpretações individuais acerca do papel da biblioteca escolar e de suas funções no ambiente educacional. Embora houvesse iniciativas pontuais de formação continuada, estas não eram suficientes para suprir a carência de diretrizes institucionais que balizassem as práticas em uma perspectiva sistêmica.

No ano de 2012, a aquisição de um sistema informatizado de gerenciamento de acervo representou um importante avanço no sentido da modernização e da integração das bibliotecas escolares. Esse sistema permitiu a interligação das unidades e promoveu uma aproximação mais orgânica entre os bibliotecários da rede, favorecendo o desenvolvimento de práticas colaborativas e a troca sistemática de saberes técnicos. Com esse movimento, delinearam-se os contornos iniciais de uma rede de bibliotecas escolares, que, embora ainda não formalizada juridicamente, já apresentava características típicas de uma rede funcional: descentralização, cooperação técnica, padronização parcial de procedimentos e construção coletiva de estratégias de atendimento à comunidade escolar. Assim, mesmo em um contexto de lacunas normativas e estruturais, as bibliotecas escolares da Rede Municipal de Vitória consolidaram-se como espaços relevantes e em contínua evolução, contribuindo para a democratização do acesso à informação e para a promoção da leitura e do letramento informacional nas escolas públicas do município.

A fragilidade institucional da Rede Municipal de Ensino de Vitória, no que se refere à ausência de respaldo legislativo e documental para as bibliotecas escolares, foi evidenciada por alguns autores que registraram:

> A rede de Vitória se revelou o caso mais frágil em relação a apoio legislativo e documentação. Segundo dados das entrevistas, ainda existem poucos registros sobre a rede. Sendo assim, ainda que a Rede de Vitória já tenha um histórico de consolidação, sem ações de formalização consistente, seja por meio de legislação, registros, inclusão na estrutura administrativa da SEME, etc., há o risco de enfraquecimento ou mesmo de descontinuidade no futuro. (Limas; Campello, 2017, p. 33).



A pesquisa ressalta um problema recorrente no cenário educacional brasileiro: a descontinuidade de políticas públicas em contextos de transição administrativa, o que compromete a sustentabilidade de ações relevantes.

Diante dessa realidade, em 2021, um grupo de bibliotecários da rede municipal propôs à gestão da Secretaria Municipal de Educação de Vitória (SEME) a formalização dos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos nas bibliotecas escolares ao longo dos anos. A proposta teve como objetivo consolidar institucionalmente práticas realizadas, reduzir desigualdades de ofertas de produtos e serviços das bibliotecas das escolas de ensino fundamental e assegurar a continuidade das ações, independentemente de alterações na gestão pública. A demanda foi acolhida pela SEME, que reconheceu a importância da iniciativa no contexto mais amplo da promoção da equidade na rede municipal, considerando a diversidade territorial das escolas.

Por meio dessa interlocução, iniciou-se a construção de dois documentos norteadores. O primeiro deles, intitulado *Política do Livro, da Leitura e da Biblioteca Escolar* (Vitória, 2023), estabelece as diretrizes da SEME no que tange ao incentivo à leitura, delineando a inserção da biblioteca escolar nesse processo. O documento contempla a trajetória da leitura desde a Educação Infantil até os anos finais do Ensino Fundamental, incluindo as modalidades de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial, estruturando ações pedagógicas alinhadas ao papel formativo da biblioteca. Esse instrumento serve como referência conceitual e pedagógica, reforçando a centralidade da leitura na política educacional do município. O segundo documento, de caráter técnico e intitulado *Diretrizes das Bibliotecas Escolares da Rede Municipal de Ensino de Vitória* (Vitória, 2023), foi elaborado com base em orientações nacionais e referenciais acadêmicos sobre bibliotecas escolares, contemplando aspectos como infraestrutura física, política de desenvolvimento de coleções, uso do sistema de gerenciamento de acervo, organização do espaço, e ações de formação continuada dos profissionais da área.

A elaboração desses documentos representa um marco na consolidação das bibliotecas escolares como equipamentos pedagógicos



estratégicos, delimitando o escopo de atuação dos bibliotecários e oferecendo à comunidade escolar parâmetros claros sobre suas funções e objetivos. Esses marcos normativos contribuem para a institucionalização da biblioteca escolar como parte integrante da política educacional municipal.

3. LEGISLAÇÃO TARDIA

A legislação tardia, enquanto fenômeno jurídico e político, evidencia a defasagem entre a consolidação de práticas sociais e o reconhecimento formal dessas pela via legal. Autores como Boaventura de Sousa Santos (2007) e Roberto Gargarella (2005) ressaltam que o direito, em contextos periféricos e desiguais, frequentemente atua de forma reativa, reconhecendo tardiamente práticas já legitimadas socialmente. No Brasil, essa dinâmica se associa a uma tradição histórica de distanciamento entre a norma jurídica e sua aplicação efetiva. Raymundo Faoro (2001), ao analisar o patrimonialismo e a formação do Estado brasileiro, aponta que muitas leis são formuladas sem conexão com as condições materiais e culturais que permitiriam sua implementação. Roberto DaMatta (1991), por sua vez, observa que, no imaginário social brasileiro, a lei muitas vezes "não pega", justamente porque é percebida como uma imposição externa, desvinculada das práticas cotidianas. Luis Roberto Barroso (2009) reforça essa perspectiva ao afirmar que a efetividade das normas depende não apenas da sua existência formal, mas da sua recepção social e da capacidade institucional do Estado em aplicá-las. José Afonso da Silva (2002) e Paulo Bonavides (2001) também argumentam que a omissão legislativa na regulamentação de direitos fundamentais configura uma inconstitucionalidade por omissão, enfraquecendo a força normativa da Constituição.

O caso das bibliotecas escolares da Rede Municipal de Vitória assemelha-se diretamente a esse contexto. Até o ano de 2023, inexistia qualquer documento oficial que orientasse, de forma sistemática e equitativa, a constituição, manutenção e funcionamento dessas bibliotecas como equipamentos pedagógicos essenciais à formação dos estudantes de forma a assegurar o direito de acesso a acervos atualizados,



diversos e condizentes com os interesses e necessidades de leitura das crianças, adolescentes, jovens e adultos atendidos pela rede. Essa lacuna normativa resultava na dependência da iniciativa particular dos gestores escolares para decisões como a aquisição de livros, gerando assimetrias significativas entre as escolas, especialmente entre aquelas localizadas em territórios socialmente mais vulneráveis.

A ausência de uma política pública estruturada que garantisse a manutenção sistemática dos acervos das bibliotecas escolares resultava, na prática, em exclusões silenciosas. A possibilidade de compra de livros era frequentemente inviabilizada pela necessidade de priorização de itens considerados "mais urgentes" nos orçamentos escolares, como utensílios de cozinha, equipamentos administrativos ou reformas prediais pontuais. Tal cenário evidencia o risco de se confiar exclusivamente na boa vontade ou visão ampliada de determinados gestores escolares. De fato, até 2022, apenas algumas escolas realizavam a aquisição de livros com recursos próprios, geralmente motivadas pela convicção de que o acesso a obras literárias contemporâneas promovia o gosto pela leitura e contribuía para a formação de sujeitos críticos e participativos. No entanto, tal compreensão, ainda que louvável, não substituía a responsabilidade do poder público em garantir, de forma estruturada e universal, o direito ao livro e à leitura como elementos centrais da educação de qualidade.

A regulamentação normativa ocorrida a partir de 2023, com a elaboração da *Política do Livro, da Leitura e da Biblioteca Escolar* e das *Diretrizes das Bibliotecas Escolares da Rede Municipal de Ensino de Vitória*, representou um marco de enfrentamento à morosidade histórica do município em reconhecer a centralidade da biblioteca escolar. Essa formalização foi um passo decisivo para assegurar que o acesso ao livro e à leitura não seja tratado como uma possibilidade dependente de variáveis locais e decisões individuais, mas como um direito educacional plenamente integrado às obrigações institucionais da administração pública. Por meio desses documentos, rompe-se com a lógica da improvisação e inaugura-se uma fase de planejamento, equidade e sustentabilidade para a política pública de leitura e de biblioteca no âmbito escolar.



A gestão atual da Secretaria Municipal de Educação de Vitória, em alinhamento com os princípios da educação pública de qualidade e do direito à leitura, promoveu uma série de ações estruturantes que qualificam as bibliotecas escolares como políticas educacionais de fato. Em uma atitude louvável e tecnicamente consistente, instituiu-se uma política de governo voltada à valorização desses espaços, reconhecendo sua função estratégica na formação integral dos estudantes. Essa política tem se expressado em diferentes dimensões, a começar pela atualização dos equipamentos tecnológicos disponíveis nas bibliotecas, com a aquisição de computadores, impressoras, leitores de código de barras, mobiliário adequado e melhorias na conectividade, garantindo condições materiais para o funcionamento qualificado desses espaços informacionais.

Outro pilar dessa política foi o fortalecimento das ações de formação continuada para os bibliotecários escolares, reconhecendo que a mediação qualificada entre acervo e comunidade escolar requer profissionais atualizados, reflexivos e integrados ao projeto pedagógico das unidades de ensino. As formações passaram a ser ofertadas com coerência temática, abordando desde questões técnicas da biblioteconomia até práticas pedagógicas de incentivo à leitura, organização de eventos culturais e uso de tecnologias educacionais. Essa valorização profissional contribuiu para a construção de uma identidade coletiva entre os bibliotecários da rede e para a consolidação de práticas colaborativas alinhadas às diretrizes institucionais.

O avanço mais expressivo, contudo, foi a implementação de uma política de manutenção e atualização dos acervos bibliográficos em modelo descentralizado. Por meio dessa estratégia, os recursos financeiros passaram a ser transferidos diretamente às unidades escolares que, por meio de comissões internas compostas por bibliotecários, professores, equipe gestora e representantes da comunidade, passaram a deliberar de forma autônoma e participativa sobre a seleção de obras. Esse modelo respeita a diversidade dos territórios e promove um acervo mais aderente aos interesses de leitura dos estudantes, superando a lógica centralizadora e homogênea que frequentemente marca as políticas públicas educacionais. Trata-se de uma iniciativa inovadora que fortale-



ce a gestão democrática nas escolas e legitima o livro como ferramenta de pertencimento cultural e de desenvolvimento intelectual.

Registra-se o cuidado do poder público municipal em alinhar esse repasse anual de recurso de manutenção e atualização dos acervos das bibliotecas para a escola, a um Decreto Municipal, onde se lê: "Art. 2º. Para a efetivação da Política de Leitura, do Livro e da Biblioteca Escolar na Rede Municipal de Ensino de Vitória poderá a Secretaria Municipal de Educação, transferir verba anual específica para composição e renovação de acervo das bibliotecas escolares da Rede de Ensino de Vitória". (Vitória, 2023, p. 10)

No entanto, é necessário reconhecer que, embora esses avanços tenham constituído uma política de governo exemplar, sua sustentação a longo prazo não estava garantida. A história recente das políticas públicas brasileiras demonstrou que conquistas importantes, mesmo quando bem avaliadas e socialmente relevantes, foram frequentemente descontinuadas diante de mudanças na administração pública, especialmente quando não estavam formalmente institucionalizadas. Por essa razão, compreendeu-se que era imprescindível converter essa política de valorização das bibliotecas escolares em política de Estado, por meio da criação de marcos legais e normativos que assegurassem sua continuidade, independentemente das gestões futuras. Essa transposição foi considerada fundamental para garantir a permanência dos investimentos, a estabilidade das ações e a consolidação das bibliotecas escolares como espaços estruturantes da educação pública e do direito à leitura.

A ausência de uma política formal que legitime as ações das bibliotecas escolares da rede municipal de Vitória, mesmo após duas décadas da presença de bibliotecários nas unidades de ensino fundamental, suscita questionamentos relevantes. Como, ao longo de um período tão expressivo, desde 2006, quando bibliotecários foram efetivados, nenhuma instância gestora havia proposto diretrizes claras sobre a atuação desses profissionais? Por que aspectos estruturantes como o desenvolvimento e manutenção de acervo, os parâmetros mínimos para os espaços físicos, a organização técnica e a padronização dos serviços permaneceram por tanto tempo à margem de uma política oficial?



Essa lacuna evidencia uma invisibilidade institucional que, muitas vezes, recai sobre as bibliotecas escolares. Ainda que reconhecida como um espaço de apoio às práticas pedagógicas, a biblioteca continua, em muitos contextos, sendo vista apenas como extensão da sala de aula, e não como um equipamento educacional com identidade, estrutura e dinâmica próprias. Essa visão reduzida impacta diretamente a forma como o corpo docente se relaciona com o bibliotecário, nem sempre compreendendo o alcance e a complexidade de sua atuação profissional. A interlocução entre docentes e bibliotecários, portanto, precisou ser fortalecida, a partir de um alinhamento institucional que reconhecesse a biblioteca escolar como espaço de formação, mediação cultural e produção de conhecimento.

No campo da Ciência da Informação, há ampla produção teórica sobre o papel pedagógico das bibliotecas escolares, como demonstram autores que defendem a atuação da biblioteca na formação do leitor crítico e no desenvolvimento de competências informacionais. Contudo, observa-se uma carência significativa de estudos que se debruçam sobre as dimensões administrativas da biblioteca escolar pensando sua estrutura organizacional, seus fluxos de trabalho, sua inserção na gestão escolar, entre outros aspectos. A ausência desses estudos reforça a percepção de que a biblioteca está desvinculada do processo de gestão escolar, quando ela deveria ser compreendida como parte estratégica da política educacional.

Essa reflexão aponta para a necessidade de articulação mais efetiva entre os campos da Educação e da Ciência da Informação, de forma que os profissionais da escola (gestores, professores e bibliotecários) compartilhem um projeto comum que integre a biblioteca à vida escolar de maneira plena. Reconhecer e valorizar as bibliotecas escolares como espaços de aprendizagem, cultura e gestão constitui um passo essencial para a consolidação de políticas educacionais consistentes, pautadas pela justiça social e pelo compromisso com o direito à formação integral.



4. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO LEGÍTIMA DE UMA POLÍTICA PARA AS BIBLIOTECAS ESCOLARES

A construção de uma legislação específica para as bibliotecas escolares da Rede Pública Municipal de Ensino de Vitória revelou-se um processo complexo, exigindo compreensão dos trâmites legais, articulação institucional e mobilização coletiva. O primeiro desafio enfrentado pelo grupo de bibliotecários foi compreender como se dava a elaboração de uma proposta legislativa e como acessar a Câmara Municipal de Vereadores para propor a institucionalização das bibliotecas escolares por meio de lei.

A experiência acumulada nas escolas e o reconhecimento da importância do trabalho técnico-pedagógico dos bibliotecários motivaram a formulação de estratégias que permitissem sustentar a proposta. Nesse processo, foi fundamental considerar o capital social dos profissionais envolvidos, construído ao longo de anos de atuação comprometida nas escolas da rede. Conforme destaca Gohn (2001), ao interpretar Bourdieu, "o capital social é um recurso simbólico disponível nas relações interpessoais e pode ser convertido em outros capitais, como o político", o que, nesse contexto, foi essencial para dar legitimidade à proposta apresentada.

As Diretrizes das Bibliotecas Escolares da Rede Municipal de Vitória já compreendiam essas bibliotecas como uma rede de atuação colaborativa e estabeleciam parâmetros técnicos comuns, no entanto, tais diretrizes, embora representassem um marco, não tinham força normativa suficiente para assegurar de forma duradoura tais orientações. Considerando que a maioria dos bibliotecários da rede são servidores efetivos, compreendeu-se a urgência em efetivar os avanços trazidos por essa gestão. O trabalho das bibliotecas escolares precisava acontecer de maneira contínua e estável, independentemente do partido político ou da orientação ideológica da gestão municipal vigente.

Diante dessa necessidade de institucionalização, os bibliotecários da rede municipal de ensino de Vitória mobilizaram-se para elaborar um projeto de lei que incorporasse os dois documentos norteadores

já existentes: as Diretrizes das Bibliotecas Escolares da Rede Municipal de Ensino de Vitória e a Política do Livro, da Leitura e da Biblioteca Escolar. A proposta visava consolidar, em um único instrumento legal, os fundamentos pedagógicos, técnicos e administrativos que orientam o funcionamento das bibliotecas escolares, bem como o delineamento a respeito do entendimento sobre a leitura nas unidades de ensino, garantindo sua permanência como política pública de Estado.

O projeto de lei foi finalizado e apresentado em 2024 a um vereador do município de Vitória, que prontamente reconheceu a relevância da iniciativa e assumiu o compromisso de apoiar a causa dos bibliotecários, das bibliotecas escolares e, sobretudo, do direito dos estudantes ao acesso ao livro, à leitura e à informação. Essa articulação político-institucional representou um avanço significativo no processo de legitimação da biblioteca escolar como equipamento essencial à formação cidadã e ao fortalecimento da educação pública de qualidade.

Após o recebimento da proposta elaborada, ficou a cargo do vereador a articulação junto à Secretaria Municipal de Educação para definir o encaminhamento mais adequado da proposição legislativa. A questão central residia em compreender se o projeto de lei deveria ser formalmente apresentado como iniciativa do Poder Legislativo ou do Poder Executivo. Essa decisão não se limitava a aspectos formais, mas envolvia implicações legais e institucionais importantes.

No ordenamento jurídico brasileiro, a iniciativa das leis pode ser atribuída a diferentes esferas, a depender da matéria tratada. Conforme prevê o artigo 61 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), os projetos de lei de iniciativa do Executivo são aqueles cuja proposição envolve temas relacionados à organização da administração pública, criação de cargos, funções ou empregos públicos, estrutura administrativa e matéria orçamentária. Já os projetos de iniciativa parlamentar podem versar sobre temas gerais, desde que não invadam competências exclusivas do Executivo.

Neste contexto, por tratar-se de uma proposta que impacta diretamente a estrutura administrativa da Secretaria de Educação, contemplando a organização e funcionamento das bibliotecas escolares,



a atuação dos bibliotecários e o financiamento de acervo, compreendeu-se que a proposição da lei deveria, preferencialmente, vir do Poder Executivo. Essa alternativa garantiria maior respaldo jurídico, além de ampliar a legitimidade política do projeto dentro da estrutura governamental.

Assim, o vereador comprometeu-se a atuar como interlocutor entre os bibliotecários e a gestão municipal, facilitando o diálogo técnico-político necessário para viabilizar a tramitação da proposta dentro dos marcos legais adequados. Essa articulação institucional foi essencial para dar continuidade ao processo de construção da política pública, transformando uma demanda histórica da categoria profissional em uma iniciativa concreta de legislação voltada à garantia do direito à leitura, ao acesso à informação e ao fortalecimento das bibliotecas escolares como política de Estado.

Após os devidos ajustes legais e administrativos, o projeto de lei foi submetido à apreciação do Poder Legislativo Municipal. Em 09 (nove) de julho de 2025, durante a sessão ordinária da Câmara Municipal de Vitória[1], o Projeto de Lei referente à consolidação da Política de Leitura e da Rede de Bibliotecas Escolares como política pública de Estado foi aprovado por unanimidade entre os vereadores presentes. A aprovação representou um marco histórico para a educação pública do município e, especialmente, para a consolidação do papel das bibliotecas escolares enquanto equipamentos estratégicos no processo formativo dos estudantes.

Durante a sessão, diversos vereadores fizeram uso da tribuna para manifestar apoio à iniciativa e destacar a relevância do bibliotecário como agente mediador da informação, da leitura e do conhecimento. As falas ressaltaram a importância de institucionalizar políticas públicas voltadas à garantia do direito à leitura, ao acesso equitativo a materiais informacionais e à valorização das práticas de mediação que ocorrem nas bibliotecas escolares. Também foi enfatizado que, para além da dimensão pedagógica, a valorização do bibliotecário deve incluir não apenas o reconhecimento de sua função social e pedagógica, mas tam-

1. A sessão encontra-se disponível no canal do youtube da Câmara Municipal de Vitória



bém a justa remuneração, condição indispensável para a consolidação de sua atuação profissional.

Como etapa final, no dia 24 (vinte e quatro) de julho de 2025, foi publicada no Diário Oficial do Município de Vitória a Lei nº 10.195, que dispõe sobre a criação da Política Municipal de Leitura e da Rede de Bibliotecas Escolares do Sistema Municipal de Ensino (Vitória, 2025). A promulgação da lei representa a culminância de um processo coletivo e democrático de construção de uma política pública estruturante, voltada à garantia do direito à leitura, à informação e ao fortalecimento das bibliotecas escolares como espaços educativos essenciais.

A nova legislação consolida os princípios já previstos nos documentos norteadores anteriormente elaborados conferindo-lhes respaldo jurídico e caráter de permanência. Com isso, rompe-se com a lógica da dependência de políticas de Governo e estabelece-se uma política de Estado, garantindo continuidade, planejamento e equidade na atuação das bibliotecas escolares no município.

A sanção da Lei nº 10.195 evidencia o compromisso institucional da gestão pública com a valorização da biblioteca escolar, do profissional bibliotecário e do acesso democrático ao conhecimento, reafirmando o papel dessas instituições na promoção da cidadania e no fortalecimento da educação básica.

5. CONCLUSÃO

A análise da trajetória das bibliotecas escolares da Rede Municipal de Ensino de Vitória permite compreender o longo e complexo processo de construção e formalização de políticas públicas voltadas à leitura, ao acesso à informação e à garantia de direitos educacionais. Desde a inserção dos primeiros bibliotecários efetivos que atuam nas escolas, em 2006, até a sanção da Lei nº 10.195, em 2025, observou-se uma ausência de normativas que orientassem de forma sistemática e equânime a atuação desses profissionais e o funcionamento das bibliotecas escolares. Essa lacuna legislativa contribuiu para uma prática marcada por disparidades estruturais, improvisos administrativos e dependência



da boa vontade de gestores escolares para a aquisição de acervo ou manutenção mínima dos serviços.

A inexistência de um documento norteador, até 2023, fazia com que as bibliotecas escolares não fossem compreendidas como uma rede articulada, nem como política pública educacional estratégica. Isso comprometia o direito dos estudantes ao acesso à leitura literária, à informação qualificada e ao desenvolvimento de competências formativas essenciais. Faltava uma política que garantisse, por exemplo, a atualização sistemática do acervo, impedindo que a biblioteca escolar concorresse com outras demandas orçamentárias, como aquisição de utensílios para a cozinha ou manutenção predial, muitas vezes vistas como prioritárias pela gestão escolar. Nesse cenário, os bibliotecários que atuam nas escolas, ainda que efetivos, operavam em um campo marcado por fragilidade institucional, mesmo sendo reconhecidos como agentes centrais na mediação da leitura e no fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem por meio da biblioteca escolar.

A virada institucional começou a se desenhar a partir da elaboração de documentos normativos, que trouxeram parâmetros pedagógicos para a leitura na educação básica, parâmetros técnicos para o desenvolvimento das atividades administrativas dos bibliotecários e marcaram o entendimento das bibliotecas escolares enquanto rede. A gestão municipal da Secretaria de Educação, ao assumir uma postura propositiva, investiu na infraestrutura tecnológica, na formação continuada dos bibliotecários e na criação de uma política de manutenção de acervo em modelo descentralizado, envolvendo as comunidades escolares. Entretanto, compreendia-se que tais avanços, ainda que significativos, continuavam sendo políticas de governo, sujeitas a mudanças com as transições administrativas. A necessidade de institucionalização por meio de legislação tornou-se, portanto, um imperativo para garantir a continuidade e a consolidação das conquistas obtidas.

Foi nesse contexto que os bibliotecários se mobilizaram, utilizando seu capital social como recurso simbólico nas relações interpessoais, que lhes permitiu acessar instâncias de poder, para construir, de forma coletiva, um projeto de lei que articulasse os documentos técnicos

existentes e promovesse o reconhecimento legal da rede de bibliotecas escolares. O apoio político, conquistado junto ao legislativo municipal, viabilizou a tramitação da proposta, cuja autoria foi articulada entre o vereador proponente e a própria Secretaria de Educação, respeitando os trâmites legais e compreendendo as especificidades entre iniciativas do Executivo e do Legislativo.

A aprovação unânime do projeto de lei em julho de 2025, acompanhada de manifestações públicas dos parlamentares em defesa da biblioteca escolar e da atuação dos bibliotecários que atuam nas escolas, representou um marco simbólico e político. Mais do que isso, consolidou-se como um passo decisivo na construção de uma política de Estado, capaz de transcender gestões e assegurar a permanência dos serviços e práticas que já vinham sendo desenvolvidos com êxito. A publicação da Lei nº 10.195, em 24 de julho de 2025, estabeleceu, finalmente, o amparo legal necessário para que as bibliotecas escolares da Rede Municipal de Ensino de Vitória se consolidassem como espaços estruturados, geridos tecnicamente e integrados ao projeto pedagógico das unidades municipais de ensino fundamental.

Ainda assim, persistem desafios significativos a serem enfrentados para que as bibliotecas escolares possam cumprir plenamente seu papel. Um deles refere-se à insuficiência de recursos humanos, visto que nas escolas, apenas um profissional é responsável por desempenhar todas as tarefas relacionadas à biblioteca, desde a organização do acervo até a mediação da leitura e ações pedagógicas. Essa sobrecarga compromete a qualidade do atendimento e limita as possibilidades de atuação dos bibliotecários. Além disso, o último concurso público para preenchimento de vagas desses profissionais na rede municipal foi realizado em 2010, o que aponta para uma defasagem na renovação e ampliação do quadro profissional, impactando diretamente a sustentabilidade e a continuidade dos serviços oferecidos.

A trajetória de Vitória demonstra que a construção de políticas públicas duradouras depende não apenas de legislações formalizadas, mas também da mobilização constante dos sujeitos envolvidos, profissionais, gestores e comunidade, que atuam de forma integrada para

superar obstáculos e assegurar o direito à leitura, à informação e à educação de qualidade para todos. Revela, ainda, o papel estratégico dos bibliotecários que atuam nas escolas como sujeitos que, para além da mediação da leitura, assumem protagonismo político na defesa do direito à informação, à cultura e à educação. Esse percurso histórico serve de referência para outros municípios brasileiros que, mesmo diante de adversidades estruturais e institucionais, desejam construir políticas públicas consistentes para as bibliotecas escolares e, consequentemente, fortalecer os pilares da educação pública de qualidade.

REFERÊNCIAS

AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. **Revista Agenda Política**, *[S. l.]*, v. 3, n. 2, p. 12–42, 2015. DOI: 10.31990. Disponível em: https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/67. Acesso em: 25 ago. 2025.

BARROSO, Luís Roberto. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito: o triunfo tardio do direito constitucional no Brasil. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 240, p. 1-30, out./dez. 2005. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/48116. Acesso em: 4 ago. 2025.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. **Lei n° 14.837 de 08 de abril de 2024**. Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que "dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País", para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14837.htm. Acesso em: 13 ago. 2025.

CAMPELLO, B. S. Bibliotecas escolares e Biblioteconomia escolar no Brasil. **Biblioteca Escolar em Revista**, *[S. l.]*, v. 4, n. 1, p. 1-25, 2015. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106613. Acesso em: 15 ago. 2025.



CÔRTE, A. R. e; BANDEIRA, S. P. **Biblioteca escolar**. Brasília: Briquet de Lemos, 2011.

DaMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

DURBAN ROCA, G. **Biblioteca escolar hoje**: recurso estratégico para a escola. Porto Alegre: Penso, 2012.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 4. ed. São Paulo: Globo, 2001.

GARGARELLA, Roberto. **El derecho a la protesta**: el primer derecho. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Capital social e redes sociais**: caminhos para um outro padrão de desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2001.

IFLA. **Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar**. 2. ed. rev., 2016. Disponível em: https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf. Acesso em: 13 ago. 2025.

LIMAS, R. F., CAMPELLO, B. S. Redes de bibliotecas escolares no Brasil: estudos de caso em sistemas municipais de ensino. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 2, p. 21-42, 2017. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/113284. Acesso em: 10 ago. 2025.

NAÇÕES Unidas no Brasil. **4 Educação de Qualidade**: assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos. Brasil: ONUBR, 2015. Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/ods4/. Acesso em: 15 ago. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da justiça**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das normas constitucionais.** 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

VITÓRIA (ES). Secretaria Municipal de Educação. **Diretrizes das bibliotecas escolares da rede de ensino municipal de Vitória** [livro eletrônico]. Vitória, ES: Secretaria Municipal de Educação, 2023. Disponível em: https://aprendevix.edu.vitoria.es.gov.br/documentos-municipais. Acesso em 10 ago. 2025.

VITÓRIA (ES). Secretaria Municipal de Educação. **Política do livro, da leitura e da biblioteca escolar** [livro eletrônico]. Vitória, ES: Secretaria Municipal de Educação, 2023. Disponível em:https://aprendevix.edu.vitoria.es.gov.br/documentos-municipais. Acesso em 10 ago. 2025.

VITÓRIA (ES). **Decreto n° 22.557 de 20 de julho de 2023**. Estabelece a criação da Política de Leitura, do Livro e da Biblioteca Escolar na Rede Municipal de Ensino de Vitória. Diário Oficial do Município de Vitória, Vitória, ES, 20 jul. 2023. Disponível em: https://diariooficial.vitoria.es.gov.br/ExibirArquivo.aspx?qs=nnmrXIDe5L4hR81FZwDXlD95Q%2fWHOCtXgeCw%2fnRIrFMxQA7S5mwuf0RM3mOCPGtiwqKwtsQd8WTWmli6Dukj2QJdD1%2b1HAsjY39uw73Kg%2fLmUh0PqRiJ9UepYQvtjY9K. Acesso em: 20 ago. 2025.

VITÓRIA (ES). **Lei n° 10.195 de 22 de julho de 2025**. Estabelece a criação da Política de Leitura, do Livro e da Biblioteca Escolar na Rede Municipal de Ensino de Vitória. Diário Oficial do Município de Vitória, Vitória, ES, 22 jul. 2025. Disponível em: https://diariooficial.vitoria.es.gov.br/ExibirArquivo.aspx?qs=nnmrXIDe5L4hR81FZwDXlD95Q%2fWHOCtXgeCw%2fnRIrFMxQA7S5mwuf0RM3mOCPGtiwqKwtsQd8WTWmli6Dukj2XIfLkkxXp67OdrkZHaVKG276JivNtK9MXyDxk%2bzzs8a. Acesso em: 20 ago. 2025.



DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Mariana Giubertti Guedes Greenhalgh
Biblioteca Nacional de Brasília (BNB)
mariana.greenhalgh@cultura.df.gov.br
https://orcid.org/0000-0003-2715-0554

Resumo: *A atuação da biblioteca pública, em comparação a outras bibliotecas, é mais generalista e se dedica à democratização da informação para a comunidade local. No entanto, em um país de proporções continentais como o Brasil, as bibliotecas públicas podem se relacionar com outras atuações, inclusive aquelas identificadas nas bibliotecas infantis e escolares. Neste contexto, é possível identificar quatro funções da biblioteca pública no Brasil: educativa, informativa, cultural e recreativa. A formação das coleções presentes nas bibliotecas públicas deve se relacionar com sua atuação, de maneira que as bibliotecas brasileiras podem ter coleções associadas a cada função. Desta forma, esta pesquisa teve como objetivo identificar e analisar os acervos e as políticas das bibliotecas públicas brasileiras a partir das quatro funções. Foi realizado o mapeamento das diferentes coleções e tipologias presentes nos acervos, bem como foram analisadas as normativas relacionadas ao desenvolvimento de coleções que orientam essas formações. A pesquisa, de caráter descritivo e exploratório, utilizou duas metodologias combinadas: questionário enviado às bibliotecas públicas em todo o país (260 respondentes de 19 estados e Distrito Federal) e análise documental das 16 políticas relacionadas ao desenvolvimento de coleções nas bibliotecas da amostra. A análise dos dados se deu de forma qualiquantitativa, por meio da categorização dos dados e da análise de conteúdo. Constatou-se que menos de 15% das bibliotecas pesquisadas possuíam políticas, demonstrando a ausência de normativas para orientar o desenvolvimento de coleções. Como resultado, concluiu-se que as bibliotecas públicas brasileiras pesquisadas podem possuir acervos com materiais diversificados que se relacionam com as quatro funções.*

Palavras chave: *biblioteca pública; funções da biblioteca pública; política de desenvolvimento de coleção; desenvolvimento de coleção; tipologia documental.*

Resumen: *La actuación de la biblioteca pública, en comparación con otras bibliotecas, es más generalista y se dedica a la democratización de la información para la comunidad local. Sin embargo, en un país de proporciones continentales como Brasil, las bibliotecas públicas pueden relacionarse con otras funciones, incluidas aquellas identificadas en las bibliotecas infantiles y escolares. En este contexto, es posible identificar cuatro funciones de la biblioteca pública en*



Brasil: educativa, informativa, cultural y recreativa. La formación de las colecciones presentes en las bibliotecas públicas debe estar relacionada con su actuación, de manera que las bibliotecas brasileñas pueden contar con colecciones asociadas a cada función. De este modo, esta investigación tuvo como objetivo identificar y analizar los acervos y las políticas de las bibliotecas públicas brasileñas a partir de las cuatro funciones. Se llevó a cabo el mapeo de las diferentes colecciones y tipologías presentes en los acervos, así como se analizaron las normativas relacionadas con el desarrollo de colecciones que orientan dichas formaciones. La investigación, de carácter descriptivo y exploratorio, utilizó dos metodologías combinadas: cuestionario enviado a las bibliotecas públicas de todo el país (260 respondientes de 19 estados y del Distrito Federal) y análisis documental de las 16 políticas relacionadas con el desarrollo de colecciones en las bibliotecas de la muestra. El análisis de los datos se llevó a cabo de forma cuali-cuantitativa, mediante la categorización de los datos y el análisis de contenido. Se constató que menos del 15% de las bibliotecas investigadas poseían políticas, lo que demuestra la ausencia de normativas para orientar el desarrollo de colecciones. Como resultado, se concluyó que las bibliotecas públicas brasileñas investigadas pueden poseer acervos con materiales diversificados que se relacionan con las cuatro funciones.

Palabras clave: *biblioteca pública; funciones de la biblioteca pública; política de desarrollo de colecciones; desarrollo de colecciones; tipología documental.*

1. INTRODUÇÃO

A biblioteca, do grego *biblio* (livro) e *theca* (depósito), surgiu com a função de reunir documentos. Há cerca de 5 mil anos, na antiga Babilônia, a primeira biblioteca de que se tem registro salvaguardava tábuas de argila (Cesarino, 2007). Em seu paradigma inicial, as bibliotecas atuavam na acumulação de obras, visando à preservação e à reunião do acervo. Entretanto, o crescimento exponencial da produção informacional e as limitações de espaço físico tornaram essa abordagem insustentável, levando a uma reorientação de ações para o acesso ao material, em detrimento da acumulação. Essa mudança implicou uma atuação mais próxima ao público, buscando compreender suas demandas e redefinir o papel, a missão e os objetivos da biblioteca. Consequentemente, a formação do acervo passou a se adaptar a essas novas características institucionais.



No caso das bibliotecas públicas, "da Revolução Industrial, no final do século XIX, com sua imagem ligada à classe trabalhadora e às funções educativas, até a época atual, [ela] tem passado por mudanças em seu conceito e função" (Cesarino, 2007, p. 32). Já na realidade brasileira, Almeida Júnior (2003) afirma que a biblioteca pública, desde seu surgimento em 1850, acumulou quatro grandes funções: educativa, cultural, recreativa e informacional. Nessa acumulação, a definição do acervo se torna um desafio ainda maior, pois, diferente da biblioteca universitária e especializada, que contam com grade curricular e nichos informacionais para delimitar as coleções, as bibliotecas públicas possuem variadas funções, um público amplo para atender e recursos cerceados.

Pela realidade brasileira, as bibliotecas públicas frequentemente operam com orçamentos e estruturas limitadas. Sendo assim, a formação de seus acervos enfrenta restrições significativas, dependendo de doações da comunidade e de outras instituições. Enquanto a compra permite uma pré-seleção baseada na demanda e no orçamento, a doação expõe a biblioteca a uma diversidade de materiais em termos de suporte e conteúdo. É fundamental, portanto, o estabelecimento de diretrizes claras, formalizadas em uma política de desenvolvimento de coleções, para orientar as decisões em todas as situações, definindo regras para compras, doações, critérios de seleção e tipologias de materiais aceitos.

Mesmo a biblioteca pública sendo uma instituição educativa da maior importância, ela não tem condições de "ser tudo para todos" (Andrade e Magalhães, 1979, p. 50), oferecendo serviços completos de caráter cultural, informativo, de lazer e de pesquisa, tendo em vista sua limitação em recursos financeiros e estruturais para a prestação de serviços. Cada biblioteca necessita delimitar sua atuação para que isso se reflita no acervo. Suaiden (2000) reforça, afirmando que, na busca por entender o seu papel, "a biblioteca pública perde cada vez mais prestígio e poder, deixando de ser o grande centro disseminador da informação, por tentar 'ser tudo para todos'".

Tendo em vista a complexidade da atuação da biblioteca pública na comunidade e como isso se reflete nas suas coleções, o presente traba-



lho teve como objetivo identificar e analisar os acervos e as políticas das bibliotecas públicas brasileiras a partir das funções educativa, cultural, recreativa e informacional.

2. BIBLIOTECA PÚBLICA NO BRASIL

Segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p. 52), a biblioteca pública é "[...] a que é posta à disposição da coletividade de uma região, município ou estado, e que é financiada principalmente por doações governamentais". O conceito de biblioteca pública moderna surgiu somente no século XIX sendo aberta "gratuitamente para os interessados, funcionando em horários regulares, colocando à disposição dos leitores grandes acervos de livros sobre temas variados" (Cesarino, 2007, p. 31). Este conceito baseia-se no acesso universal e irrestrito, independentemente de raça, nacionalidade, idade, gênero, religião, língua, condição socioeconômica, nível de escolaridade ou qualquer outra forma de discriminação.

Tendo em vista a importância mundial da biblioteca pública em suas comunidades, as instituições internacionais *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) e *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) criaram um manifesto em 1949 a favor dessas bibliotecas, sendo atualizado periodicamente, acompanhando a evolução do seu papel frente à sociedade.

Segundo o Manifesto IFLA/UNESCO, a missão da biblioteca pública é multifacetada, abrangendo a informação, a alfabetização, a educação e a cultura. Suas doze missões chave incluem: criar e fortalecer hábitos de leitura desde a infância; apoiar a educação formal e a autoaprendizagem em todos os níveis; oferecer oportunidades para o desenvolvimento criativo individual; estimular a imaginação; promover o conhecimento do patrimônio cultural, das artes e das ciências; possibilitar o acesso a expressões culturais diversas; fomentar o diálogo intercultural e a diversidade; apoiar a tradição oral; assegurar o acesso à informação comunitária local; oferecer serviços de informação a empresas e grupos locais; facilitar o desenvolvimento de competências informacionais e di-



gitais; e apoiar ou criar programas de alfabetização para todas as idades (IFLA, 2012).

Esses princípios reforçam o caráter social e coletivo dessas instituições, que funcionam como centros difusores de cultura e de informação útil. O Manifesto IFLA/UNESCO também recomenda a gratuidade dos serviços e a responsabilidade dos governos locais e nacionais em sua legislação e financiamento. Ao tratar das diretrizes das bibliotecas públicas, a Biblioteca Nacional (2010) defende que esse caráter democrático as posiciona como um espaço vital para o desenvolvimento das práticas leitoras, o encontro entre o leitor e o livro, a facilitação do pensamento crítico, o combate ao analfabetismo funcional e o exercício pleno da cidadania. Em uma sociedade onde a informação é poder, a biblioteca pública atua como agente equalizador, buscando reduzir as disparidades no acesso à informação e garantir oportunidades para todos.

No Brasil, a história das bibliotecas públicas iniciou-se com a inauguração da Biblioteca Pública na Bahia em 1811, e, 18 anos depois, a segunda biblioteca pública foi fundada, desta vez no estado do Maranhão. Seguiram-se outras iniciativas estaduais, criando mais 13 bibliotecas no século XIX, muitas delas sem planejamento adequado de espaço ou estrutura. Até mesmo das bibliotecas criadas no século XX "apenas alguns prédios de bibliotecas públicas foram construídos [...] As Bibliotecas Públicas do Paraná, Pernambuco, Bahia e a Municipal de São Paulo são desses raros exemplos" (Suaiden, 1980, p. 9).

Na história das bibliotecas públicas brasileiras houve um maior desenvolvimento na década de 1970, "pelo fato de terem elas passado a fazer parte das políticas governamentais de Educação e Cultura" (Suaiden, 1980, p. 12). Marcos legais importantes, que justificam parte desse desenvolvimento, incluem a criação do Serviço Nacional de Bibliotecas em 1961, sua incorporação ao Instituto Nacional do Livro (INL) em 1968, o início da implantação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) em 1977 e sua instituição legal em 1992 (Suaiden, 1980).

Mesmo com o potencial democrático da biblioteca pública, Miranda (1978) criticou a realidade de muitas dessas bibliotecas no Brasil, percebendo-as como passivas, conservadoras, elitistas e pouco enga-



jadas na educação continuada, funcionando mais como bibliotecas escolares. Já Flusser (1980) aprofundou essa crítica, argumentando que uma biblioteca verdadeiramente pública deve voltar-se para o "não-público", aqueles grupos distanciados da cultura dominante, promovendo um acesso crítico à herança cultural e tornando-se um centro cultural dinâmico e libertador para sua comunidade, uma "biblioteca-ação cultural". Achilles, Gonçalves e Peixoto (2022, p. 10) também apontam críticas com relação à abrangência democrática da biblioteca pública brasileira, tendo em vista que sua constituição se deu a partir de um emaranhado "[...] repleto de heranças eurocêntricas, delineamento de funções e usos pautados na cultura do privilégio, permeados por uma logística própria do racismo estrutural imposto e praticado até os dias de hoje".

No esforço das bibliotecas públicas atenderem demandas da sociedade brasileira, Andrade e Magalhães (1979) apontam suas quatro funções categorizadas como educativa, cultural, recreativa e informacional, embora elas sejam interligadas. A **função educativa** é a mais antiga associada à biblioteca pública e se mantém até os dias atuais. Entendida, em seus primórdios como apoio educacional, acabou orientando sua primeira função para a educação formal, sendo o ideal nortear sua função educacional para a educação informal e para a educação continuada. Porém, diante da carência de bibliotecas escolares no Brasil, a biblioteca pública assume frequentemente esse papel. A função educativa abrange desde o estímulo à leitura infantil até o apoio à educação permanente de jovens e adultos, fornecendo materiais e infraestrutura para aprendizado formal e informal. (Almeida Júnior, 2003).

Segundo Almeida Júnior (2003), as funções cultural e recreativa (de lazer) surgiram, por sua vez, no início do século XX e foram agregadas à função educacional. A **função cultural** envolve a captação, preservação e divulgação dos bens culturais da comunidade, tanto eruditos quanto populares, atuando como centro cultural e guardiã da identidade local. A cultura é um produto coletivo da vida humana e se manifesta como expressão de tradições, rituais, festas, danças, artes, músicas ou outras formas de expressão que representam a identidade, a história e os valores de um povo, seja em uma região particular do país ou em todo o



território nacional. Em muitos municípios brasileiros, a biblioteca pública é o único equipamento cultural.

A **função recreativa** oferece entretenimento por meio da leitura e outras atividades, fomentando o prazer de ler, embora essa função seja, por vezes, subvalorizada. "Há uma tendência para se considerar mais importante o papel informativo da biblioteca, em detrimento do lazer" (Andrade e Magalhães, 1979, p. 56). A própria literatura tem esse papel recreativo, base dos acervos das bibliotecas públicas. A Biblioteca Nacional (2010, p. 112) aponta atividades relacionadas ao lazer para se aplicar nas bibliotecas públicas: "apresentações musicais, clube do idoso, exibição de filmes, audiovisuais ou multimídia, teatro, teatro de fantoche e de sombras", atividades estas que já fazem parte da realidade brasileira. Serviços voltados ao público infantil abarcam esta função recreativa e são muito presentes nas bibliotecas públicas. Já para um público juvenil ou adulto, estão se estruturando cada vez mais espaços com histórias em quadrinhos e jogos diversos, reforçando a biblioteca como espaço de lazer.

A **função informativa**, intensificada a partir da década de 1970, envolve prover informações confiáveis e eficientes, apoiando a educação, fornecendo informações utilitárias à comunidade e, em alguns casos, auxiliando pequenas empresas. Além disso, a biblioteca pública atua como ponto de memória, reunindo e conservando materiais sobre a história da comunidade. Como aponta Suaiden (1995), o trabalho da biblioteca pública com a informação vai além de constituir um acervo, ela também deve atuar diretamente com a cidadania, as necessidades de informação, a informação à comunidade, além da melhoria da qualidade de vida, criando um elo entre entre a biblioteca, a informação e a comunidade.

Ao abordar sobre a biblioteca pública e sua atuação, Miranda (1979, p. 234) defende que

> "A reunião destas bibliotecas em redes e sistemas ampliaria a capacidade de seus serviços, facilitando o acesso à informação, barateando os seus custos, racionalizando suas tarefas e disciplinando o seu uso para um público mais amplo, isto é, socialmente mais econômico e justo que o atual".



Sendo assim, várias bibliotecas públicas atuam em sistemas ou redes, no qual um sistema de bibliotecas é uma estrutura administrativa e tecnológica que coordena e fornece suporte técnico a um conjunto de bibliotecas e uma rede de bibliotecas é uma união colaborativa de bibliotecas, como as de museus, que visa compartilhar informações e potencializar o acesso a acervos e serviços entre os membros da rede.

"No âmbito nacional, toda biblioteca pública deve estar registrada no Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), instituído [...] pelo Decreto Presidencial n. 520 de 13 de maio de 1992, que tem como objetivo principal o fortalecimento das bibliotecas públicas no País" (Biblioteca Nacional, 2010, p. 24). Desta forma, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, como coordenador nacional, articula-se com os Sistemas Estaduais (SEBPs) para promover as bibliotecas públicas. "Os Sistemas Estaduais funcionam em cada estado da federação, encabeçados, geralmente, pelas bibliotecas públicas estaduais, que passam, por sua vez, a articular-se com as bibliotecas públicas municipais" (Biblioteca Nacional, 2010, p. 24).

3. DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

O desenvolvimento de coleções constitui um dos pilares fundamentais da biblioteconomia moderna. Longe de ser apenas um conjunto de processos técnicos, é uma atividade administrativa estratégica que envolve planejamento, tomada de decisão e avaliação constante, visando construir e manter um acervo relevante e coerente com os objetivos institucionais e as necessidades informacionais da comunidade atendida. Como defendem Maciel e Mendonça (2006, p. 7), "as bibliotecas devem ser vistas como organização [...] com resultados programados e avaliados constantemente".

Segundo Vergueiro (1993), a consolidação desta área como campo de estudo e prática profissional intensificou-se a partir do final da década de 1960, impulsionada pela "explosão bibliográfica" — o aumento exponencial do volume de publicações — e pela limitação de recursos financeiros e de espaço físico nas bibliotecas. Essa realidade tornou inviável a antiga abordagem de acumulação irrestrita, forçando



uma mudança de paradigma do foco na posse para o foco no acesso e na qualidade.

O desenvolvimento de coleções é intrinsecamente um processo sistêmico, influenciado por uma complexa teia de fatores internos e externos à biblioteca, como aponta o estudo de Klaes (1991). Fatores externos incluem o volume e o custo da produção bibliográfica, as tendências do mercado editorial, as demandas e características da comunidade de usuários e a existência de outras bibliotecas e recursos informacionais na região (possibilitando a cooperação e o compartilhamento de recursos). Fatores internos compreendem a missão e os objetivos da biblioteca e da instituição mantenedora, a disponibilidade de recursos financeiros e humanos, a infraestrutura física e tecnológica e as políticas institucionais. A interação dinâmica entre esses fatores molda as decisões e ações relacionadas ao acervo.

Diversos modelos teóricos buscam sistematizar o processo de desenvolvimento de coleções. O modelo clássico de Evans (1979) propõe seis etapas interligadas e cíclicas: estudo da comunidade, política de seleção, seleção, aquisição, desbaste e avaliação. O estudo da comunidade é uma análise sistemática das necessidades, interesses e características da população a ser servida, utilizando métodos como pesquisas, entrevistas e análise de dados demográficos e sociais. É a base para todo o planejamento do acervo.

A política de seleção é o documento formal que estabelece diretrizes, prioridades, escopo temático, critérios de seleção, níveis de profundidade, formatos aceitos, procedimentos para aquisição (compra, doação, permuta), desbaste, avaliação e preservação. Serve como guia para a tomada de decisões e garante consistência e transparência ao processo. Weitzel (2013) expande essa ideia, propondo políticas específicas também para aquisição, desbaste e avaliação.

A seleção é o processo intelectual de escolher quais materiais específicos serão incorporados ao acervo, com base na política definida, na análise da qualidade intrínseca da obra, na relevância para os usuários, na demanda e no orçamento disponível. Envolve o uso de ferramentas como bibliografias, catálogos de editoras, resenhas e sugestões



dos usuários. Já a aquisição é a etapa administrativa de obter os materiais selecionados, seja por compra, doação ou permuta, que requer eficiência, precisão e controle dos processos.

Conforme apontam Maciel e Mendonça (2006), a qualidade da seleção impacta diretamente os serviços futuros: se bem-feita, gera reflexos positivos e garante um bom índice de relevância na recuperação e uso dos documentos; se malfeita, sobrecarrega os serviços, resulta em um acervo inútil e causa a insatisfação dos usuários.

O desbaste e o descarte permitem a remoção planejada de materiais do acervo que se tornaram obsoletos, irrelevantes, danificados, excessivamente duplicados ou pouco utilizados, a fim de manter a coleção atualizada, pertinente e otimizar o espaço físico. Deve seguir critérios claros definidos na política e considerar aspectos legais e de preservação (Maciel, Mendonça, 2006).

A avaliação é o processo contínuo de mensurar a adequação, a qualidade, a relevância e o uso da coleção em relação aos objetivos da biblioteca e às necessidades dos usuários. Utiliza métodos quantitativos (estatísticas de circulação, tamanho, idade do acervo) e qualitativos (análise por especialistas, comparação com listas de referência, estudos de uso) para identificar pontos fortes e fracos, subsidiar o planejamento futuro e justificar investimentos (Maciel, Mendonça, 2006).

A tomada de decisão é central em todo o processo, desde a definição da política até a seleção de cada item ou a decisão de descarte. Modelos como o de Klaes (1991) enfatizam a importância de um fluxo contínuo de dados e informações (sobre usuários, uso, produção editorial, orçamento) para embasar decisões racionais e eficazes, conectando fatores ambientais, políticas, decisões e ações operacionais (seleção, alocação financeira, aquisição, duplicação, reposição, descarte).

No caso das bibliotecas públicas, a Biblioteca Nacional (2010, p. 57) orienta que “a formação do acervo deve atender às necessidades informacionais, educativas e de lazer da comunidade”, seguindo critérios básicos relacionados à qualidade do acervo. Também orientam coleções básicas como: referência, obras gerais, literatura, materiais especiais,



histórico-documental e periódicos; e materiais diversos como impresso, audiovisual, publicações eletrônicas e objetos reais.

Ao abordar o desenvolvimento de coleções em bibliotecas públicas, Orera Orera e Hernandez Pacheco (2017, p. 246, tradução nossa) destacam a importância da política de desenvolvimento de coleções, que deve ser "refletida em um documento escrito e público, sujeito a revisões e modificações periódicas. Trata-se do plano de desenvolvimento e manutenção de coleções". Sendo assim, a formalização das diretrizes relacionadas ao desenvolvimento de coleções em documento é essencial para uma atuação mais eficiente, tendo em vista todos os processos e etapas envolvidos, além de alinhar a equipe nas ações rotineiras e nas eventuais situações extraordinárias.

4. METODOLOGIA

A abordagem metodológica desta pesquisa foi delineada para investigar de forma abrangente o desenvolvimento de coleções em bibliotecas públicas brasileiras e sua relação com as funções educativa, cultural, recreativa e informacional.

A pesquisa empregou um método predominantemente indutivo, partindo de observações específicas (coleta de dados em diversas bibliotecas) para buscar padrões, relações e generalizações sobre o fenômeno estudado. A forma de abordagem ao problema foi caracterizada como de método quali-quantitativo, combinando estratégias de coleta e análise de dados quantitativos e qualitativos de forma sequencial. Iniciou-se com um levantamento amplo por meio de questionários para obter um panorama e dados generalizáveis (Gil, 2008).

Quanto aos objetivos, a pesquisa classificou-se como exploratória e descritiva, segundo apresentado por Gil (2008). Exploratória por buscar familiaridade com um tema ainda pouco consolidado na literatura referente às bibliotecas públicas brasileiras e identificar variáveis relevantes. Descritiva por visar descrever sistematicamente as características dos acervos, das políticas, das práticas de desenvolvimento de coleções e da atuação das bibliotecas públicas em relação à sua função. A pers-



pectiva temporal foi longitudinal, acompanhando a coleta de dados ao longo de um período definido.

Foi realizado um mapeamento das diferentes coleções e tipologias presentes nos acervos para relacioná-los com as funções exercidas pelas bibliotecas públicas. Os procedimentos técnicos para o levantamento de dados envolveram levantamento bibliográfico, análise documental e questionário.

Em levantamento realizado em 2015, o SNBP contabilizou 6.057 bibliotecas públicas no Brasil entre municipais, distritais, estaduais e federais, nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. Para chegar ao número do universo da pesquisa, foi necessário passar por algumas etapas: 1) Recuperação, na planilha disponibilizada pelo SNBP, de bibliotecas com e-mail cadastrado; 2) Seleção de bibliotecas que possuem somente e-mails institucionais, visto que a pesquisa é de caráter institucional e o envio a e-mails pessoais não seria coerente, mesmo sendo o e-mail registrado. Como a tabela utilizada foi a de 2015, muitos profissionais que disponibilizaram seu e-mail para contato da biblioteca podem ter saído da instituição; e 3) Envio de mensagens para os e-mails recuperados, verificando se o contato ainda é válido, visto que algumas bibliotecas foram fechadas neste período.

Depois dessas etapas, chegou-se ao número de 1.371 bibliotecas públicas com e-mail válido, sendo considerado este o universo da pesquisa. Neste sentido, a pesquisa demonstrou-se censitária, visto que foi feito contato com todas as bibliotecas do universo de pesquisa. O retorno ao questionário foi de 260 bibliotecas, totalizando 18,9% de respondentes em relação ao universo da pesquisa, no período entre março e agosto de 2021.

O questionário foi elaborado na plataforma *Google Forms* e distribuído por e-mail para o universo de 1.371 bibliotecas públicas brasileiras com contato eletrônico institucional válido, identificado a partir da lista do SNBP de 2015 após depuração. Com 35 questões divididas em seis seções, a análise combinou estatística descritiva para dados quantitativos e análise de conteúdo para categorizar e interpretar as respostas abertas.

A análise documental focou especificamente em 16 políticas de desenvolvimento de coleções fornecidas pelas bibliotecas respondentes. A análise utilizou técnicas de codificação e categorização, inspiradas na análise de conteúdo, para identificar padrões, diretrizes e lacunas nesses documentos. Para apresentar a análise, as políticas serão numeradas de 1 a 16, sem identificar a localidade ou a instituição à qual estão vinculadas.

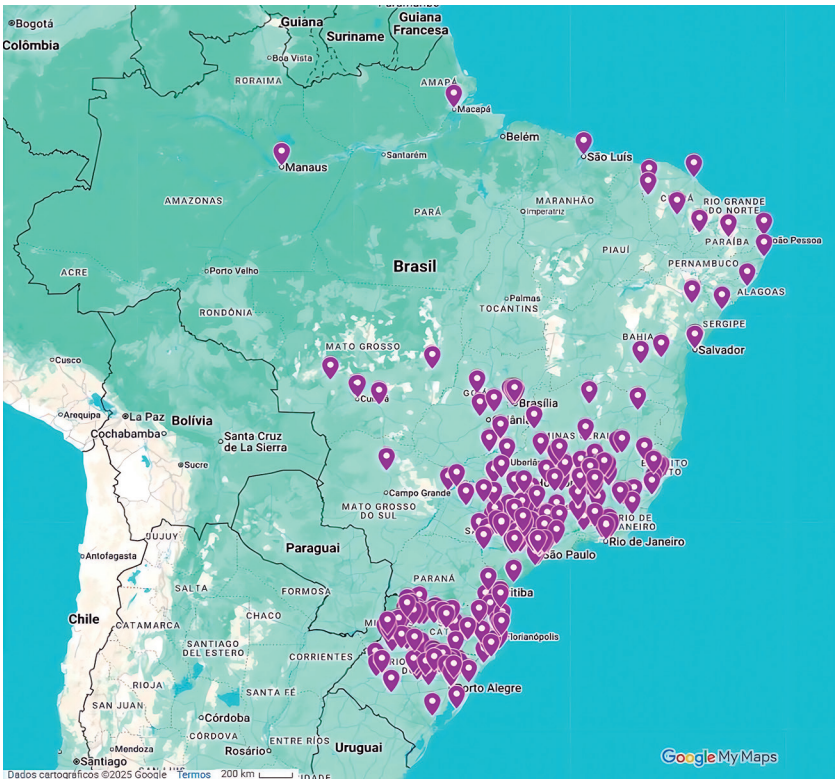
5. ANÁLISE DE DADOS

Por ser um levantamento nacional, é necessário destacar que não houve igualdade representativa entre os estados, tanto que não foi obtida resposta de bibliotecas em sete estados, sendo eles: Acre, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima e Tocantins. Alguns estados tiveram somente uma biblioteca respondendo, sendo eles: Alagoas, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraná e Pernambuco. Cada um deles representou 0,40% das respostas totais.

Com três bibliotecas respondendo, cada estado representa 1,10% das respostas totais, sendo eles: Mato Grosso e Paraíba. Com quatro bibliotecas respondendo, cada estado representa 1,50% das respostas totais, sendo eles: Ceará e Goiás. Com seis bibliotecas respondendo, o estado da Bahia representa 2,30% das respostas totais. Com sete bibliotecas respondendo, Espírito Santo, Rio de Janeiro e o Distrito Federal representam, cada, 2,70% das respostas totais.

Os estados com maior representatividade estão nas regiões Sudeste e Sul: Santa Catarina com 35 bibliotecas, Rio Grande do Sul com 52 bibliotecas, Minas Gerais com 53 bibliotecas e São Paulo com 71 bibliotecas, representando 13,50%, 20%, 20,40% e 27,30% das respostas totais, respectivamente. As regiões dos respondentes podem ser verificadas na Figura 1.

Figura 1- Bibliotecas por região



Fonte: Google MyMaps (2025), com adaptações

Quanto à tipologia das bibliotecas respondentes, observa-se que a grande maioria corresponde às bibliotecas públicas municipais, com 235 (90,38%) respostas, 15 (5,77%) eram bibliotecas estaduais, 6 (2,31%) bibliotecas distritais e 2 (0,77%) bibliotecas comunitárias, além de 2 (0,77%) bibliotecas públicas com outra denominação, sem ser aquelas apresentadas no questionário.

Percebe-se que o perfil das bibliotecas é variado, tanto pela sua atuação com a comunidade quanto pelo seu papel. Por exemplo, uma das bibliotecas respondentes é denominada estadual, porém sua atuação é percebida como biblioteca especializada visto que seu acervo foi montado com obras que pertenciam a uma personalidade local.



5.1 Questionário

A análise integrada dos dados coletados através do questionário e dos documentos revelou um panorama complexo e multifacetado sobre o desenvolvimento de coleções nas bibliotecas públicas brasileiras. A amostra de 260 bibliotecas confirmou a predominância de instituições municipais (90,4%), com maior representatividade das regiões Sudeste e Sul.

Um dado notável foi o tamanho do acervo: 53% das respondentes afirmaram possuir mais de 10.000 volumes. Segundo o 1º Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais, divulgado em 2010, 35% das bibliotecas públicas brasileiras possuíam acervo de 2.001 a 5.000 volumes, já os acervos maiores de 10.000 volumes correspondiam à 25% das bibliotecas. No entanto, o Censo (2010) também aponta que o sudeste concentrava os maiores acervos, tendo a maior quantidade de bibliotecas públicas municipais com acervos superiores a 10.000 volumes, representando 36%. Tendo em vista que a amostra tem 81,2% de bibliotecas do Sul e do Sudeste, a discrepância quantitativa entre as duas pesquisas pode ser justificada pela quantidade de bibliotecas respondentes por região.

O Censo (2010) revelou que 83% da aquisição de acervo em bibliotecas municipais era por doação. Em resposta ao questionário, foi possível verificar essa realidade, em que a grande maioria afirmou que a biblioteca não possui orçamento para compra de obras, tendo a doação como principal forma de adquirir o acervo. Desta forma, sua formação e desenvolvimento se relacionam diretamente com as obras recebidas.

Ao perguntar sobre os tipos de materiais presentes nos acervos das bibliotecas, numa questão de múltipla escolha, as bibliotecas selecionaram os seguintes materiais: Assinatura de base de dados (12); CDs de áudio (139); CDs-Rom (63); Disco de Vinil (24); Disquetes (8); DVDs (158); Ebooks (23); Fita cassete (27); Fitas de vídeo (64); Iconografia (repertório de imagens) (23); Jogos educativos (57); Literatura de cordel (85); Livro de baixa visão (1); Livros em braile (159); Livros em geral (259); Livros infantis (244); Livros raros (63); Mapas (82); Material numismático (cédulas, moedas, se-



los) (8); Microfilmes (14); Mobiliário (1); Obras de referência (197); Partituras (33); Periódicos/Hemeroteca (109); Quadrinhos (173); Repositório Institucional (12); e Slides (11).

Os materiais mais expressivos nas bibliotecas são os livros, com destaque aos livros infantis, presentes em 244 bibliotecas, após os livros em geral, material presente em 259 bibliotecas. Aquela que não sinaliza possuir livros em geral, trata-se de uma biblioteca especializada em literatura infantil. Histórias em Quadrinhos também estão presentes em 173 das 260 bibliotecas. Já os livros em braile aparecem em mais da metade das bibliotecas, em 159 no total, demonstrando a preocupação com a acessibilidade nas instituições respondentes.

No Censo (2010) houve questão similar, onde os tipos de materiais questionados foram: livros, revistas, mapas, globos e outros materiais cartográficos, fitas de vídeos, jornais, CD-Rom, acervo antigo (anterior ao século XX), fotografias, gravação de som, jogos, medalhas e artefatos tridimensionais, discos, partituras e manuscritos. No resultado do Censo (2010), os materiais mais frequentes foram os livros e as revistas, com 100% e 84%, respectivamente. Em terceiro lugar estão os mapas, globos e materiais cartográficos, o que destoa dos dados recebidos na pesquisa, em que as bibliotecas respondentes possuem mais CDs e DVDs do que periódicos, por exemplo.

O que se destaca nos dados recebidos na pesquisa é a variedade de materiais que as bibliotecas públicas possuem. O mais frequente é que as bibliotecas tenham cerca de 8 materiais diferentes fazendo parte do acervo, quantidade esta que representa a maioria das respostas, com 36 bibliotecas tendo essa quantidade de material. Verifica-se, a partir dos dados levantados, que 133 bibliotecas possuem oito materiais diferentes ou mais, mostrando que na maioria das instituições pesquisadas há uma grande variedade de recursos informacionais, que permite a criação de coleções diversas.

Destaca-se também que a maioria das bibliotecas possui além de livros em geral, presentes em praticamente todas, contam em sua maioria com CDs de áudio, DVDs, livros em braile, livros infantis, obras de referência e Histórias em Quadrinhos. Ou seja, a maior parte delas,



possui acervos que podem ser caracterizados como parte da coleção de multimeios e de coleções temáticas.

No questionamento sobre organização do acervo na formação de coleções, 160 bibliotecas afirmaram ter mais de uma coleção, correspondendo a 62% do total de respondentes. Ao questionar sobre os motivos de se ter mais de uma coleção, dos que responderam afirmativamente, alguns não apresentaram um motivo para a presença de mais coleções. Contudo, 160 (62%) bibliotecas responderam à questão, permitindo a partir da análise dos dados, chegar a 8 categorias principais para criação de coleções, sendo elas:

- **tipo de material**, como é o caso de multimeios ou de obras com suportes frágeis ou que exigem acesso específico;
- **público**, que atende a demandas específicas de um grupo representativo de usuários;
- **destaque**, dado a uma coleção que é separada do restante do acervo;
- **memória**, para reunião de itens sobre memória em diversos níveis, como nacional, regional, local e institucional;
- **preservação**, devido ao valor histórico-cultural das obras e da fragilidade de determinados suportes, que podem exigir acondicionamento diferenciado;
- **tipo de acesso**, devido à necessidade de equipamentos específicos para sua consulta, ou mesmo exigência de níveis maiores de segurança em razão do valor monetário das obras, ou ainda pela escassez de exemplares, necessitando uma reserva técnica;
- **organização física**, pois alguns suportes demandam um acondicionamento diferenciado em relação às coleções principais da biblioteca, que geralmente são de livros, ou mesmo pelas limitações físicas do edifício que abriga a biblioteca; e
- **temática**, no caso de coleções sobre determinado assunto, ou que precise de sua reunião, visto que seus itens se mostram mais coerentes junto a outros de mesma natureza.



As coleções temáticas são ainda mais comuns (72%), com destaque absoluto para a infantil e infantojuvenil, presente em 70% das que possuem coleções temáticas, motivada principalmente pelas necessidades específicas desse público e pela organização do espaço. Ao relacionar as coleções temáticas com as funções da biblioteca pública, é possível identificar 58 coleções culturais, sendo a maioria relacionada a arte e a cultura regional, dentre elas pode-se destacar uma coleção de "Cultura popular", que, conforme resposta recebida da biblioteca, se relaciona diretamente com sua função: "Por sermos uma biblioteca temática em cultura popular temos um acervo temático de cultura popular". Outras bibliotecas respondentes destacam sua função cultural e como isso influenciou sua coleção:

> "[a cidade] destaca-se pela grande quantidade de moradores, visitantes e transeuntes provenientes de estados do nordeste. Como houve uma grande demanda de artistas e usuários por um espaço que acolhesse manifestações de cultura popular como forró, cordel, repente, embolada, maracatu e outras manifestações da cultura afrobrasileira e indígena, a biblioteca acolheu essas manifestações e organizou um acervo específico com esses temas e temas correlatos, fundando o Núcleo de Cultura Popular em 2005. Em 2007, foi inaugurada a Sala Temática em Cultura Popular. Nela estão o acervo sobre o tema e uma decoração que remete à cultura nordestina, à cultura indígena, à culinária brasileira, aos mitos e lendas, às manifestações populares na música e na religiosidade, dentre outros".
>
> Por ter recebido a doação de muitos, variados e bons volumes relacionados ao Teatro, pertencentes a uma atriz que atuava no Centro Cultural onde a biblioteca está inserida.

Foram identificadas também 188 coleções relacionadas à função recreativa, em sua maioria "Infantil", "Infantojuvenil" ou de "Histórias em Quadrinhos". Geralmente o acervo infantil é ajustado em espaços adequados ao público, organizados de forma lúdica, conforme relatos ao questionar a criação da coleção:



> Criar um espaço lúdico e motivacional para os pequenos leitores.
>
> A característica dos usuários da coleção infanto-juvenil desta biblioteca é diferente das demais, e foi necessária a criação de um espaço de convivência e permanência de grupos de alunos e usuários acompanhados de responsáveis.
>
> Temos um setor infantil, com tapete, pufes, almofadas, banner com desenho colorido e estantes menores para facilitar o acesso ao acervo infantil além de criar um ambiente mais atrativo aos pequenos leitores.

Em relação à função educativa, foi possível associar a 24 coleções, das mais tradicionais como as de "Referência", duas coleções de "Obras didáticas", e coleções para vestibular e concurso. Mesmo sendo associada inicialmente com a educação, a coleção voltada para a educação formal foi a menos identificada nas bibliotecas públicas. Por não considerar como sua função primordial atender a alunos, a biblioteca pública não estrutura um acervo que possa atender aos interesses desses usuários, resultando em poucos materiais, normalmente doados, que estão voltados para os alunos. Por esse motivo, entre outros, as obras de referência, em especial as enciclopédias e almanaques, acabam por se converter no principal material utilizado pelos estudantes. Essa experiência de mudança de função pode ser vista no relato abaixo:

> "A Biblioteca é oriunda da Biblioteca Popular [...], fundada [...] no século XIX. Atualmente, é subordinada à Secretaria de Cultura, porém normalmente é subordinada à Secretaria de Educação. Até 2020, o corpo de funcionários era formado por professores e profissionais readaptados. Sua organização, por muitos anos, teve como objetivo atender as demandas escolares. Desde 2017 que esse perfil vem sendo modificado. O acervo originário da biblioteca ainda está guardado no Centro de Memória."

A função educativa pode se relacionar intimamente com as coleções infantis e infantojuvenis. No caso dessa biblioteca respondente, destaca a motivação em criar as coleções:



> "O Acervo de Literatura Infantojuvenil foi idealizado antes da inauguração da Biblioteca, que foi em 1936. O Acervo Monteiro Lobato por ter o escritor como patrono. O Acervo Memória pela importância e envolvimento da Biblioteca com o público infantil. O Acervo Histórico do Livro Escolar pela importância da história do ensino no Brasil".

As coleções que podem se relacionar à função informativa são, em geral, a base das coleções em bibliotecas, principalmente nas coleções em que se reúnem obras de determinadas áreas de conhecimento. No entanto, uma das bibliotecas respondentes possui uma coleção de "Livros informativos". Outra coleção que pode se relacionar a essa função, de maneira mais utilitária, é a coleção de "Finança doméstica", que auxilia o usuário com informações necessárias à manutenção da vida adulta.

5.2 Políticas de desenvolvimento de coleções

Os estados representados nas 16 políticas foram São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Bahia, Maranhão e Distrito Federal. Na análise das políticas enviadas pelas bibliotecas respondentes, entende-se que a elaboração de políticas relacionadas ao desenvolvimento de coleções mostra a preocupação por parte das bibliotecas ou dos sistemas de bibliotecas em auxiliar o processo decisório, formando coleções coerentes e pertinentes à comunidade.

Nas bibliotecas públicas, a constituição do acervo deve ter relação com seu papel na comunidade, visto que sua atuação pode variar, algumas mais ligadas ao papel educacional da comunidade e outras ao papel cultural. No entanto, nas políticas analisadas, não foram identificados mecanismos que auxiliem as bibliotecas no estudo da comunidade para identificar seus usuários reais e potenciais. Tendo em vista a formação de coleções pela temática ou tipo de material e de sua adequação quanto à função da biblioteca pública, as políticas enviadas pelas bibliotecas respondentes foram analisadas pelas orientações a esse respeito presentes em cada documento.



Algumas bibliotecas respondentes fazem parte de sistemas ou redes de bibliotecas, por isso as políticas relacionadas ao desenvolvimento de coleções podem ser mais gerais, elaboradas e disponibilizadas pelas instituições responsáveis pelos sistemas ou redes. Dentre as 16 políticas enviadas pelas bibliotecas respondentes, duas eram para sistemas de bibliotecas e quatro eram para redes de bibliotecas.

A seleção e a aquisição são os temas mais tratados nas políticas analisadas, com 15 e 13 políticas, respectivamente. Descarte e desbaste são tratados em 11 políticas, avaliação em 9 políticas e o estudo de comunidade é abordado em somente uma política. Tendo uma abordagem mais geral em sua maioria, quatro políticas são específicas, em que, três abordam sobre seleção e uma sobre descarte.

Pela documentação, identifica-se que é possível, mesmo que por inferência, identificar as funções das bibliotecas por meio de informações da missão ou das coleções. Somente uma política não apresenta informações sobre função, tipo de material ou sobre as coleções. Em 10 políticas é possível identificar as funções, em 14 políticas especificam os tipos de material que a biblioteca possui no acervo e em 9 políticas é possível conhecer as coleções de forma detalhada.

A Política 2 traz esclarecimento quanto ao papel das bibliotecas e qual objetivo se busca alcançar nos acervos.

> "A rede de bibliotecas públicas [...] atual, principalmente, no intuito de promover a leitura, especialmente a leitura literária. Em função disso, materiais didáticos não farão parte do acervo das bibliotecas da rede. [...] O acervo da rede [...] conta também com material informativo, com destaque para a cultura e as linguagens artísticas. No entanto, seu enfoque principal é a leitura literária, sendo esta, prioritária nas ações relativas à aquisição de novos materiais."

Por essa política é possível perceber as funções das bibliotecas públicas representadas, com exceção da função educativa. Apesar de o documento não apresentar os tipos específicos de coleções presentes nas bibliotecas, lista os materiais disponibilizados, dentre eles, os livros de leitura corrente, livros informativos, histórias em quadrinhos, periódicos e livros de referência, além de materiais não bibliográficos relacionados aos multimeios.



A Política 3 não esclarece como o acervo está organizado em coleções ou os tipos de materiais. Além da Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções, a biblioteca enviou outras documentações, inclusive o regulamento da Biblioteca. Somente no regulamento é possível conhecer a funcionalidade da biblioteca: "[...] promover o acesso, recuperação e a transferência de conhecimento para toda a comunidade, satisfazendo as necessidades de informação, cultura e lazer". Também é possível conhecer os tipos materiais disponibilizados na biblioteca por meio do regulamento, sendo eles, livro didático, literatura, literatura infantil, literatura infantojuvenil, multimeios, livro em braille e livro falado.

A Política 4 apresenta a missão de uma das bibliotecas: "[...] formar leitores através de serviços e ações que proporcionam aos indivíduos o amplo acesso à informação, ao lazer e à cultura" e também lista os materiais presentes no acervo, dentre eles, livros didáticos e paradidáticos de disciplinas escolares e para concursos, DVDs, CDs, infantojuvenil, Braille, livros históricos e até obras em japonês. Com a missão e as informações do acervo, as funções da biblioteca são esclarecidas.

A Política 5 é de uma rede de bibliotecas associadas a uma instituição cultural. Desta forma, esclarece a importância cultural e informacional das bibliotecas que fazem parte da rede, buscando ser "um porto seguro para quem procura oferta cultural de qualidade" e destacando o trabalho no desenvolvimento do gosto pela leitura. Os tipos de materiais e as coleções são apresentados na política, em que, da biblioteca Braille até a gibiteca, a rede de bibliotecas abarca todas as funções.

A Política 6 é para uma biblioteca específica e traz as informações completas de coleção e tipos de materiais, apresentando também o objetivo da instituição, com todas as funções da biblioteca pública:

> "Fomentar, promover e incentivar o gosto pela leitura, democratizar o acesso, criando novas possibilidades de socialização e aprendizagem contínua na área do livro, leitura e inclusão digital, por meio de um acervo de excelência. Proporcionar também o desenvolvimento cultural, cognitivo para autoformação e evolução de forma criativa da comunidade usuária".



A Política 7 é específica de seleção, mas aponta brevemente as coleções e materiais que a biblioteca aceita, tornando possível identificar todas as funções a partir dessas informações. Já a Política 8 também é específica, porém relacionada ao descarte, não tendo informação suficiente para identificar as coleções ou os materiais que a biblioteca possui, nem mesmo as funções que a biblioteca se propõe a cumprir. A Política 9 traz a finalidade da biblioteca pública: "disponibilizar à população [...] registros de expressão intelectual e cultural da humanidade, bem como difundir os conhecimentos, as ideias e informações contidas nos bens informativos". A política apresenta todas as coleções e materiais presentes no acervo da biblioteca, demonstrando também a representação das funções educativa, cultural e de entretenimento.

Na Política 10, as coleções são apresentadas e o documento destaca a necessidade do controle de proporcionalidade tendo em vista o espaço disponível na biblioteca. Não é possível identificar as funções que a biblioteca se propõe nem os tipos de materiais aceitos explicitamente, porém dá para supor que aceitam somente livros. A Política 11 traz o objetivo da biblioteca: "incentivar e promover o gosto pela leitura, democratizar o acesso, visando à inclusão social e à inclusão digital, atender às demandas dos usuários no domínio da educação, informação e desenvolvimento pessoal, e também de recreação e lazer". Pelo objetivo é possível identificar as funções das bibliotecas públicas. Na política, é possível identificar os tipos de materiais que a biblioteca possui no acervo.

Por ser um documento sucinto, a Política 12 apresenta as coleções e os materiais, mas não demonstra as funções claramente. Já a Política 13 é referente a um sistema de bibliotecas, e apesar de ser uma política geral, ela apresenta coleções, materiais e a missão, podendo se relacionar às funções.

> "De acordo com o Manifesto da UNESCO/IFLA, uma das missões da biblioteca pública é 'assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade...'. Sendo assim, a biblioteca pública é um provedor cultural, informativo, recreativo e educativo, que atende prontamente a todos os cidadãos [...]".



A Política 14 é relacionada a uma rede de bibliotecas, encabeçada por uma biblioteca pública municipal. Ela traz como missão "democratizar e fomentar o acesso ao livro bem como ser depositária do acervo da inteligência e da história, visando ser modelo de biblioteca pública e de acervo cultural do país" e emenda que os materiais que formam o acervo "deverão servir de apoio informacional, cultural e recreativo às comunidades da cidade".

Pela análise, é possível verificar que, apesar de Vergueiro (1989) apontar que a ênfase no processo do desenvolvimento de coleções nas bibliotecas públicas deve ser no estudo da comunidade, avaliação e desbaste, as políticas analisadas mostram que o foco é na seleção de materiais, seguido da aquisição. O estudo de usuários, por exemplo, aparece em somente uma política, demonstrando que não é uma ação frequente no processo de desenvolvimento de coleções nas bibliotecas públicas. Essa falta de análise da comunidade pode prejudicar a biblioteca em cumprir sua missão ao não compreender seu público-alvo, como aponta Weitzel (2013).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs a identificar e analisar o desenvolvimento de coleções em bibliotecas públicas brasileiras, verificando a relação do acervo com as funções educativa, cultural, recreativa e informacional. A análise dos dados provenientes dos questionários e da documentação permitiu mapear a diversidade dos acervos públicos, que vão muito além do livro tradicional, incorporando multimeios, materiais acessíveis e coleções temáticas, com destaque para o acervo infantojuvenil. Esse resultado é um recorte do universo das bibliotecas públicas brasileiras, e mesmo sem poder generalizar, é possível considerar uma prática presente nessas instituições.

Questões relacionadas ao tipo de material são o principal motivo utilizado pelas bibliotecas ao criar coleções diferenciadas do acervo de uso corrente ou geral, seguido pelas questões relacionadas à temática e à preservação. Desta forma, podemos identificar que as bibliotecas públicas, ao organizarem o acervo, consideram questões diferentes como



a característica do material, o atendimento ao público, a preservação do material, o destaque de determinados materiais, inclusive pela temática. A diversidade de materiais é significativa, com a maioria das bibliotecas possuindo 8 ou mais tipos diferentes de materiais. Além dos onipresentes livros, destacam-se pela frequência os CDs de áudio, DVDs, livros em Braille e quadrinhos, indicando a incorporação de multimeios e formatos acessíveis.

Apesar dos estereótipos que frequentemente associam as bibliotecas públicas à falta de planejamento no desenvolvimento de suas coleções, existe uma preocupação intrínseca em definir a melhor forma de organizar o acervo recebido e estabelecer coleções adequadas aos seus objetivos, ao seu público e ao espaço físico. A formalização de práticas ainda é um desafio. Apenas 14,6% das bibliotecas reportaram possuir política documentada de desenvolvimento de coleções. A análise das 16 políticas obtidas revelou foco predominante nas etapas de seleção e aquisição, com pouca ênfase no estudo da comunidade. A falta de orçamento dedicado foi apontada por quase 90% das respondentes, reforçando a dependência de doações e projetos pontuais.

As quatro funções da biblioteca pública brasileira apontam uma necessidade da realidade nacional e das lacunas de atuação de outras bibliotecas, portanto não existe unanimidade na atuação com as quatro funções, pois cada biblioteca pública atua conforme seu contexto e sua missão, buscando atender às necessidades da comunidade e oferecendo serviços diversificados que se relacionam com os acervos. No mapeamento das coleções e na análise das políticas relacionadas ao desenvolvimento de coleções, as funções categorizadas são reconhecidas, sendo possível identificá-las inclusive na organização das coleções e no tipo de material que a biblioteca possui.



REFERÊNCIAS

ACHILLES, D.; GONÇALVES, M. L.; PEIXOTO, R. C. A memória das bibliotecas públicas brasileiras e a perspectiva decolonial. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, XXII, 2022. **Anais...** Porto Alegre, 2022. Disponível em: https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxiienancib/paper/viewFile/1202/753. Acesso em: 05 ago. 2025.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. **Biblioteca pública**: avaliação de serviços. Londrina, PR: Universidade Estadual de Maringá, 2013. 288 p.

ANDRADE, A. M. C.; MAGALHÃES, M. H. A. Objetivos e funções da biblioteca pública. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, 1979.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Coordenadoria do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. **Biblioteca pública**: princípios e diretrizes. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. 160 p. (Documentos técnicos ; 6).

CENSO Nacional de Bibliotecas Públicas: estudo quantitativo: principais resultados. Brasília: FGV, 2010.

CESARINO, M. A. da N. (Org.). **Bibliotecas públicas municipais**: orientações básicas. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura; Superintendência de Bibliotecas Públicas, 2007.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. xvi, 451 p.

EVANS, G. E. **Developing library collections**. Littleton: Libr Unlimited, 1979. 340 p

FLUSSER, V. Uma biblioteca verdadeiramente pública. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 9, n. 2, 1980. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36361. Acesso em: 16 ago. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

IFLA. **Diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2012. 162 p.

KLAES, R. R. **Dados e informações usados na tomada de decisão em bibliotecas universitárias brasileiras**: o contexto da atividade de desenvolvimento de coleções. Brasília, 1991. 271 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Universidade de Brasília.



MACIEL, A. C.; MENDONÇA, M. A. R. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2000.

MIRANDA, A. A missão da biblioteca pública no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v.6, n.1, p.69-75, jan./jun. 1978.

MIRANDA, A. Considerações sobre o desenvolvimento de redes e sistemas de bibliotecas públicas no brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasíli**a, v. 7, n. 2, 1979. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/29061. Acesso em: 01 ago. 2025.

ORERA ORERA, L.; HERNANDEZ PACHECO, F. El desarrollo de colecciones en bibliotecas públicas. Fundamentos teóricos. **Investigacion bibliotecológica**, Ciudad de México, v. 31, n. 71, p. 235-270, abr. 2017. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/pdf/ib/v31n71/2448-8321-ib-31-71-00235.pdf. Acesso em: 08 ago. 2025.

SUAIDEN, E. J. **Biblioteca pública brasileira**: desempenho e perspectivas. São Paulo, SP: Lisa, 1980. 81 p.

SUAIDEN, E. J. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995. 112 p.

VERGUEIRO, W. de C. S. **Desenvolvimento de Coleções**. São Paulo: Polis, 1989.

VERGUEIRO, W. de C. S. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 22, n. 1, abr. 1993. Disponível em: http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/512/512. Acesso em: 14 ago. 2019.

WEITZEL, S. da R. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. 2. ed. Niterói: Intertexto, 2013. 109 p.



LABORATORIOS CIUDADANOS EN BIBLIOTECAS: ESPACIOS PARA LA INNOVACIÓN Y PARTICIPACIÓN

Barrios-Martínez, Cristina
Profesora. Facultad de Ciencias de la Documentación, Universidad Complutense de Madrid

Gómez-Hernández, José-Antonio
Profesor. Facultad de Documentación, Universidad de Murcia

Palabras clave: Biblioteca pública; Laboratorios ciudadanos; Innovación social; Participación; Capital social

INTRODUCCIÓN

Las bibliotecas públicas están atravesando en las últimas décadas un proceso de redefinición profundo que está transformando su naturaleza, funciones y formas de relacionarse con la ciudadanía. Lo que antes eran espacios centrados en el préstamo de libros y la consulta de materiales impresos, hoy son lugares de encuentro y de interacción comunitaria.

Este giro se explica por un contexto marcado por la digitalización, la globalización cultural y nuevas demandas sociales. Cada vez más, la ciudadanía reclama participar en la toma de decisiones, innovar en lo social y formar parte activa de la vida democrática.

Oldenburg (1989) ya anticipaba este giro con su noción de *tercer lugar* que definió como espacios de encuentro caracterizados por su accesibilidad, neutralidad, horizontalidad y capacidad de generar confianza, que complementan la esfera doméstica (*primer lugar*) y la laboral (*segundo lugar*) en la vida de los individuos. Las bibliotecas públicas, gracias a su capilaridad territorial y su neutralidad institucional, encajan plenamente en esta definición.

Por su parte, Jaramillo enfatiza la función de la biblioteca para la formación ciudadana, y destaca su aportación en la creación y fomento de prácticas dentro de su comunidad, como la convivencia, la partici-



pación y la autonomía, proveyendo formación para el crecimiento personal, para el ejercicio de los deberes y derechos inherentes al ciudadano y para su participación en los espacios de deliberación y toma de decisiones en los asuntos de interés público, en situación de libertad y responsabilidad (2012, p. 80)

El sociólogo Klinenberg polarization, and the decline of civic life","-type":"book"},"uris":["http://www.mendeley.com/documents/?uuid=-6d922ab6-6be2-4125-8f2f-7e06daa56bb9"]}],"mendeley":{"formatted Citation":"(Klinenberg, 2018 refuerza esta idea al conceptualizar las bibliotecas como *infraestructura social*. En su obra *Palaces for the People* (2018)*polarization, and the decline of civic life","type":"book"},"uris":["http://www.mendeley.com/documents/?uuid=6d922ab6-6be2-4125-8f2f-7e06daa56bb9"]}],"mendeley":{"formattedCitation":"(Klinenberg, 2018*, muestra cómo estos espacios no solo proveen acceso a la información, sino que favorecen la interacción significativa entre personas diversas, fortaleciendo así el *capital social* de las comunidades.

En este nuevo paradigma, las biblioteca públicas se han consolidado como instituciones altamente valoradas, en tanto ofrecen un entorno que facilita el reconocimiento mutuo, el diálogo intercultural y la construcción de vínculos sociales estables.

Las organizaciones profesionales internacionales también confirman este reposicionamiento: El *Manifiesto sobre la Biblioteca Pública*, actualizado en 2022, destaca el papel de la biblioteca como motor de inclusión, de creación de conocimiento e intercambio cultural, y de participación ciudadana (IFLA & UNESCO, 2022, pp. 2-3) la prosperidad y el desarrollo de la sociedad y de los individuos son valores humanos fundamentales. Estos valores solo podrán alcanzarse mediante la capacidad de ciudadanos bien informados de ejercer sus derechos democráticos y desempeñar un rol activo en la sociedad. La participación constructiva y la consolidación de la democracia dependen tanto de una educación satisfactoria como de un acceso libre y sin límites al conocimiento, el pensamiento, la cultura y la información. La biblioteca pública, un portal local hacia el conocimiento, constituye un requisito básico para el aprendizaje a lo largo de toda la vida, la toma independiente de decisiones y el desarrollo cultural



de los individuos y los grupos sociales. Promueve sociedades del conocimiento sólidas brindando acceso y permitiendo la creación e intercambio de todo tipo de conocimiento, incluido el conocimiento científico y local, sin impedimentos comerciales,","author":[{"dropping-particle":"","family":"IFLA","given":"","non-dropping-particle":"","parse-names":false,"suffix":""},{"dropping-particle":"","family":"UNESCO","given":"","non-dropping-particle":"","parse-names":false,"suffix":""}],"id":"ITEM-1","issued":{"date-parts":[["2022"]]},"number":"IFLA 441","number-of-pages":"5","publisher-place":"La Haya (Países Bajos; mientras que la *American Library Association* (ALA) ha impulsado programas como *Libraries Transforming Communities*[1], que consolidan la visión de la biblioteca pública como espacio de deliberación cívica.

En fecha más reciente está el informe *La participación ciudadana en las bibliotecas públicas españolas* CCB (Consejo de Cooperación Bibliotecaria, 2023), que ofrece una radiografía de las experiencias y prácticas que sitúan la participación como eje estratégico de las bibliotecas. Este documento confirma que la ciudadanía demanda cada vez más un papel activo en la definición de los servicios bibliotecarios.

Es en este reposicionamiento de la biblioteca pública, donde emergen los laboratorios ciudadanos, definidos como entornos reales de experimentación que fomentan la innovación abierta y la co-creación por la *European Network of Living Labs*[2]. Estas iniciativas reúnen ciudadanía, instituciones y otros colectivos que trabajan conjuntamente en la identificación, diseño y prototipado de soluciones sobre problemas, retos o intereses compartidos y propios del territorio.

Dentro de los laboratorios ciudadanos se enmarca el programa español *Laboratorios Bibliotecarios*, impulsado desde 2017 por el Ministerio de Cultura y Deporte, representa una experiencia pionera que se ha convertido en referencia en el ámbito iberoamericano. Éste es el foco del presente trabajo, el caso instrumental para el estudio de este tipo de iniciativas bibliotecarias.

---

1. *Transforming Communities.* Acceso en: https://www.ala.org/tools/librariestransform/libraries-transforming-communities

2. *European Network of Living Labs* (ENoLL). Acceso en: https://enoll.org/ [Consulta: 25/07/2025]



Este artículo, derivado de una tesis doctoral en curso, no ofrece resultados concluyentes, sino que presenta el marco teórico y metodológico de la investigación. El objetivo es trazar una panorámica de los laboratorios ciudadanos, explorar su potencial para fortalecer el *capital social* y analizar su integración en el ecosistema de la biblioteca pública. Con ello se busca alimentar el debate académico y profesional sobre el papel de estas instituciones en la innovación social, la interacción comunitaria y la participación democrática.

MARCO TEÓRICO

Las bibliotecas públicas están atravesando en las últimas décadas un proceso de redefinición profundo que está transformando su naturaleza, funciones y formas de relacionarse con la ciudadanía. Lo que antes eran espacios centrados en el préstamo de libros y la consulta de materiales impresos, hoy son lugares de encuentro y de interacción comunitaria.

El marco teórico que sustenta esta investigación se articula en torno a tres ejes principales:

- La transformación de la biblioteca pública como infraestructura social y democrática.
- La genealogía de los laboratorios ciudadanos, especialmente en entornos bibliotecarios: metodología y experiencias.
- El concepto de *capital social* como variable analítica clave para evaluar los impactos de estas iniciativas en las bibliotecas públicas.

Biblioteca pública como infraestructura social y democrática

La literatura científica contemporánea insiste en que las bibliotecas deben ser analizadas no sólo como instituciones culturales, sino como plataformas sociales que inciden en la vida comunitaria. Así lo entiende Klinenberg (2018)polarization, and the decline of civic life","-type":"book"},"uris":["http://www.mendeley.com/documents/?uuid=-6d922ab6-6be2-4125-8f2f-7e06daa56bb9"]}],"mendeley":{"formatted



Citation":"(Klinenberg, 2018, quien considera a estas instituciones un ejemplo clave de lo que denomina *infraestructura social*, esto es, un espacio público que fomenta las conexiones sociales dentro de la comunidad y el bienestar de ésta.

Mientras Klinenberg se refiere a las bibliotecas como "palacios para la gente", Oldenburg (1989) defiende la importancia de los *terceros espacios* como lugares de encuentro informal que fomentan la creación del sentimiento de comunidad y, aunque en su obra no se mencionan las bibliotecas, la definición de *tercer lugar* las incluye de facto.

Otros autores, como Rios-Hilario y De-Sousa-Guerreiro (2015) plantean que la relación biblioteca-comunidad puede entenderse a través de la teoría de los *stakeholders* (o grupos de interés), lo que supone que la biblioteca no actúa de manera aislada, sino en interacción con una constelación de actores del territorio: usuarios, colectivos ciudadanos, administraciones, sector privado y profesionales bibliotecarios, entre otros.

Lo que se desprende de la bibliografía es un proceso de evolución de la biblioteca pública, donde las funciones tradicionales conviven con la trasformación de éstas en infraestructuras sociales y democráticas.

El informe del Consejo de Cooperación Bibliotecaria (2023) confirma esta tendencia: las bibliotecas públicas en España están desarrollando prácticas de participación que van más allá de las consultas tradicionales, integrando metodologías de co-diseño y experimentación colectiva. Estas prácticas responden a demandas ciudadanas de mayor transparencia, inclusión y capacidad de incidencia.

Los laboratorios ciudadanos representan una de las manifestaciones más claras de esta evolución. El portal *LabsBibliotecarios.es*[3], iniciativa del Ministerio de Cultura y Deporte de España, define estos espacios como entornos de innovación ciudadana en bibliotecas, abiertos, inclusivos y gratuitos, donde se generan prototipos y aprendizajes colectivos.

3. *LabsBibliotecarios*. Acceso en: https://labsbibliotecarios.es/ [Consulta:18/07/2025]



Los distintos modelos de laboratorios ciudadanos en los entornos bibliotecarios conectan con dinámicas, instrucciones y guías internacionales impulsadas por instituciones como la IFLA o Iberbibliotecas. Sin embargo, la disparidad de legislaciones y normativas nacionales (y a escalas administrativas menores) hacen que el desarrollo de este tipo de iniciativas sea muy desigual.

En el caso español, el proyecto *LabsBibliotecarios* ha adquirido una identidad propia gracias al apoyo institucional y a la movilización de un buen número de profesionales bibliotecarios que apuestan por estas iniciativas de innovación y participación, poniéndolas en marcha en sus centros.

Son precisamente los profesionales, los bibliotecarios, quienes liderarán este cambio de paradigma de las bibliotecas públicas. Lo hacen ofreciendo herramientas, como los laboratorios ciudadanos, que promueven una ciudadanía crítica y responsable, convirtiendo sus centros en puntos de encuentro neutrales, para generar más y mejor tejido social.

El atractivo de los laboratorios ciudadanos para la comunidad, para el conjunto de los distintos grupos de interés del territorio, radica en tres rasgos principales:

1. Definición participativa de objetivos, problemas y retos.
2. Colaboración entre diversos agentes del territorio.
3. Prototipado como forma de aprendizaje y creación colectiva.

Finalmente, hay que tener en cuenta que las bibliotecas públicas no pueden olvidar sus funciones más tradicionales y, aunque el nuevo paradigma como infraestructura social esencial es un campo de desarrollo con porvenir, las bibliotecas deben ser conscientes de sus propias limitaciones y también de la existencia de otros profesionales que históricamente se han dedicado a lo social (Sanchez-García, 2024).

La genealogía de los laboratorios ciudadanos

Los laboratorios ciudadanos no surgen en el vacío, sino que se inscriben en una genealogía de tradiciones de innovación abierta y cultura experimental.



Destacan en esta genealogía los *medialabs*, *fablabs* y *makerspaces*, *hackerspaces* y *living labs* europeos:

- *Medialabs*. Espacios interdisciplinarios de experimentación en torno a las tecnologías digitales, pero también en torno a otros temas como pueden ser la comunicación y el arte. Ejemplos emblemáticos son *Mit Media Lab*[4] y *MediaLab Matadero* (antes *MediaLab Prado*)[5]

- *Fablabs* y *makerspaces*. Directamente vinculados al movimiento *maker*, promueven el acceso a herramientas de fabricación digital y a la experimentación práctica en ámbitos como la impresión 3D, la robótica o la programación. Su filosofía tiene como fundamento la idea de "aprender haciendo" y en la creación de comunidades de práctica alrededor de la producción material colaborativa (Anderson, 2012).

- *Hackerspaces*. Espacios autogestionados donde comunidades de aficionados y entusiastas de la informática y la electrónica se reúnen para compartir conocimientos y desarrollar proyectos colectivos, explorando nuevas posibilidades tecnológicas. Su naturaleza basada en la lógica de la autoorganización, la autonomía comunitaria y la ética de la colaboración con la transparencia y la confianza mutua han hecho un gran aporte a los laboratorios ciudadanos (Maxigas, 2019)

- *Living labs* europeos. Como indica *Enoll*[6], son ecosistemas de innovación abierta en entornos reales basados en un enfoque sistemático de co-creación de usuarios que integra actividades de investigación e innovación en las comunidades, colocando a los ciudadanos en el centro de la innovación, y con la colaboración e impulso de universidades, empresas y administraciones públicas.

4. *Mit Media Lab*. Acceso: https://www.media.mit.edu/ [Consulta: 20/07/2025]

5. *MediaLab Matadero*. Acceso: https://www.medialab-matadero.es/ [Consulta: 20/07/2025]

6. *European Network of Living Labs (ENoLL)*. Acceso en: https://enoll.org/ [Consulta: 25/07/2025]



Desde esos puntos de inicio, la evolución de los laboratorios ciudadano ha discurrido por muchos caminos, y bajo diferentes nombres.

Por extraer dos ejemplos de la maraña de iniciativas vinculadas a los laboratorios ciudadanos o iniciativas de colaboración y co-creación ciudadana están:

- El movimiento *Living Labs*. Este tipo de proyectos tiene profundas raíces y el esbozo de su historia en Europa queda recogida en la guía *Living Lab origins, developments, and future perspectives* (Schuurman, De los Ríos White, & Desole, 2025).
- Por otro lado, *LABNL Lab Cultural Ciudadano*[7] es una iniciativa de producción cultural abierta situada en México. Se constituye como un espacio público en el que se reúnen personas con distintos conocimientos y experiencias para trabajar colaborativamente para mejorar su entorno. Como parte de su política para dar a conocer qué son los laboratorios ciudadanos, *LABNL* ha creado una línea de tiempo[8] que recoge la hitos globales en la historia de los laboratorios de innovación y desarrollos específicos en Iberoamérica. Se trata de un recurso multimedia y abierto al público que recoge información desde 1969 hasta el 2023.

Con el tiempo estas iniciativas encontraron en las bibliotecas, especialmente las públicas, un nuevo espacio de desarrollo.

En el caso iberoamericano, la incorporación de laboratorios ciudadanos en bibliotecas públicas es un proceso emergente, caracterizado por experiencias heterogéneas y aún escasa sistematización académica (Barrios-Martínez, Cuevas-Cerveró, y Gómez-Hernández, J.A.). En este ámbito se encuentran:

---

7. *LABNL Lab Cultural Ciudadano.* Acceso: https://www.labnuevoleon.mx/ [Consulta: 20/07/2025]

8. *Línea de tiempo de la historia de los laboratorios ciudadanos en Iberoamérica.* Acceso: https://cdn.knightlab.com/libs/timeline3/latest/embed/index.html?source=1nSE8ZrWFmOpYTW5cnN-Ro03KyNor2Mv_YCXCUwz-x6dQ&font=Default&lang=en&initial_zoom=2&height=900 [Consulta: 22/07/2025]

9. *Modelo Bibliolab*. Diseñado y desarrollado por Ineli Iberoamérica, Cerlalc, Fundación Germán Sánchez-Ruiperez y la Fundación Bill y Melinda Gates. Acceso: https://bibliotecariosinnovadores.com/wp-content/uploads/2018/08/BiblioLABs.pdf [Consulta: 22/07/2025]



- Modelos. Entre ellos: *Modelo Bibliolab*[9], *Proyecto LabsBibliotecarios*[10] y *Modelo BTAC*[11].
- Programas. Entre ellos: *Programa BTAC*[12], *Bibliolab de la Red de Bibliotecas Municipales de la Diputación de Barcelona*[13]
- Iniciativas independientes. Como: *Bibliolabs*[14] de Medellín (Colombia).
- Guías y manuales. Existen varios manuales y guías que recogen las claves para diseñar e implementar laboratorios ciudadanos en bibliotecas. Tres ejemplos: *Cómo montar un laboratorio de experimentación e innovación en una biblioteca*[15], *Guía de laboratorios Ciudadanos Citilab Cornellà*[16], y *Bibliolab Modelo para crear un bibliolab en tu biblioteca*[17].

El análisis de estos elementos revela tendencias comunes:

1. Diversidad de modelos: Existen varios modelos desarrollados para la implantación de laboratorio ciudadanos en bibliotecas. La elección de uno u otro para implementar un laboratorio depende de las características y necesidades de los centros

10. *Proyecto LabsBibliotecarios*, una iniciativa de la Subdirección General de Coordinación Bibliotecaria del Ministerio de Cultura español. Acceso: https://labsbibliotecarios.es/ [Consulta: 22/07/2025]

11. *Modelo BTAC* (Biblioteca para Tu Acción Ciudadana). Proyecto desarrollado por la Fundación Democracia y Desarrollo, RIMISO y la Fundación Bill y Melinda Gates

12. *Programa BTAC* (Biblioteca para Tu Acción Ciudadana). Proyecto desarrollado en Chile. Acceso: https://www.biblioaccionciudadana.cl/ [Consulta: 22/07/2025]

13. *Bibliolab* de la Red de Bibliotecas Municipales de la Diputación de Barcelona. Programa desarrollado por la Xarxa de Biblioteques Municipals de la Diputació de Barcelona.

14. *Bibliolabs* de las Bibliotecas Públicas de Medellín (Colombia). Acceso: https://bibliotecasmedellin.gov.co/bibliolabs/ [Consulta: 22/07/2025]

15. *Cómo montar un laboratorio de experimentación e innovación en una biblioteca*, de Cinthia Mendonça y Marcos García. Acceso: https://www.iberbibliotecas.org/wp-content/uploads/2022/11/GuiaPractica_Laboratorios.pdf [Consulta: 22/07/2025]

16. *Guía de laboratorios Ciudadanos* Citilab Cornellà. Acceso: https://coneixements.citilab.eu/wp-content/uploads/2018/09/Gu%C3%ADa-Laboratorios-Ciudadanos.pdf [Consulta: 22/07/2025]

17. *Bibliolab: modelo para crear un bibliolab en tu biblioteca*. Acceso: https://bibliotecariosinnovadores.com/wp-content/uploads/2018/08/BiblioLABs.pdf [Consulta: 22/07/2025]



2. Carácter comunitario: en toda la región, los laboratorios se orientan a objetivos, problemas y retos sociales y económicos inmediatos (vinculados a la memoria local, la inclusión, y la sostenibilidad).

3. Desafíos de sostenibilidad: la falta de recursos y de marcos institucionales limita la continuidad de muchas iniciativas. Las legislaciones y normativas, en su mayoría, no recogen una línea explícita y específica de desarrollo de este tipo de programas. Sin embargo, sí que existen experiencias que cuentan con respaldo institucional: Iberbibliotecas (Iberoamérica) y la Subdirección General del Libro (España), son dos de esos casos.

4. Oportunidades de cooperación: redes como la ya mencionada Iberbibliotecas[18] y organismos internacionales como SEGIB[19] promueven el intercambio de buenas prácticas y la creación de marcos comunes.

Atendiendo a esta perspectiva regional, los laboratorios ciudadanos en Iberoamérica se constituyen en herramientas clave que benefician a las bibliotecas al tiempo que impulsan la democracia y la innovación social en sus comunidades, ofreciendo nuevas vías de participación a pesar de la complejidad de sus sistemas institucionales.

En un contexto más global, existen otras regiones que han desarrollado programas y modelos que, aunque con características locales, comparten con la experiencia iberoamericana la visión de la biblioteca como plataforma de innovación social, participación ciudadana y aprendizaje colectivo. La revisión en países nórdicos, Reino Unido, Estados Unido, Canadá y Australia permite identificar tanto patrones comunes como diferencias que vienen a enriquecen el análisis.

Algunas de las experiencias de estos países se muestran de manera muy sintética a continuación:

18. *Programa de Iberbibliotecas*. Acceso: https://www.iberbibliotecas.org/ [Consulta: 23/07/2025]

19. *SEGIB*. Acceso: https://www.segib.org/ [Consulta: 23/07/2025]

Dinamarca. El *Model Programme for Public Libraries* (2010-2015) desarrolló el modelo de los cuatro espacios: inspiración, aprendizaje, reunión y creación conceptualizado por Jochumse, Hvenegaard Rasmussen, y Skot-Hansen (2012). Este marco convirtió la biblioteca pública en un ecosistema comunitario integral.

Finlandia. La biblioteca Oodi de Helskinski[20] representa un modelo de *salón urbano* que fue fruto de procesos participativos en el diseño arquitectónico y funcional y que alberga laboratorios *maker* y de co-creación.

Reino Unido. Desarrolló entre 2016 y 2021 el programa *Engaging Libraries*[21], promovido por *Carnegie UK Trust*, con un enfoque en la generación de vínculos de colaboración entre bibliotecas y universidades para la investigación en temas de sociedad, cultura y salud.

Estados Unidos. El programa *Libraries Trasforming Communities*[22], que puso en marcha la ALA en 2014, se orientó tanto a la capacitación bibliotecaria para convertir a las bibliotecas en motor de cambio social como en la conversión de los centros en espacios de deliberación democrática.

Canadá. El programa *Working Together Project*, fue desarrollado a principios de siglo en la Biblioteca Pública de Vancouver y trabajó bajo el enfoque de la inclusión de colectivos marginados, así como la confianza como base metodológica de su sistema. Además, dejó una guía[23] que estudia y comparte las técnicas utilizadas durante el proyecto para identificar y eliminar las barreras del servicio bibliotecario para que las personas socialmente excluidas puedan participar activamente en igualdad de condiciones en la toma de decisiones y la planificación de las bibliotecas (Biblioteca Pública de Vancouver, 2008)

---

20. Biblioteca Oodi. Acceso: https://oodihelsinki.fi/en/ [Consulta: 23/07/2025]

21. *Programa Engaging Libraries*. Acceso: https://carnegieuk.org/programmes/libraries/. [Consulta: 27/07/2025]

22. *Programa Libraries Transforming Communities*. Acceso https://www.ala.org/tools/libraries-transform/libraries-transforming-communities. [Consulta: 27/07/2025]

23. *Community-Led Libraries Toolkit*. Acceso: https://www.vpl.ca/sites/default/files/Community-Led-Libraries-Toolkit.pdf. [Consulta: 27/07/2025]



Australia. La biblioteca estatal de Queensland ha desarrollado el proyecto *The Edge*[24], un laboratorio creativo vigente desde 2010 y que se configura como un entorno basado en la creatividad y la experimentación, para la alfabetización digital, el aprendizaje práctico y la innovación ciudadana.

El análisis de estos modelos y experiencias permite identificar patrones comunes así como diferencias que enriquecen el análisis. Así, los países nórdicos tienen innovaciones centradas en el diseño arquitectónico participativo y la integración de funciones comunitarias; Estados Unidos pone énfasis en la creación de espacios de deliberación democrática y en la capacitación de sus profesionales bibliotecarios; Reino Unido y Canadá, por su parte, tienen una fuerte orientación hacia modelos basados en gobernanza compartida y planificación participativa; y, finalmente, Australia, da protagonismo a los espacios *maker* y de co-creación.

Capital social como variable del análisis de innovación y participación en las bibliotecas públicas

El concepto de *capital social* ha sido pródigamente utilizado en las ciencias sociales para analizar cómo las redes de confianza, la reciprocidad y la cooperación facilitan la acción colectiva. Putnam (2001), en su obra *Bowling Alone*, señaló que el declive de la participación en asociaciones cívicas tradicionales en Estados Unidos estaba correlacionado con una pérdida de cohesión comunitaria. Para el análisis del papel de las bibliotecas, esta categoría resulta fundamental, pues permite evaluar hasta qué punto estas instituciones fomentan redes de colaboración y confianza entre los ciudadanos.

Hay una amplia bibliografía académica en la que queda resaltada la estrecha relación entre *capital social* y biblioteca pública.

Se parte del constructo conceptual de *capital social*, que nace a partir de numerosas aportaciones procedentes de campos de conoci-

24. Programa de Edge. Acceso: https://www.slq.qld.gov.au/visit/spaces/edge [Consulta: 27/07/2025]



miento diferentes. Además del mencionado Putnam, están los trabajos de Bordeu[25] y Coleman[26], que han creado unos cimientos sobre el que otros autores han construido nuevas teorías. Un caso destacable es el de Woolcock y Narayan (2000), que desarrollan un concepto de *capital social* que no sólo tiene una naturaleza multidimensional sino que se caracteriza por definir que las diferentes combinaciones de "*capital social* vínculo" y "*capital social* puente" dan lugar a diferentes resultados.

Estas categorías de relaciones (*capital social vínculo* y *puente*) son las que pueden darse dentro de una red (como por ejemplo, una comunidad) y vienen a definir los enlaces o relaciones fuertes[27] (*vínculo*) y los enlaces o relaciones débiles[28] (*puente*). Esta idea entronca con el trabajo de Granovetter (1973) sobre el poder de los enlaces débiles para acceder de manera más sencilla a nueva información y oportunidades, y el concepto de conexiones cruciales de Klinneberg, que son aquéllas que se forman se forman en los espacios públicos compartidos (como bibliotecas) y que son esenciales para construir una comunidad más conectada entre sí y más resiliente.

Con este punto de partida, la conexión de las bibliotecas públicas y la generación de *capital social* se apoya en varios pilares:

- La consideración de las bibliotecas públicas como *tercer lugar*, según la teoría de Oldenberg, e *infraestructura social*, según la de Klinenberg. Ambos planteamientos entienden que estos espacios físicos contribuyen significativamente a sustentar la vida comunitaria y generar interacciones sociales.
- El análisis de dichas interacciones sociales bajo diferentes enfoques: a) de los *vínculos fuertes y débiles* (*bonding*, *bridging* y

25. Sobre todo su obra "*Las estrategias de la reproducción social*" de 2012.

26. Destaca, en este sentido, el artículo "*Social capital in the creation of human capital*", publicado en The American Journal of Sociology, 94, 95-120, del año 1988.

27. Relaciones fuertes. También denominadas vínculo o *bonding.* Son las relaciones internas y de confianza entre personas de un mismo grupo.

28. Relaciones débiles. También denominadas puente o *bridging*. Son las relaciones entre grupos distintos, que amplían las redes sociales y tienen un papel importante en la inclusión y expansión de las redes.



linking[29]); b) de las *conexiones cruciales*; c) desde la perspectiva de nodos donde convergen redes formales e informales, físicas y digitales, en aplicación de los principios de representación de estructuras de redes sociales e identificación de entidades claves dentro de dichas redes (Del Fresno, Marqués, & Paunero, 2014).

- La aplicación de la teoría de los *stakeholders* (o grupos de interés) al entorno bibliotecario, como presentan De-Sousa-Guerreiro y Domínguez Sanjurjo (2018), y que plantea que las bibliotecas deben entenderse como espacios compartidos que median entre distintos intereses y perspectivas de los grupos que conforman la comunidad.

El trabajo *Creación de capital social en la biblioteca pública* (Barrios-Martínez, Cuevas-Cerveró, & Gómez-Hernández, 2023) explora el fenómeno de la creación de *capital social* en las bibliotecas públicas por medio de una revisión sistemática de literatura científica sobre el tema. Entre sus conclusiones destacan que la literatura científica avala que las bibliotecas públicas generan *capital social* tanto desde la perspectiva institucional como desde la perspectiva social, y señala algunos de los principales problemas y retos a los que se enfrenta la institución en su función de generadora de *capital social*.

METODOLOGÍA DE LA INVESTIGACIÓN

Con respecto a la metodología de la investigación que se está utilizando en este trabajo en curso, se presenta a continuación un breve esbozo.

La presente investigación doctoral tiene un fuerte componente exploratorio y descriptivo que responde a la necesidad de captar la complejidad de un campo todavía emergente y con escasa sistematización académica. Este enfoque viene a ser el complemento del diseño de

29. Relaciones *linking*. Relaciones verticales entre los ciudadanos y las instituciones, que refuerzan la legitimidad democrática y la confianza social generalizada

investigación principal, que se basa en el análisis y comparación multicaso con enfoque cualitativo.

El objetivo es analizar la implantación y el impacto de iniciativas de laboratorios ciudadanos en bibliotecas públicas iberoamericanas, tomando como referencia instrumental la experiencia española de *Laboratorios Bibliotecarios*, del Ministerio de Cultura.

De acuerdo con Yin (2017), el método de estudio de casos resulta adecuado para fenómenos emergentes y complejos que requieren un análisis contextualizado. Stake (2005) sostiene que los estudios multicaso permiten no solo identificar particularidades de cada experiencia, sino también generar tipologías a partir de patrones comunes. En este sentido, el diseño comparativo de la investigación busca reconocer divergencias y similitudes en función de las características territoriales, institucionales y comunitarias de cada caso.

El enfoque cualitativo resulta pertinente para este trabajo de investigación por varias razones:

1. Permite explorar las percepciones, motivaciones y experiencias de los diferentes actores participantes: ciudadanía, colectivos organizados, personal bibliotecario, instituciones y sector privado.
2. Facilita la comprensión de procesos de co-creación y prototipado.
3. Ofrece la flexibilidad necesaria para adaptarse a las particularidades de cada contexto nacional y local (Creswell & Noth, 2017).

Esto no excluye el uso de otro tipo de herramientas (cuantitativas o de otro tipo), pero éstas se conciben como un complemento dentro de un diseño cualitativo dominante.

Se prevé trabajar con varias experiencias de laboratorios ciudadanos, incluyendo españolas y de otros puntos de Iberoamérica, utilizando como criterios de selección: el contexto territorial, los recursos disponibles de la biblioteca analizada así como su madurez institucio-



nal, la diversidad temática y, finalmente, la sostenibilidad o duración/repetición en el tiempo. Esta estrategia permitirá comparar no solo la existencia de laboratorios, sino también los factores que influyen en su consolidación, replicabilidad y sostenibilidad.

Las principales técnicas e instrumentos de recogida de información que ya se están empleando incluyen a) la revisión documental (tanto de fuentes científicas y académicas, como políticas públicas y regulaciones, informes y memorias y literatura gris sobre el tema) para construir una sólida estructura teórica; b) el mapeado, a partir de la recolección y extracción de datos e información brutos, de las experiencias de los laboratorios; c) la realización de entrevistas o, en su caso, encuestan a los agentes involucrados; d) la aplicación del método *Delphi*, como herramienta de validación y construcción de consenso entre expertos (Linstone & Turoff, 1975).

Parte de las variables e indicadores en la realización de las entrevistas y/o encuestas están en torno a las ideas de *capital social*, participación y funcionamiento del laboratorio, lo que permite ir construyendo una matriz comparativa de proyectos y generar tipologías replicables.

En cuanto a las consideraciones éticas a tener en cuenta en la recopilación de información de los proyectos a través de entrevistas o encuestas, se garantiza el consentimiento informado y el cumplimiento de la ley de protección de datos[30]. El método *Delphi* respetará el anonimato entre expertos para reducir sesgos de autoridad.

Finalmente, entre las limitaciones metodológicas de este trabajo de investigación están el posible sesgo de auto-selección de los casos y la imposibilidad de establecer una causalidad estricta, teniendo en cuenta el enfoque cualitativo.

No obstante, la triangulación de técnicas y la diversidad de casos contribuirán a la solidez y relevancia de los resultados.

30. *Reglamento General de Protección de Datos (RGPD)*, y *Ley Orgánica de Protección de Datos y garantía de los derechos digitales (LOPDGDD) (Ley 3/2018)*

DISCUSIÓN PRELIMINAR Y CONSIDERACIONES FINALES

El análisis realizado en los bloques anteriores permite situar el auge de los laboratorios ciudadanos en bibliotecas públicas como un fenómeno en expansión, caracterizado por la diversidad de modelos y la convergencia de objetivos comunes. Aunque las experiencias iberoamericanas se encuentran en etapas distintas de madurez, presentan patrones compartidos con los casos internacionales.

En este sentido, los laboratorios ciudadanos ponen de relieve la capacidad de la biblioteca pública para actuar como *infraestructura cívica* (Klinenberg, 2018)polarization, and the decline of civic life","-type":"book"},"uris":["http://www.mendeley.com/documents/?uuid=-6d922ab6-6be2-4125-8f2f-7e06daa56bb9"]}],"mendeley":{"formatted Citation":"(Klinenberg, 2018 y como *tercer lugar* (Oldenburg, 1989). En todos los contextos analizados, se observa que la innovación no sólo en los prototipos generados, sino en la activación de dinámicas comunitarias y la transformación de la propia institución. La literatura confirma que este tipo de iniciativas amplía las funciones tradicionales de la biblioteca, proyectándola como nodo de interacción, creatividad y aprendizaje colectivo (Barrios-Martínez, Cuevas-Cerveró & Gómez-Hernández, 2023).

Dentro del contexto de Iberoamérica, la iniciativa española de *Laboratorios Bibliotecarios* constituye un referente en cuanto a apertura a todo el mundo, sostenibilidad, formación del personal (gracias al curso que imparten cada año) y cultura participativa. En otros países de la zona, como Colombia o Chile, predominan proyectos locales, de duración determinada y con modelos que difieren del proyecto español. Esta diversidad ofrece un terreno fértil para la comparación y el aprendizaje mutuo.

Por otra parte, la comparación internacional confirma que, aunque los modelos difieren, existe un núcleo común: en los países nórdicos, la innovación se centra en la arquitectura participativa y en el rediseño de servicios; en el Reino Unido y Canadá, el énfasis recae en la gobernanza comunitaria; en Estados Unidos, se apuesta por la deliberación



democrática; mientras que en Australia, el protagonismo lo tienen los *makerspaces* como entornos de innovación cívica.

Se han podido identificar ya algunos retos comunes y recurrentes en todas las experiencias presentadas, entre ellos:

- Rigidez institucional, que lleva a que estas iniciativas tengan un mal encaje en los centros afectados.
- Sostenibilidad, problema que se observa tanto en bibliotecas iberoamericanas como en experiencias europeas y americanas.
- Formación del personal, para que asuman roles de facilitadores y mediadores de estos proyectos.
- Cultura participativa, que tiene un desarrollo muy desigual según los territorios.

Frente a estos retos, se abren varias oportunidades:

- Alianzas intersectoriales: la colaboración con universidades, colectivos ciudadanos y sector privado multiplica el alcance de los laboratorios.
- Legitimidad social: las bibliotecas gozan de altos niveles de confianza ciudadana, lo que facilita la aceptación de proyectos de innovación.
- Conexión con redes internacionales: programas como Iberbibliotecas o iniciativas de la IFLA promueven la circulación de buenas prácticas y recursos replicables.
- Visibilidad de impactos concretos (como el caso de la Biblioteca de Oodi) que muestran que la participación ciudadana en la gestión de bibliotecas puede generar un fuerte reconocimiento a nivel ciudadano y político.

Como consideraciones finales cabe decir que el presente trabajo doctoral se encuentra en fase de desarrollo. Los resultados expuestos son preliminares y se presentan como una primera aproximación analítica. El objetivo es abrir un campo de investigación que articule la teoría y la práctica, contribuyendo a consolidar la

biblioteca pública como un agente central en la innovación social y la democracia participativa.

La investigación busca generar un marco conceptual y metodológico que permita comprender cómo los laboratorios ciudadanos en bibliotecas públicas pueden: a) Reforzar el *capital social* comunitario; b) redefinir el rol de la biblioteca pública como espacio de co-creación y democracia participativa; y c) aportar evidencias para orientar políticas públicas culturales y bibliotecarias en Iberoamérica.

La hipótesis de trabajo para verificar o refutar es que los laboratorios ciudadanos no solo amplían las funciones tradicionales de la biblioteca, sino que la revalorizan como espacio de encuentro y como infraestructura clave para la participación ciudadana.

BIBLIOGRAFÍA

ANDERSON, C. **Makers: the new industrial revolution**. New York: Crown Business, 2012.

BARRIOS-MARTÍNEZ, C.; CUEVAS-CERVERÓ, A.; GÓMEZ-HERNÁNDEZ, J.-A. **Los laboratorios ciudadanos como metodología de desarrollo de la biblioteca pública en Iberoamérica**. In: XI CONGRESO NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS: DEMOCRACIA, LECTURA Y DERECHO A LA INFORMACIÓN, 2023, Pamplona. Anais. Pamplona: [s.n.], 2023.

BARRIOS-MARTÍNEZ, C.; CUEVAS-CERVERÓ, A.; GÓMEZ-HERNÁNDEZ, J.-A. **Creación de capital social en la biblioteca pública**. Revista Española de Documentación Científica, 2023.

BIBLIOTECA PÚBLICA DE VANCOUVER. **Community-Led Libraries Toolkit**. Vancouver, 2008.

CONSEJO DE COOPERACIÓN BIBLIOTECARIA (CCB). **La participación ciudadana en las bibliotecas públicas españolas**. 2023. Disponible en: https://hdl.handle.net/10421/9254. Acceso en: [21/07/2025].

CRESWELL, J. W.; POTH, C. N. **Qualitative inquiry and research design: choosing among five approaches**. 4. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2017.

DE-SOUSA-GUERREIRO, J.; DOMÍNGUEZ SANJURJO, M. R. **Bibliotecas ciudadanas: espacios de desarrollo y participación**. Barcelona: Editorial UOC, 2018.



DEL FRESNO, M.; MARQUÉS, P.; PAUNERO, D. S. (Ed.). **Conectados por redes sociales: introducción al análisis de redes sociales y casos prácticos**. Barcelona: UOC, 2014.

GRANOVETTER, M. S. **The Strength of Weak Ties**. American Journal of Sociology, Chicago, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973. Disponible en: http://www.jstor.org/stable/2776392. Acceso en: [20/07/2025].

IFLA; UNESCO. **Manifiesto IFLA-UNESCO sobre Bibliotecas Públicas 2022**. La Haya: IFLA, 2022. (IFLA, n. 441).

JARAMILLO, O. **La formación ciudadana, dinamizadora de procesos de transformación social desde la biblioteca pública**. Revista Interamericana de Bibliotecología, Medellín, v. 35, n. 1, p. 73-82, 2012.

JOCHUMSE, H.; HVENEGAARD RASMUSSEN, C.; SKOT-HANSEN, D. **The four spaces: a new model for the public library**. New Library World, v. 113, n. 11/12, p. 586-597, 2012. Disponible en: https://doi.org/10.1108/03074801211282948. Acceso en: [23/07/2025].

KLINENBERG, E. **Palaces for the people: How social infrastructure can help fight inequality, polarization, and the decline of civic life**. New York: Crown, 2018.

LINSTONE, H. A.; TUROFF, M. **Delphi method: techniques and applications**. Addison-Wesley Educational Publishers, 1975.

MAXIGAS. **Hacklabs y hackerspaces: rastreando dos genealogías**. 2019. Disponible en: https://endefensadelsl.org/hacklabs-y-hackerspaces.pdf. Acceso en: [20/07/2025].

OLDENBURG, R. **Great Good Place Cafes, Coffe Shops, Bookstores, Bars, Hair Salons and Other Hangout at the Heart of the Community**. New York: Paragon House, 1989.

PUTNAM, R. **Bowling alone**. London: Simon & Schuster, 2001.

RIOS-HILARIO, A.; DE-SOUSA-GUERREIRO, J. **Stakeholders how to apply the theory of interest groups in public libraries**. Profesional de la Información, v. 24, n. 1, p. 71-76, 2015. Disponible en: https://doi.org/10.3145/epi.2015.ene.09. Acceso en: [21/07/2025].

SÁNCHEZ-GARCÍA, S. **La transformación social de las bibliotecas: luces y sombras**. Anuario ThinkEPI, v. 18, p. 8, 2024. Disponible en: https://doi.org/10.3145/thinkepi.2024.e18a24. Acceso en: [fecha de acceso].

SCHUURMAN, D.; DE LOS RÍOS WHITE, M. I.; DESOLE, M. **Living Lab origins, development and future perspective**. 2025. Disponible en: https://doi.org/10.5281/zenodo.14764597. Acceso en: [22/07/2025].

STAKE, R. E. **Qualitative case studies**. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Ed.). **The Sage handbook of qualitative research**. 3. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2005. p. 443-466.

WOOLCOCK, M.; NARAYAN, D. **Social capital: Implications for development theory, research, and policy**. World Bank Research Observer, v. 15, n. 2, p. 225-249, 2000. Disponible en: https://doi.org/10.1093/wbro/15.2.225. Acceso en: [27/07/2025].

YIN, R. K. **Case study research and applications: design and methods**. 6. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2017.



BIBLIOTECAS VERDES E AGENDA 2030: PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS E CIDADANIA

Ilane Coutinho Duarte Lima
Universidade Federal do Espírito Santo
ilane.lima@ufes.br, https://orcid.org/0009-0001-7594-2153

Paula Regina Ventura Amorim Gonçalez
Universidade Federal do Espírito Santo
paula.goncalez@ufes.br, https://orcid.org/0000-0002-5480-4106

Rachel Cristina Mello Guimarães
Universidade Federal do Espírito Santo
rachel.guimaraes@ufes.br, https://orcid.org/0000-0001-5459-4105

Ana Maria da Silva Bichara
Biblioteca Pública de Domingos Martins
anamasda@terra.com.br, https://orcid.org/0009-0009-3691-8896

Franciely Joy Lima de Azeredo
Universidade Federal do Espírito Santo
francielyjoy@gmail.com, https://orcid.org/0009-0006-0914-9815

Resumo: *Este trabalho investiga o papel das bibliotecas sustentáveis como agentes de transformação socioambiental, articulando seus propósitos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. A análise contempla os critérios que fundamentam práticas de sustentabilidade informacional, explorando conceitos como certificação ambiental, educação ambiental e gestão responsável de espaços culturais. O estudo também discute o panorama das bibliotecas verdes no Brasil, destacando experiências e políticas públicas voltadas à integração entre cultura, informação e meio ambiente. A atuação do bibliotecário é abordada sob a perspectiva da cidadania, inclusão e consciência ecológica. Como objeto de estudo, são observadas as práticas sustentáveis desenvolvidas pela Biblioteca Municipal Argentina Lopes Tristão. A pesquisa é de abordagem qualitativa, adota os métodos exploratório e descritivo, embasando-se em pesquisa bibliográfica e estudo de caso, com foco na Biblioteca Municipal Argentina Lopes Tristão, situada em Domingos Martins (ES), reconhecida como Centro de Educação Ambiental pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA). Os resultados indicam que as bibliotecas têm um potencial relevante para protagonizar ações voltadas à educação ambiental e a responsabilidade socioambiental. Destaca-se*



ainda a importância de priorizar a formação de bibliotecários com educadores e facilitadores de diálogos sobre práticas sustentáveis, permitindo que atuem como agentes de transformação em suas comunidades.

Palavras chave: *Sustentabilidade Informacional, Bibliotecas Verdes, Práticas Sustentáveis, Inclusão Social, Educação Ambiental.*

GREEN LIBRARIES AND AGENDA 2030: SUSTAINABLE PRACTICES AND CITIZENSHIP

Abstract: *This paper investigates the role of sustainable libraries as agents of socio-environmental transformation, aligning their purposes with the Sustainable Development Goals (SDGs) of the UN 2030 Agenda. The analysis considers the criteria that underpin informational sustainability practices, exploring concepts such as environmental certification, environmental education, and responsible management of cultural spaces. The study also discusses the panorama of green libraries in Brazil, highlighting experiences and public policies aimed at integrating culture, information, and the environment. The librarian's role is addressed from the perspective of citizenship, inclusion, and ecological awareness. The study examines the sustainable practices developed by the Lopes Tristão Municipal Library in Argentina. The research uses a qualitative approach, adopting exploratory and descriptive methods, and is based on bibliographical research and a case study. It focuses on the Lopes Tristão Municipal Library in Domingos Martins, Espírito Santo, Brazil, recognized as an Environmental Education Center by the State Institute of Environment and Water Resources (IEMA). The results indicate that libraries have significant potential to lead initiatives focused on environmental education and social and environmental responsibility. It is also important to prioritize the training of librarians as educators and facilitators of dialogue on sustainable practices, enabling them to act as agents of change in their communities.*

Keywords: *Informational Sustainability, Green Libraries, Sustainable Practices, Social Inclusion, Environmental Education.*BIBLIOTECA PÚBLICA DE VANCOUVER. **Community-Led Libraries Toolkit**. Vancouver, 2008.



1. INTRODUÇÃO

A sustentabilidade e a preservação ambiental emergem como temas preponderantes nas últimas décadas, especialmente em um contexto global marcado pelo aumento das catástrofes ambientais e pelas mudanças climáticas. A discussão sobre questões ambientais ganhou crescente relevância a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972, a qual estabeleceu um marco decisivo para a formulação de políticas ambientais globais e, consequentemente, influenciou a pauta ambiental no Brasil.

Desde então, segundo o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, o país tem avançado na construção de bases regulatórias voltadas à gestão ambiental, refletindo a crescente conscientização acerca dos limites dos recursos naturais e da necessidade de um desenvolvimento sustentável. A importância dessa temática foi intensificada com a adesão do Brasil, em 2015, à Agenda 2030, durante a Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, ao lado de outros 192 países. Tal compromisso visa enfrentar, de forma urgente, as crises climáticas, bem como os desafios persistentes da fome, da pobreza, da desigualdade, da democracia fortalecida, da igualdade racial e do trabalho digno.

O Brasil já foi palco de eventos internacionais significativos, como a ECO-92 e a Rio+20, que reforçam sua posição de destaque nas discussões sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Nesse cenário, as bibliotecas se apresentam como instituições fundamentais na promoção do conhecimento e da conscientização ambiental.

> [...] a informação ambiental é um tipo de informação científica e tecnológica que contribui para a preservação de ambientes naturais e dos ambientes construídos pelo homem, e é imprescindível para que a crise ambiental atual seja superada com sucesso *(Amorim, 2004, p. 1).*

Apesar de sua relevância, as bibliotecas ainda são subutilizadas como espaços de educação e engajamento socioambiental. A escassez de diretrizes claras que integrem a sustentabilidade em suas práticas



e estruturas revela uma lacuna que precisa ser enfrentada. Esta pesquisa tem como objetivo explorar o conceito de bibliotecas verdes e sustentáveis, propondo diretrizes que possam inspirar outras bibliotecas e instituições similares a se tornarem catalisadoras de mudanças significativas.

Ao enfatizar a responsabilidade socioambiental do profissional bibliotecário, a investigação busca demonstrar como essas instituições podem não apenas oferecer acesso à informação, mas também atuar como agentes de transformação em um mundo que demanda ações concretas em prol da sustentabilidade.

> Num momento em que desafios ambientais e sociais demandam ação coletiva, seus esforços ressoam como um modelo de como as bibliotecas podem contribuir para um mundo mais sustentável e igualitário, em sintonia com os objetivos globais de sustentabilidade e justiça social (Bichara, 2024, p. 102).

Apesar de seu papel fundamental na promoção da informação e da educação, as bibliotecas ainda representam um espaço pouco explorado para a conscientização ambiental e para a transformação de práticas sociais voltadas à sustentabilidade. Diante da carência de diretrizes específicas que integrem a sustentabilidade às suas operações e estruturas, esta pesquisa propõe-se a discutir a importância das bibliotecas verdes e sustentáveis, com o intuito de inspirar a criação de políticas e ações que possibilitem a atuação proativa dessas instituições na promoção de práticas que respeitem o meio ambiente.

Busca-se, assim, refletir sobre como as bibliotecas podem se tornar catalisadoras de mudanças socioambientais, apresentando-se não apenas como espaços de acesso à informação, mas também como agentes de transformação em um cenário global que clama por ações efetivas em direção à sustentabilidade.



2. METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, com o objetivo de compreender as práticas e iniciativas relacionadas ao conceito de bibliotecas verdes e sustentáveis. O método principal utilizado foi a pesquisa bibliográfica, com ênfase na análise da literatura existente sobre o tema.

Além disso, foi observado o trabalho desenvolvido na Biblioteca Municipal Argentina Lopes Tristão, que se destaca por manter ações sustentáveis significativas em sua rotina e nas atividades oferecidas à comunidade.

A coleta de dados ocorreu por meio da análise de artigos, periódicos e documentos acadêmicos que abordam temas como bibliotecas verdes, bibliotecas sustentáveis e assuntos correlatos, tais como: movimento *Green Library*, sustentabilidade, meio ambiente, Agenda 2030, responsabilidade socioambiental do bibliotecário, políticas públicas, políticas ambientais e educação ambiental.

Para a realização das buscas, foram utilizadas plataformas como o Google Acadêmico, SciELO e BRAPCI. A análise do material disponível nessas bases contribuiu significativamente para o aprofundamento do conhecimento sobre o tema.

Adicionalmente, com o intuito de identificar bibliotecas verdes em atividade no Brasil, foram analisadas premiações relevantes, tanto nacionais quanto internacionais, que têm como objetivo estimular práticas sustentáveis em bibliotecas.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, alguns desafios foram identificados, entre eles a escassez de publicações sobre o tema, que ainda é pouco explorado no contexto nacional. Além disso, não foi possível realizar visitas presenciais a outras bibliotecas sustentáveis, o que poderia ter enriquecido a investigação com observações diretas.

Por fim, a escolha da metodologia visa proporcionar uma compreensão ampla e fundamentada acerca do papel das bibliotecas verdes e de sua relevância na promoção da sustentabilidade no âmbito da Ciência da Informação.



3. A AGENDA 2030 E A SUSTENTABILIDADE NAS BIBLIOTECAS

É fundamental compreender o que é a Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Segundo as Nações Unidas (ONU, 2015), "[...] a Agenda 2030 se trata de um compromisso global com a transformação social e ambiental, que busca promover um futuro sustentável para todas as pessoas em todas as nações".

Essa iniciativa dá continuidade à Agenda de Desenvolvimento do Milênio (2000–2015). Em 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) reuniu 193 Estados-Membros e propôs um plano com o objetivo de garantir que "ninguém no mundo ficasse à margem". Essa proposta resultou na criação dos ODS, que se fundamentam em quatro dimensões essenciais: social, ambiental, econômica e institucional. Ao todo, são 17 objetivos interligados e 169 metas globais, a serem alcançadas até 2030, representando um apelo à ação coletiva.

Nesse contexto, as bibliotecas desempenham um papel fundamental na promoção da sustentabilidade e da responsabilidade social, atuando como centros de informação, educação e conscientização ambiental. A Agenda 2030 estabelece diretrizes claras para o desenvolvimento sustentável, e as bibliotecas podem ser aliadas estratégicas na disseminação do conhecimento sobre práticas sustentáveis e preservação ambiental.

> O respeito à diversidade da natureza e a responsabilidade de conservar essa diversidade definem o desenvolvimento sustentável como um ideal ético. A partir da ética do respeito à diversidade do fluxo da natureza, emana o respeito à diversidade de culturas e de sustentação da vida, base não apenas da sustentabilidade, mas também da igualdade e justiça *(Sachs, 2002, p. 67).*

A sustentabilidade, conforme destacada na Agenda 2030, abrange não apenas a preservação do meio ambiente, mas também o fortalecimento das comunidades e a promoção da justiça social. Nesse sentido, ao oferecerem acesso equitativo à informação e ao conhecimento, as bibliotecas contribuem diretamente para o desenvolvimento de sociedades mais justas e sustentáveis. Por meio de programas voltados



à leitura e ao acesso a informações sobre questões ambientais, essas instituições promovem a conscientização e incentivam ações concretas em prol da preservação dos recursos naturais.

Aluísio (2013, p. 2) afirma que "[...] uma verdadeira biblioteca verde é aquela que promove a sustentabilidade liderando pelo exemplo, incorporando essa perspectiva em todos os aspectos da biblioteconomia acadêmica".

Conforme Miller (2010), para que uma biblioteca se torne sustentável, é necessário adotar uma série de medidas, organizadas em quatro etapas: elaboração de um plano de ação; desenvolvimento do projeto arquitetônico; oferta de serviços sustentáveis; e promoção da educação ambiental. O autor enfatiza que essa transformação requer o engajamento coletivo da equipe da biblioteca, sendo essencial a criação de um Comitê Verde, responsável por definir ações, programas e projetos voltados à sustentabilidade.

Assim, a atuação do bibliotecário ultrapassa a tradicional gestão da informação, posicionando-o como agente de transformação socioambiental. Suas responsabilidades incluem a promoção da inclusão social e a disseminação de saberes que fomentem uma convivência harmoniosa com o meio ambiente. Por meio de ações educativas e parcerias com instituições locais, o bibliotecário pode implementar iniciativas voltadas à educação ambiental, abordando temas como consumo consciente, gestão de resíduos e preservação ecológica. "[...] O bibliotecário, por sua vez, deve contribuir de forma ativa para o desenvolvimento sustentável da região em que atua, disseminando a informação ambiental e colocando em prática suas habilidades e competências como gestor de informação e educador ambiental *(Miller, 2010, p. 10).*

No Espírito Santo, a Biblioteca Municipal Argentina Lopes Tristão é um exemplo de atuação alinhada aos princípios da sustentabilidade. Bichara (2024, p. 98), ao descrever o Programa Biblioteca Sustentável, apresenta a proposta do "Jardim Secreto", que visa transformar a Biblioteca Municipal em uma Biblioteca Pública Municipal Verde, atendendo aos requisitos estabelecidos para essa transição. A autora ainda discorre sobre as ações necessárias para alcançar esse objetivo: "[...] foi



necessário implementar uma política e procedimentos que promovem uma cultura organizacional voltada para a sustentabilidade ambiental, com definição de objetivos e metas específicas nesse sentido".

A atuação do bibliotecário, fundamentada em princípios éticos e no compromisso com a comunidade, é essencial para fomentar uma cultura de responsabilidade socioambiental. Assim, bibliotecas e bibliotecários possuem o potencial de formar cidadãos conscientes, preparados para enfrentar os desafios impostos pela crise ambiental e comprometidos com a construção de um futuro mais sustentável, em consonância com os objetivos da Agenda 2030.

Nesse contexto, é importante que o bibliotecário desenvolva oficinas e atividades educativas sobre temas como reciclagem, consumo consciente, jardinagem urbana e preservação ambiental. Essas ações transformam a biblioteca em um espaço dinâmico de troca de saberes e experiências, não apenas informando, mas também estimulando a formação de um público engajado nas questões socioambientais.

Além disso, estabelecer parcerias com escolas, universidades, ONGs e outras instituições é uma estratégia valiosa para ampliar o alcance das ações. A colaboração entre esses atores permite a realização de eventos e campanhas conjuntas, fortalecendo a responsabilidade ambiental coletiva e promovendo ambientes de aprendizado compartilhado. Dessa forma, é possível alcançar um público mais amplo e potencializar o impacto das iniciativas sustentáveis.

4. CERTIFICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Impulsionado por iniciativas que visam promover práticas responsáveis na construção civil e na gestão de espaços públicos, o Green Building Council Brasil (GBC Brasil), fundado em 2007, destaca-se como uma organização não governamental comprometida com a disseminação da certificação Leadership in Energy and Environmental Design (LEED). Esse sistema de avaliação, conforme explica o GBC Brasil, tem como objetivo identificar e comunicar a eficiência e o desempenho ambiental de edificações, utilizando um conjunto de créditos ponderados



que resultam em diferentes níveis de classificação. [...] tem a função de identificar e informar a eficiência e o desempenho ambiental do edifício. O sistema de avaliação é baseado em créditos que são ponderados para gerar uma classificação de desempenho ambiental do empreendimento em níveis *(GBC Brasil, 2014).*

Diversas bibliotecas nos Estados Unidos, como a Darien Public Library (em Connecticut) e a Chicago Public Library, adotaram a certificação LEED, demonstrando a importância de valorizar o ambiente construído na promoção de espaços funcionais e sustentáveis.

No Brasil, além do LEED, destaca-se a certificação Alta Qualidade Ambiental (AQUA), emitida pela Fundação Vanzolini. Essa certificação exige a implementação de um sistema de gestão ambiental que abrange desde aspectos estruturais da edificação até sua interação com o entorno, contemplando categorias amplas de qualidade ambiental.

O incentivo à sustentabilidade na construção é fortalecido pelo papel estratégico da Educação Ambiental. Os Centros de Educação Ambiental (CEA) representam iniciativas pedagógicas que, por meio de espaços educativos e de um Projeto Político-Pedagógico estruturado, buscam sensibilizar a sociedade sobre a importância da preservação do meio ambiente. O diretor-presidente do IEMA, Alaimar Fiuza, destaca:

> A Educação Ambiental desempenha um papel fundamental na preservação do nosso planeta. Por isso, é preciso um esforço contínuo e conjunto que envolva os setores público e privado, além da sociedade em geral. Só somando forças seremos capazes de contribuir para o desenvolvimento sustentável, não apenas no presente, mas também pensando nas gerações futuras *(Fiuza, 2023).*

Um exemplo recente da interseção entre certificação e educação ambiental é a Biblioteca Municipal Argentina Lopes Tristão, que recebeu em outubro de 2022 o título de Centro de Educação Ambiental. A conquista é fruto de um projeto voltado à comunidade de Domingos Martins, com foco especial em atividades de conscientização ambiental voltadas para as escolas locais.



Assim, a combinação entre certificações como o LEED e o AQUA com iniciativas de educação ambiental não apenas valoriza os espaços físicos, mas também fortalece a conscientização coletiva sobre a preservação ambiental. Essa sinergia é essencial para garantir um desenvolvimento sustentável que respeite o meio ambiente e atenda às necessidades das gerações atuais e futuras.

Vale ressaltar que, mesmo sem uma certificação formal, uma biblioteca pode adotar práticas sustentáveis eficazes. O papel do bibliotecário e de sua equipe é central nesse processo, pois são esses profissionais que podem implementar ações de engajamento comunitário. Assim, mesmo sem selos ou reconhecimentos oficiais, a biblioteca torna-se um espaço de transformação, onde conhecimento e responsabilidade ambiental caminham juntos em benefício da sociedade.

A educação ambiental é uma necessidade crescente em um mundo cada vez mais impactado pelas mudanças climáticas e pela degradação ambiental. Nesse contexto, as bibliotecas verdes emergem como agentes essenciais de conscientização e disseminação de informação ambiental, contribuindo para as metas propostas pela Agenda 2030. O papel do bibliotecário, nesse cenário, vai além da curadoria da informação, englobando a promoção de uma cultura de preservação e respeito ao meio ambiente.

Desde 2015, a Biblioteca Municipal de Domingos Martins tem colaborado com a organização social Recode, cuja missão é capacitar digitalmente pessoas em situação de vulnerabilidade, promovendo também o desenvolvimento de habilidades socioemocionais.

As bibliotecas verdes estão se consolidando como refúgios de aprendizado sobre práticas sustentáveis, oferecendo atividades educativas diversificadas, como exposições, palestras e ações culturais que engajam a comunidade em discussões ambientais.

Além de educar, essas iniciativas trazem benefícios concretos, como a economia de recursos locais, redução de custos operacionais e melhoria da qualidade de vida. Envolver-se em questões ambientais não é apenas uma responsabilidade social, mas também uma oportunidade de desenvolvimento sustentável e inovação local.



> O desenvolvimento sustentável tem na informação ambiental um elemento fundamental para sua viabilização, principalmente em função de alguns princípios [...] o princípio da eficácia no uso de recursos naturais (a informação é necessária para a estruturação de processos produtivos menos perdulários no consumo de energia e matérias-primas); o princípio da diversidade (a informação permite a identificação e a potencialização de mercados e recursos locais); e o princípio da descentralização (sendo a informação utilizada na capacitação dos atores sociais, que têm importantes papéis específicos na construção de uma sociedade sustentável social, econômica e ambientalmente) *(Vasconcelos, 1998, p. 24).*

No entanto, a realidade da educação ambiental ainda enfrenta desafios, como o difícil acesso a dados confiáveis, a escassez de fontes atualizadas e a rápida obsolescência da informação, conforme apontado por Somerville (1976, apud Caribé, 1992). Nesse cenário, os bibliotecários, com sua expertise em organização e acesso à informação, têm papel essencial como mediadores e articuladores de redes para o compartilhamento de dados e experiências em projetos ambientais.

A Lei Federal nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, reforça a responsabilidade das bibliotecas públicas em colaborar com a formação ambiental da sociedade. As bibliotecas verdes, por sua vez, ocupam um papel central nesse processo, promovendo a disseminação de informações ambientais e mobilizando a comunidade por meio de atividades educativas, culturais e informativas.

Segundo a UNESCO, os benefícios dessas ações incluem a economia de recursos, a redução de custos operacionais, o fortalecimento da educação ambiental e a melhoria da qualidade de vida.

Dessa forma, bibliotecas verdes e bibliotecários tornam-se pilares essenciais na construção de uma sociedade mais consciente e informada sobre os desafios ambientais contemporâneos. A informação, quando bem utilizada, tem o poder de transformar realidades, e a educação ambiental, nesse contexto, representa um instrumento poderoso para a construção de um futuro mais justo e sustentável.



> Para que a sociedade tenha garantido o acesso à informação de forma efetiva e verdadeira, o conjunto de informações sobre meio ambiente existente deve também atender a critérios técnicos da Ciência da Informação, como nível de acesso à informação, acessibilidade e seus critérios, formas práticas de pesquisa de informação e, sobretudo, dotar as bases de dados de padrões de encontrabilidade informacional *(Barros, 2017, p. 12).*

Dessa forma, bibliotecas verdes e bibliotecários tornam-se pilares essenciais na construção de uma sociedade mais consciente e informada sobre os desafios ambientais contemporâneos. A informação, quando bem utilizada, tem o poder de transformar realidades, e a educação ambiental, nesse contexto, representa um instrumento fundamental para a promoção de práticas sustentáveis.

Conscientes de sua responsabilidade social e ambiental, as bibliotecas devem se comprometer com a adoção de estratégias educativas, informacionais e colaborativas que incentivem a preservação ambiental, o uso racional dos recursos e o fortalecimento da cidadania. Assim, mesmo em contextos sem certificação formal, essas instituições podem atuar como verdadeiros centros de transformação, promovendo o engajamento comunitário em prol de um futuro mais equilibrado, justo e sustentável.

5. BIBLIOTECAS VERDES

O conceito de biblioteca verde refere-se a instituições que incorporam práticas sustentáveis em suas operações, levando em consideração os aspectos ambientais, econômicos e sociais. Essas bibliotecas buscam reduzir seu impacto no meio ambiente por meio do uso consciente de energia e água, da adoção de fontes renováveis, da diminuição do consumo de papel, e da promoção da reciclagem e do reuso de materiais.

Mais do que ajustes estruturais, as bibliotecas verdes assumem um papel estratégico como centros de educação e conscientização ambiental, contribuindo para a formação de uma cultura voltada à sustentabilidade. Exposições, palestras, oficinas e eventos educativos são alguns



dos mecanismos utilizados para estimular a reflexão sobre o meio ambiente e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os de energia limpa (ODS 7), cidades sustentáveis (ODS 11), consumo responsável (ODS 12) e ação climática (ODS 13).

Embora muitas bibliotecas verdes estejam associadas a certificações ambientais internacionais, como o selo LEED, uma biblioteca não precisa de certificação formal para ser considerada sustentável. O que define sua atuação é o comprometimento com práticas sustentáveis e a integração desses princípios à oferta de serviços informacionais e educativos.

No Brasil, um exemplo notável é a Biblioteca Municipal Argentina Lopes Tristão, localizada em Domingos Martins (ES). Reconhecida como Centro de Educação Ambiental desde 2022, desenvolve o programa *"Biblioteca Sustentável: Jardim Secreto"*, que integra atividades de educação ambiental com a participação ativa da comunidade. Ações como oficinas, workshops e palestras são realizadas próximas a uma nascente preservada, demonstrando na prática o compromisso com a sustentabilidade.

Internacionalmente, o movimento **Green Library** teve origem há mais de três décadas nos Estados Unidos e hoje está presente em diversos países. A proposta central é transformar bibliotecas em espaços ambientalmente conscientes, por meio da construção de edifícios sustentáveis, da reestruturação de instalações existentes e da adoção de serviços e práticas com baixo impacto ambiental. Esse movimento se expandiu por meio de fóruns, publicações e ações coletivas e individuais promovidas por bibliotecas públicas, universitárias e comunitárias.

Com a crescente urgência da crise ambiental, é essencial que as bibliotecas brasileiras também se adaptem a essa realidade. Ao adotarem práticas sustentáveis, tornam-se modelos de responsabilidade socioambiental e agentes ativos no desenvolvimento de comunidades mais conscientes e engajadas.

Portanto, as bibliotecas verdes representam mais do que uma tendência: elas simbolizam um compromisso ético e educativo com o futu-



ro do planeta, integrando informação, cidadania e sustentabilidade em um único espaço de transformação

.

5.1 Bibliotecas Verdes Brasileiras

No Brasil, algumas bibliotecas públicas têm se destacado pela adoção de estruturas e práticas sustentáveis, tornando-se referências em responsabilidade socioambiental.

Um dos exemplos mais emblemáticos é a Biblioteca Parque Estadual, no Rio de Janeiro. Fundada em 1873, passou por sucessivas reformas e, em 2014, recebeu a certificação LEED Ouro, devido à sua arquitetura sustentável e à implementação de políticas voltadas para o uso racional de recursos. Além da infraestrutura, a biblioteca também se dedica à educação ambiental, promovendo ações que estimulam uma consciência crítica e colaborativa na resolução de problemas ambientais.

Outro exemplo relevante é a Biblioteca Pública da Floresta, localizada no Acre. Inaugurada em 2007, sua arquitetura foi inspirada nas ocas indígenas, reforçando o respeito à cultura local e à natureza. A biblioteca é especializada em temas relacionados ao meio ambiente brasileiro, funcionando como um espaço de valorização da diversidade e do conhecimento ecológico.

No Espírito Santo, a Biblioteca Municipal Argentina Lopes Tristão, criada em 1965, passou a atuar como Centro de Educação Ambiental (CEA) a partir de 2022. Com um projeto inovador intitulado *"Biblioteca Sustentável: Jardim Secreto"*, o espaço promove atividades de educação ambiental voltadas especialmente para escolas e comunidades tradicionais, incentivando práticas de preservação e consumo consciente.

Esses exemplos mostram que, mesmo com realidades e contextos diferentes, é possível alinhar os objetivos educacionais e informacionais das bibliotecas com práticas sustentáveis, contribuindo de forma significativa para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados com as questões ambientais.



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das profundas crises ambientais e sociais que o mundo enfrenta, o papel das bibliotecas como agentes de transformação torna-se cada vez mais relevante. Este estudo evidenciou como as bibliotecas verdes e sustentáveis podem atuar não apenas como centros de acesso à informação, mas também como espaços inovadores que promovem a conscientização ambiental e o engajamento comunitário.

A incorporação de práticas sustentáveis no cotidiano das bibliotecas reflete uma resposta concreta às demandas da sociedade por soluções que promovam um futuro mais equilibrado, justo e ambientalmente responsável. Nesse contexto, o alinhamento das bibliotecas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 deve ser tratado como uma prioridade estratégica. A missão dessas instituições vai além da disseminação da informação: ela envolve a promoção da justiça social, a preservação ambiental e o fortalecimento das comunidades.

As certificações ambientais, as políticas públicas e os programas de incentivo são ferramentas importantes para tornar esse compromisso mensurável e eficaz. No entanto, mais do que normas e títulos, é essencial promover a formação de bibliotecários conscientes de seu papel como educadores ambientais, capazes de liderar ações, projetos e debates que estimulem práticas sustentáveis em seus territórios.

A criação e a expansão de bibliotecas verdes no Brasil não representam apenas uma demanda ambiental, mas uma oportunidade concreta de empoderar comunidades por meio do acesso à informação, da leitura crítica e da participação cidadã. Ao incentivar o envolvimento ativo da população em ações sustentáveis, as bibliotecas se consolidam como espaços de referência na promoção da responsabilidade socioambiental.

O estudo de caso sobre a Biblioteca Municipal Argentina Lopes Tristão, situada em Domingos Martins (ES), exemplificou como práticas sustentáveis podem ser implementadas com sucesso, evidenciando o potencial das bibliotecas para desempenharem um papel ativo na educação ambiental e no fortalecimento das comunidades locais.



Assim, construir um futuro sustentável é uma responsabilidade compartilhada, e as bibliotecas têm o potencial de se tornarem verdadeiros faróis de transformação social e ambiental, iluminando caminhos mais conscientes para as gerações presentes e futuras.

REFERÊNCIAS

AMORIM, R. R. A responsabilidade social dos profissionais da informação e a preservação do meio ambiente. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE INFORMACIÓN, 2004. Cuba. **Anais...** Cuba: IDICT, 2004. Disponível em: https://silo.tips/download/a-responsabilidade-social-dos-profissionais-da-informaao-e-a-preservaao-do-meio. Acesso em: 06 ago. 2025.

AULISIO, G. Green libraries are more than just buildings. **Electric Green Journal, Pennsylvania**, v.35, n.1, 2013. Disponível em: https://escholarship.org/uc/item/3x11862z. Acesso em: 23 jun. 2025.

BARROS, L. V. Sustentabilidade ambiental e direito de acesso à informação verdadeira: de Estocolmo aos dias atuais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 2923-2940, 2017. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/3397 . Acesso em: 20 Jul. 2025.

BBC BRASIL. **Brasil é o país das Américas mais afetado por desastres.** Disponível em: http://bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2003/07/030717_cruzvermla.shtml . Acesso em: 14 ago. 2025.

BICHARA, A. M. da S. Vamos falar sobre bibliotecas verdes? **O protagonismo dos bibliotecários capixabas na construção de espaços de inovação**, v. 1, 95 p., 2024. Disponível em: https://ampllaeditora.com.br/books/2024/10/ProtagonismoBibliotecariosCapixabas.pdf. Acesso em: 30 de ago. 2025.

CARIBÉ, R. C. V. Subsídios para um sistema de informação ambiental no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 21, n. l, p. 40-45, jan./abr., 1992. Disponível em https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/462. Acesso em: 10 ago. 2025.

FIUZA, A. **Espírito Santo tem mais dez Centros de Educação Ambiental reconhecidos pelo IEMA.** Entrevista concedida à Assessoria de Comunicação do IEMA 10 de 2023. Disponível em: https://iema.es.gov.br/Not%C3%ADcia/espirito-santo-tem-mais-nove-centros-de-educacao-ambiental-reconhecidos-pelo-iema . Acesso em: 20 ago. 2025.

GREEN BUILDING COUNCIL BRASIL. GBC Brasil. **Certificação LEED**. São Paulo: GBC Brasil, 2014. Disponível em: https://www.gbcbrasil.com.br/sobre-certificado . Acesso em: 20 ago. 2025.



IFLA green library award 2021 shortlist green library Project. **“A responsible library as promoter of environmental awareness”.** IFLA, 2021. Disponível em: https://www.ifla.org/ifla-publications/ifla-ensulib-newsletter_vol1_issue1/a--responsible-library-as-promoter-of-environmental-awareness. Acesso em: 27 ago. 2025.

MILLER, Kathryn. **Public Libraries Going Green.** [S.l] : ALA Editions, 2010. Disponível em: https://books.google.com.pr/books?id=UmwOU521Z0cC&printsec=copyright#v=onepage&q&f=false . Acesso em: 18 set. 2024.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Transformando nosso mundo**: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf Acesso em: 03 ago 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Educação para um futuro sustentável:** uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas. Brasília: Editora Ibama, 1999. Disponível em: https://repositorio.cetesb.sp.gov.br/items/ec36d5c1-bed4-4dfb-8764-63b46b2eeeef/full. Acesso em: 16 jul. 2025.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** 4.ed. Ed. Garamond, 2002.

VASCONCELOS, C. R. **O papel das ONGs brasileiras na produção e disseminação de informação ambiental**. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_3daddd80478028285464e6ad9c9599a00 .Acesso em: 16 jul. 2025.



PROGRAMAS E PROJETOS VOLTADOS PARA O SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO PIAUÍ E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA INTER-RELAÇÃO DESEJÁVEL

Débora Araújo Machado Teixeira
Mariângela Spotti Lopes Fujita
Marcelo Fernandes de Oliveira
Miriam Regiane Dutra

1. INTRODUÇÃO

O fornecimento de recursos financeiros e infraestruturas, incluindo acervos, equipamentos, redes, acesso digital e capacitação de recursos humanos são componentes evidentemente necessários para qualquer política pública de desenvolvimento cultural e/ou educacional. Qualquer esforço, seja público ou privado, para garantir o acesso à informação em todos os níveis – da cidadã à especializada – depende intrinsecamente da motivação de uma vasta gama de recursos e da composição de estruturas adequadas.

Contudo, toda essa infraestrutura deve ser planejada com visão de futuro. Para refletir sobre essa perspectiva, é ideal que tal investimento se alinhe a uma projeção macro, onde as nações colaborem para alcançar sociedades mais justas, prósperas e com bem-estar. Essas sociedades, por sua vez, devem dispor de amplo acesso às informações necessárias, compartilhando e se apropriando desse conhecimento para impulsionar seu desenvolvimento integral nos âmbitos cultural, educacional, econômico e social.

As bibliotecas públicas estão inseridas nessa perspectiva e neste cenário. A *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) e a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), em seu manifesto da biblioteca pública, apresentam esta instituição como poderoso componente para a sociedade do conhecimento, pois tem como uma de suas funções o acesso universal à informação para todos. Como missão, o documento pontua:



> As seguintes missões-chave relacionadas à informação, alfabetização, educação, inclusão, participação cívica e cultural devem estar no cerne dos serviços das bibliotecas públicas. Através dessas missões-chave, bibliotecas públicas contribuem para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e para a construção de sociedades mais igualitárias, humanas e sustentáveis. (IFLA; UNESCO, 2022).

A problemática, porém, se situa na sustentabilidade de políticas públicas concretas que contribuam para que as bibliotecas públicas do país sejam instrumentos efetivos de cooperação e participação no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esta concepção tem importância por atravessar discussões que refletem no compromisso que o Brasil assumiu junto a ONU (Organização das Nações Unidas) de alcançar as metas globais da Agenda 2030. Diante disso, emerge o problema dessa pesquisa, qual seja: como as políticas públicas do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Piauí (SEBP-PI) se relacionam com as metas da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)?

A resposta a esta indagação requer a análise de um conjunto de programas e projetos, advindos de políticas públicas, implantados no Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Piauí que nos permitam conhecer seu comportamento e sua ligação intrínseca com o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o trabalho tem como objetivo geral analisar como as políticas públicas, em andamento, do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Piauí (SEBP-PI) se relacionam com as metas da Agenda 2030 e contribuem para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A partir desta finalidade, os objetivos específicos são: apresentar os programas e projetos governamentais oriundos das políticas públicas do SEBP-PI; relacionar as políticas públicas do SEBP-PI à Agenda 2030 e aos ODS, identificando a efetiva contribuição desta interação.

Para tanto, na seção 2, apresentamos o percurso metodológico desta pesquisa. Na seção 3, discorremos sobre o desenvolvimento sustentável, e o alinhamento das ações da biblioteca pública à Agenda



2030 visando o alcance de suas metas. Na seção 4, apresentamos os resultados e as discussões. E, por fim, na seção 5, tecemos considerações preliminares a análise e discussão propostas.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

O método dedutivo guiará está pesquisa. Ele incidirá sobre o procedimento de caráter descritivo e exploratório, com abordagem qualitativa, pois visa-se permitir o alcance de aspectos objetivos, coletados de modo sistemático. Como campo de estudo voltaremos nosso olhar para o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Piauí.

Por sua natureza, a pesquisa será do tipo aplicada, pois será direcionada ao estudo proposto, que pretende através de uma seleção de programas e projetos governamentais em execução no estado do Piauí, realizar uma avaliação para verificar suas relações aos objetivos e as metas da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável da ONU.

A coleta de dados será efetuada pelo uso dos seguintes instrumentais: questionário; pesquisa documental; e revisão não sistemática de literatura. A perspectiva é captar acontecimentos que envolvam os programas e ou projetos voltados ao Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas e sua relação com o ODS.

A análise, por sua vez, será do tipo descritiva, que é definida como "[...] o método que envolve a apresentação e a caracterização de um conjunto de dados, de modo a descrever apropriadamente as várias características desse conjunto" e se caracteriza como paramétrica por servir "[...] entre outras coisas, para comparar produtos ou serviços em desenvolvimento com os já existentes, com base em certas variáveis chamadas de parâmetros comparativos" (Cunha; Amaral; Dantas, 2015, p. 303).

Desta forma, os dados serão caracterizados e explicados com a necessidade de comparação, com parâmetros já existentes nos ODS. Possibilitando assim, dar sustentação e contribuir para o alcance do objetivo da pesquisa.

Para a elaboração deste estudo, foi realizado uma revisão não sistemática focado na temática dos Objetivos de Desenvolvimento Sus-

tentável (ODS) e da Agenda 2030. A busca pelos materiais foi orientada pelas seguintes palavras-chave: Agenda 2030, ODS, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas políticas públicas e culturais e PNLL.

A pesquisa ocorreu nas seguintes fontes: Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci); Base Legislação Federal Brasileira; *Google Scholar* (Google Acadêmico); sites governamentais.Foi adotado um recorte temporal na Brapci, dos últimos três anos, e para os demais de 30 anos, com o objetivo de identificar produções recentes que relacionassem a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) às bibliotecas públicas. Utilizamos como estratégia de busca, palavras-chave ora citadas acima, combinadas por meio do operador booleano AND e das aspas, de forma a refinar os resultados e garantir que os termos estivessem presentes simultaneamente nos documentos recuperados.

A seleção dos materiais considerou a relevância para o tema proposto, a atualidade das publicações e a credibilidade das fontes, visando construir uma base sólida para a análise e discussão apresentadas neste estudo, restando um total de 20 documentos. Esse material está discutido nas seções que compõe este texto.

3. OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, A AGENDA 2030 E AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

O conceito de desenvolvimento sustentável nasceu de uma necessidade de resolver o impasse entre a tese do crescimento zero, defendida por países desenvolvidos, e a reivindicação do direito ao desenvolvimento industrial pelos países do hemisfério sul. O Relatório Brundtland de 1987 e, posteriormente, a Agenda 21 da Rio-92, surgiram como soluções que, através de uma certa ambiguidade, permitiram que atores com interesses divergentes se unissem sob uma mesma bandeira (Souza e Oliveira, 2024). No entanto, como detalhado por Martins (2002) essa união se mostrou frágil, marcada por disputas sobre financiamento, soberania e responsabilidades históricas pela degradação ambiental, configurado pela persistente testilha entre Norte-Sul.



Nesse cenário, apresentado pela ONU em 2015, os ODS e a Agenda 2030 representam a evolução e a tentativa de dar concretude a esse debate. A Agenda 2030 é um plano de ação global composto por 17 objetivos e 169 metas, que devem ser alcançados até o ano de 2030.

> Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. (ONU, 2015)

Seus objetivos são vastos e interconectados, abrangendo as quatro dimensões do desenvolvimento sustentável, conforme esclarece Horner (2019) sobre o acordo realizado pela ONU (2015) e destacamos a seguir:

1. Social: erradicar a pobreza extrema (ODS 1), fome zero (ODS 2), saúde e bem-estar (ODS 3), educação de qualidade (ODS 4), igualdade de gênero (ODS 5), entre outros.
2. Ambiental: ação contra a mudança global do clima (ODS 13), proteção da vida na água (ODS 14) e da vida terrestre (ODS 15).
3. Econômica: trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), e redução das desigualdades (ODS 10).
4. Institucional: ação prática dos ODS.

Portanto, os ODS e a Agenda 2030 são a tentativa mais ambiciosa de operacionalizar o desenvolvimento sustentável. Seus objetivos são um roteiro para um futuro mais justo e equilibrado, e sua importância real está em sua capacidade de universalizar a responsabilidade, unificar o discurso global e empoderar atores não-estatais.

Eles foram desenhados para engajar governos, empresas, sociedade civil e cidadãos em um esforço coletivo para transformar o mundo, assegurando que o desenvolvimento ocorra de forma inclusiva e sustentável. A implementação da Agenda 2030 e dos ODS requer cooperação inter-

nacional, inovação e o compromisso de todos os setores da sociedade para que as metas sejam atingidas dentro do prazo estipulado, promovendo um futuro mais justo e equilibrado para as próximas gerações.

Imagem 1- Os 17 ODS da ONU



Fonte: ONU (2025-a)

Neste contexto, as bibliotecas públicas, que se revelam como instrumentos de grande potencial para atuarem como motores de acesso à informação, na mediação, apropriação de conhecimentos, cultura e inclusão social, devem apoiar a implementação da Agenda 2030. A Federação Internacional de Associações e Instituições de Bibliotecas (IFLA) declara que estas instituições:

> [...] dão um importante contributo para o desenvolvimento. O propósito deste conjunto de ferramentas é apoiar o trabalho de *advocacy* para a inclusão das bibliotecas e do acesso à informação como parte dos planos de desenvolvimento nacionais e regionais que contribuirão para cumprir **Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. (IFLA, 2015, grifo do autor)

A construção de uma sociedade leitora e o acesso democrático ao conhecimento dependem de uma infraestrutura cultural e educacio-

nal robusta, coordenada por políticas públicas eficazes. Nesse cenário, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) e seus braços estaduais, como o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Piauí (SEBP-PI), emergem como instrumentos fundamentais.

O SEBP-PI, ao coordenar as bibliotecas públicas, comunitárias e a Biblioteca Estadual Desembargador Cromwell de Carvalho, insere-se em uma rede nacional que busca, primordialmente, "[...] fortalecer as ações de estímulo ao livro, à leitura e às bibliotecas" (Brasil, SNBP, [200_?]). Essa estrutura, no entanto, não opera de forma isolada, sendo sua missão e seus objetivos significativamente fortalecidos e orientados por uma política de Estado mais ampla: o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL).

> O Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL é produto de uma ação liderada pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Cultura, que consolidou o resultado de sugestões de representantes de todas as cadeias relacionadas à leitura, e também de educadores, bibliotecários, universidades, especialistas em livro e leitura, organizações da sociedade civil, empresas públicas e privadas, governos estaduais, prefeituras e interessados em geral. (Brasil, 2025a)

O SNBP, subordinado ao Ministério da Cultura (Brasil, 2025c), visa "proporcionar à população bibliotecas públicas estruturadas, de modo a favorecer a formação do hábito de leitura e estimular a comunidade ao acompanhamento do desenvolvimento sociocultural do País" (Brasil, 1992). Para alcançar tal meta, o sistema apoia os municípios na criação e fortalecimento de suas bibliotecas, incentivando a formação de redes locais.

Essa atuação capilarizada, do nível federal ao municipal, é a materialização de uma estratégia de democratização. Contudo, a sustentabilidade e a coesão dessas ações ganham um alicerce estratégico com o PNLL. Instituído como uma política de longo prazo, o PNLL transcende governos e estabelece diretrizes permanentes para transformar o Brasil em um país de leitores.



> A Política Nacional de Leitura e Escrita surge como um instrumento para não só potencializar os eixos já definidos em Decreto pelo Plano Nacional de Livro e Leitura, mas para ultrapassar limites próprios de planos de governo e então como Lei se tornar uma obrigação normativa do Estado para garantir exatamente estratégias permanentes para a área. (Brasil, 2025c)

Seus eixos como a "democratização do acesso, o fomento à leitura e à formação de mediadores, e a valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico, [...]" (Brasil, 2025c) fornecem o arcabouço conceitual e político que legitima e direciona o trabalho prático do SNBP e dos SEBPs.

Dessa forma, a articulação entre o plano (PNLL) e o sistema (SNBP) é sinérgica e indispensável. Enquanto o PNLL estabelece a visão, as metas e o compromisso do Estado com o livro e a leitura, o SNBP e suas ramificações estaduais funcionam como membros executores dessa política. As ações de apoio a bibliotecas públicas e comunitárias, a promoção de programas e o incentivo à criação de sistemas municipais são, na prática, a concretização dos objetivos traçados pelo PNLL. Essa integração assegura que os esforços para equipar bibliotecas e formar leitores não sejam pontuais, mas parte de um projeto nacional contínuo.

Considerando isso, o alinhamento desses objetivos à promoção do acesso democrático à informação, ao fomento da cultura e ao apoio à educação, torna-se ainda mais evidente. As funções desempenhadas pelo SEBP-PI, em consonância com o SNBP e sob a égide do PNLL, podem dialogar diretamente com diversos ODS, como o de garantir educação de qualidade (ODS 4) e reduzir as desigualdades (ODS 10). Aqui elucidamos que as bibliotecas são parceiras essenciais na busca por assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (ONU, 2015).

Portanto, a existência de um plano nacional robusto confere propósito e direção à estrutura sistêmica das bibliotecas, transformando-as de meros depósitos de livros em centros dinâmicos de cidadania, cultura e desenvolvimento social.



Por fim, vale destacar que, ao serem reconhecidas como parte da agenda pública, as bibliotecas deixam de ocupar um "estado de coisas" — como aponta Rua (2000) — para se tornarem efetivamente problemas políticos que exigem formulação de alternativas, deliberação e ação governamental. Essa mudança de *status* depende da capacidade dos gestores e da sociedade civil de incidirem sobre o processo decisório, elevando o debate sobre bibliotecas públicas ao patamar de prioridade na formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável.

4. DISCUSSÕES E RESULTADOS

A análise das políticas públicas voltadas para as bibliotecas públicas brasileiras, à luz do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Piauí (SEBP-PI), evidencia um percurso histórico marcado por esforços pontuais e, muitas vezes, com ações práticas insuficientes. Tais iniciativas, embora fundamentadas em boas intenções, frequentemente carecem de mecanismos de continuidade, avaliação e sustentabilidade, o que compromete seu impacto a médio e longo prazo. Este cenário se mostra desafiador quando confrontado com os princípios da Agenda 2030, sobretudo no que se refere à necessidade de promover políticas públicas integradas, participativas e sustentáveis, voltadas para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Para tentar relacionar as políticas públicas do SEBP-PI à Agenda 2030 e aos ODS, buscando identificar a dinâmica deste relacionamento, perquirimos, por meio de questionário semiestruturado aplicado à Coordenação do SEBP-PI, via *Google Forms* sobre o assunto. O questionário contou com 05 (cinco) perguntas e foi introduzido com uma breve explicação sobre sua finalidade e contextualizado com a temática da Agenda 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A pergunta nº 1 foi: Atualmente, quais políticas públicas (programas, projetos) estão implementadas no SEBP-PI por meio do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, e quais seus objetivos? Que resultou em:



> No momento não estamos com nenhum projeto ativo, uma vez que a biblioteca onde o sistema estadual está residindo está se preparando para um processo de reforma e modernização. Momento em que aproveitaremos para atualizar os cadastros das bibliotecas públicas e comunitárias do estado e intensificar o apoio técnico e doação de livros. (SEBP-PI, 2025)

Essa resposta permite uma análise crítica pormenorizada, conectando diretamente a situação do SEBP-PI com a Agenda 2030 e os ODS, especialmente, pela ausência de se enxergar políticas ativas. Ora, nos chama atenção ao fato do sistema contar com a Política Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), sendo liderado pelo Governo Federal, por meio da Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo e do Ministério da Educação, que tem como compromisso:

> A constituição do PNLL foi um marco significativo para a elaboração de uma Política de Estado, de natureza abrangente, que possa para nortear, de forma orgânica, políticas, programas, projetos e ações continuadas e permanentes. (Brasil, 2025c)

A afirmação de que "[...] no momento não estamos com nenhum projeto ativo", mencionada anteriormente na resposta institucional à indagação, revela um diagnóstico apreensivo sobre a situação das políticas públicas para bibliotecas no Piauí. A justificativa, centrada na preparação para uma "reforma e modernização" da biblioteca-sede, revela uma possível fragilidade institucional, ou lacuna, que compromete diretamente a capacidade do sistema de contribuir para as metas da Agenda 2030 e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O ODS 16 visa "Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos, e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis" (ONU, 2025). A resposta do SEBP-PI demonstra o antagônico de uma instituição eficaz e proativa nesta perspectiva.

Embora importante e necessária, a "reforma e modernização" física, não pode servir como justificativa para a paralisação completa

de um sistema que deveria ser o motor das políticas de leitura e informação no estado. A situação aponta para a necessidade de um planejamento estratégico robusto que dissocie a gestão do sistema da infraestrutura de um único prédio, permitindo que o apoio técnico, a articulação de projetos e o fomento à leitura continuem de forma ininterrupta e descentralizada.

> A biblioteca pública, como esforço de democratização da leitura, exige para seu pleno funcionamento, uma consciência da realidade que faz parte da visão geral que os indivíduos têm da realidade. A biblioteca varia em sua organização de acordo com essa ótica política. (Milanesi, 1983, p. 58-59).

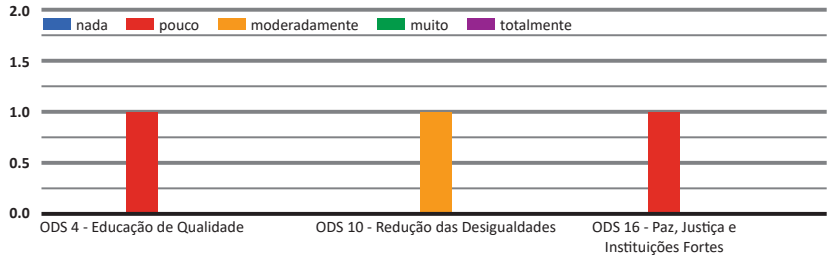
Neste quesito, a inter-relação desejável entre o SEBP-PI e os ODS permanece, por enquanto, apenas no campo do potencial. A efetiva contribuição só ocorrerá quando o sistema superar sua condição reativa e se tornar uma instituição verdadeiramente eficaz, resiliente e proativa, alinhada aos princípios de desenvolvimento sustentável que a Agenda 2030 defende. A respeito disso, o SNBP apresenta em uma de suas publicações o Estudo do valor social da biblioteca pública no Brasil – 2022, em que declara:

> As bibliotecas desempenham um papel fundamental no contexto do empoderamento dos governos e dos cidadãos, como agentes de transformação social e motores de mudança política, que permitirão alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. (Brasil, 2023, p. 16)

A questão nº 2 foi: Em que medida você considera que as ações e programas do SEBP-PI contribuem para os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)?[1]

1. Foi possível elaborar o gráfico abaixo, para uma melhor compreensão a partir do formato estruturado em escala *Linkert*, presentes na questão, os valores associados ao quesito foram: nada, pouco, moderado, muito e totalmente.

Figura 1- Contribuições do SEBP-PI para os ODS



Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

A autoavaliação fornecida pela gestão do SEBP-PI é um complemento substancial à constatação anterior sobre a ausência de projetos ativos. Ao qualificar sua contribuição como "pouco" para o ODS 4 (Educação de Qualidade) e o ODS 16 (Instituições Fortes), e "moderadamente" para o ODS 10 (Redução das Desigualdades), o sistema revela uma percepção interna notavelmente honesta e alinhada com a análise externa, ao mesmo tempo que aponta para elementos importantes sobre seu papel possivelmente reduzido e paralisado no estado.

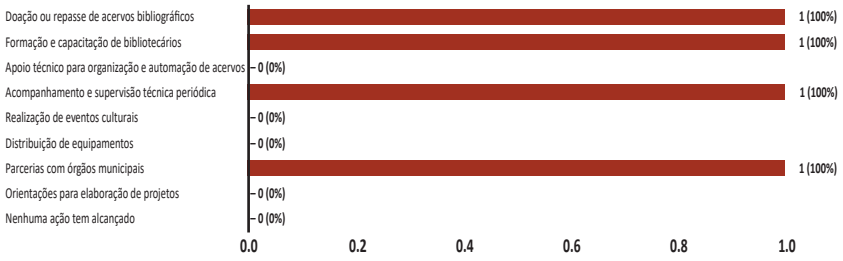
Esta avaliação demonstra diretamente o diagnóstico de que a falta de programas e projetos ativos impede o sistema de cumprir sua missão estratégica.

> O PNLL tem objetivos ousados, porém, para o seu sucesso, faz-se necessário engajamento dos estados e municípios, o que não tem angariado muitas adesões; isto faz com que a política perca força e se dilua em programas e projetos que, ao não ter papel relevante aos olhos da gestão, acabam por não alcançar os seus objetivos. (Martins, 2017, p. 182)

Pelas respostas apresentadas, é possível inferirmos que a relação entre o SEBP-PI e a Agenda 2030 é marcada por uma potencialidade ainda a ser realizada. A contribuição efetiva está restrita a um campo de atuação limitado e passivo, evidenciando a necessidade urgente de uma reestruturação estratégica que vá além da reforma física e revitalize o sistema como uma política pública dinâmica e transformadora.

A questão de nº 3 indagou: Quais as ações, promovidas pelo SEBP-PI, têm alcançado as bibliotecas públicas municipais e comunitárias no Estado do Piauí? (Marque todas as opções que se aplicam). As opções apresentadas foram: doação ou repasse de acervos bibliográficos; formação e capacitação de bibliotecários e/ou mediadores de leitura; apoio técnico para organização e automação de acervos; acompanhamento e supervisão técnica periódica; realização de eventos culturais, oficinas e projetos de leitura; distribuição de equipamentos (computadores, mobiliário etc.); parcerias com órgãos municipais para manutenção ou revitalização de bibliotecas; orientações para elaboração de projetos e captação de recursos; nenhuma ação tem alcançado essas bibliotecas; outras.

Figura 2 - Ações promovidas pelo SEBP-PI



Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

A resposta à terceira pergunta, na qual o SEBP-PI afirma realizar doação de acervos (a), formação (b), acompanhamento técnico (d) e parcerias municipais (g), introduz uma nuance crucial que redefine a análise. Gera impasse com a declaração inicial de "nenhum projeto ativo", essa resposta sugere uma distinção vital na percepção da gestão: a diferença entre "projetos" (iniciativas formais, com início, meio e fim, talvez financiadas externamente) e "ações" (atividades contínuas, parte do mandato operacional e da rotina institucional).

É nesta distinção que provavelmente encontramos a explicação para o cenário de contribuição limitada aos ODS. O SEBP-PI opera em um modo de manutenção e suporte básico, não em um modo de desenvolvimento estratégico.



Destacamos que tão importante quanto as ações marcadas são as não marcadas. Entre elas: realização de eventos culturais, oficinas e projetos de leitura; distribuição de equipamentos (computadores, mobiliário etc.), e orientações para elaboração de projetos e captação de recursos. Isto aponta para a ausência de estratégicas, ou de recursos para fazê-la prosperar.

Essas são as ações que transformam uma biblioteca de um depósito de livros em um centro comunitário dinâmico. A falta de eventos (e), de modernização da infraestrutura tecnológica (f) e de fomento à autossustentabilidade dos municípios (h) demonstra que o SEBP-PI não está, no momento, agindo como um agente de inovação e desenvolvimento.

A relação desejável com a Agenda 2030 pode ser alcançada quando o SEBP-PI conseguir transitar de sua atual fase de manutenção reativa para um modelo de gestão estratégica e proativa, transformando suas ações pontuais em projetos coesos, contínuos e de alto impacto, capazes de fortalecer instituições, qualificar a educação e, consequentemente, construir uma sociedade mais justa e sustentável no Piauí, alinhada a perspectiva do governo federal.

Na questão nº 4 indagamos: Como você avalia o grau de articulação entre o SEBP-PI e outras instituições (governamentais ou da sociedade civil) para o desenvolvimento de ações alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS? Apontado na escala *Linkert* as seguintes opções: nenhuma, baixa, moderada, alta, muito alta. Onde obtivemos como resposta: “moderada” (SEBP-PI, 2025).

A autoavaliação de uma articulação “moderada” com outras instituições é bastante positiva para todo o conjunto de questões. Ela revela um aspecto interessante da dinâmica operacional do SEBP-PI, pois nos faz entender que o sistema não está isolado, mas pela análise do conjunto, suas parcerias parecem que não são robustas o suficiente para gerar inovação ou projetos de grande impacto. Esta articulação “moderada” é precisamente o que permite ao sistema operar em seu modo de manutenção, mas também é o que o impede de avançar significativamente na Agenda 2030.



A análise completa das quatro respostas permite traçar um perfil coeso e acentuado do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Piauí e sua relação com a Agenda 2030.

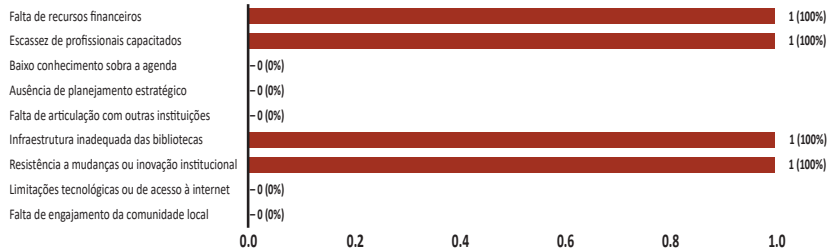
O SEBP-PI opera, provavelmente, como um sistema de suporte básico, cuja principal contribuição para o desenvolvimento sustentável se dá de forma passiva, através da redução de desigualdades (ODS 10) garantida pela distribuição de acervos. Suas ações são rotineiras e viabilizadas por uma rede de parcerias de intensidade moderada, que é suficiente para a manutenção operacional, mas inadequada para a inovação e o desenvolvimento de projetos de alto impacto.

> Embora seja certo afirmar que o indivíduo precisa de informação pontual para satisfazer necessidades particulares, também é certo que o serviço que a biblioteca pública presta à sociedade civil organizada poderia ter maior repercussão quanto a busca de soluções democráticas amplas, das quais poderia também se beneficiar a maior parte da comunidade. As diferentes redes de cidadãos precisam e devem contar com a biblioteca como uma instituição auxiliar de seu trabalho. (Castrillon, 2011, p. 83).

A instituição tem uma percepção clara de suas próprias limitações, reconhecendo seu baixo impacto na educação de qualidade (ODS 4) e na construção de instituições fortes (ODS 16), o que reflete a ausência de programas estratégicos e de uma articulação mais robusta.

A questão nº 5 indagou: Na sua avaliação, quais são os principais desafios enfrentados pelo SEBP-PI para consolidar políticas públicas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e à Agenda 2030? (Marque todas as opções que considerar pertinentes). As opções disponíveis para resposta foram: falta de recursos financeiros; escassez de profissionais capacitados; baixo conhecimento sobre a Agenda 2030 e os ODS; ausência de planejamento estratégico voltado aos ODS; falta de articulação com outras instituições e políticas públicas; infraestrutura inadequada das bibliotecas; resistência a mudanças ou inovação institucional; limitações tecnológicas ou de acesso à internet; falta de engajamento da comunidade local; outros.

Figura 3- Principais desafios enfrentados pelo SEBP-PI para seu alinhamento aos ODS e à Agenda 2030



Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

A seleção dos desafios enfrentados pelo SEBP-PI fornece as causas fundamentais para todos os indicativos observados anteriormente. Este diagnóstico, vindo da própria instituição, indica que o sistema está preso em um ciclo vicioso de fragilidade, que o impede de um alinhamento significativo e proativo com a Agenda 2030.

Sem financiamento, é impossível ir além das "ações" básicas e rotineiras. A ausência de "projetos" formais, de eventos culturais (não marcado na questão anterior) e de distribuição de equipamentos é uma consequência direta da falta de verbas. O orçamento limita o sistema a um estado de sobrevivência.

Em atenção aos documentos oficiais, acentuamos que os recursos para este equipamento cultural, são de incumbência:

> A biblioteca pública é de responsabilidade das autoridades locais e nacionais. Deve ser apoiada por uma legislação específica e financiada pelo governo nacional e local. Deve ser um componente essencial de uma estratégica a longo prazo para a cultura, informação, alfabetização e educação. (Fundação Biblioteca Nacional, 2010, p. 22)

Já o decreto 12.166 de setembro de 2024, que regulamenta a Política Nacional do Leitura e Escrita e contempla o Plano Nacional do Livro e Leitura, informa que a responsabilidade pela dotação financeira pertence:



> Art. 15. As despesas decorrentes da Política Nacional de Leitura e Escrita, no âmbito da União, correrão por conta das dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual ao Ministério da Cultura e ao Ministério da Educação, de acordo com as respectivas áreas de competência, observados a disponibilidade e os limites estabelecidos na legislação orçamentária e financeira. (Brasil, 2024)

Ao pontuar a escassez de profissionais capacitados, explica-se por que a contribuição para o ODS 4 (Educação de Qualidade) é "pouca". A mediação de leitura eficaz e a transformação de bibliotecas em centros de aprendizagem dependem de capital humano qualificado. A falta de profissionais impede que o potencial educacional dos acervos seja plenamente explorado.

Com uma infraestrutura inadequada, compreendemos a justificativa inicial da "reforma". O problema não é pontual, mas sistêmico. A infraestrutura precária, tanto na sede quanto nos municípios, limita o acesso físico e, certamente, o digital, impedindo o avanço em metas de inclusão digital e acesso à informação - essenciais para os ODS 4, 10 e 16.

> [...] a biblioteca precisa encontrar o seu lugar e respeitar novas realidades e contextos, adaptando-se a novos usos e novas práticas. Considerando-a um lugar de encontros, deve-se abrir às diferentes gerações e aos diferentes modos de recepção de informação. Para que alcance aqueles que se encontram à margem da sociedade, a biblioteca deve ser inventiva, reservando um espaço central para a mediação. (Patte, 2012 *apud* Martins, 2017, p.175).

A resistência a mudanças ou inovações institucionais reflete uma cultura organizacional que impede a evolução do sistema. Esse é, talvez, o desafio mais profundo e revelador. Tal resistência explica por que, mesmo com uma articulação moderada, o sistema não avança. As parcerias podem existir, mas se a cultura interna é rígida à inovação, elas permanecem no nível operacional, sem abertura para mudanças. Isso justifica a preferência por ações tradicionais, em detrimento de projetos que exigiriam novas práticas, riscos e mentalidades.



5. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A contribuição do SEBP-PI aos ODS, portanto, pode ser percebido na pesquisa, como acidental e fragmentado, não intencional e estratégica. O sistema existe, mas parece não prosperar. Ele cumpre funções mínimas que apontam um pouco para o ODS 10, mas falha em se tornar o agente de transformação educacional (ODS 4), o modelo de instituição forte (ODS 16) e o polo de parcerias estratégicas (ODS 17) que a Agenda 2030 demanda.

Encontramos nos princípios basilares do manifesto IFLA e UNESCO que dispõe sobre a biblioteca pública, potencial de alinhamento, e efetiva contribuição do SEBP-PI para a Agenda 2030. Entretanto, ele depende de implementações advindas de políticas públicas coesas, expansivas e fortes. Desafios como subfinanciamentos, infraestruturas parcas em muitos municípios, ausência de pessoal qualificado, uma cultura organizacional que resista à inovação e outras inúmeras necessidades, podem limitar o alcance do plano arrojado proposto na referida agenda.

Todavia, a Agenda 2030 oferece uma oportunidade singular para reposicionar as bibliotecas públicas na agenda política do Piauí. Ao demonstrar de maneira explícita e pontual, como as políticas do SEBP-PI se aglutinam e contribuem para as metas dos ODS, é possível alcançar maior apoio político, social e financeiro. Não obstante, é salutar que o planejamento estratégico do SEBP-PI incorpore os ODS de forma transversal, estabelecendo indicadores claros para monitorar o progresso e o impacto de suas ações no desenvolvimento sustentável do estado.

A análise destacada no objetivo deste estudo é substancial para, através dos resultados, compreender a competência dessas instituições como agentes dinamizadores e de transformação. Os resultados da pesquisa servirão de suporte na avaliação da sustentabilidade dos programas/projeto pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e o alcance das metas descritas na agenda, e como base na elaboração de recomendações básicas que, tanto o governo como a iniciativa privada, possam utilizar na elaboração de projetos e no gerenciamento da informação de forma sustentável.



AGRADECIMENTOS

À Unesp e a Capes pelo apoio financeiro na apresentação e na publicação do trabalho.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992. Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, 14 maio 1992. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0520.htm#:~:text=DECRETO%20No%20520%2C%20DE,da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20nos%20arts.. Acesso em: 09 jun. 2025.

BRASIL. Decreto nº 12.166 de 5 setembro de 2024. Regulamenta a Política Nacional de Leitura e Escrita, instituída pela Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018, e altera o Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992, e o Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992. **Diário Oficial da União**, n. 173, Brasília, 6 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Apresentação**. 2025b. Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/apresentacao. Acesso em: 13 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas – SEBPs**. [202-] Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-da-cultura/assuntos/sistema-nacional-de-bibliotecas-publicas-snbp/sistemas-estaduais-1. Acesso em: 05 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL)**. 2025a. Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/pnll. Acesso em: 22 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Nacional do Livro e Leitura (PNLL)**. 2025c. Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/sistema-nacional-de-bibliotecas-publicas-snbp/noticias-1/politica-nacional-de-leitura-e-escrita-pnle?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 29 ago. 2025.

BRASIL. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. **Estudo do valor social das bibliotecas públicas no Brasil – 2022**. Texto: Maria de Vallibana Serrano Badia. Brasília: MinC, 2023.

CASTRILLÓN, Silvia. **O direito de ler e de escrever**. São Paulo: Pulo do Gato, 2011.

CUNHA, M. B. da; AMARAL, S. A. do; DANTAS, E. B. **Manual de estudo de usuários da informação**. São Paulo: Atlas, 2015.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca pública**: princípios e diretrizes. 2. ed. Rio de Janeiro: FBN, 2010.



HORNER, R. Towards a new paradigm of global development? Beyond the limits of international development. **Progress in Human Geography**, [S.l.], v. 44, n. 3, p. 415-436, 2019.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS - IFLA. **As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030**. IFLA, 2015. Disponível em: https://www-ifla-org.webpkgcache.com/doc/-/s/www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit. Acesso em: 04 maio 2025.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS - IFLA; UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. **Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO 2022**. [S.l]: IFLA; UNESCO, 2022. Disponível em: http://repositorio.febab.org.br/items/show/6247. Acesso em: 05 maio 2025.

MARTINS, Carlos Wellington Soares. Desmonte das políticas públicas para o segmento livro, leitura, literatura e bibliotecas pós-impeacimpeachment: foco nas bibliotecas públicas. *In*: FERREIRA, Maria Mary (Org.). **Livro, leitura e bibliotecas em tempos sombrios**. São Luís: Edufma, 2017. p. 163-186.

MARTINS, Rúbia. **A discussão internacional sobre desenvolvimento sustentável: de Estocolmo (1972) a Johannesburgo (2002)**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2005.

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.** [S.l.]: Nações Unidas Brasil, 2025-a. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 11 ago. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. [S.l.]: UNIC Rio, 2025-b. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel. Acesso em: 04 maio 2025.

RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas**: conceitos básicos. [S.l.: s.n.], 2000.p. 1-15. Disponível em: https://ria.ufrn.br/handle/1/370. Acesso em: 08 jun. 2025.

SOUZA, Maria Eduarda de Azevedo de; OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. Regime Internacional de Meio Ambiente e Sustentabilidade e Políticas Públicas Ambientais no Brasil. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, SP, v. 13, p. e024001, 2024. DOI: 10.36311/2237-7743.2024.v13.e024001. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/16977. Acesso em: 11 ago. 2025.



MEDIAÇÃO CULTURAL EM BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA: ANÁLISE DO USO DO MAPEAMENTO COGNITIVO COMO INSTRUMENTO PARA O PLANEJAMENTO

Maria Giovana Soares
Universidade Federal do Espírito Santo
mgiovana10@yahoo.com.br

Margarete Farias de Moraes
Universidade Federal do Espírito Santo
margamoraes@gmail.com

Meri Nadia Marques Gerlin
Universidade Federal do Espírito Santo
meri.gerlin@ufes.br

Resumo: *Este relato de pesquisa contempla a etapa de investigação de uma dissertação de mestrado em que se analisa a elaboração e aplicação do mapeamento cognitivo (MC), ferramenta empregada em áreas do conhecimento como a Administração, a fim de auxiliar no planejamento e na tomada de decisões dentro de uma organização. No caso da biblioteca universitária, ele pode ser utilizado como instrumento de coleta de dados do perfil do público, interno e externo, com o intuito de planejar atividades de acordo com o perfil cognitivo desse público. Dessa forma, ganhou visibilidade o objetivo geral de discutir o uso do mapeamento do perfil cognitivo dos usuários da Biblioteca Central (BC) do Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal do Espírito Santo (SIB/Ufes) no contexto do planejamento de atividades de mediação cultural. De forma específica, buscou-se elaborar um instrumento de MC e aplicá-lo à comunidade de usuários da BC do SIB/Ufes, bem como definir a atividade de mediação cultural que condiz com o perfil cognitivo desses usuários. Do ponto de vista da execução, optou-se por desenvolver uma pesquisa de natureza social aplicada e exploratória, com abordagem de métodos mistos e levantamento bibliográfico para construção do referencial teórico, o qual auxiliou na elaboração do instrumento de mapeamento cognitivo. Com a aplicação desse instrumento, coletaram-se dados que possibilitaram a definição da atividade de mediação cultural correspondente ao perfil cognitivo dos usuários da Biblioteca. Para a análise desses dados, utilizou-se o cálculo de porcentagem. No decorrer da pesquisa, identificou-se que o MC pode ser utilizado para descrever*



a representação mental do sujeito sobre uma temática, episódio ou ambiente em que está inserido, bem como para definir atividades de mediação cultural baseadas no perfil cognitivo (percepção, atenção e foco) da comunidade de usuários participantes das ações executadas na biblioteca universitária. Os resultados também indicaram a narrativa oral como uma prática potente de mediação cultural que corresponde ao perfil cognitivo dos usuários da BC do SIB/Ufes, permitindo concluir que esta pesquisa pode colaborar para novos debates sobre a temática na ambiência da Ciência da Informação e para a produção de novos estudos contemplando a mediação cultural no espaço da biblioteca universitária.

Palavras chave: *Mediação cultural; biblioteca universitária; mapeamento cognitivo; planejamento.*

Abstract: *: This research report contemplates the investigation stage of a master's thesis in which the elaboration and application of cognitive mapping (CM) is analyzed, a tool used in areas of knowledge such as Administration, in order to assist in planning and decision-making within an organization. In the case of the university library, it can be used as an instrument for collecting data on the profile of the public, internal and external, with the aim of planning activities according to the cognitive profile of this public. In this way, the general objective of discussing the use of mapping the cognitive profile of users of the Central Library (BC) of the Integrated Library System of the Federal University of Espírito Santo (SIB/Ufes) in the context of planning cultural mediation activities gained visibility. . Specifically, an attempt was made to elaborate a MC instrument and apply it to the community of users of the BC of the SIB/Ufes, as well as to define the cultural mediation activity that matches the cognitive profile of these users. From the point of view of execution, it was decided to develop a research of an applied and exploratory social nature, with a mixed methods approach and bibliographical survey for the construction of the theoretical framework, which helped in the elaboration of the cognitive mapping instrument. With the application of this instrument, data were collected that made it possible to define the cultural mediation activity corresponding to the cognitive profile of the Library's users. For the analysis of these data, the percentage calculation was used. During the research, it was identified that the CM can be used to describe the mental representation of the subject about a theme, episode or environment in which he is inserted, as well as to define cultural mediation activities based on the cognitive profile (perception, attention and focus) of the community of users participating in the actions carried out in the*

university library. The results also indicated oral narrative as a potent practice of cultural mediation that corresponds to the cognitive profile of users of the BC of the SIB/Ufes, leading to the conclusion that this research can contribute to new debates on the subject in the context of Information Science and for the production of new studies contemplating cultural mediation in the space of the university library.

Keywords: *cultural mediation; university library; cognitive mapping; planning.*

INTRODUÇÃO

Este estudo é um recorte do resultado da pesquisa de mestrado[1] que aborda o mapeamento cognitivo (MC) como instrumento de planejamento de atividades de mediação cultural na biblioteca universitária. Parte-se do pressuposto de que a mediação cultural é pouco tratada na ambiência das bibliotecas, especialmente no contexto da biblioteca universitária. Os estudos dessa temática no âmago da Ciência da Informação brasileira são incipientes e os poucos existentes não abarcam um planejamento de execução das dinâmicas de mediação cultural, de modo sistematizado, na ambiência da unidade de informação universitária (Rasteli; Caldas, 2017; Soares, 2023).

Compreende-se que, para a sistematização e organização de ações de mediação cultural, é necessário o desenvolvimento de atividades relacionadas ao planejamento vinculado aos objetivos e missão da biblioteca universitária, e, que ao mesmo tempo, seja capaz de identificar as expectativas e as percepções dos usuários, no que diz respeito às dinâmicas culturais ofertadas nesse ambiente. O planejamento antecipado possibilita a previsão e a articulação de todas as decisões relacionadas à gestão de determinado serviço ou produto. O empenho de toda a organização no cumprimento de objetivos é o principal benefício do processo de planejamento (Chaves; Albuquerque; Farias; Guerra, 2022).

1. Pesquisa de mestrado intitulada como Mediação cultural na biblioteca universitária de autoria de Soares (2023).



Um instrumento que pode ser usado como suporte ao planejamento é o MC, pois "[...] o uso de modelos mentais [...] durante o processo de planejamento visa criar novas fontes de informação que sensibilizem os gestores e planejadores para as implicações de suas decisões [...]" (Figueiredo, 2009, p. 319). O MC é "[...] uma estratégia metodológica especialmente voltada para explicitar os processos de construção de sentido e a estruturação de conhecimento (esquemas) que os guia [...]" (Souza, 2007, p. 154).

O MC pode ser adotado pela Ciência da Informação, porque os processos cognitivos humanos (percepção, atenção etc.) são abarcados por essa ciência e pelas diversas temáticas que a compõe, como a mediação cultural, e tais procedimentos são contemplados por diferentes correntes epistemológicas e filosóficas (Neves; Fujita, 2015).

Na biblioteca universitária, ele pode ser utilizado como instrumento de coleta de dados do perfil do público interno e externo, com o intuito de planejar atividades de acordo com o perfil cognitivo desse público. Dessa forma, alcançou visibilidade o objetivo geral de discutir o uso do mapeamento do perfil cognitivo dos usuários da Biblioteca Central (BC) do Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal do Espírito Santo (SIB/Ufes), no contexto do planejamento de atividades de mediação cultural. De modo específico, buscou-se elaborar um instrumento de MC e aplicá-lo à comunidade de usuários da BC do SIB/Ufes, bem como definir a atividade de mediação cultural que condiz com o perfil cognitivo desses usuários.

Para isso, optou-se por desenvolver uma pesquisa de natureza social aplicada e exploratória, com abordagem de métodos mistos e levantamento bibliográfico para construção do referencial teórico, o qual possibilitou o aporte teórico nos conceitos da Psicologia Cognitiva e da mediação cultural para a elaboração do instrumento do MC.

O estudo abarca a relevância acadêmica e social da biblioteca universitária, uma vez que essa unidade de informação possui o compromisso com a sociedade, como instituição que deve proporcionar a educação e a cultura. Os profissionais que nela atuam

devem envolver-se com as questões sociais, atentando à formação cidadã dos sujeitos e adentrando no cenário cultural, a fim de disseminar e preservar a cultura de uma localidade (Santa Anna; Gregório; Gerlin, 2014).

PROCESSOS COGNITIVOS NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA COGNITIVA

A Psicologia Cognitiva "[...] é o estudo de como as pessoas percebem, aprendem, lembram-se e pensam sobre a informação" (Sternberg, 2010, p. 1). Tem como intuito compreender a cognição humana, analisando o comportamento dos indivíduos por meio dos processos internos, como atenção, percepção, aprendizagem, memória, linguagem, resolução de problemas, raciocínio e pensamento (Eysenck; Keane, 2017).

Cada processo, também denominado "[...] processo cognitivo [...]" (Sternberg, 2010, p. 26) ou "[...] processo mental [...] tem suas respectivas funções, e sua atividade pode, ou não, ser consciente. Irá depender do grau de complexidade e/ou familiaridade de cada situação em que o sujeito é exposto" (Luz; Costa; Machado; Fachinelli, 2018, p. 91). Os processos cognitivos são integrados, um depende do outro para acontecer, e não devem ser investigados isoladamente, mas a partir de suas mútuas interações, incluindo os processos não cognitivos (Sternberg, 2010). Por exemplo, "[...] a memória depende, em parte, da percepção. Igualmente, o pensamento depende, em parte, da memória, isto é, não é possível refletir sobre aquilo que não é lembrado [...]" (Sternberg, 2010, p. 27).

Dentre os processos realçam-se a percepção e a atenção, elementos focais deste estudo. A percepção se configura quando o ser humano percebe os acontecimentos ao seu redor, através da captação e interpretação de informações originadas em eventos sensoriais (onda de luz, pressão sobre a pele etc.). Nesses eventos não ocorre agregação de significado, acontece apenas a decodificação de estímulos que são enviados ao cérebro, os quais resultam na sensação.



A interpretação dos episódios sensoriais ocorre pela percepção, que se fundamenta na criação de informações úteis e significativas sobre uma sensação em específico (Gazzaniga; Heatherton; Halpern, 2018). Pela interpretação das sensações processam-se informações para identificar sabor, odor, calor, frio, dor, som e cor, entre tantas outras percepções.

O processo perceptivo também "[...] consiste no processamento, na organização e na interpretação adicional da informação sensorial. A percepção resulta em nossa experiência consciente do mundo [...]" (Gazzaniga; Heatherton; Halpern, 2018, p. 174). Assim, durante a percepção, para agregarmos sentido às novas sensações percebidas, recorremos ao que já foi vivenciado, selecionado, interpretado e armazenado na memória.

O que está guardado na memória corresponde a informações sensoriais, que constituem a experiência consciente de mundo de cada indivíduo e que podem ser lembradas, de acordo com a expectativa ou a necessidade de informação de cada sujeito. São questões que também influenciam diretamente o processo atencional do ser humano, por contribuírem para que o sujeito preste ou não atenção a determinado assunto ou evento.

Mas, pelo grande quantitativo de informações agregado a eventos no cotidiano, o ser humano não consegue perceber e armazenar tudo na memória, por isso, a habilidade atencional é essencial para que cada indivíduo estabeleça uma interface com o meio ambiente em que está inserido e filtre as informações mais pertinentes e desconsidere as não importantes.

Santos e Nakamura-Palácios (2018, p. 60), relatam que em "[...] 1890, Willian James definiu a atenção como sendo constituída pela focalização, concentração e consciência". A eficiência do processo atentivo envolve esses três elementos, porque "[...] prestar atenção é focalizar a consciência, concentrando os processos mentais em uma única tarefa principal e colocar as demais em segundo plano" (Santos; Nakamura-Palácios, 2018, p. 61). A atenção refere-se ao processo cognitivo ativo de um quantitativo limitado de informações acerca de



uma abundância de informações disponibilizadas através dos sentidos (Sternberg, 2010).

Desse modo, manter-se concentrado e focado envolve se manter fixo em um alvo e ignorar todo o resto, fato que compreende a atuação da rede dos circuitos especializados na região pré-frontal do cérebro, o que proporciona o aumento da força dos sinais no que se almeja concentrar e acentua o que se quer ignorar. Deve-se reforçar que o foco requer a eliminação da distração emocional (Goleman, 2014).

Além das distrações emocionais, outros desvios no ambiente externo, como ruído e conversa, influenciam no processo da atenção. Compreende-se que a emoção e sentimentos conectados ao processo atentivo interferem no comportamento e nas tarefas executadas pelos indivíduos, porque lhes permitem reagirem a variados momentos, como em um momento de perigo, ou ter sucesso em aprender algo.

ASPECTOS CONCEITUAIS DA MEDIAÇÃO CULTURAL

A concepção do processo de mediação cultural versa sobre os diferentes ângulos de visão dos teóricos, como, por exemplo a perspectiva de Rasteli (2021), que visualiza a mediação no âmago da biblioteca como participação ativa do sujeito no universo cultural para fins de apropriação de informações e produção de cultura. Esse sujeito se constitui como protagonista cultural, e não como simples receptor ou consumidor de cultura.

Nesse processo, Perrotti e Pieruccini (2014) destacam a autonomia do indivíduo em relação às instâncias de produção e recepção de informação e cultura, relação em que devem ser consideradas a identidade e lógicas próprias desse indivíduo. Logo, destaca-se o modelo triádico que abarca a mediação, a reprodução e a recepção, no qual mediar culturalmente implica a atuação autônoma do sujeito na criação de significado e na relação desse sujeito com as esferas culturais. Estas, ao ofertarem a produção cultural, devem se atentar ao contexto daqueles que recebem essa produção, para possibilitar a atuação dos sujeitos como construtores da cultura na coletividade.



O contexto e realidades diversificadas dos sujeitos refletem o ponto de vista de Davallon (2007), para quem a mediação é contextual e situacional. Ademais, o autor aponta o processo dialógico, comunicacional e de apropriação da mediação, tendo em vista que a interação do público com o objeto cultural objetiva propiciar a compreensão e saberes desse público pelo que está intrínseco no elemento cultural.

Para Lafortune (2016), a mediação cultural, além de facilitar a comunicação entre os elementos culturais e o público, também funciona como um instrumento de intervenção, porque permite o acesso de maior quantitativo de pessoas e grupos sociais minoritários ao universo artístico e cultural (museus, obras de artes, teatro e bibliotecas). Porém, é relevante frisar que não basta apenas promover a democratização do acesso, ou a promoção do encontro do indivíduo com os elementos culturais; é importante focar na democracia cultural, que tende a aumentar a participação ativa dos sujeitos e a valorizar as manifestações culturais do público diversificado no universo da cultura. Sublinha-se a não imposição de ofertas culturais, defendendo-se o direito de todos se expressarem culturalmente e compartilharem a cultura, da qual fazem parte (Peotta, 2014).

No que tange às atividades culturais que viabilizam a mediação cultural, Rasteli e Caldas (2017, p. 160) enumeram as "[...] oficinas de artes, exposições, apresentações artísticas, encontros com artistas, teatro, cinema, audiovisual, fotografia, som, movimento abarcando diferentes formas de linguagens [...]". Destacam-se outros exemplos como os lançamentos de livros (Nunes; Carvalho, 2017), bem como as conferências (eventos), atividades em ateliês (oficinas) e atividades de iniciação em massa (*workshops*, treinamentos etc.) detentoras de teor educativo e, de modo geral, já são praticadas pelas instituições de cultura como as bibliotecas (Chaumier; Mairesse, 2017).

Outra configuração de atividade para explorar a mediação cultural é a contação de histórias, porque, por meio das práticas de leitura literária, contempladas em vários suportes e linguagens, pode-se viabilizar esse processo (Rasteli; Cavalcante, 2014).



São inúmeras as possibilidades de dinâmicas culturais, portanto, é imprescindível que estejam relatadas no planejamento de serviços da biblioteca (Baptista; Gonçalves, 2018), para sistematizá-las e desenvolvê-las de maneira recorrente nesse espaço.

Atividades de mediação cultural no contexto da biblioteca universitária

A biblioteca universitária visa atender a comunidade acadêmica na perspectiva da pesquisa, do ensino e da extensão, em consonância com os objetivos da instituição de ensino superior, forncendo suporte informacional, educacional e cultural. Essa unidade de informação é compreendida por Kushnir e Pieruccini (2019)

> [...] como organismo inscrito em instituição de ensino superior, [...] é não somente ambiente de informação, como também equipamento educativo, instância de mediação cultural do patrimônio informacional científico, cuja essencialidade implica sujeitos e processos de criação de sentidos às dinâmicas de construção do conhecimento.

Nesse sentido, a biblioteca universitária é elemento de mediação, assim como seus produtos culturais e informacionais, porque propiciam a interação entre os indivíduos e com o mundo externo (objetivo, físico) e interno (subjetivo, imaginário). Nesse espaço, as práticas de mediação podem ser implícitas, sem a presença do usuário, e de forma explícita, com a presença física ou remota do usuário (Almeida Junior, 2009).

Ao direcionar o processo de mediação cultural para a biblioteca universitária, especificamente para o contexto da BC do SIB/Ufes, identifica-se que as atividades culturais dos últimos dez anos (2012-2022), ocorridas no espaço da BC são organizadas pelos profissionais da própria biblioteca ou pelas comunidades interna (profissionais atuantes na Ufes e discentes) e externa (Soares, 2023).

As atividades culturais efetuadas pela BC do SIB/Ufes ocorrem sem regularidade e de forma não sistematizada, mas a biblioteca executa a mediação implícita, ao desenvolver ações que não requerem a presença física do usuário. Destacam-se a esse tipo de mediação a dispo-



nibilização de informações no *site* e nas redes sociais da instituição a respeito dos acontecimentos dos eventos culturais; o planejamento e a organização do espaço para acomodar as produções culturais dos usuários; e a elaboração dos editais que são abertos a cada ano para seleção dos trabalhos artísticos e culturais.

Além disso, a BC do SIB/Ufes executa a mediação explícita ao prover suporte informacional e disponibilizar os seus produtos culturais para a comunidade de usuários. Logo, a biblioteca alicerça as comunidades interna e externa no desenvolvimento das atividades culturais (apresentação teatral, exposições, lançamento de livros, colóquio de história oral, roda de conversa e mesa-redonda) em seu espaço.

Tais ações ocorrem com mais regularidade porque essas comunidades participam do edital de ocupação artística e cultural dos espaços de exposição e do auditório da biblioteca, que está vigente desde o ano de 2017. Com isso, foi possível definir um calendário anual com os projetos aprovados dos interessados em mostrar suas manifestações artísticas e culturais no ambiente da unidade de informação.

Quanto às dinâmicas culturais desenvolvidas pela BC do SIB/Ufes, têm-se exposições, palestras, oficinas, contação de histórias, saraus, recitais de poesia, mesas-redondas, *workshops*, concertos de música, festivais de audiovisual independentes e encontros com escritores. Tanto as práticas dos usuários quanto as da BC do SIB/Ufes condizem com os tipos de ação de mediação cultural defendidas pelos autores da literatura especializada na área.

Ao analisar as ações de mediação na BC do SIB/Ufes, argumenta-se que ela vem democratizando cada vez mais seu espaço, dando acesso a diversos usuários das comunidades interna e externa, com o objetivo de se expressarem culturalmente e tratarem de temáticas vigentes na sociedade. Entretanto, essa unidade de informação pode ampliar ainda mais seu papel social e cultural, buscando aqueles usuários que ainda não tiveram a oportunidade de acesso a novas experiências e conhecimento por meio da valorização da cultura.

METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza social aplicada, cujo objetivo é de caráter exploratório. Quanto a abordagem, elegeu-se a de métodos mistos, por abarcar a integração dos dados quantitativos e qualitativos que, por sua vez, propicia um entendimento que vai além das informações geradas por esses dados isoladamente (Creswell, 2021).

Em relação ao suporte e fundamentação teórica da pesquisa, foi utilizado o levantamento bibliográfico, a fim de elaborar o referencial teórico contemplando as temáticas Psicologia Cognitiva e mediação cultural, o que possibilitou construir e aplicar o MC. Para tanto, analisaram-se diversas fontes que abrangeram livros, dissertações, teses, artigos, referências de autores e apresentação de trabalhos em eventos. O acesso a essas fontes deu-se por diversos meios: catálogos de bibliotecas, repositórios institucionais, Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), SCOPUS, SciELO, Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e buscador Google Acadêmico.

Pela pouca disponibilidade de material sobre o tema pesquisado, optou-se por delimitar o período de 1998 a 2021 no processo de busca para coleta e seleção dos materiais sobre o MC e a Psicologia Cognitiva, com a finalidade de recuperar o máximo de texto possível. Para isso, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: mapeamento cognitivo, mapa cognitivo, processo cognitivo, cognição, psicologia cognitiva, cognitive mapping, cognitive map, cognitive process, cognition e cognitive psychology.

Nas buscas relacionadas à mediação cultural, delimitou-se o período de 2012 a 2021. No processo de recuperação dos materiais empregaram-se os termos de busca: mediação cultural, ciência da informação, cultural mediation e information science. Quando necessário, esses termos foram empregados em conjunto com os operadores booleanos (AND, OR) e caracteres especiais (*).

Na coleta de dados fez-se uso do MC e do questionário. O MC é um instrumento entendido como "[...] uma técnica de coleta e análise de



dados oriunda da Psicologia [...] e [...] aplicada em diversas áreas, como Psicologia, Antropologia e Sociologia" (Figueiredo; Bianchi, 2017, p.1). Tal ferramenta é utilizada para representar o entendimento ou o pensamento do indivíduo sobre um assunto ou problema (Barreto; Crescitelli; Figueiredo, 2015; Eden, 2004).

No âmbito da literatura estrangeira, o MC é averiguado por Eden (1988, 2004), Eden e Ackermann (1998, 2010), Ackermann, Eden e Brown (2005) e, que discorrem sobre a metodologia, a estrutura teórica e a aplicação da técnica. Os estudos desses autores, alicerçam a compreensão dos aspectos teóricos das pesquisas dos autores brasileiros (Barreto, Crescitelli; Figueiredo, 2015; Bastos, 2002; Biazzin; Figueiredo; Paiva, 2021; Vasconcelos; Bastos; Casali, 2020) que exploram a temática na ambiência da Administração (Marketing de relacionamento, gestão e Psicologia Organizacional).

Na perspectiva deste estudo, para a elaboração do MC (QUADRO 1), foram adaptadas estratégias técnicas e teóricas dos autores brasileiros citados. Para estruturá-lo, primeiramente foram selecionadas categorias de análise, extraídas dos conceitos de autores da Psicologia Cognitiva e da mediação cultural. As categorias correspondem a percepção/sentido, atenção e foco, e representam a conceituação das habilidades mentais dos indivíduos, como também a denominação de mediação cultural em cada categoria.

Conforme exposto no Quadro 1, a partir da representação dos termos, foram desenvolvidas as perguntas correspondentes à caracterização de cada conceito. As questões foram de múltipla escolha e abrangeram perguntas abertas e fechadas, porque, em algumas indagações os respondedores puderam optar por até duas respostas.



Quadro 1- Mapeamento cognitivo

Categorias	Conceito na perspectiva da psicologia cognitiva	Pergunta	Conceito de mediação cultural
Percepção / Sentido	A percepção consiste no processamento, na organização e na interpretação adicional da informação sensorial. É a construção de informação útil e significativa sobre uma sensação em particular (Gazzaniga; Heatherton; Halpern, 2018, p.174).	1. O que vem em sua mente quando você ouve falar sobre mediação cultural? a) Experiência cultural. b) Apropriação de informação. c) Interação sociocultural. d) Possibilidade de vivenciar emoções. e) Outras: _____	Mediação cultural é ato autônomo, com identidade e lógicas próprias, definidas em relação com as esferas da produção e da recepção de informação e cultura (Perrotti; Pieruccini, 2014, p.1).
Atenção	Funciona como meio de direcionar os recursos mentais para a informação e os processos cognitivos que estão mais em evidência, em um determinado momento (Sternberg, 2010, p. 108)	2. Quais dessas temáticas te chama mais atenção? a) Centenário da Semana de Arte Moderna. b) Centenário de José Saramago. c) Lendas capixabas da autora Maria Stella de Novaes. d) Outra temática: _____	Mediação cultural em bibliotecas como processos que possibilitam a elaboração de sentidos com potencial para a construção de interações, apropriações em direção ao protagonismo cultural. A mediação cultural comporta a noção participativa dos sujeitos na cultura (Rasteli, 2021)



Categorias	Conceito na perspectiva da psicologia cognitiva	Pergunta	Conceito de mediação cultural
Foco	Goleman (2014) descreve três tipos de foco: Foco interno: harmoniza-se com as nossas intuições, valores orientados e melhores decisões. Foco nos outros: facilita as nossas ligações com as pessoas nas nossas vidas. Foco externo: permite-nos navegar ao largo no mundo	3. Na ação de mediação cultural você se sente mais envolvido participando de: a) Recital de poesia b) Exposição de quadros / pintura c) Exposição fotográfica d) Narrativa oral e) Oficina f) Outras:_____ 4. Em qual dos formatos você se sente mais focado (a)? a) Remoto (*on-line*) b) Presencial c) Híbrido (remoto + presencial)	visa fazer aceder um público a obras (ou saberes) e a sua acção consiste em construir uma interface entre esses dois universos estranhos um ao outro (o do público e o, digamos, do objecto cultural) com o fim precisamente de permitir uma apropriação do segundo pelo primeiro (Davallon, 2007, p. 5) É um processo de facilitação da comunicação entre os objetos e o público que se assemelha a atividades de vulgarização e educação. A sua evolução está ligada à redefinição das estratégias de desenvolvimento das instituições culturais em torno de considerações relativas às aspirações dos públicos, bem como à qualidade das obras. (Lafortune, 2016, p. 15)

Fonte: dados da pesquisa.

A aplicação do MC ocorreu por meio do questionário que, por conseguinte foi construído com base nas categorias de análise (percepção, atenção e foco) da pesquisa, em formato digital, criado no Google Forms, contendo no cabeçalho informações referentes aos objetivos da pesquisa, aos grupos participantes, ao termo de consentimento e sobre o anonimato dos respondentes.

Para o emprego do MC, e definição do perfil cognitivo da comunidade de usuários da BC do SIB/Ufes, decidiu-se pelos integrantes da Rede de Estudos das Competências (REC) que realiza eventos em parceria com a BC do SIB/Ufes e, na atualidade, com o Projeto ArboControl da região Sudeste, ligado à Rede Brasil do Projeto ArboControl da Universidade de Brasília (UnB), ambos constituídos por docentes, discentes e demais profissionais atuantes na Ufes e comunidade externa à BC, indivíduos que frequentam e/ou utilizam os serviços da unidade de informação, seja em formato presencial ou remoto.

Dessa forma, foi enviado um convite aos grupos da REC e da ArboControl, explanando sobre a pesquisa e seus objetivos, e divulgando o *link* de acesso ao questionário, aplicado em formato remoto no período de 14 de fevereiro a 07 de março de 2022. Após a aplicação do MC, geraram-se automaticamente no Google Forms, gráficos com a exposição dos dados, o que propiciou a análise e definição da atividade de mediação cultural que condizia com o perfil cognitivo da maioria dos participantes da pesquisa.

APLICAÇÃO E ANÁLISE DO RESULTADO DO MAPEAMENTO DO PERFIL COGNITIVO DOS USUÁRIOS DA BIBLIOTECA CENTRAL DO SIB/UFES

De 60 indivíduos convidados, 19 participaram da pesquisa. Desse quantitativo, infere-se que o estado do Espírito Santo (ES) é o local onde reside quase que a totalidade dos usuários pesquisados (84,3%). Os demais são residentes do estado do Rio de Janeiro (RJ) (10,5%) e de Minas Gerais (MG) (5,3%).

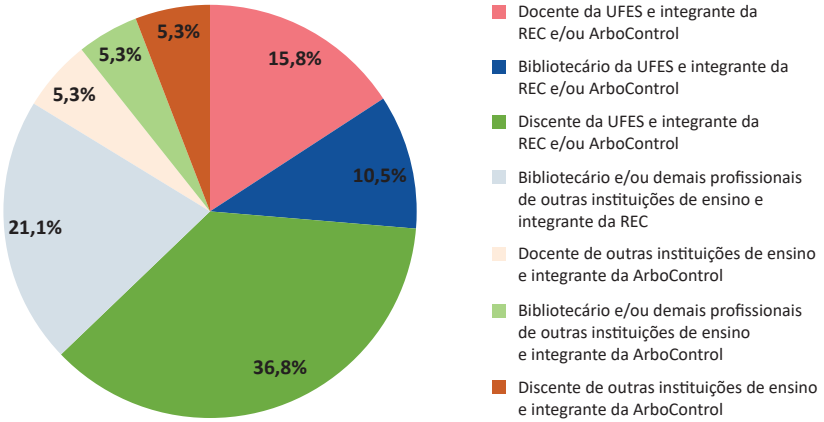
Os dados indicaram que a faixa etária de 36 a 50 anos de idade é de maior predominância (52,6%) e a de menor domínio (15,8%) condiz com a faixa etária entre 51 e 70 anos. Enquanto que a quantidade (31,6%) de participantes com idade entre 21 e 35 anos foi bem expressiva. O gênero feminino representa a maioria (84, 2%) dos respondentes, os demais correspondem ao gênero masculino (15,8%).

Quanto a comunidade de usuários participantes da pesquisa, conforme a Figura 1, o maior número que prevalece corresponde à comunidade interna, ao passo que a quantidade de discentes da Ufes, inte-

grantes da REC e/ou ArboControl (36,8%) se sobressai. Salienta-se que o quantitativo (15,8%) de docentes da Ufes e integrantes da REC e/ou ArboControl é mais expressivo do que a quantidade (10,5%) de bibliotecários e demais profissionais da Ufes integrantes da REC e /ou ArboControl.

Em relação à comunidade externa, infere-se que o número de bibliotecários e demais profissionais de outras instituições de ensino integrantes da REC (21,1%) é mais expressivo que o quantitativo dos demais componentes dessa comunidade. Os discentes, docentes, bibliotecários e / ou demais profissionais de outras instituições de ensino e integrantes da ArboControl perfazem o mesmo percentual (5,3%) de participantes.

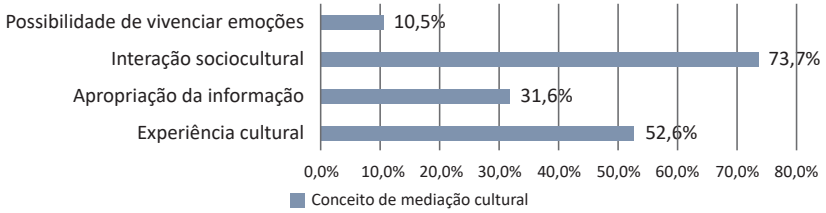
Figura 1- Comunidade interna e externa da Biblioteca Central do SIB/Ufes



Fonte: dados da pesquisa.

Acerca do perfil cognitivo, a Figura 2 demonstra o conceito que mais vem à mente dos participantes da pesquisa quando ouvem falar em mediação cultural. Deduz-se que a concepção de interação sociocultural contempla o conceito mental da maioria desses indivíduos (73,7%). As denominações experiência cultural (52, 6%) e apropriação da informação (31, 6%) vêm à mente de uma quantidade bem considerável de participantes. Contudo, a possibilidade de vivenciar emoções é o conceito de menor predominância (10,5%).

Figura 2- Conceito de mediação cultural que mais vem à mente dos participantes da pesquisa

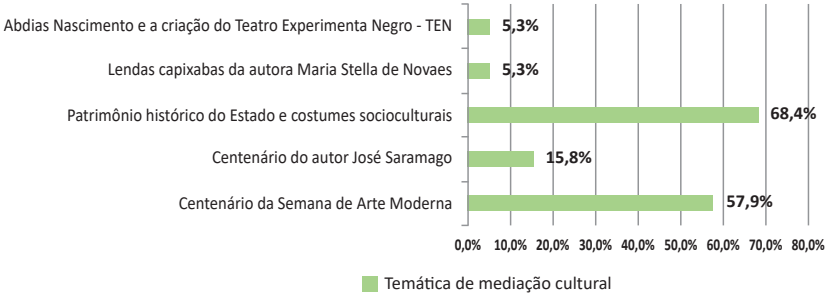


Fonte: dados da pesquisa.

No que diz respeito à temática de mediação cultural que mais chama a atenção dos participantes da pesquisa, os dados descritos na Figura 3 permitiram pressupor que as lendas capixabas da autora Maria Stella de Novaes correspondem à perspectiva do maior número (68,4%) desses indivíduos. O centenário da Semana de Arte Moderna é o segundo tema que mais invoca (57,9%) a atenção dos participantes, enquanto que o centenário do autor José Saramago é a temática que desperta a atenção de uma menor parcela de indivíduos (15,8%).

Salienta-se que a mesma proporção de participantes (5,3%) sugeriu como temáticas de mediação cultural o patrimônio histórico e os costumes socioculturais do estado do Espírito Santo (ES), e o tema Abdias Nascimento e a criação do Teatro Experimental do Negro (TEN).

Figura 3 - Temática de mediação cultural que chama a atenção dos participantes da pesquisa

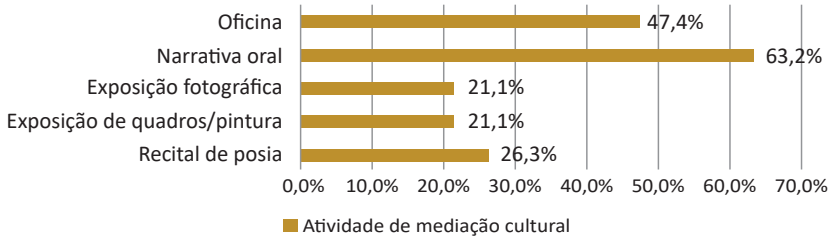


Fonte: dados da pesquisa

A Figura 4 exibe as atividades de mediação cultural que mais envolvem os usuários participantes da pesquisa. A narrativa oral é a prática de mediação com a qual a maioria desses indivíduos (63,2%) se sentem mais envolvida. A oficina é a segunda atividade de mediação em que uma parcela considerável (47,4%) de participantes aponta que se envolve mais.

Os participantes da pesquisa indicaram o recital de poesia (26,3%) como terceira dinâmica cultural que mais os envolvem. Em contrapartida, as atividades de exposição fotográfica e a exposição de quadros/pintura foram selecionadas por uma proporção menor (21,1%) de participantes.

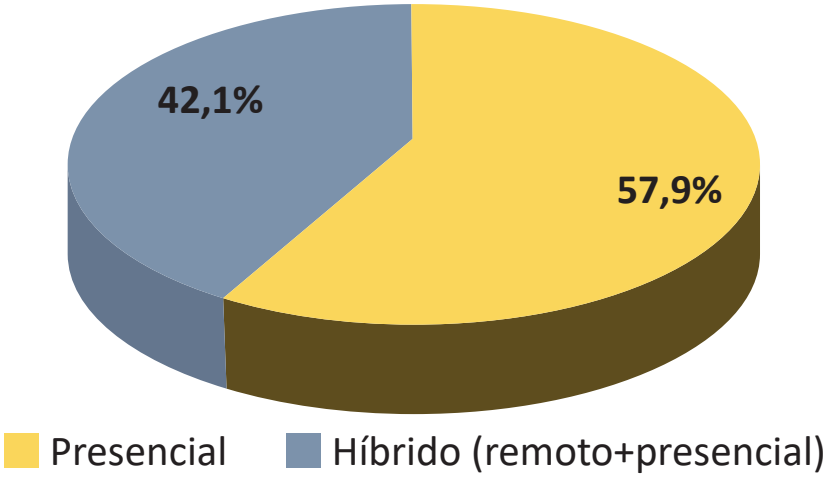
Figura 4 – Atividade de mediação cultural que mais envolve os participantes da pesquisa



Fonte: dados da pesquisa.

Com relação ao formato para que ocorresse a atividade de mediação cultural e no qual os participantes da pesquisa se sentiam mais focados, a maioria (57,9%) escolheu o modelo presencial, porém, o formato híbrido foi a opção de uma quantidade bem significativa (42,1%) de participantes (Figura 5).

Figura 5- Formato de mediação cultural no qual os participantes se sentem mais focados



Fonte: dados da pesquisa.

Os dados expostos nas figuras possibilitaram a definição da característica da atividade de mediação cultural que atende ao perfil dos usuários mapeados. Como resultado, tem-se a interação sociocultural como conceito de mediação cultural que mais vem à mente dos participantes da pesquisa. A temática desse processo que mais chama a atenção são as lendas capixabas da autora Maria Stella de Novaes. A maioria se sente envolvida com a prática de mediação correspondente à narrativa oral e mais focada participando dessa prática no formato presencial.

No entanto, o modelo híbrido representa a preferência de um grupo expressivo de participantes, o que sugere o desenvolvimento da atividade cultural nesse formato, como forma de contemplar aqueles que não poderiam participar presencialmente.

Os resultados demonstram que o MC pode auxiliar no planejamento e na execução da atividade de mediação cultural no espaço da BC do SIB/Ufes, pois é um instrumento que pode ser usado para trabalhar modelos de planejamento de dinâmicas culturais com estratégias socioculturais e de narrativa oral, no intuito de atender às expectativas



dos usuários da biblioteca e provocar o processo atentivo deles, assim como a percepção e o foco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa analisou o uso do MC como instrumento para planejamento de atividades de mediação cultural na biblioteca universitária. Conjectura-se que no contexto dessa biblioteca e da Ciência da Informação, os estudos são incipientes e não descrevem o planejamento de práticas culturais de modo sistematizado.

Mediante a problemática dessa investigação, pressupõe-se que o MC pode ser usado para auxiliar no planejamento vinculado aos objetivos da unidade de informação universitária com o propósito de sistematizar as atividades de mediação cultural. Para tanto, delineou-se como objetivo geral, a discussão da utilização do mapeamento do perfil cognitivo dos usuários da BC do SIB/Ufes no contexto do planejamento de atividades de mediação cultural.

Para atender ao objetivo geral, recorreu-se aos objetivos específicos, em que o desenvolvimento do primeiro foi alicerçado no referencial teórico que permitiu a elaboração do instrumento de MC. Depois de construído, foi possível aplicá-lo à comunidade de usuários da BC, o que consequentemente, possibilitou a definição da atividade de mediação cultural condizente com o perfil cognitivo desses usuários.

O resultado dessa aplicação demonstrou a interação sociocultural como conceito de mediação cultural que mais vem à mente dos participantes da pesquisa. A temática desse processo que mais chama a atenção são as lendas capixabas da autora Maria Stella de Novaes. A maioria se sente envolvida com a prática de mediação correspondente à narrativa oral e mais focada ao participar dessa prática no formato presencial. Ressalta-se, que como o modelo híbrido representou a preferência de um grupo expressivo de participantes, logo, propõe-se a execução da atividade cultural nesse formato, como forma de contemplar aqueles usuários que não poderiam participar presencialmente.

O atendimento dos objetivos específicos e do objetivo geral sugere que a problemática da pesquisa pôde ser sanada, visto que os dados indicaram que o MC pode auxiliar no planejamento e na execução da atividade de mediação cultural, inclusive no espaço da BC do SIB/Ufes, por constituir um instrumento com potencial para ser usado em modelos de planejamento de dinâmicas culturais com estratégias socioculturais e de narrativa oral, com a finalidade de atender às expectativas dos usuários da biblioteca e provocar o processo atentivo, assim como a percepção e o foco.

Entende-se que a efetivação deste estudo possibilita a colaboração para novos debates da temática na ambiência da Ciência da Informação e para a produção de novos estudos contemplando a mediação cultural no espaço da biblioteca universitária. Ademais, esta pesquisa contribui para o papel social da biblioteca universitária, ao permitir o acesso à cultura, bem como promover em seu espaço as manifestações culturais de diversos públicos de forma igualitária.

REFERÊNCIAS

ACKERMANN, Fran; EDEN, Colin. Strategic Options Development and Analysis. In: REYNOLDS; Martin, HOLWELL, Sue (editores). **Systems approaches to managing change**: a practical guide. Springer: Londres, 2010. DOI 10.1007/978-1-84882-809- 4_4. Disponível em: file:///C:/Users/PC/Downloads/SODAinOUsystems approaches_ch4%20(1).pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.

ACKERMANN, Fran; EDEN, Colin; BROWN, Ian. **The practice of making strategy**: a step-by-step guide. Sage Publications: Londres; Thousand Oaks, Califórnia; Nova Delhia, India: 2005.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesq. bras. Ci. Inf.**, Brasília, v.2, n.1, p.89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/170/170. Acesso em: 15 jul. 2021.

BAPTISTA, Michele Marques; GONÇALVES, Márcia Servi. Ações e atividades culturais em bibliotecas universitárias: a busca por espaços mais atrativos aos usuários na biblioteca central da universidade de Caxias do Sul. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 542-554, ago./nov., 2018. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/download/109587. Acesso em: 04 abr. 2023.



BARRETO, Iná Futino; CRESCITELLI , Edson; FIGUEIREDO, Júlio César Bastos. Resultados de marketing de relacionamento: proposição de modelo por meio de mapeamento cognitivo. **R. Bras. Gest. Neg**., São Paulo, v. 17, n. 58, p. 1371-1389, out./dez. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbgn/a/cX9ZPw6CPMDScD3wS3SWwYC/abstract/?lang=pt . Acesso em: 01 ago. 2021.

BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt. Mapas cognitivos e a pesquisa organizacional: explorando aspectos metodológicos. **Estudos de psicologia,** Natal, v. 7, número especial, p. 65-77, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/epsic/a/CBvRCsJFBCs7pczB88nymqt/?lang=pt . Acesso em: 01 ago. 2021.

BIAZZIN, Cristiane; PAIVA; Ely Laureano; FIGUEIREDO, Julio Cesar Bastos de. Operational capabilities dissemination for sustainable competitiveness: towards an integrated framework. International Journal of Services and Operations Management, [s. l.], v. 38, n. 3, p.309-335, 2021. DOI: https://doi.org/10.1504/IJSOM.2021.113593. Disponível em: https://www.inderscienceonline.com/doi/abs/10.1504/IJSOM.2021.113593. Acesso em: 20 ago. 2022.

CHAVES, Italo Teixeira; ALBUQUERQUE, Rejane Maria Façanha de; FARIAS, Gabriela Belmont de; GUERRA, Maria Aurea Montenegro Albuquerque. Mapeamento de processos em biblioteca jurídica: perspectiva de melhoria na Gestão da Informação organizacional. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, v. 11, p. 1-10, 2022. DOI: 10.5380/atoz.v11i0.79074. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/193831. Acesso em: 30 nov. 2022.

CHAUMIER, Serge; MAIRESSE, François. **La médiation culturelle**. 2. ed. Malakoff: Armand Colin, 2017.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021. E-book.

DAVALLON, Jean. A mediação: a comunicação em processo? **Prisma,** [*s. l.*], n.4, 2007. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/download/78585. 25 jul. 2021.

EDEN, Colin. Analyzing cognitive maps to help structure issues or problems. **European Journal of Operational Research,** [*s. l.*], v. 159, n3, p. 673-686, dez. 2004. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0377221703004314. Acesso em: 15 jan. 2021.

EDEN, Colin. Cognitive mapping. **European Journal of Operational Research,** North-Holland**,** v. 36, 1988, p. 1-13. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/sdfe/pdf/download/eid/1-s2.0-0377221788900021/first-page-pdf. Acesso em: 15 jan. 2022

EDEN, Colin; ACKERMANN, Fran. **Making strategy**: the Journey of strategic management. Sage Publications: Londres; Thousand Oaks, Califórnia; Nova Delhia, India: 1998.

EYSENCK, Michael W.; KEANE, Mark T. **Manual de Psicologia Cognitiva**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017. *E-book*

FIGUEIREDO, Júlio César Bastos de; BIANCHI, Caio Giusti. Mapeamento cognitivo**. RAE**, São Paulo, v. 57, n. 6, p. 637, 2017. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/72676. Acesso em: ago. 2021.

FIGUEIREDO, Júlio César Bastos de**.** Planejamento orientado por cenários com o uso de modelos causais lineares e diagramas de estoque e fluxo. **Revista Produção On Line**, [*s. l.*], v.9, n.2, p. 319-339, 2009. Disponível em: https://producaoonline.org.br/rpo/article/view/274/349. Acesso em: 20 ago. 2022.

GAZZANIGA, Michael; HEATHERTON, Todd; HALPEN, Diane. **Ciência psicológica.** 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

GOLEMAN, Daniel. **Foco**: a atenção e seu papel para o sucesso. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

SANTOS, Raquel do Rosário; GOMES, Henriette Ferreira; DUARTE, Emeide Nóbrega. O papel da biblioteca universitária como mediadora da informação para construção de conhecimento coletivo. **DataGramaZero**, [*s. l.*], v.15, n.2, abr.,2014. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/8278. Acesso em: 04 abr. 2023.

KUSHNIR, Maria Rosa Carnicelli; PIERUCCINI, Ivete. Biblioteca universitária e formação cultural. *In*: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 20., 2019, Florianópolis, SC. **Anais** [...]. Florianópolis, SC: ENANCIB, 2019. Disponível em: https://repositorio.usp.br/directbitstream/ec72da80-f5fb-4178-9c5f-9d683b36cc1f/003043430.pdf. Acesso em: 04 abr. 2023.

LAFORTUNE, Jean-Marie. Da mediação à mediação: o jogo duplo do poder cultural em animação. **Periódico Permanente**, [*s. l.*], n.6, p. 1-15, fev. 2016. Disponível em: http://www.forumpermanente.org/revista/numero-6-1/conteudo/da-mediacao-a-mediacao-o-jogo-duplo-do-poder-cultural-em-animacao-1. Acesso em: 20 jun.2021.

LUZ, Daniela Pedroso da; COSTA, Luana Folchini da. MACHADO, Vanessa de Campos; FACHINELLI, Ana Cristina. Os processos cognitivos e de criação do conhecimento para tomada de decisão no contexto do *big data*. **Revista. Inteligência Competitiva**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 80-107, jan./mar. 2018. Disponível em: https://www.inteligenciacompetitivarev.com.br/ojs/index.php/rev/article/view/248. Acesso em: 20 fev. 2022



NEVES, Dulce Amélia de Brito; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Abordagens cognitivas da ciência da informação no Brasil: mapeamento conceitual. *In:* Congresso ISKO España, 12; Congreso ISKO España-Portugal, 2. Murcia: Universidade de Murcia, 2015. Disponível em: http://www.iskoiberico.org/wpcontent/uploads/2015/11/89_Neves.pdf. Acesso em: 10 nov. 2021.

NUNES, Martha Suzana Cabral; CARVALHO, Kátia de. A mediação da informação em bibliotecas universitárias brasileiras e francesas: práticas e discursos dos profissionais da informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.11, n.3, p. 91-108, dez. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/18419/15503. Acesso em: 15 jul. 2021.

PEOTTA, Marina. **Action culturelle en bibliothèque et participation des populations**. 2014. Dissertação (Mémoire de Master en Sciences de nformation et des Bibliothèques)- Ecole Nationale Supérieure des Sciences de lnformation et des Bibliothèques – Enssib. [*s. l.*], 2014. Disponível em: https://www.enssib.fr/bibliothequenumerique/notices/65022-action-culturelle-en-bibliotheque-et-participation-des-populations. Acesso em: 25 out.2022.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação,** [*s. l.],* v. 19, n.2, p. 1-22, 2014. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33474. Acesso em: 15 jun. 2021.

RASTELI, Alessandro. Em busca de um conceito para a mediação cultural em bibliotecas: contribuições conceituais. **Em Questão,** Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 120-140, jul./set. 2021. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/103240. Acesso em: 30 jul.2021.

RASTELI, Alessandro; CALDAS, Rosângela Formentini. Percepções sobre a mediação cultural em bibliotecas na literatura nacional e estrangeira**. TransInformação**, Campinas, v. 29, n. 2, p. 151-161, maio/ago., 2017. DOI: 10.1590/23180889201700020003. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/download/117839. Acesso em: 18 out. 2022.

RASTELI, Alessandro; CAVALCANTE, Lídia Eugênia. Mediação cultural e apropriação da informação em bibliotecas públicas**. Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 19, n. 39, p. 43-58, 2014. DOI: 10.5007/1518-2924.2014v19n39p43. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2014v19n39p43. Acesso em: 03 jun.2021.

SANTA ANNA, Jorge; GREGÓRIO, Elaine; GERLIN, Meri Nádia Marques. Atuação bibliotecária além da biblioteca: o espaço de leitura do Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes (HUCAM). **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 77-88, jan./jun. 2014. Disponível



em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/953/pdf_89. Acesso em: 05 mai. 2021.

SANTOS, Flávio Roberto de Carvalho; Nakamura-Palácios, Ester Miyuki. Processos cognitivos atencionais de adolescentes em conflito com a lei: foco e personalidade. **Integración Académica en Psicología**, [*s. l.*], v. 6, n. 17, 2018. Disponível em: https://integracionacademica.org/attachments/article/202/06%20Proceos%20cognitivos-%20FCarvalho%20ENkamura.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

SOARES, Maria Giovana. **Mediação cultural na biblioteca universitária por meio do mapeamento cognitivo**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Vitória, ES, 2023. Disponível em: https://cienciadainformacao.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGCI/detalhes-da-tese?id=17246. Acesso em: 21 jun. 2023.

SOUZA, Janice Janissek. **Teoria implícita de organização inovadora em empresas com padrões diferenciados de adoção de práticas de gestão**. 2007. Tese (Doutorado em Administração) - Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/24620. Acesso em 01 ago. 2021.

STERNBERG, Robert J. **Psicologia Cognitiva**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

VASCONCELOS, Eveli Freire de; BASTOS, Antonio Virgilio Bittencourt; CASALI, Maria Eduarda Avancini. Mapas cognitivos de identidade da experiência de declínio organizacional. **Revista de Gestão e Secretariado (GeSec)**, São Paulo, v.11, n. 2, maio/ago. 2020, p. 139-163. DOI: https://doi.org/10.7769/gesec.v11i2.970. Disponível em: https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/970. Acesso em: 20 ago. 2022.

Essa obra reúne alguns dos principais trabalhos apresentados durante a XIV edição do Seminário Hispano-Brasileiro de Pesquisa em Informação, Documentação e Sociedade (SHB), evento que, desde 2012, concentra atividades de intercâmbio resultantes de um acordo internacional entre a Universidade de Brasília (Brasil) e a Universidade Complutense de Madrid (Espanha). O SHB promove o crescimento da comunidade científica na área de Ciências da Informação e Documentação com um formato itinerante, com sedes anuais alternadas entre Brasil e Espanha, em diferentes cidades e instituições. Em 2025, a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) recebeu e organizou o evento com um formato dinâmico e agregador, fortalecendo a rede de pesquisadores dessa agenda internacional.

Universidade de Brasília

ECOS LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SAÚDE

UFES UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

UNIVERSIDAD COMPLUTENSE MADRID

ibict Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

CAPES

FINATEC